



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O IMPERADOR E O PRÍNCIPE: A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO  
IMPERIAL BRASILEIRO NA QUESTÃO DA CRISE DINÁSTICA NO  
REINO DO CONGO.  
(1857 – 1860).**

**FREDERICO ANTONIO FERREIRA**

*Sob orientação do Professor*  
**Marcos José de Araújo Caldas**  
*E Co-orientação do Professor*  
**Pedro Henrique Pedreira Campos**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração *em Poder, Trabalho Práticas Culturais*.

Seropédica, RJ  
Dezembro, 2015

981.04  
F383i  
T

Ferreira, Frederico Antonio, 1981-  
O Imperador e o Príncipe: a participação do governo imperial brasileiro na crise dinástica no Reino do Congo (1857-1860) / Frederico Antonio Ferreira. – 2015.  
259 f.: il.

Orientador: Marcos José de Araújo Caldas.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2015.  
Bibliografia: f. 241-259.

1. Brasil – História – II Reinado, 1840-1889 - Teses. 2. Portugal – Colônias - África – Teses. 3. Brasil – Relações exteriores - África – Teses. 4. Congo, Reino do - História – Teses. I. Caldas, Marcos José de Araújo, 1969- II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E  
DOUTORADO

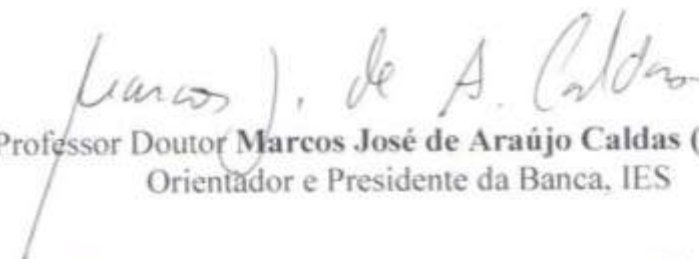
*“O Imperador e o Príncipe: A participação do governo imperial brasileiro na questão da crise dinástica no Reino do Congo (1857-1860)”*

FREDERICO ANTÔNIO FERREIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

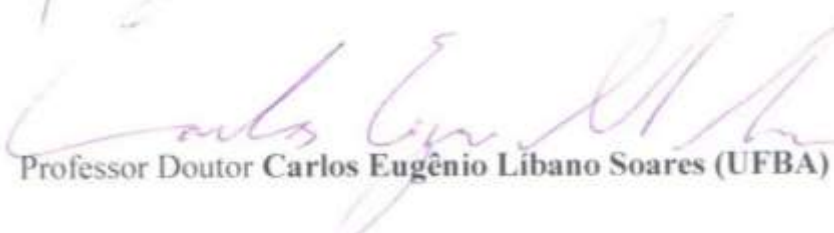
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 18/12/2015

Banca Examinadora:

  
Professor Doutor Marcos José de Araújo Caldas (UFRRJ)  
Orientador e Presidente da Banca, IES

  
Professora Doutora Mônica da Silva Ribeiro (UFRRJ)

  
Professor Doutor Alexandre Vieira Ribeiro (UFF)

  
Professor Doutor Carlos Eugênio Libano Soares (UFBA)

À Maria do Rosário Silva pelo exemplo de desprendimento, resiliência e humildade e à Rodrigo Pereira pela paciência, dedicação e por acreditar em mim, às vezes mais que eu mesmo...

## AGRADECIMENTOS

Redigir os agradecimentos pode ser uma tarefa mais árdua e mais difícil do que pode se dar a entender ao ler estas poucas linhas. Logo, mais que uma descrição exaustiva de todos os benefícios por mim recebidos estas poucas palavras são apenas um rápido e grato “Muito Obrigado por tudo”.

Este trabalho representa um sonho realizado, uma nova etapa que se inicia. Agradeço ao Professor Marcos Caldas, orientador desta obra, por acreditar nela enquanto era apenas uma ideia germinal proposta por alguém de fora da academia. Em igual importância, estendo este agradecimento ao Professor Pedro Campos, co-orientador desta pesquisa, pela leitura atenta, pela observação profunda e pelas sugestões sempre relevantes.

A Coordenação do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, assim como a sua secretaria, pela abertura a um tema à primeira vista novo e desafiador como este.

Ao Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD – da Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG – assim como ao próprio Ministério das Relações Exteriores –MRE- pela experiência no trato com documentos de valor histórico e por suscitar os primeiros lampejos acerca do tema desta dissertação.

Ao Arquivo Histórico do Itamarati – AHI/MRE – em especial na pessoa da Arquivista Rosiane Rigas, pelo auxílio e pela disponibilidade no que tange ao acervo documental tão complexo.

Ao historiador Tiago Coelho e ao pesquisador Ricardo Pereira, ambos do Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD – pelas conversas proveitosas e auxílio na coleta e tratamento dos conjuntos documentais necessários para a realização desta dissertação.

E por fim e não menos importante a Rodrigo Pereira, pelo incentivo quando parecia que nada iria dar certo, pelo apoio desinteressado mesmo diante das dificuldades aparentes, pela cooperação sempre pronta e principalmente pela paciência diante de minhas limitações e precariedades.

*“A verdadeira revolução acontece quando mudam os papéis e não apenas os atores”.*  
*Gilbert Cesbron, (1913-1979)*

## RESUMO

FERREIRA, Frederico Antonio. *O Imperador e o Príncipe: a participação do governo imperial brasileiro na questão da crise dinástica no Reino do Congo. (1857 – 1860)*. 259 f. Dissertação (Mestrado em História). Programação de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2015.

A dissertação busca tratar da Política Externa do II Reinado para as colônias portuguesas na África, especialmente Angola e adjacências, durante as décadas de 1850 e 1860, período no qual a historiografia tradicional considera como sendo de pouco ou nenhum contato. Com a utilização de documentos das chancelarias brasileira, portuguesa e britânica, assim como de registros escritos por africanos, esta dissertação foca na acusação de participação do cônsul geral brasileiro, o médico Saturnino de Sousa e Oliveira nos protestos engendrados pelo príncipe Nicolau de Água Rosada e Sardônia, do Reino do Congo, contra a interferência da coroa lusitana no processo sucessório no referido Reino, ocorrido entre 1858-1860, assim como em seu assassinato. Mostrando que apesar do término do tráfico de escravos após 1850 o Estado imperial brasileiro buscava manter vínculos econômicos e políticos na África Portuguesa apesar do fortalecimento do Estado Colonial português na região e da presença crescente de outros países europeus.

Palavras-chaves: Brasil Império; Reino do Congo; Diplomacia do 2º Reinado.

## **ABSTRACT**

The dissertation seeks to address the Foreign Policy II reign for Portuguese colonies in Africa, especially Angola and surrounding areas during the 1850s and 1860s, during which the traditional historiography considers to be of little or no contact. With the use of documents of Brazilian, Portuguese and British foreign ministries, as well as records written by Africans, this dissertation focuses on the indictment of participation of Brazilian General Consul, the doctor Saturnino de Sousa e Oliveira in the protests engendered by Prince Nicholas de Água Rosada e Sardonía, the Kingdom of Congo against the interference of the Portuguese crown in succession process in that him, which took place between 1858-1860, as well as in his murder. Showing that despite the end of the slave trade in 1850 after the Brazilian imperial state sought to maintain economic and political ties in Portuguese Africa despite the strengthening of the Portuguese Colonial State in the region and the growing presence of other European countries.

Keywords: Brazil Empire; Kingdom of Congo; Diplomacy Brazilian of the 2nd Empire.



## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b>  | 11  |
| <br>   |     |
| <b>CAPÍTULO I. ENTRE A ESPADA, A CRUZ, E O GRILHÃO: O REINO DO CONGO ENTRE OS SÉCULOS XIV E XIX.</b>   | 31  |
| 1.1. Presença da etnia congoleza no Brasil através do olhar dos viajantes naturalistas   | 32  |
| 1.2. Presença da etnia congoleza: o caso de Chico Rei e da Revolta de Escravos de Vassouras de 1839  | 38  |
| 1.3. Os angola-congoleses na obra de Nina Rodrigues e Arthur Ramos   | 39  |
| 1.4. Presença da etnia congoleza na América  | 42  |
| 1.5. O Reino do Congo, origens e localização   | 43  |
| 1.6. História do Reino do Congo. Primeira "Pactuação": apogeu.   | 51  |
| 1.7. Primeiros atritos   | 55  |
| 1.8. O jogo dos reis: guerra e diplomacia  | 57  |
| 1.9. O interregno  | 64  |
| 1.10. Segunda Pactuação: "descentralização e decadência"   | 67  |
| <br>   |     |
| <b>CAPÍTULO II. "NAS RUDES AREIAS DE ÁFRICA": A PRESENÇA BRASILEIRA NA CONTINENTE AFRICANO ENTRE 1808 A 1860 E O PEDIDO DE ASILO DO PRÍNCIPE NICOLAU DE ÁGUA ROSADA.</b> | 76  |
| 2.1. A capital do Império Português na América e a África  | 77  |
| 2.2. A independência da América Portuguesa e reconhecimento internacional  | 81  |
| 2.3. O Império brasileiro recém-emancipado e as colônias na África e na Ásia   | 83  |
| 2.4. O Império brasileiro do 1º Reinado e a possibilidade de anexação de territórios na África   | 86  |
| 2.5. A Regência, o comércio de escravos e as colônias portuguesas na África  | 89  |
| 2.6. Mudanças políticas, econômicas e sociais no Brasil do 2º Reinado  | 95  |
| 2.7. Diplomacia brasileira na África entre 1840 a 1875   | 99  |
| 2.8. O Império do Brasil e o Reino do Congo  | 119 |
| 2.9. Produtos do Reino do Congo a serem comercializados com o Brasil   | 125 |
| <br>   |     |
| <b>CAPÍTULO III. CRÔNICA ESQUECIDA DO INFANTE: NICOLAU DE ÁGUA ROSADA E A REVOLTA EM ANGOLA DE 1857-1860.</b>  | 131 |
| 3.1. Crônicas de uma morte anunciada: evolução das narrativas acerca de Nicolau de Água Rosada   | 133 |
| 3.2. O príncipe de dois mundos: Dom Nicolau de Água Rosada e o Tratado de 1845   | 137 |
| 3.3. Um príncipe de braçadeira: o retorno de Nicolau de Água Rosada à Angola   | 147 |

|   |     |
|---|-----|
| 3.4. Um reino para dois senhores: a questão sucessória no Reino do Congo entre 1857-1860. | 153 |
| 3.5. Entre coroa e canhões: a aclamação de Dom Pedro V do Congo em 1859                   | 161 |
| 3.6. Uma pena como espada: o protesto de Nicolau de Água Rosada e seus efeitos            | 167 |
| 3.7. A Guerra dos Quatro Reinos: Reino do Congo, Portugal, Brasil e Grã-Bretanha          | 179 |
| 3.8. O ocaso do Infante Esquecido   | 184 |
| 3.9. O fim da Guerra dos Quatro Reinos  | 188 |

**CAPÍTULO IV. O EMBATE DOS ESTRATEGOS: BRITÂNICOS, PORTUGUESES, BRASILEIROS E CONGOLESES NO CENTRO OESTE AFRICANO ENTRE 1850 A 1860.**

|   |     |
|---|-----|
| 4.1. Restauração após o Congresso de Viena de 1815 e a nova ordem conservadora                                | 197 |
| 4.2. O abolicionismo britânico e sua ação sobre a Europa e a América  | 200 |
| 4.3. Dinâmica do período final do tráfico negreiro  | 207 |
| 4.4. Mudanças na estrutura do tráfico e substituição pelo comércio lícito                                     | 212 |
| 4.5. Efeitos das mudanças comerciais na estrutura tradicional de poder na África                              | 215 |
| 4.6. Efeitos das mudanças comerciais no Reino do Congo  | 218 |
| 4.7. O Império do Brasil e a tentativa de manter seus antigos laços com o continente africano entre 1850-1860 | 225 |
| 4.8. As iniciativas brasileiras e os interesses na região congo-angolana                                      | 232 |

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

239

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

245

## INTRODUÇÃO

Dentre as diversas crenças trazidas por povos da África Ocidental e Centro Ocidental, existe o relato acerca de uma deusa dos mares, de grande beleza e que cavalgava sobre as marés. Ela se apresentava nas borbulhas brilhantes das ondas as praias. O brilho das brumas chamava a atenção por sua intensidade, o que ao mesmo tempo atraía e ofuscava, chegando a cegar quem a contemplasse. Caprichosa, favorecia seus prediletos com as riquezas vindas das profundezas dos oceanos. Logo também se tornou protetora dos mercados à beira mar, lugar de movimento, fluidez, de grande importância para as economias ribeirinhas. Seu pai, insatisfeito com seus caprichos a condena a sofrer aquilo que infligia aos outros e ela se tornou cega (PRANDI,2001, p.419; CACCIATORE, 1988, p.45)

A história dos povos ao redor do Atlântico é, por muitas vezes, enxergada como uma história de cobiça, luxo, poder e riquezas, como uma deusa caprichosa que cobre de fortuna os seus amados. A ascensão e queda de impérios que se desenvolveram ao seu redor se sucede, assim como as narrativas que envolvem o tráfico de escravos. Tudo isso, como as brumas das ondas sobre nas praias em uma manhã de sol, são como ouro brilhante despejado sobre a areia. Todavia, por trás do fascínio inicial que esse brilho nos cause, é necessário entender que existe um mar mais profundo de relações e intercâmbios. Estes criam vínculos, não apenas relacionados à escravidão ou a ascensão dos grandes impérios, mais laços pessoais, familiares, culturais e mesmo religiosos que perpassaram os mais de quinhentos anos nos quais europeus, africanos e americanos fizeram com que o oceano cada vez mais se parecesse um rio.

Essas interações, movidas pela dominação e exploração, pelo cativo e colonização, também deixaram entrever relações, que apesar de aparentemente frágeis, perpassaram essas relações e, por vezes, transcenderam-nas a elas. Ainda que a porção americana do Império Português tenha se emancipado politicamente em 1822, as ligações econômicas, políticas e sociais que a ligavam o Brasil a porção africana, e mesmo asiática do Império, mantiveram-se pelo restante do século XIX. Apesar da extinção do tráfico transatlântico de homens e mulheres para a escravidão, as conexões entre o Império do Brasil com populações residentes nas possessões portuguesas na África ainda subsistiram, embora de modo declinante. Apesar disso, essas influências mútuas ainda se fizeram sentir em aspectos políticos e econômicos em ambos os lados do Atlântico Sul.

Na intenção de compreender as interações ainda existentes entre brasileiros, colonos portugueses em Angola e as populações tradicionais a presente dissertação investiga o posicionamento oficial brasileiro quanto à disputa dinástica que se desenrolava no Reino do

Congo entre as décadas de 1850 e 1860, assim como o envolvimento de agentes consulares brasileiros na ocasião da morte do príncipe africano Dom Nicolau do Congo.

Através destes pontos, são investigados os indícios que permitam analisar os interesses quanto às colônias portuguesas na África Centro Ocidental naquele período. Sem deixar de compreender os intercâmbios políticos entre o Brasil, Portugal e a Grã-Bretanha este estudo busca conjugar a interferência, tanto dos grupos locais envolvidos no caso, assim como de outros elementos não estatais nesse processo, além dos sujeitos africanos atuantes no mesmo. A intenção é perceber a participação desses todos estes elementos sem consagrar vítimas, nem eleger algozes.

A relevância da história das relações entre a África e o Brasil, muito além de seu aspecto étnico e cultural, está no fato de que esta – de uma forma ou de outra – historicamente presente, senão na formação do Brasil, também como uma parte importante de sua política externa. Sem entrar nos detalhes acerca de momentos importantes dessas relações no período da Política Externa Independente (1961-1964), passando pelas aproximações e omissões vivenciados dentro da política externa do período ditatorial (1964-1985), até chegarmos aos dias de maior proximidade vividos nas eras Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Lula (2003-2011) e mesmo no governo Dilma Rousseff (2011 a atualidade), esse tema tem sido sempre lembrado, ou feito-se lembrar.

Com o fim da Guerra Fria, o continente africano vivenciou um período de sangrentas guerras civis, assim como epidemias e marginalização econômica (VISENTINI, 2014, p. 51). A medida em que estas situações foram sendo superadas, ainda que parcialmente, criou-se um ambiente de desenvolvimento econômico e social no continente (VISENTINI, 2014, p. 54). Isso tornou a África um objeto do interesse internacional. Segundo Visentini o continente teria se “tornado objeto de uma nova corrida mundial, como no fim do século XIX” (VISENTINI, 2014, p.54). Contudo, o protagonismo dessa vez se deu pelas chamadas “potências emergentes”, em especial o Brasil, a China e a Índia (VISENTINI, 2014, p. 55).

Desde as iniciativas para a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - a CPLP - sob o Governo Fernando Henrique Cardoso, passando pela transformação da África em parceira estratégica na política Sul-Sul desenvolvida no governo Luís Inácio Lula da Silva e mesmo diante dos ajustes nesta relação feitos no governo Dilma Rousseff, o Estado brasileiro buscou aproveitar a oportunidade que essa nova conjuntura internacional abriu. A intensificação das relações entre o Brasil e os países africanos durante estes quase vinte anos possibilitou o aumento da diplomacia presidencial, assim como o número de embaixadas e o

crescimento significativo dos projetos de cooperação.

É um fator significativo nessas relações, por outro lado, a conjuntura interna vivenciada no Brasil no sentido de valorizar os aspectos históricos e culturais da herança africana e mesmo a busca por uma reescrita da história dos negros e seus descendentes e, conseqüentemente, da própria interação com os povos africanos (como, por exemplo, o determinado pela lei nº11645 de 10 de março de 2008). Entretanto, essa reaproximação é acusada de conter permanências de um viés culturalista, baseado nas proximidades entre africanos, brasileiros e portugueses conforme os postulados freyrianos (SARAIVA, 2015, p.115). Assim, ao mesmo tempo que essa visão possibilita a busca por pontos de vista nacionais acerca da África leva também a secundarização de fatos históricos desconfortáveis ao governo brasileiro durante a Ditadura como a complacência com os interesses portugueses em Angola e Moçambique, assim como com o *apartheid* sul-africano (SARAIVA, 2015, p.116)

Dentro de um ponto de vista mais crítico a presença de empresas brasileiras é atacada por buscar explorar o continente em setores como mineração, petróleo e gás, e infraestrutura. Por outro lado, o empresariado se queixa do pouco apoio estatal brasileiro em regiões instáveis e conflituosas (CASARÕES, 2015, p. 25). A primeira impressão que se pode ter diante desses debates, assim como acerca do lugar da África na política externa brasileira na atualidade é o de que essas relações são um tema recente e desprovido de precedentes dignos de nota, sepultados num passado distante. Como fascinados diante do brilho fugaz das ondas que se lançam sobre a praia, podemos tender para a síntese de temas contemporâneos complexos de modo a criar modelos pragmáticos e generalizantes acerca deles, esquecendo suas raízes históricas.

O interesse daqueles envolvidos na concepção da política externa brasileira, assim como de seus empreendedores e negociantes, com a África não se restringiu aos últimos quarenta anos, desde que o chanceler Mário Gibson Barbosa empreendeu seu “Périplo Africano”, ainda dentro do governo do general Garrastazu Médici (1969-1974) (SOUTO, 2003), ou quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva realizou mais de uma dezena de viagens àquele continente (CASARÕES, 2015, p. 25). Os mares aqui são bem mais profundos.

Dentro da historiografia acerca das relações entre brasileiros e africanos, em especial durante o Brasil Império (1882-1889), essas relações aparecem intrinsecamente vinculadas com a escravidão e o tráfico. E mesmo esse trânsito é entendido como um assunto europeu, ou

americano, sem levar em conta as dinâmicas próprias do local de origem desses indivíduos e suas inter-relações com o mundo externo. Assim, pode-se dizer que, quanto às relações internacionais entre a África e o Brasil na segunda metade do século XIX, o centro ainda é a história do escravismo no Brasil. À medida que este tema deixa de ocupar o centro das atenções na política do II Reinado, a historiografia acerca das relações entre o Brasil e a África praticamente desaparece. Mesmo com os esforços, honrosos, de autores como José Honório Rodrigues (1964) e Alberto da Costa e Silva (1989 e 2003) essas relações ganham um caráter declinante, o contraponto da pujança dos contatos nos períodos anteriores.

Por outro lado, esses pontos de vista são fundamentados na crença, ou pelo menos como pressuposição, de que essas mulheres e homens trazidos como cativos, vierem de locais desprovidos de organização social, dignas daquilo que chamaríamos como Estados. Essa ideia, que tem nos postulados de Hegel um de seus expoentes mais loquazes, traz a noção de que aquele continente seria desprovido de historicidade, fechado em uma dinâmica própria, como se fosse a infância da humanidade (HEGEL, [1838], 2008, p.89-91); esse viés de pensamento reflete em outros povos e outras regiões do mundo um parâmetro de análise que, talvez, só sirva ao modelo europeu-ocidental, colocando abaixo dela outras trajetórias históricas

Para se transcender a essa visão reducionista, faz-se necessário ampliar nossa análise para um nível que transcenda a mera apreciação das interações coloniais buscando compreender as realidades estruturais e conjunturais vivenciadas na África. Um continente multifacetado, contendo relações sociais amplas, sociedades organizadas, de modo a formar unidades organizacionais estruturadas, mecanismos de poder político e administrativo organizados em vários níveis, e que interagem umas com as outras. Essas interconexões existentes internamente interagem com um sistema extracontinental, seja por meio dos fluxos comerciais em escala mundial, seja nas trocas culturais e simbólicas decorrentes destas.

Assim sendo, fixar os estudos acerca das relações entre brasileiros e africanos, de modo único e exclusivamente voltado para a trajetória do comércio de escravos, assim como subordiná-lo por completo ao estudo da escravidão, é reforçar um ponto de vista que olvida a história de um continente inteiro e da profundidade que os contatos entre as duas margens do Atlântico Sul tiveram.

E é nesse espírito que a presente dissertação investiga o episódio do envolvimento do agente consular brasileiro, o médico Saturnino de Sousa e Oliveira (1824-1870?), no caso da morte do príncipe africano Nicolau de Água Rosada e Sardônia. O episódio se deu em meio a

um conflito bélico que envolvia povos tradicionais africanos, colonizadores portugueses, assim como negociantes britânicos, brasileiros e franceses.

Nos estertores do tráfico de escravos e diante dos esforços coloniais portugueses em transformar suas possessões na África Centro Ocidental em um “Novo Brasil” (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 38), ex-traficantes de almas e negociantes brasileiros lutaram, conjuntamente com seus congêneres britânicos e franceses, no sentido de reposicionar seus negócios em um mundo atlântico em transformação. De outro lado, havia o Estado imperial brasileiro interessado em manter seus vínculos econômicos e políticos com regiões como Angola e Moçambique, porém sob novos termos: o comércio dos chamados “produtos lícitos” e a presença diplomática naquele continente.

Mais que à busca por entender uma dinâmica estritamente brasileira refletida no continente africano, ou dar a história africana uma supremacia sobre os contextos nacionais, esta dissertação trabalha com o mote da interação, buscando entender como contextos aparentemente díspares, podem se influenciar mutuamente. Como as iniciativas do Brasil durante o período áureo do II Reinado e a ascensão do III Império Português<sup>1</sup>, e ambos frente à crescente pulverização dos poderes locais nas proximidades da foz do rio Congo, podem estar imbrincados.

Para melhor atender a estes certames, esta dissertação se divide em três grandes eixos de reflexão. Uma que procura desenvolver as linhas gerais sobre a história e as relações internacionais dos Estados envolvidos. Em seguida, a trajetória de vida do personagem, e como essa colocou em choque os interesses brasileiros, portugueses, britânicos, franceses, assim como os dos povos tradicionais envolvidos e por fim, a análise desses interesses. Esses eixos se configuram em quatro capítulos nos quais elas serão analisadas.

É oportuno debater aqui, ainda que rapidamente, a pertinência acerca do termo interesse nacional. Antes mesmo do surgimento dos Estados Modernos as ações internacionais dos soberanos eram justificadas através de expressões como “honra nacional”, “interesse dinástico” ou ainda “interesse do Príncipe” (MORAES, 1986, p. 152). Nicolau Maquiavel, em “O Príncipe” ([1532], 2011), postula a separação entre a moral cristã e a política como as bases sobre as quais se assentam as razões do Estado, declarando a soberania dessa frente aos interesses particulares. Já Thomas Hobbes, em “O Leviatã” ([1651], 2008), coloca que os interesses díspares dos diversos grupos seriam uma ameaça a existência do próprio Estado. Logo, a unidade em torno do governante seria a solução para evitar que o Estado se diluísse

---

<sup>1</sup>Terceiro Império Português é o período que abarca os anos de 1822 a 1974 aonde onde após a emancipação política do Brasil o império colonial português ficou restrito a suas possessões na África e na Ásia.

em disputas internas. Com o surgimento dos Estados Nacionais e a ascensão das instituições democráticas, as ideias de interesse nacional até então pautados na figura do soberano passam a refletir aos anseios da sociedade e não apenas de um indivíduo ou de um pequeno grupo (MORAES, 1986, p. 152). Para o teórico das relações internacionais Hans Morgenthau a política externa de um país deve ser definida nos termos do interesse nacional. Esta seria a regra suprema de moralidade do Estado e um orientador tanto de sua política internacional quanto de sua ação diplomática. O Interesse Nacional por sua vez refletiriam a cultura e o contexto político de cada época (MORAES, 1986, p. 152). Além dos argumentos que superdimensionam o poder central ou que o colocam como sinônimo do próprio Estado, Norberto Bobbio, transcendendo os aspectos relacionados à segurança institucional introduz neste debate o contexto político interno de cada país e os interesses de seus diversos grupos de pressão (BOBBIO et al, 1998), argumento no qual nos valem nessa pesquisa.

Desse modo o primeiro capítulo versa sobre uma caracterização geral do Reino do Congo, em seus aspectos geográficos, sociais, políticos e históricos, assim como quanto a influência desse no Brasil e na América. Apesar dos muitos estudos já terem sido realizados acerca dos povos africanos que foram expatriados para o Brasil, o grupo congo-angola é muitas vezes entendido como grupo homogêneo. Este capítulo procura individualizar os elementos do grupo congolês e correlacioná-los à sua matriz na África Centro Ocidental.

O segundo capítulo procurará individualizar as interações políticas, econômicas e sociais entre o Império do Brasil e a região Centro Oeste da África, em especial a colônia portuguesa de Luanda e Benguela, assim como o Reino do Congo. Esse se voltará também a perscrutar as relações informais estabelecidas entre indivíduos e grupos relacionados com o comércio de pessoas, bens de consumo, agricultura, mineração e outras atividades econômicas e o modo como esses influenciavam na política e na sociedade das regiões em que estavam estabelecidos. Por fim, buscará investigar a influência desses mesmos junto ao serviço diplomático do Império do Brasil nessas áreas.

O capítulo três focará no episódio acerca do pedido de asilo do príncipe Nicolau de Água Rosada ao Imperador Pedro II e o seu assassinato em um conturbado contexto político pelo qual passava o Reino do Congo. Concomitantemente a isso, será abordada as insinuações por parte de jornais e autoridades coloniais portuguesas no envolvimento de brasileiros e britânicos no incidente. O recorte estudado abrange o início da gestão do terceiro cônsul geral brasileiro em Luanda, Saturnino de Souza e Oliveira, em 1858, até o fim das investigações quanto ao assassinato e a substituição do mesmo por Manoel Sobral Pinto, em 1861. Em



paralelo a isso, serão estudadas as revoltas ocorridas na província de Angola entre os anos de 1857-1860 e o como que os acontecimentos acerca da vida e do assassinato do referido príncipe influenciaram no desfecho do conflito.

Por fim, no capítulo quatro, será detalhado a colonização lusitana no Centro Oeste africano, em especial na primeira metade do XIX, e a presença britânica, francesa e belga na região – seja no combate ao tráfico de escravos ou na contestação da expansão portuguesa na área. Frente a isto serão confrontados os interesses brasileiros envolvidos na questão, assim como os dos povos locais, em especial o Reino do Congo.

Para que o brilho das brumas não nos tire a visão da beleza do oceano, esperamos que, por meio desta dissertação, possamos contribuir para a construção de uma perspectiva ampliada acerca da temática das relações entre o Brasil Imperial e a África. Desta forma, sem generalizá-las em um silêncio aterrador, nem a circunscrever à temática da escravidão. As relações políticas, econômicas e comerciais entre os dois lados do atlântico sul, antes de serem um assunto exclusivo de nosso tempo, constituem um tema que possui precedentes históricos de grande relevância para a compreensão da política externa brasileira para a África. A interrupção dos contatos após o término do tráfico de escravos em 1850, antes de ser um brusco rompimento, foi um longo ocaso.

A proposta desta dissertação consiste em abordar, de modo amplo, o envolvimento de brasileiros, povos tradicionais africanos, assim como portugueses, britânicos, franceses e suas investidas no Atlântico Sul e a costa Centro ocidental africana nas décadas de 1850 e 1860. Nessa perspectiva integrada as interações entre Europa, América e África, antes de serem predominantemente restritas ao trabalho escravo ou a expatriação de mulheres e homens para tal finalidade, foi determinante tanto na formação desse cenário, como no contexto mundial entre os séculos XVIII e XIX. Análises de perspectivas mais amplas, como a proposta por esta dissertação, trazem à luz os antagonismos e desconfianças existentes entre pesquisadores de História e das Relações Internacionais.

Enquanto os primeiros os estudiosos de Relações Internacionais tendem a sintetizar a complexidades dos temas contemporâneos em modelos pragmáticos e generalizantes, para eles os historiadores têm foco demasiado no passado distante em detrimento dos grandes temas do presente ou que poderão a ser importantes no futuro (RAPAPORT, 1992). No entanto, ambas as áreas do conhecimento sofreram os impactos da decadência das macroanálises que balizaram as Ciências Humanas e Sociais nas últimas décadas (CAMARGO, 2013). Seja a historiografia, sejam as reflexões no campo da História das

Relações Internacionais buscaram – cada uma a seu modo – vencer os desafios e exigências que sistemas sociais cada vez mais complexos faziam àqueles que buscavam compreendê-la.

De modo a transcender aos postulados da historiografia positivista o Movimento dos *Annales*, buscou promover novas possibilidades de análise historiográfica. Ganhava destaque a busca pela interdisciplinaridade, pela História Problema e a criação de uma nova relação com o tempo e o espaço (BARROS, 2012).

A História das Relações Internacionais, por sua vez, busca romper com a chamada “História Diplomática” e o vislumbre de novas perspectivas que permitissem analisar sistemas sociais que se tornavam cada vez mais complexos (CAMARGO, 2013). Isso deveria ser feito através da relativização das fontes oficiais e a abertura a pesquisa sobre fontes até então negligenciadas pela História das Relações Internacionais.

Desse contato entre a Historiografia renovada pelo movimento dos *Annales* – em especial através das obras de Fernand Braudel – e as novas perspectivas às quais a História das Relações Internacionais se lança (especialmente com autores como Renouvin, Duroselle e Bull) há uma maior intercomunicação entre as duas áreas. Enquanto a interdisciplinaridade presente na historiografia se abriu à incorporação de modelos, teorias e conceitos já trabalhados na História das Relações Internacionais, os teóricos da História das Relações Internacionais se voltam para a historicidade como um elemento importante na compreensão dos processos relativos ao internacional (MOURA, 1989).

Assim, a análise feita nesta dissertação busca evidenciar os diferentes elementos presentes nesta inter-relação entre Historiografia e Política Internacional, assim como, diante da amplitude que elas possibilitam, abordar a questão suscitando uma reflexão acerca de seus aspectos interdisciplinares e na busca por se adaptar-se nesta nova relação entre o tempo e o espaço.

Entendendo a Política Internacional como parte de um processo histórico de longa duração e diante da complexidade dos sistemas sociais existentes no século XIX, faz-se necessário o uso de formulações teóricas capazes de abrangê-las. Com isso, esta pesquisa procura transcender as concepções meramente oficiais ou o ponto de vista unicamente estatal (que são uma ameaça constante quando lida com registros diplomáticos). A interdisciplinaridade aparece nesse contexto como um modo de aplicar diferentes pontos de vista sobre as fontes utilizadas e a problemática tratada nesta dissertação.

Assim, a abordagem de História Política, tanto como de História das Relações Internacionais, ultrapassa a relação única de causa-efeito, para adotar uma concepção de

múltiplas causas e múltiplos efeitos, conforme postula Pocock (1962). A história do pensamento político, segundo este autor, deve transcender ao domínio do tratamento exclusivamente filosófico ou conceitual do tema, levar em conta a complexa interconexão existente entre o pensamento político dos sujeitos envolvidos nos processos históricos, assim como seus diferentes níveis de coerência e racionalidade quanto a execução destes (POCOCK, 1962). Isso vai muito além da filosofia política autodeclarada pelo indivíduo, mas exige do pesquisador uma compreensão dos seus aspectos ambientais e o modo como uma dada medida é implementada e incrementada (POCOCK, 1962). Logo, a política, mesmo quando intitulada de Política Externa, é uma interação que envolve múltiplas vozes, que podem mudar no decorrer do período estudado e ainda estar imersas em uma cultura própria de seu tempo e espaço.

Assim sendo, esta dissertação desenvolve-se dentro desta preocupação de uma história política multivocal, voltando-se para a análise do ambiente político interno e externo no qual o governo imperial estava inserido. Aborda ainda como esses ambientes influenciaram tanto na formulação da política externa para a África, quanto na condução das intercorrências surgidas diante do episódio envolvendo o príncipe Dom Nicolau de Água Rosada. Para isto, buscaremos as posições defendidas e os interesses de seus diferentes agentes, assim como o modo com que esse posicionamento foi socialmente construído.

Para analisar o cenário internacional que envolve o Império do Brasil, o império colonial português na África, os povos tradicionais nela existentes, assim como a Grã-Bretanha e França, faz-se necessário dar ênfase às estruturas materiais presentes na formação das identidades dos atores políticos internacionais envolvidos e na relação mútua existente entre esses. Para tal, é necessário deter-se na análise no contexto no qual eles estavam envolvidos. Neste certame, a metodologia surge como um instrumento importante na construção do conhecimento histórico.

Em um sentido amplo, a fonte histórica é todo o conjunto material e imaterial deixado pelo ser humano que possa servir de base para a construção do conhecimento histórico (SILVA & SILVA, 2009). Dados e informações registrados em um suporte material compõe os documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2004). Todavia, o uso dos documentos é uma das bases da ação do Estado. Chartier (1993) sugere que a prática do uso dos documentos como forma de atuação dos governos através de registros escritos seria uma imbricação entre o simbólico e o instrumental. Já sob a ótica de Bourdieu, na medida em que se responsabiliza pelas operações de totalização de dados gerais sobre o Estado (censos, estatísticas, agregados

econômicos, entre outros) e sua objetivação num dado espaço (cartografia), e se utilizando da forma escrita, faz com que essa se torne um instrumento de acumulação de conhecimento, centralização e monopolização deste em proveito dos letrados e agentes estatais enfim, do próprio Estado (BOURDIEU, 1996).

Assim, considera-se como fonte para a elaboração desta dissertação um conjunto de documentos públicos e privados que contribuam para compreensão do passado relativo aos contatos políticos e comerciais entre o Brasil e a África. Foram pesquisados registros documentais produzidos ou recebidos por órgãos estatais que envolviam as relações entre Brasil, Portugal, Angola e Grã-Bretanha na segunda metade do século XIX, especialmente os existentes no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (AHI), assim como artigos jornalísticos deste mesmo período.

Os registros informacionais contidos nos documentos de arquivo foram a fonte precípua escolhida para subsidiar as análises feitas nesta dissertação, pois permitiram compreender aspectos formais e políticos presente na ação do Estados envolvidos, assim como os aspectos relacionados a cultura, imaginário e mentalidades dos envolvidos na questão.

A análise crítica das informações trocadas pelas embaixadas e legações brasileiras em Luanda, Lisboa e Londres com a Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil permitiu que, através de seus aspectos jurídico-administrativos de seu discurso, fosse feita uma apreciação para além do político-institucional, permitindo transparecer as múltiplas vozes que caracterizam essa nova maneira de se fazer História Política.

Para ampliar o estudo da política externa brasileira nesse período e procurar compreender os aspectos nacionais que concerniam a estas questões, foram investigadas correspondências e missivas, de modo que, através das opiniões e posições expressas por seus interlocutores, fosse possível identificar as representações sociais, ideologias e mentalidades que envolviam tanto a busca pela manutenção dos contatos entre brasileiros e africanos, como as questões que envolveram a atuação do agente consular brasileiro e outros agentes diplomáticos, no protesto e na morte de Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia.

Por último, foram pesquisados os periódicos circulantes entre 1850 a 1860 na cidade do Lisboa, capital do Império Colonial Português, em especial o Jornal do Comércio e a Revista Hebdomadária, dentre outras. Buscando entender o público alvo a que o periódico pretende atingir assim como os diversos significados que envolvem os discursos neles contidos, seja pelo modo como as alocações são construídas, os procedimentos

tipográficos utilizados assim como as ilustrações contidas nas matérias (LUCA, 2011, p. 140).

Para isso as etapas da análise para o tratamento destes documentos não são enxergadas como um processo rigidamente estabelecido, porém foram encaradas como um procedimento dialógico desenvolvido sob orientação docente. Em um primeiro momento foram realizados os levantamentos acerca da documentação: arquivos que seriam pesquisados, seleção de fundos, séries e grupos documentais, bibliotecas e hemerotecas sobre o tema ou relacionados aos personagens envolvidos. Feita a pesquisa junto aos registros documentais foi criado um repertório. Esse é um instrumento bastante útil de pesquisa no qual são descritos, pormenorizadamente, os documentos selecionados, pertencentes a um ou mais fundos<sup>2</sup> documentais levando em conta aspectos como remetente e receptor, local de origem e destino das missivas, formato<sup>3</sup>, espécie<sup>4</sup> e tipologia<sup>5</sup> documental, assim como o assunto tratado dentre outros. Selecionados os documentos mais significativos para a pesquisa, foi feita a transcrição destas fontes, procurando respeitar as normas vigentes quanto à transcrição de documentos históricos<sup>6</sup>

Com a utilização de documentos das chancelarias brasileira, portuguesa e britânica, assim como de registros escritos por africanos a análise documental se caracterizou por ser como um exame minucioso acerca dos aspectos formais, estruturais e temáticos dos documentos encontrados. Entendemos mais como uma atitude, uma postura frente a todo o conjunto das fontes do que um momento específico dentro da pesquisa que ocorria de forma conjunta com a coleta e exame dos documentos. Nesta etapa, procurou-se investigar semelhanças e disparidades, correlacionar assuntos e temáticas presentes nos documentos; confrontá-los à realidade do momento em que foram produzidos; identificam mudanças e permanências relacionadas aos entes envolvidos, aos locais e datas e aos assuntos ou temas tratados, conforme postulado por Calado & Ferreira (2005).

Ainda dentro da análise documental, surgiu a necessidade de uma investigação detalhada acerca da trajetória de cada um dos temas encontrados, ideias, entes ou eventos e as

---

<sup>2</sup> Conforme o Arquivo Nacional (2004), fundo é conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo.

<sup>3</sup> Conforme o Arquivo Nacional (2004), formato documental é a configuração física de um suporte de acordo com a sua natureza e o modo como foi confeccionado (forma do suporte).

<sup>4</sup> Conforme o Arquivo Nacional Espécie documental é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas: São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, disco, filme, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório.

<sup>5</sup> Conforme Arquivo Nacional (2004), tipologia documental, é a configuração que assume uma espécie documental de acordo com a atividade que a gerou. Exemplos de tipologia são: atas de reunião, carta de admissão, certidão de nascimento, entre outros.

<sup>6</sup> Para as regras em questão, ver <https://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf>.

correlações existentes entre eles. Para tanto, empreendemos pesquisas acerca da evolução histórica das estruturas administrativas envolvidas no caso, assim como das instâncias institucionais ou midiáticas que estiverem presentes nos documentos para assim se abranger os tipos de documentos produzidos e acumulados nas instituições, sua esfera de ação e possibilidades de ampliação de pesquisa que estes dados apresentam (BARCELLAR, 2011).

Coletados e organizados os dados, foi feito o cruzamento de temas, averiguando interligações – se existentes – entre os assuntos, temas, fatos e personagens e investigando a forma como esses se perpassam na documentação e a forma como estes se influenciam mutuamente. Concomitantemente a tudo isso foi realizado um levantamento bibliográfico, que esteve presente em todo o processo. Esta etapa consistiu numa relação de documentos de publicação seriada guardados em acervos de bibliotecas, arquivos, museus ou centros de documentação que versem sobre os assuntos, direta e indiretamente, relacionados a pesquisa (ARQUIVO NACIONAL, 2004). Buscando com isso conhecer e analisar as contribuições em aspectos culturais ou científicas que a análise do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. O levantamento bibliográfico por uma face verifica e atualiza o estado do debate acerca de um dado tema e por outra em determinar os rumos da metodologia a ser utilizada (CERVO, 1983).

Contudo, a historiografia brasileira apresenta alguns poucos casos em que líderes de povos originários africanos foram trazidos como escravos para o país. Os negociantes de almas luso-brasileiros desterraram para a América Portuguesa e, posteriormente, para o Império do Brasil, vários régulos e líderes de povos africanos durante os trezentos anos de existência do fluxo de mulheres e homens para o trabalho escravo para o Brasil.

Uma das descrições mais antigas deste fato é quando, em 1622, os portugueses derrotaram os líderes do povo Cassange – povo vassalo do rei dos congoleses e que assim como estes eram aliados dos portugueses na região – e desterraram para o Brasil vários de seus chefes (COSTA E SILVA, 2011, p. 133).

Já em 1750, o rei do Daomé, *Dadá* Tegbesu, para garantir sua sucessão ao trono, vendeu para os traficantes de escravos portugueses vários membros do clã Agaja, entre eles o príncipe Fruku. Ele foi batizado com o nome de Jerônimo Fruku e foi vendido para agricultores na Bahia, onde permaneceu cerca de vinte e quatro anos. Ao assumir o trono do Daomé, o rei Kpengla, amigo de infância do príncipe desterrado, providenciou seu retorno à África (COSTA E SILVA, 2011, p. 133). Ainda no Reino do Daomé, o *Dadá* Adandozan, em 1797, mandou pôr em um navio negreiro que rumava para o Brasil a rainha Nã Agontiné, seus

colaboradores diretos e partidários (COSTA E SILVA, 2011, p. 133; VERGER, 1990, p. 1990).

Retornando à África Centro Ocidental, existe a história do rei “Galanga”, que em 1740, teria sido rei do Congo, com o nome cristão de “Francisco”, foi aprisionado por traficantes portugueses, assim como toda sua tribo, incluindo sua mulher e filhos. A esposa e alguns de seus filhos e súditos morreram no mar. Ao aportarem no Rio de Janeiro foram levados para as minas de Ouro Preto. Com inteligência e laboriosidade ele consegue a alforria, assim como para todos os seus filhos ainda vivos e súditos. (SILVA, 2007, p. 43-56; VASCONCELOS, 1974, p.162-163). Como ação de graças, criaram uma irmandade religiosa sob o patrocínio de Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário, que nas suas festividades, saíam vestido como nobres, ouviam a missa e desfilavam pelas ruelas da cidade mineira ao som de instrumentos musicais (VASCONCELOS, 1974, p.162-163).

Sem discutir aqui sua verossimilhança, esses e outros personagens, membros dos grupos dominantes africanos poderiam aqui ter encontrado conterrâneos nas mesmas cidades ou fazendas nas quais foram instalados, tendo sido prontamente reconhecidos. Assim como no caso do Rei “Galunga”, esses vínculos permitiram a criação de grupos de devoção, santuários, capelas assim como de festividades – como os maracatus e as congadas. Essas formas de integração, segundo Alberto da Costa e Silva, permitiram que esses povos originários se congregassem ao redor de novas formas de sociabilidade, com elementos de outras origens, e assim pudessem continuar a cultuar seus deuses e seus antepassados (COSTA E SILVA, 2011, p. 134; SLENE, 1995).

Há ainda outros casos de chefes locais que tivessem embarcado como homens livres no continente africano e que foram ilegalmente colocados em cativeiro ao chegarem ao Brasil, ou alguns que vieram como homens livres (COSTA E SILVA, 2011, p. 133). Dentre esses casos excepcionais, merece destaque Cândido de Fonseca Galvão ou, como ficou conhecido “Dom Obá”. Filho de Aláàfin Abioun, último soberano a manter unido o Reino do Oyo no século XVIII, na África Ocidental. Vencida e batalha, Aláàfin foi trazido ao Brasil como escravo. Contudo, conseguiu conquistar sua alforria e a de sua esposa. Diante disso, seu filho nascido em solo brasileiro nascera livre. Mereceu destaque por seu comandar um batalhão composto por soldados negros na Guerra do Paraguai. Sua atuação na guerra mereceu-lhe uma condecoração que foi entregue pelo próprio imperador. Depois disso, ele se mudou, com sua família da Bahia para o Rio de Janeiro. Enquanto na capital do Império ele foi retratado de forma muitas vezes caricatural, virando uma figura folclórica da sociedade carioca de

então, por outro lado foi reverenciado como um príncipe por vários afro-brasileiros, originários da África Ocidental ou seus descendentes (SCHWARCZ, 1999).

A narrativa da vida do príncipe congolês Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia, de alguma forma remonta à trajetória desses líderes africanos que, de modo forçado ou espontâneo, tiveram no Brasil um aspecto importante de suas trajetórias de vida ou que aqui vivenciariam seu exílio. A existência desse personagem, mais familiar à historiografia portuguesa e angolana que a brasileira, até a atualidade, estava restrita aos documentos diplomáticos do consulado geral brasileiro em Luanda, armazenados no Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro - AHI. Sua aproximação com o Império Brasileiro significou, ao mesmo tempo, uma alternativa política para seu povo, assim como uma possibilidade para ele enquanto indivíduo. No entanto, apesar dessas oportunidades, a narrativa acerca de sua trajetória de vida é descrita como um desses casos em que a existência inteira de um indivíduo é considerada apenas como um prólogo, um conjunto de causas que podem justificar seu ato de protesto contra o governo colonial português, assim como sua morte trágica.

Dentre as primeiras notícias que se referiam ao príncipe Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia há os periódicos angolanos e portugueses da década de 1840 e 1860. O primeiro deles é o Boletim Oficial da Província de Angola que se põe a relatar a celebração do tratado entre Portugal e o Reino do Congo em 25 de Abril de 1845 e faz menção a ida do filho do rei africano, Dom Henrique II do Congo, para estudar em Lisboa (ÍNDICE DO BOLETIM OFFICIAL, 1864).

Já quanto aos periódicos lusitanos, há um outro jornal – do qual não é possível identificar o nome – datado de novembro de 1845, no qual o príncipe africano é retratado quando de sua chegada à capital portuguesa e na audiência com a rainha Dona Maria II, cognominada como “A Educadora”, onde foi recebido, com pompa e circunstância. Na referida gravura (conforme a figura 12 desta dissertação) ele é representado como um jovem entre quinze e vinte anos, trajado com vestes cerimoniais, que misturavam elementos europeus, como casaca e uma coroa de príncipe aos modos ocidentais, e um saiote como era o costume congolês no período (WHEELER, 1968, p. 42).

Esses registros são importantes porque buscam demonstrar a boa vontade do governo colonial português com seu aliado local, o rei congolês Henrique II. Nesses registros o Reino do Congo é apresentado como um país autônomo e soberano e Dom Nicolau como um nobre digno de nota nos jornais lisboetas.

Essa abordagem favorável para com o Reino do Congo e o Príncipe Dom Nicolau



mudou, radicalmente, na década seguinte. Em dezembro de 1859, surgiu no Jornal do Comércio de Lisboa um protesto contra o governo colonial português em Angola e a atuação desse mesmo governo contra o Reino do Congo. A autoria desse protesto, feito de modo até então inédito, é atribuída como sendo do mesmo príncipe Nicolau, que havia sido recebido pela rainha Dom Maria II e que fora retratado nos jornais à época (WHEELER, 1968, p.49).

Diante das acusações, entendidas por parte dos membros da imprensa lisboeta, como graves foi publicado um outro artigo, só que dessa vez no periódico chamado Revista Hebdomadária, que tinha como redator chefe A. C. de Almeida. Além da preocupação em refutar os argumentos colocados por Dom Nicolau contra a ação do Império Português naquela região da África foram feitos diversos comentários de cunho político e pessoal contra seu autor (CARVALHO, 1859, p. 365-366).

Aqui as menções deixaram de ser benevolentes, como eram no período em que o governo português pretendia se aproximar de Henrique II, e passam a se referir ao príncipe como um ingrato e degenerado, que ousou se levantar contra a mãe-pátria portuguesa, que tanto fez por ele e por seu povo no sentido de levar-lhes a “civilização” e o “progresso” (CARVALHO, 1859, p. 365-366).

Com um texto repleto de ironia e preconceito racial, A. C de Carvalho questionou a autenticidade do artigo de protesto assinado por Dom Nicolau e, pela primeira vez, levantou suspeitas quanto à participação de estrangeiros em sua elaboração, em especial britânicos e brasileiros e seus interesses quanto as possessões portuguesas na África.

Ainda na década de 1850 e nos primeiros anos da década de 1860 existem importantes relatos feitos pelo agente consular brasileiro, o médico Saturnino de Sousa e Oliveira que em suas correspondências com a sede da chancelaria do Império no Rio de Janeiro, faz relatos contundentes quando do encaminhamento do pedido de asilo feito por Dom Nicolau e dos acontecimentos que levaram a sua morte.

Inicialmente, as descrições feitas acerca do nobre africano possuíam um caráter positivo, elogioso, quase laudatório – ao encaminhar seu pedido de asilo no Império – e com o passar do tempo, após sua morte trágica e a descoberta do envolvimento do cônsul no plano de fuga e na pactuação com as manifestações de insatisfação de Nicolau nos jornais essas exposições se tornaram desdenhosas. Nesta fase, ele passou a ser apresentado como um astuto articulador que se utilizou de seus contatos sociais com os representantes estrangeiros para fazer valer seus interesses e ambições pessoais (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Nessa mesma linha de atuação há alguns relatos esporádicos feitos pelo cônsul

britânico e comissário do Tribunal Misto para Combate a Escravidão, Edmund Gabriel. Fazia menções elogiosas ao príncipe do Congo ao Parlamento Britânico (FOREIGN OFFICE, 63/1114), porém também mudou de discurso quando foi acusado de envolvimento no caso pelo mesmo Governo Geral. Ambos, Saturnino de Sousa e Oliveira e Edmund Gabriel, quando inquiridos acerca de seu envolvimento com o evento, levantaram suspeitas e acusações mutuas e suscitam os interesses pessoais do próprio Dom Nicolau como motivações dos fatos ocorridos até então (Carta de 01/03/1860, AHI:238/2/2).

O episódio acerca de Dom Nicolau de Água Rosada voltou a ser sistematicamente observado por Alfredo Sarmiento, funcionário do Governo Geral em Angola. Décadas depois da morte do príncipe, ele escreveu a obra “Sertões d’África” (1880). Ao estilo da literatura dos viajantes do século XIX, Alfredo Sarmiento descreveu aspectos geográficos, políticos, econômicos e culturais do Reino do Congo nos anos de 1850.

Apesar das narrativas cheias de preconceitos e eivadas de eurocentrismos, o valor de sua narrativa acerca do príncipe está no fato de ser contemporâneo a ele e ser seu colega de trabalho no governo colonial. Apesar de relatar suas qualidades enquanto profissional e sua inteligência, Sarmiento o descreveu tendo como linha mestra a narrativa de sua traição à coroa portuguesa e sua morte trágica. Esse fim teria sido o efeito imediato de sua ousadia em se aliar a estrangeiros contra os interesses benignos e magnânimos da metrópole europeia.

A trajetória do príncipe e o episódio envolvendo seu protesto contra o colonialismo português, aparentemente, caiu no esquecimento durante toda a primeira metade do século XX. Isso, ao mesmo tempo em que o poderio colonial lusitano lutava para justificar seu direito histórico sobre aquelas áreas e se firmar nas terras que viriam a formar a atual República de Angola.

O tema só foi retomado a partir da segunda metade do século XX, já dentro do processo histórico das lutas de libertação colonial afro-asiática. O primeiro a retomar o tema foi o pesquisador britânico Douglas L. Wheeler em sua obra “*Nineteenth-Century African Protest in Angola: Prince Nicolas of Kongo (1830? -1860)*” de 1968. Nela foi investigada a trajetória de vida do príncipe congolês se esforçando por apresentá-la de modo organizado e metódico, se utilizando de fontes britânicas, portuguesas e brasileiras sobre o tema e abandonando as visões estereotipadas que circundavam sua trajetória de vida.

Porém, seu artigo foi elaborado dentro do contexto da luta dos povos africanos por sua emancipação, entre as décadas de 1940 a 1970. Isso fez com que seu trabalho possua uma

nítida visão Pós-colonial<sup>7</sup>. Wheeler (1968) coloca o protesto de Dom Nicolau de Água Rosada dentro de um conjunto de movimentos protonacionalistas, e não necessariamente específicos ao reino do Congo. Quanto à atuação de estrangeiros no conflito, ela era mencionada, porém não há um posicionamento claro quanto à participação de cada um deles no conflito.

Contrariando o postulado do protonacionalismo angolano, a obra de F. Bontinck no artigo intitulado “*Notes complémentaires sur Dom Nicolau Agua Rosada e Sardonia*”, escrito em 1969, oferece um outro ponto de vista sobre o tema. O pesquisador questiona as premissas colocadas por Wheeler. Além de procurar apontar as contradições mais explícitas presentes em sua narrativa, ele coloca em xeque esse aparente nativismo angolano – até então inexistente segundo o autor – presente nos protestos de Dom Nicolau e suscita a possibilidade de que a motivação para os protestos seja o nacionalismo bacongo, assim como seu forte senso de independência.

Ao esmiuçar as causas do protesto e as ações estrangeiras em todo o episódio, Bontinck (1969) articula a ineficiência portuguesa quanto a ocupação do território e o comércio crescente na região da foz do rio Zaire como sendo razões que poderiam levar a uma ação mais direta do governo de Londres na região. Esses e outros interesses teriam atuado através de um levante que tinha como lideranças chefes locais. Assim, segundo Bontinck (1969), os protestos de Dom Nicolau, assim como o motim congolês e o envolvimento brasileiro na questão, poderiam ser apenas elementos utilizados pelos britânicos no sentido de alcançar seus interesses de longo prazo na região: impedir o avanço português na foz do Zaire.

O historiador francês René Pélissier, dezessete anos depois de Bontinck (1968), inseriu a trajetória de Nicolau de Água Rosada no desenrolar dos conflitos ocorridos durante as décadas de 1830-1850, quando a metrópole portuguesa pretendia intensificar e ampliar sua dominação efetiva em todo o litoral angolano, e assim, controlar as rotas comerciais originárias do interior e que tinham no litoral seu ponto de distribuição. Na obra “*História das campanhas de Angola: resistência e revoltas, 1845-1941*” (1986), o autor faz uma análise estrutural dos conflitos entre as forças coloniais em expansão e a resistência das lideranças locais. Assim, os embates dramáticos envolvendo os protestos e o assassinato de Dom Nicolau ocorridos durante a Questão Sucessória no Reino do Congo entre os anos de 1857 a 1860, seriam apenas mais um episódio na longa luta dos portugueses em dominar os povos do

---

<sup>7</sup> Pós-colonialismo designa conjunto de análises surgidas entre as décadas de 1950 e 1970 que busca compreender os efeitos políticos, filosóficos, artísticos deixados pelo colonialismo nos países colonizados (BAUMGARTEN, 2002, p. 244-246).

noroeste de Angola. A interferência dos países estrangeiros citados anteriormente é realçada, em especial no sentido de evidenciar a conexão entre os empreendimentos do brasileiro Francisco Antonio Flôres na região do Bembe e os esforços de ocupação empreendidos pelo governo de Lisboa.

Entre o fim do século XX e início do século XXI, a trajetória do príncipe negro reencontra escritores interessados. Sem necessariamente estarem vinculados a uma escrita pós-colonial, autores como Susan Herlin, John Thornton e Valentim Alexandre fazem importantes avanços quanto a tentativa de elucidar os pontos ainda nebulosos acerca do episódio.

Os historiadores portugueses, Valentim Alexandre e Jill Dias coordenaram uma série de obras acerca do Império Português, quando das comemorações dos quinhentos anos das Navegações Portuguesas. No nono volume, intitulado, “O Império Africano 1825-1890” publicado em 1998, Dom Nicolau e seu protesto são considerados. O episódio do questionamento a coroação de Pedro V e seu auto de vassalagem ao rei português é abordado em conjunto com os conflitos no centro e sul de Angola. Para os autores de “O Império Africano” (1998), a morte de Dom Nicolau foi a justificativa portuguesa para mais uma investida do Governo Geral em expandir sua ação para o Reino do Congo. Para eles o príncipe congolês foi usado pelos agentes consulares brasileiro e britânico que “queriam integrar este parente da dinastia real a guerra diplomática, empreendidas por seus países, contra a presença portuguesa no Congo” (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 431).

Em tempos mais recentes, merecem destaque a obra de Susan Herlin, que volta ao drama de Dom Nicolau, contudo enxergando-o dentro de um prisma que tinha como chave de leitura a migração do tráfico de escravos luso-brasileiro do litoral entre Luanda e Benguela para as proximidades da foz do Rio Zaire. Secundarizando aspectos políticos, em uníssono com Valentin Alexandre e Jill Dias (1998), ela aborda a questão levando em conta as mudanças comerciais que ocorriam na região diante da pressão crescente do abolicionismo britânico e da interferência dos produtos manufaturados e industrializados e suas influências na cultura e nos conflitos ocorridos no período. Assim, a aproximação de Nicolau dos brasileiros ganha um novo sentido e a atuação deste país passa a ganhar força no conflito (HERLIN, 2004, p.286-287).

Nos primeiros anos da década de 2010, tem lugar a obra “História de Angola” (2013), livro de caráter geral sobre a história do país africano que tem como autores Douglas Wheeler e René Pélissier. Nessa obra, os autores, que já haviam escrito acerca do tema entre as décadas

de 1960 e 1980, revisitam suas obras, considerando contribuições de outros historiadores sobre o tema, porém reafirmando suas ideias centrais.

A parte que trata sobre as revoltas na primeira metade do século XIX retoma a temática acerca do príncipe Dom Nicolau. Eles absorvem algumas das críticas feitas ao seu trabalho original elaboradas por Bontinck (1969). O nacionalismo angolano dá lugar ao nacionalismo Bacongo e abrange a questão da influência brasileira na região no sentido da manutenção do tráfico de escravos e a presença comercial relacionado a produtos industrializados e manufaturados (WHEELER & PÉLISSIER, 2013, p. 144-147).

Por fim, apesar da trajetória de vida e os protestos do príncipe Dom Nicolau de Água Rosada não serem o objetivo central do artigo, merece destaque a análise de John Thornton em seu artigo “*Master or Duper*”, publicado em 2011 pela revista *Portuguese Studies Review*. Nesse estudo voltado a entender o reinado do rei Pedro V e seus desdobramentos quanto à dominação europeia na África Centro Ocidental, o autor faz menção a Dom Nicolau e seu protesto.

Partindo da premissa da inabilidade – quase caricatural – do rei Pedro V do Congo, ele demonstra como o monarca, aparentemente desprezioso e sem recursos, conseguiu angariar o auxílio português de modo a fortalecer seu poder sobre um país clivado pelos conflitos internos, como os que ocorriam antes e depois de sua subida ao trono, e ainda manipular o governo colonial em favor de seus interesses no jogo político local. Nesse artigo, Dom Nicolau aparece apenas de forma acessória, como uma intercorrência no processo de estabelecimento de Dom Pedro V (THORNTON, 2011, p.120).

Uma das iniciativas mais ousadas quanto a elaboração de uma trajetória de vida do príncipe Dom Nicolau de Água Rosada talvez tenha sido o conto presente na obra de ficção “A inacreditável, mas verdadeira estória de D. Nicolau Água-Rosada” de José Eduardo Agualusa presente no livro “D. Nicolau Água-Rosada e outras estórias verdadeiras e inverossímeis” publicado em 1996. O autor angolano escreve um conto ficcional na qual busca retratar a conspiração autonomista encabeçada pelo príncipe congolês, que apesar de não ser um estudo acadêmico, busca elucidar as estratégias de expressão de um sentimento de “angolanidade” ou um protonacionalismo (LOPES, 2002, p.194). Agualusa entende que não há como recuperar a verdade dos fatos de um evento passado (LOPES, 2002, p.199), porém recria ficcionalmente os acontecimentos e situações que envolvem o episódio do protesto de Dom Nicolau sem se comprometer com a realidade, estimulando a crítica e a dúvida acerca de sua trajetória de vida (LOPES, 2002, p.199). Nicolau, para ele, seria um herói angolano,

vítima dos ardis de brasileiros e britânicos.

Talvez a complexidade de pensamento do personagem Nicolau de Água Rosada e Sardônia, nunca seja plenamente expressa e não se consiga condições de ultrapassar mais do que a superfície dos fatos acerca das razões e condicionamentos sobre seu protesto. Nicolau teve sua vida analisada pela crueldade de sua morte e seu ponto alto – o protesto contra o governo colonial português – entendido como algo externo a ele próprio, dentro de um contexto geoestratégico de países europeus, americanos ou mesmo de sua terra natal. Por mais que esses aspectos sejam relevantes para o debate e contextualização dos processos históricos em andamento na costa angolana nos idos da década de 1850 é importante não perder de vista a agência do próprio Nicolau de Água Rosada, suas ideias, suas escolhas e as consequências delas.

Porém, a análise desse episódio é importante por permitir a criação de outra perspectiva acerca da ação dos povos da África Centro Ocidental diante das investidas europeias e americanas. A trajetória de vida do príncipe Dom Nicolau e seus protestos possibilitam a busca por um modo de historiografar a participação dos povos africanos nesses processos de maneira a que eles figurem não mais como meros expectadores da expansão e exploração de seus território e recursos, mas como personagens atuantes e relevantes desses mesmos processos, seja de forma a combater e resistir a isto, ou nas formas como eles colaboraram ou tomaram partido.

## **CAPÍTULO I. ENTRE A ESPADA, A CRUZ, E O GRILHÃO: O REINO DO CONGO ENTRE OS SÉCULOS XIV E XIX.**

*"Alli o mui grande reino está de  
Congo,  
Por nós já convertido à fé de Christo,  
Por onde o Zaire passa claro e longo,  
Rio pelos antiguos nunca visto.  
Por esse largo mar em fim me alongo  
Do conhecido polo de Callisto,  
Tendo o termino ardente já passado,  
Onde o meio do mundo he limitado".*

*Os Lusíadas, verso XIII  
(CAMÕES, [1552] 2008)*

Em 08 de Setembro de 1859, o cônsul geral brasileiro em Luanda, Saturnino de Sousa e Oliveira, remeteu um memorando no qual solicitou ao secretário de negócios estrangeiros do Império do Brasil que fizesse chegar às mãos do imperador Pedro II uma carta de um régulo africano. Com um encaminhamento curto, o cônsul geral trazia informações rápidas sobre seu remetente: "(...).Cabe-me a honra de informar que o príncipe, vivendo nessa cidade como simples empregado da Junta da Fazenda, sem honras nem distinções, tem conduta muito regular; e, por seus próprios esforços, tem adquirido alguns conhecimentos (...)” (Memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1).

Agregou ainda dados acerca das possibilidades que o Império poderia ter ao atender ao pedido descrito: "(...) poderá ser de alguma utilidade para o Brasil, se o governo imperial pretender estreitar relações comerciais com o Congo, e exercer ali sua influência civilizadora” (Memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1). Fazia ainda referência a uma série de produtos e buscava apresentá-lo como um mercado consumidor receptivo aos artigos brasileiros. Produtos manufaturados como aguardente de cana, vidros, açúcar, tecidos teriam consumidores ávidos na região. O reino africano, por sua vez, era pródigo em riquezas naturais como cera, marfim, gomas e azeites. O representante brasileiro em Luanda encaminhava uma correspondência do príncipe Nicolau de Água Rosada e Sardônia, do Reino do Congo (Memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1). A missiva foi escrita por um príncipe africano e descrevia um país independente, situado nas “rudes areias de África”. Porém, ao mesmo tempo, uma terra “vasta e riquíssima, região virgem de largas e proveitosas explorações” (Carta anexo ao Memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1). A carta havia sido escrita doze dias antes do tal memorando de encaminhamento na capital da possessão

portuguesa de Angola.

### **1.1. Presença da etnia congoleza no Brasil através do olhar dos viajantes naturalistas**

Contudo, a carta do príncipe Nicolau de Água Rosada não é a primeira menção ao povo Congo na cultura brasileira. O antigo Reino do Congo situava-se, entre os séculos XIV a XIX, em uma área próxima à foz do rio Zaire, estendendo-se sobre territórios que hoje são ocupados por Angola, República Democrática do Congo – ex-Congo Belga – e a República do Congo, ao norte do rio Zaire. De forma desconhecida e dispersa, existem diversas alusões à etnia<sup>8</sup> congoleza no período colonial e monárquico. De forma especial, as referências fornecidas nas pinturas de Rugendas e Debret formam um retrato vívido do Brasil da primeira metade do século XIX e neles homens e mulheres dessa região da África são representados.

A pintura, assim como a fotografia, demonstra as conexões existentes entre a arte e a sociedade na qual ela é feita. A medida em que reproduz fragmentos da realidade, apresenta um universo representacional que se utiliza de signos visuais significativos. Isso acaba por mostrar os condicionamentos socioculturais que orientam o olhar seja de quem produz as imagens seja para quem as observa (BORGES, 2005, p. 45). Logo, a arte dialoga com a História (BORGES, 2005, p.48) na medida em que serve como evidência histórica não perceptíveis em textos escritos sobre locais e épocas específicos. Contudo a análise destas imagens, antes de ser a representação fidedigna do mundo real, deve levar em conta as imprecisões que uma imagem pode gerar. Não obstante até mesmo esta indefinição quanto a verossimilhança é também uma evidência de fenômenos de interesse para a pesquisa histórica, apresentando aspectos tais como mentalidades, ideologias e identidades (BURKE, 2004, p.316).

Jean-Baptiste Debret e Johan Moritz Rugendas chegaram ao país em missões artísticas e científicas. Essas eram formadas por artistas, artesãos, arquitetos, botânicos, naturalistas e

---

<sup>8</sup>O uso do termo etnia nesta dissertação, em detrimento de outros como o de “nação”, “nacionalidade” ou mesmo “pátria”, parte da ideia de que tal designação é imprecisa. Conforme Lopes (2011), tal forma de designação é incerta devido à precariedade das informações nela contidas, ela nem sempre pode ser considerada fidedigna. De qualquer forma, a intelectualidade do século XIX, ou mesmo o sistema escravista, fundou-se no que se pode considerar como um mito de origem abrangente para os negros ao trabalhar com uma quantidade mínima de “nações” para a identificação das populações escravas. Foi delas que advem, devido a esta diáspora, a formação de “nações” de escravos, que, em última instância e sobre forte conotação de fronteiras Interétnicas (BARTH, 2000, p. 194-195), criaram asclivagens indenitárias entre as comunidades. Se pode, então, pensar as relações de sociabilidade entre os escravos como formas de interação social regular e com caráter normativo, e que, no contexto da diáspora, permitiram aos negros criar comportamentos agenciais de inovação e continuidade, além da já citada interação social, para se oporem, de forma ativa ou disfarçada, à dominação branca (PRICE, 2003, p. 37 e ss.).



outros especialistas com o intuito de prospectar as riquezas e possibilidades das terras brasileiras, assim como de equipar o país de ilustrados que nutriam a nova corte de uma vida cultural ajustada com as novas funções adquiridas. Patrocinados pela monarquia portuguesa ou por outras na Europa elas, hora percorriam o território retratando aspectos da natureza circundante, dos tipos humanos existentes, dos usos e costumes; horas construindo monumentos, prédios; assim como elaborando símbolos do poder instituído ou embelezando a capital em grandes eventos. As missões artísticas contribuíram com a aproximação científica, arquitetônica e artística feitas no Brasil com aquelas realizadas na Europa do início do século XIX (XEXÉO *et al*, 2007, p.19-23).

Em 1816, durante a permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro, chega a Missão Artística Francesa. A colônia na América, recém elevada ao nível de Reino Unido, passava por mudanças profundas na sociedade e na política. Com o fim do período napoleônico, o Príncipe Regente convida uma comitiva de ilustrados franceses às suas terras no Novo Mundo. Composta por Lebreton (1760-1848), pelos Nicolas Taunay (1755-1830) e Marie Taunay (1768-1824), assim como do arquiteto Grand Jean de Montigny (1776-1850) e o gravador Charles-Simon Pradier (1783-1850) tinha como principal objetivo a fundação da primeira academia de artes do então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Contudo, sua permanência introduziu o estilo neoclássico nas artes plásticas e na arquitetura, até então dominada pela estética barroca e buscou retratar o cotidiano e as paisagens locais (XEXÉO *et al*, 2007, p.19-23).

Nesse espírito, um dos pintores dessa Missão Francesa - Jean-Baptiste Debret - ensina artes na cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos, sendo convidado a preparar as cerimônias de coroação de Dom João. Entre 1826 a 1831 torna-se professor de pintura histórica da recém fundada Academia Imperial de Belas Artes e, em meio a isso, realiza viagens por diversas cidades brasileiras. Debret foi um artista versátil, sua obra retrata a monarquia portuguesa e brasileira, com atenção especial à natureza e especialmente um olhar antropológico voltado para a representação de índios e negros em realidades urbanas e rurais. Devido à proximidade do pintor com Dom Pedro I, por ocasião de sua abdicação, o artista retorna a França em 1831 (XEXÉO *et al*, 2007, p.19-23).

Após esse retorno, Jean-Baptiste Debret publicou os quadros e cenas captados no Brasil. Essa obra denominada “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil” buscava fornecer dados que transcendessem ao natural ou exótico e levassem a compreensão da história e do grau de desenvolvimento do país (FREITAS, 2009, p.29). Ela foi dividida em três volumes e

lançados entre 1834, 1835 e 1839. Intitulado “Atividade do povo civilizado no Brasil sujeito ao jugo português”, o segundo volume é onde se encontram a maior parte das representações sobre os homens e mulheres negros do Brasil (DEBRET, 1839, p.85). Na prancha 22 "Escravas negras de diferentes nações" (conforme figura 1 abaixo), ele faz uma descrição geral da escravidão no país assim como da abolição e a explicação da prancha. Na primeira parte do texto, o autor, faz menção ao tráfico na região do Congo e na figura retrata uma mulher do mesmo grupo, descrevendo em sua explicação o seguinte trecho “(...) Conga, negra livre, mulher de trabalhador negro (traje de visita).” (DEBRET, 1839, p.184-187).

A segunda imagem feminina retratada por Debret na parte superior da figura 03 é retratada com um pano da costa sobre o ombro direito e um turbante na cabeça<sup>9</sup>. Ao final da descrição o autor destaca a alegria, a faceirice e principalmente a sensualidade característica das mulheres monjolas, congas, rebolas e benguelas (DEBRET, 1839, p.177). Contudo, essa não é a única aparição de congoleses nas pinturas do artista francês. Já na prancha 20 “Negro vendedor de Carvão - Negras vendedoras de milho” há uma ilustração que mostra um homem carregando cesto de palha nos quais transporta carvão. Em ambas menciona a presença de cativos originados no Congo (ver figura 2, abaixo). Segundo o texto que acompanha a imagem, a primeira mulher apresentada com fardo sobre a cabeça, seria uma congolesa (DEBRET, 1839, p.177).

---

<sup>9</sup> Conforme Cacciatore (1998, p. 207), o pano da costa é um tecido de formato “[...] retangular, listrado em cores vivas, liso, todo bordado ou rendado, o qual faz parte do traje da baiana, adotado como roupa ritual das filhas de santo do Candomblé e terreiros afins. Antigamente, na época colonial, eram importados da África, sendo fiados e tecidos a mão. Na rua a baiana o usa como um xale, com uma ponta jogada sobre o ombro cobrindo os colares, ou dobrado, pendurado do braço ou do ombro. [...]”.



**Figura 1.** Mulher congoleza, segunda da esquerda para a direita na parte superior da imagem. Fonte: DEBRET, 1839, p.184.



**Figura 2.** Negros vendedores de carvão - Negras vendedoras de milho. Mulher de pé com fardo na cabeça seria uma congoleza. Fonte: DEBRET, 1839, p.177.

Já na figura 3 (abaixo) está a prancha 35 cujo o título é "Negras cozinheiras vendedoras de angu", nela outra personagem com feições femininas é representada como congoleza. Isso é possível, segundo o próprio Debret, pelo fato de que ela teria a cabeça raspada e o modo como que ostenta seu turbante, que seria típico de sua etnia (DEBRET, 1839, p.228).

Imagens e ilustrações que mencionam congolezes não foram uma exclusividade de Debret. Em 1821, chega ao Brasil a Missão Langsdorff. Patrocinada pelo Império Russo, encontra um país em ebulição após o retorno da corte portuguesa e os movimentos de

emancipação. Chefiada por Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852), germânico naturalizado russo, a missão era composta pelo pintor Johan Moritz Rugendas e Aimé-Adrien Taunay - filho de Nicolas Antoine Taunay da Missão Francesa - Hercule Florence e o cartógrafo russo Nesser Rubtsov. A expedição percorre cerca de dezessete mil quilômetros pelo interior do país e viaja pelas províncias de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Amazonas e Pará (FREITAS, 2009, p.31-34).

Por questões internas à administração da Expedição, Rugendas à abandona e segue viagem por conta própria e de forma independente, produzindo desenhos e aquarelas que retratam paisagens, cenas da vida cotidiana, usos, costumes e a diversidade da população brasileira. O pintor retorna à Europa e, em 1835, publica na França a sua "Viagem Pitoresca através do Brasil". Nela fica clara a intenção de se conhecer as riquezas do Brasil e assim apresentar-lhe como um lugar propício para o comércio.



**Figura 3.** Negras cozinheiras e vendedoras de Angu. Segundo texto anexo a imagem a segunda personagem seria congoleza. Fonte Debret 1839, p.228.

Em sua obra há uma prancha nomeada “Diferentes etnias”. Rugendas retrata diferentes feições de pessoas escravizadas e dentre elas há três imagens relativas a congolezes, duas são masculinas e uma feminina, conforme figuras 04 e 04, abaixo. No texto que acompanha a obra o pintor alemão descreve o negro Congo como mais corpulento e geralmente utilizado para o trabalho agrícola. Quanto ao temperamento, o autor os descreve como: “dóceis, fáceis de instruir e susceptíveis de dedicação, quando mais ou menos bem tratado; são também os

que, pela sua atividade, sua economia, conseguem adquirir sua alforria mais comumente” (RUGENDAS, 1836. p. 142-144)

O homem congolês, retratado na figura 4 abaixo, veste-se de casaco, camisa e gravata ao estilo europeu, destaca-se na imagem, se comparado com os demais africanos expostos no mesmo quadro por seus trajes, porém traz sinais de escarnificações puntiformes que ostenta na face. A mulher representada, por sua vez, tinha cabelos curtos e sem adereços, ostentava o colo desnudo, dentre as imagens femininas presentes na mesma prancha é única com tão poucas vestes (FREITAS, 2009, p.57).



**Figura 4.** Mulher e homem congolezes, conforme Johann Moritz Rugendas. Homem com roupas Fonte: Diener & Costa, 2010, p.40.

Ainda na representação de cativos, há outra imagem masculina conforme apresentado na figura 05. Ao contrário do primeiro ele está vestindo uma simples camisa com golas e algo que lembra uma gravata ou lenço. Ao contrário do seu compatriota citado anteriormente não possui tatuagens ou marcas na pele (FREITAS, 2009, p.57).



**Figura 5.** Congolês com roupa simples de Johann Moritz Rugendas. Fonte: Diener & Costa, 2010, p.40.

## **1.2. Presença da etnia congoleza: o caso de Chico Rei e da Revolta de Escravos de Vassouras de 1839**

Todavia, a presença congoleza no Brasil ultrapassa a pintura de bustos e a descrição de seus aspectos físicos e culturais específicos. Diogo de Vasconcelos, em sua obra “História Antiga de Minas”, publicado em 1904, traz na nota de rodapé número 19 a menção de um escravo chamado Francisco:

“Francisco foi aprisionado com toda sua tribo, e vendido com ela, incluindo sua mulher, filhos e súditos. A mulher e todos os filhos morreram no mar, menos um. Vieram os restantes para as minas de Ouro Preto. Resignado à sorte, tida por costume na África, homem inteligente, trabalhou e forrou o filho; ambos trabalharam e forraram um compatriótico; os três, um quarto, e assim por diante até que, liberta a tribo, passaram a forrar outros vizinhos da mesma nação. Formaram assim em Vila Rica um Estado no Estado; Francisco era Rei, seu filho o Príncipe, a nora a Princesa. Possuía o Rei para a sua coletividade a mina riquíssima da Encardideira ou Palácio Velho. (VASCONCELOS, 1974, p.162-163)

Vasconcelos segue a nota narrando o fato de que Francisco, seus parentes e “súditos” libertados formaram uma irmandade religiosa sob o patrocínio de Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário. Nas festividades eles saíam vestido como reis, príncipes e nobres, ouviam a missa, organizavam doação de ofertas e desfilavam pelas ruelas da cidade histórica ao som de instrumentos musicais africanos (VASCONCELOS, 1974, p.162-163). Segundo Silva (2007) em "Chico Rei Congo do Brasil", referindo-se a fontes orais locais, o Francisco da história de Diogo de Vasconcelos seria na verdade um monarca congolês chamado “Galanga” e teria chegado ao Brasil em 1740, por mãos de traficantes portugueses e, logo após chegar, teria sido para trabalhar nas minas de ouro (SILVA, 2007, p. 43-56).



Com muito mais meios para comprovação está a história do escravizado Manuel Congo. Líder da maior revolta de escravos da então Província do Rio de Janeiro, ocorrida em 1839, ele morreu enforcado nesse mesmo ano na cidade de Vassouras<sup>10</sup>. É importante ressaltar que o nome aplicado aos homens e mulheres em situação de escravidão durante o período colonial e o Império remetia a denominações comuns no Brasil e em Portugal, bem como um sobrenome que fazia menção ao local de origem do escravo. Leva-se em consideração que esse sobrenome de uso social remetia ao porto africano de origem do indivíduo e não necessariamente a sua etnia (SLENES, 1995, p.11ss; LOPES, 2010, p.56). Manuel Congo atuava na fazenda na qual era mantido em cativeiro como ferreiro. Em uma sociedade que demandava artesãos em ferro e madeira, o fato de trabalhar com metal lhe dava uma relativa superioridade frente aos outros escravos e conseqüentemente um maior valor econômico (VASCONCELOS, 1974, p.162-163).

Após o assassinato de um companheiro de cativeiro, Manuel e outros escravos e escravas fugiram e foram arregimentando outros nas fazendas pelo caminho. O grupo dos amotinados chegou a formar uma centena. Na medida em que a notícia se espalhava por outras propriedades mais motins aconteciam e a rebelião em seu auge chegou a congregar entre trezentos e quatrocentos homens e mulheres que fugiram das propriedades próximas. Manuel foi eleito líder do grupo, com o título de rei. A revolta foi desbaratada no mesmo ano por forças locais. A maioria dos cativos foi restituída a seus mestres, os outros líderes foram severamente punidos, Manoel foi condenado à morte por enforcamento e seu corpo não teria direito a um sepultamento (VASCONCELOS, 1974, p.162-163).

### **1.3. Os angola-congoleses na obra de Nina Rodrigues e Arthur Ramos**

Já no século XX, num momento em que os estudos sobre racialidade eram entendidos dentro de uma ótica eugenista e racista, diversos autores se debruçam sobre a questão do elemento negro na formação do país. Sua preocupação muitas das vezes é apresentar a influência africana no Brasil como degenerativa e perniciosa (RAMOS, 1946, p. 339; RODRIGUES, [1933], 1977, p. 173). Contudo, apesar dos preconceitos e do enviesamento científico desses autores, suas pesquisas demonstram a preocupação rigorosa e metódica na busca por identificar e apresentar de modo organizado os diversos grupos humanos originários do continente africano e sua distribuição pelo Brasil. Apesar de todas as críticas

---

<sup>10</sup>Com a elevação dos preços do café no mercado internacional, a partir da segunda década do século XIX, a região sul fluminense transformou-se de uma área de antigas sesmarias e roças de mantimentos em fazendas de café (LIMA, *et al*, 1993).

cabíveis e possíveis a suas obras, elas demonstram a existência de elementos da etnia congo e a vinculam, assim como Debret, no grande grupo dos originários de Angola (RAMOS, 1946, p.333-334; RODRIGUES, [1933], 1977, p. 183).

O médico maranhense Nina Rodrigues em seu processo de compreensão do candomblé baiano no início do século XX, lançou-se a arrolar a proveniências dos escravos. Para fins didáticos e instrucionais, ele dividiu os homens e mulheres vindos da África como cativos em duas grandes categorias: Sudaneses e Bantos. Sem entrar aqui no debate acerca da primazia das etnias sudanesas ou bantos no cômputo total da escravidão no Brasil, vale a pena destacar que essa divisão remeteria ao pesquisador sueco W. H. Bleek, após a análise de aproximadamente duas mil línguas faladas no continente (LOPES, 2011, p. 102). O doutor Nina Rodrigues, dentro da grande categoria Banto, as subdivide em Bantos Ocidentais - que habitam as margens atlânticas do sudeste e sul do continente - e os Orientais - que povoavam as zonas voltadas para o Oceano Índico. Na subdivisão Ocidental, dentre outros grupos, ele elenca a etnia congo como a ela pertencente (RODRIGUES, [1933], 1977, p. 183).

Se mantendo na mesma tendência entre colocar diametralmente em oposição os grupos bantos e sudaneses, o médico psiquiatra e antropólogo Arthur Ramos em sua obra *O negro* de 1940, apesar de relativizar alguns dos aspectos do racismo de Nina Rodrigues, voltou-se para uma concepção de superioridade cultural. Em outra obra: "Culturas negras no novo mundo" de 1946, buscou dar continuidade aos estudos de Nina Rodrigues e destaca aspectos culturais dos povos africanos. Faz uma listagem da entrada desses no Brasil (suas origens, quantidades e percentuais) e divide os cativos em três grandes grupos: os de Cultura Yorubá da Nigéria (Fanti-Ashanti da Costa do Ouro e grupos da Gâmbia, Serra Leoa, Libéria, Costa da Malagueta e Costa do Marfim); os de Cultura Guineano-Sudanesa, homens e mulheres negros de religião muçulmana e que comporiam grupos como os Fulah, Haussás, dentre outros e por fim os povos de Cultura Banthu dentre os quais os Angola-Congolês e os da Contra Costa – Índico (RAMOS, 1946, p. 332).

Não é demais insistir que as fontes utilizadas por Nina Rodrigues e Arthur Ramos se relacionavam ao tráfico de escravos no Brasil e que esses registros consideram a região onde se localizava o porto de embarque das pessoas expatriadas para o trabalho escravo. Isto não levava em conta as áreas reais de origem daquelas pessoas nem seus grupos étnicos (LOPES, 2011, p. 480). Contudo, essas referências podem nos servir de indicativo aproximado. Os portos eram, muitas das vezes, o ponto final de uma rede que envolvia diversos elementos que atuavam numa dada área geográfica e recebia pessoas trazidas de regiões mais ou menos



determinadas (HEYWOOD, 2009, p.18 e ss.). O negócio do tráfico envolvia um conjunto complexo de elementos. Havia sujeitos voltados a intermediar a negociação e o comércio de pessoas entre os comerciantes europeus ou não-africanos com elementos locais que os capturavam e transportavam até essas regiões de venda; existiam autoridades regionais coloniais ou nativas que regulavam, fiscalizavam ou tiravam vantagem do infame comércio; e todo esse conjunto de envolvidos possuía uma grande área de atuação (VANSINA, 2010b, p. 660 e ss.)

Os estudos realizados no Brasil acerca da presença dos africanos, que tem nos estudos de Arthur Ramos e Nina Rodrigues seus primórdios, são enfatizadas as especificidades e as contribuições dos homens e mulheres originários da África Ocidental<sup>11</sup> na preservação de elementos africanos na cultura do Brasil. Muitos dos estudos antropológicos se voltam quase que exclusivamente aos praticantes de religiões afro-brasileiras, em especial os de cultura iorubá da Bahia (CARNEIRO, 1991, p.128). O levantamento histórico e as atenções do grande público e dos pesquisadores, aparentemente, se devotam ao impacto na "Diáspora Negra" correlata aos povos falantes de línguas sudanesas (HEYWOOD, 2009, p.18)<sup>12</sup>.

No entanto, estimativas aproximadas sugerem que mais da metade do total de pessoas originárias da África e expatriadas para servirem de escravo nas regiões que hoje compõe o sudeste do Brasil entre 1595 a 1800 fossem originários da África Central<sup>13</sup> (HEYWOOD, 2009, p.12 e ss.). Porém, é possível constatar, dentro da lógica de que os registros de origem de pessoas em situação de escravidão, se baseiam nos portos de origem, pode-se pensar que esse número possa ser superior. Durante o período em que o governo português buscou implantar um monopólio régio sobre o tráfico, navios saídos da região da foz do Congo e de Angola deveriam ser taxados nas ilhas de São Tomé e Príncipe para daí seguirem para a América Portuguesa (VANSINA, 2010b, p. 660 e ss.). Contudo, até o século XVIII, toda a

---

<sup>11</sup> A África Ocidental inclui os países na costa oriental do Oceano Atlântico e alguns que partilham a parte ocidental do deserto do Saara. Os países que são normalmente considerados parte da África Ocidental são: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra leoa e Togo (LOPES, 2011, p.34).

<sup>12</sup> Pereira (2013) citando Singleton & Souza (2009) define Diáspora como: “a dispersão mundial dos povos africanos e de seus descendentes como consequência da escravidão e outros processos de imigração” (SINGLETON & SOUZA, 2009, p. 449), entendendo o termo diáspora como algo mais do que êxodo ou deslocamento, especialmente no contexto africano, assumindo, ao contrário, a importância do aspecto transnacional " [...]. O fato de confrontar duas (ou mais) sociedades traz ao indivíduo em diáspora [causa] desconforto, especialmente se esse encontro se dá com base em diferenças de poder e subjugação [...]. [A Diáspora] é atualmente estudada em toda a sua extensão geográfica, antropológica, sociológica, arqueológica e literária e em todas as outras maneiras através das quais o contato entre seres humanos pode gerar expressões.

<sup>13</sup>África Central Para o Departamento de Estatística da ONU compreende os seguintes países: Angola, Chade, República do Congo, Camarões, Gabão, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Burundi e Ruanda(UNDATA,2014)

região entre o atual Senegal até o Gabão, abarcando o arquipélago de São Tomé e Príncipe fariam parte da “Guiné”, logo parte dos expatriados trazidos como escravos sob essa denominação genérica poderiam ser oriundos da África Central.

Contudo, os grupos étnicos da África Central são pouco individualizados na historiografia brasileira e que se sabe sobre suas especificidades é insuficiente, assim como sua organização prévia ao contato com os europeus e os modos como esses influíram na cultura e na sociedade brasileira (LOPES, 2011, p. 36). Exemplo disso é a obra de Oliveira Vianna, "Raça e Assimilação" de 1959, que afirma que “os negros puros, vivendo nas florestas do Congo ou de Angola, nunca criaram civilização alguma” (VIANNA, 1959, p. 202). No entanto, os relatos de portugueses e outros europeus de contatos com povos organizados, com lideranças locais, possuidores de grupos armados sob comando dessas autoridades, com língua e costumes próprios, ocupando regiões específicas e ainda capazes de estabelecer relações comerciais e diplomáticas com povos vizinhos e mesmo europeus nos induz a rever a posição de Oliveira Vianna (BOXER, 1988, p.25 e ss.).

#### **1.4. Presença da etnia congoleza na América**

A amplitude da presença de centro africanos na colonização da América é ainda uma tarefa a ser feita. Alguns dados já conhecidos podem dar uma noção dessa importância. Cerca de 15,4% dos escravizados trazidos para o Caribe Britânico seriam, originários de portos de embarque de cativos originários da África Central. Dos quatrocentos mil africanos existentes na colônia francesa de Santo Domingos as vésperas da Revolução do Haiti, mais de duzentos mil eram originários da mesma área (HEYWOOD, 2009, p. 21) e após a independência criaram instituições e estabeleceram costumes similares aos existentes no Reino do Congo (THORNTON, 1993, p.181-182). Segundo os índices expostos por Florentino (1997) a África Central seria a principal exportadora de cativos para o mercado do Rio de Janeiro a partir de 1816, em detrimento da África Ocidental (FLORENTINO, 1997, p. 79). Os centro africanos representavam uma porcentagem notável dos homens e mulheres escravizados na ilha de Cuba entre os períodos de 1817 a 1843 (HEYWOOD, 2009, p.21). Entre 1730 a 1744, dados da Carolina do Sul, nos Estados Unidos, 73,7% da população africana escrava da região era originada da África Central. Em um levantamento feito na Luisiana, entre 1719 a 1820 entre negros escravos e livres, cerca de 8.840 pessoas, 34% dessas se auto identificavam como congolezas (HEYWOOD, 2009, p. 20-21).

Assim sendo, é possível considerar que quase todas as etnias originadas na África Central

estiveram presentes na composição do contingente de populações escravizadas na América. Essa presença se fez sentir nos locais ocupados por portugueses, espanhóis, britânicos, franceses e holandeses e foi constatada e retratada tanto em documentos oficiais, como por meio dos registros artísticos e do folclore em muitas dessas regiões em que foram introduzidos como mão de obra escrava, em especial no Brasil. Muitos desses grupos étnicos centro africanos constituíram-se em estados<sup>14</sup> mais ou menos organizados em diversos pontos dessa região e estabeleceram relações seculares entre si e com povos europeus e americanos enquanto da vigência da escravidão. Assim, quando o cônsul Saturnino de Souza e Oliveira encaminha a carta de um príncipe do Reino do Congo à Secretaria de Negócios Estrangeiros do Império do Brasil para que fosse entregue ao imperador, sem explicações ou detalhamentos sobre o referido reino, tratasse de um fato bastante eloquente.

### **1.5. O Reino do Congo, origens e localização**

O Reino do Congo mencionado por Nicolau de Água Rosada e Saturnino de Sousa e Oliveira é uma área habitada por diversas etnias – não só a etnia Congo – situado na África Central e que tem seus limites entre o sul do grande rio Congo (ou Zaire)<sup>15</sup>, tendo seus limites à oeste o Oceano Atlântico e ao sul o rio Kwanza - hoje situado na região central da República de Angola. Pertencendo ao grande tronco Banto é composto pela etnia Quicongo que por sua vez é subdividida em outros seis grupos: Kishicongo-muxicongo, Sosso, Pombo, Sorongo e Zombo, todos falantes da língua Bacongo (LOPES, 2011, p.209). Os Kishicongo-muxicongo formavam a maior parte da população do Reino por volta do século XV, quando da chegada dos portugueses (WHEELER & PÉLISSIER, 2013, p. 48-49).

A região de presença congoleza na África, em linhas gerais, ocupava partes das atuais Angola, República do Congo e República Democrática do Congo, oscilando para áreas ao norte do Rio Congo, mais ao sul de Angola e mais a leste para dentro do território da atual República Democrática do Congo (VANSINA, 2010b). Conforme Hobsbawm (2010), a aparente confusão entre o antigo Reino do Congo e os dois países africanos que também possuem essas denominações se deve a configuração das fronteiras da região quando da

---

<sup>14</sup> Apesar do debate travado acerca do conceito de Estado na atualidade, para o desenvolvimento desta dissertação adotaremos um conceito de Estado que leve em conta a existência de aspectos institucionais; da ocupação de um território geograficamente limitado e que monopolize a criação das regras dentro deste território. Assim sendo, o Reino do Congo, atenderia a estas características e será considerado, portanto um Estado (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 2012).

<sup>15</sup> Para facilitar a compreensão do tema tratado e evitar a confusão causada pela ampla utilização do termo "Congo", o rio do mesmo nome será chamado de Zaire, forma corrente no século XIX.

delimitação dada pela Conferência de Berlim de (1884-1885) para designar as regiões de ocupação francesa (atual República do Congo) e a belga (atual República Democrática do Congo).

Apesar da importância da presença de elementos de etnia congoleza na composição da população brasileira durante o período colonial, a historiografia acerca das origens do Reino do Congo é dispersa e tem sido alvo da atenção de pesquisadores norte-americanos e europeus, muito mais do que de brasileiros. Além desta característica, há uma quantidade de obras acerca do período entre os séculos XV a XVII, muito maior do que da fase que vai do século XVIII ao XIX. Dentre as pesquisas acerca do tema merece destaque as obras de Linda Heywood (2009), Jan Vansina (2010a & 2010b), Elikia M'Bokolo (2008) e John Thornton (1983; 1993; 1998a, 1998b, 1998c) e Charles Ralf Boxer (1998). Em língua portuguesa, por sua vez, os trabalhos, Ilídio do Amaral (1997), Patrício Cipriano Batisikama (2011) e Alencastro (2000). Em nenhuma delas, contudo, há um estudo de envergadura que abranja o período de existência política independente do Reino do Congo e seus contatos com os portugueses entre os séculos XV a XIX.

O período que se estende dos primeiros contatos entre os portugueses e os congolezes – século XV – e a primeira aniquilação do Reino do Congo – século XVII – é, sem dúvida, a fase que mais mereceu atenção dos pesquisadores, brasileiros e estrangeiros. A linha geral entre eles é o esforço de mostrar a grandeza e o grau de organização do Reino do Congo e os efeitos negativos da presença portuguesa, o que acaba por ocasionar na destruição do reino africano na Batalha de Mbwila (ou Ambuíla) em 1666. Poucos autores se aventuraram em transcender a esta marca, dentre eles Vansina (2010a & 2010b), M'Bokolo (2008), Herlin (2004) e John Thornton (1983; 1998c e 2011). Estas análises geralmente tendem para uma interpretação que leva para o extremo oposto das feitas acerca do período anterior. O Reino do Congo como uma entidade política amorfa subjugada pela presença estrangeira, uma sombra pálida de seu poderio político e militar nos séculos XV e XVI. Apesar das dificuldades historiográficas existentes buscaremos desenvolver nesta dissertação, as linhas gerais acerca do desenvolvimento histórico do Reino do Congo entre os séculos XV a XIX.



**Figura 6** Círculo mostrando a posição aproximada do Reino do Congo em 1808 no continente africano. Fonte: A New Map of African from the latest authorities da New Universal Atlas, Londres, 1808.

Conforme as narrativas coletadas por missionários no século XVII<sup>16</sup>, o Reino do Congo era subdividido em seis províncias. A mais importante delas era Bamba ou Mbamba. Situava-se na parte sul do reino, às margens do rio Ambrizete em direção ao sul até Kwanza. Era a mais extensa e rica das províncias. Em suas terras será fundada a cidade de Luanda pelos portugueses em 1575. Possuía muitos senhores locais que eram dependentes do governador da província, entre eles o senhor dos Nbundos (que se tornará um reino autônomo com a ajuda dos portugueses). Poderia reunir exércitos com até quatrocentos mil homens (VANSINA, 2010a, p.649). Em seguida havia a província de Pemba, ou Mpemba, de posição central no país abrigava a capital Mbanza Congo e era governada diretamente pelo rei.

O termo Mbanza quer dizer casa ou local onde reside o governante. A cidade de Mbanza Congo, que posteriormente passou a se chamar São Salvador, ficava instalada sobre um monte rochoso, cercado de muralhas de pedra (conforme figura 7, abaixo). Era um centro comercial

<sup>16</sup> CAVAZZI DE MONTECÚCCULO, João António. *Descrição Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Tradução, notas e índices do Pe. Graciano Maria de Leguzzano. Lisboa: Junta de Investigações de Ultramar, 1965. 2v.

quando da chegada dos portugueses no século XV, recebendo mercadorias do interior do continente e do litoral. As principais rotas de comércio levavam à capital: de Luanda lhe vinham conchas Nzimbu<sup>17</sup> (*Olivancillarianna*) que seriam usadas como meio circulante; do da foz do Congo chegavam o sal marinho e outros produtos locais (peixes, cerâmicas, cestos); do lago Malebo no interior provinham a rafia e cerâmicas; uma outra rota servia ao transporte de cobre da província de Bamba, e talvez de cobre e chumbo obtidos ao norte das cataratas do grande rio; finalmente, outra estrada trazia artigos de Matamba. (VANSINA, 2010a, p.649).

Ainda no intuito de descrever as províncias do reino, existia a província marítima de Soyo, que pode ser encontrado na grafia Sogno ou mesmo Sono (WHEELER & PÉLISSIER, 2013, p. 48-58), conforme pode ser visto na figura 7. Situado na região entre a foz do rio Zaire e o Atlântico, possuía cidades portuárias importantes como Mbanza Sonyo e Funta (VANSINA, 2010a, p.648-649). Durante as invasões holandesas na região de Luanda no século XVII, ela foi desmembrada do reino congolês e serviu de ponto de tráfico de escravos por diversos povos europeus (VANSINA, 2010b, p.636). Ao norte e nordeste da capital haviam ainda as províncias de Sundi (Nsundi), Pango (Nbambu) e Mbata (Batla). Além dessas, existiam territórios tributários ou mesmo vassalos do rei do Congo como os Ndongo (no centro do atual território angolano), Matamba (na parte oriental da atual Angola) e, por fim Loango e Ngoyo, ao norte do rio Zaire (VANSINA, 2010b, p.647-652).

O Reino do Congo tem suas origens por volta do século IX (VANSINA, 2010a). Na tradição oral congoleza o fundador aparece como sendo Mimi Lukeni, que vindo do outro lado do rio Zaire, conquista Mbanza Congo (VANSINA, 2010b, p. 650-652). Antes de ser um conquistador estrangeiro suas histórias são narradas com o intuito de apresentá-lo como herói, justiceiro e civilizador (LOPES, 2011, p.209). Assim como o escravo ferreiro Manuel Congo da rebelião de Vassouras em 1838, Mimi Lukeni era ferreiro. Sua relevância para o grupo pode estar no fato de que ele concede ao povo as tão preciosas armas de guerra, assim como utensílios agrícolas. Ele é conhecido também sob o título de Ngangula Kongo - ferreiro da nação, forjador da nação (BALANDIER, 1968, p.237).

---

<sup>17</sup>Conforme Sandroni (1999) a Zimbo (*Olivancillarianna*) é um tipo de concha utilizada como moeda durante parte dos séculos XVI e XVII em algumas regiões do Nordeste do Brasil Colônia, como a Bahia e o Maranhão. Prática já existente no passado em regiões africanas (Angola, Moçambique, Gabão, Madagascar, Zanzibar) e trazida para o Brasil pelos escravos. Os índios no Brasil utilizavam o molusco como ornamento e davam grande valor a sua posse. A concha é semelhante a um búzio e seu nome científico, *Olivancillarianna*, originou-se de sua semelhança com uma oliva (azeitona). Outra concha utilizada com o mesmo propósito durante o mesmo período no Brasil era o cauri (*Cipraea moneta*).



**Figura 7.** Cidade de Mbanza Congo à beira do rio Zaire feita na época da ocupação holandesa de Angola na década de 1680. Fonte: *The Bansa, or Residence of the King of Kongo called St. Salvador*. From Dapper", in John Green, *A new general collection collection of voyages and travels*: London. Thomas Astley, Vol,III, 1746.

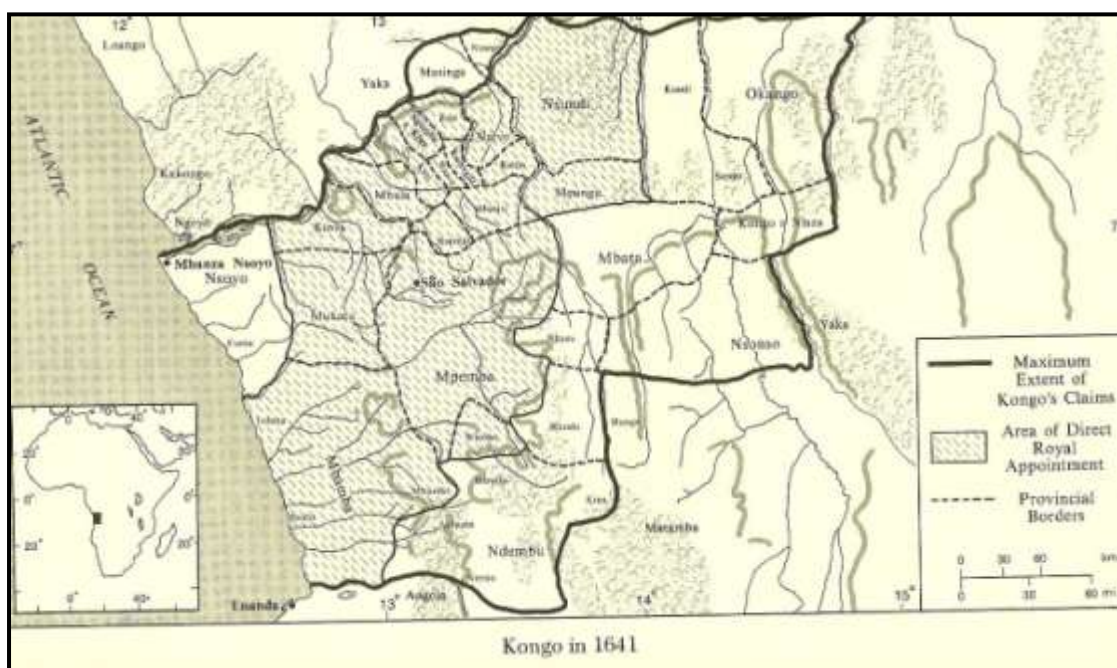
Contudo, ainda se faz necessário um maior aprofundamento acerca das origens e culturas da diversidade de povos bantos da África Sub-saariana. As origens exatas do reino são controversas. A região sul do rio Congo próximo ao litoral, provavelmente, era originalmente habitada por diferentes grupos bantos falantes da língua San e que se estendia por zonas hoje ocupadas pela Namíbia, Botsuana e Angola com outros povos também bantos vindos do norte falantes do idioma Koi, que ainda pode ser encontrado com o termo Khoi-Khoi (BATISÍKAMA, 2011, p. 65-67)<sup>18</sup>.

Segundo a carta do príncipe Nicolau de Água Rosada ao imperador do Brasil, ao ser levado para estudar em Lisboa, por volta de 1845, ele narrou as primeiras impressões que tivera ao sair das “rudes areias de África para o centro de uma corte civilizada” (AHI 238/2/1). A “corte civilizada” seria a Lisboa durante o reinado de D. Maria II (1834-1853),

<sup>18</sup> Em linhas gerais, dentre as teorias acerca da origem e dos fluxos migratórios das populações Bantu na África Subsaariana, há a teoria de Greenberg (1963) que postula que grupos originados no Sudeste do atual território nigeriano tenham se espalhado para o leste e o sul do continente. Por outro lado, há o postulado de Guthrie (1948), que afirma que grupos originários do atual Zambia e sul do Zaire tenham migrado as diversas regiões do continente e por fim o postulado de Murdock (1959), que coloca que grupos residentes em áreas do atual Camarões e do sudeste da Nigéria teriam migrado no sentido das grandes florestas tropicais centro-africanas, por volta do segundo milênio antes de Cristo e posteriormente para as regiões das savanas e áreas meridionais do continente.



irmã de D. Pedro II do Brasil. As “rudes areias” se referiam ao Reino do Congo. Porém em outro trecho da mesma carta ele descreve sua terra natal como “virgem” ou “inexplorada” (AHI 238/2/1). Apesar de suas descrições do país terem sido feitas no intuito de impressionar seu ilustre leitor e ascender-lhe o senso de oportunidade e ambição, o bioma das margens sudoeste da foz do rio Zaire – onde se situa o reino – apresentam aspectos bem peculiares: uma região marcada por florestas equatoriais circundadas por savanas (ANGOLA, 2006).



**Figura 8.**Províncias do Reino do Congo em 1641. Fonte: Thornton, 1983, p. 40.

A paisagem era dominada pela presença do poderoso rio Congo, que empresta seu nome ao antigo reino assim como a dois países da região na atualidade: a República Democrática do Congo e a República do Congo. Com um sistema de estuário dos mais extensos e complexos do mundo, possuindo grande quantidade de manguezais, suas nascentes mais interiores se localizam no lago Kizale (região de Shaba, província do Catanga) atualmente no extremo sul da República Democrática do Congo (ANGOLA, 2006). Em seu curso vai recebendo outras designações como Lualaba, Ubangui Cassai e Sangá. Recebe o nome de Congo apenas após passar pela região onde hoje se situam as cidades de Kinshasa e Brazzaville, até finalmente chegar ao Atlântico (LOPES, 2011). Outro rio importante que delimita a fronteira sul do Reino do Congo é o rio Cwanza (situado no centro do atual território angolano), no espaço entre a foz do Congo e o Kwanza estabeleceram-se a partir do século III a. C. grupos Bacongus, Bundos, Ovimbundos e Bassonguês (LOPES, 2011). Ao redor dos rios da região formam-se florestas densas e de úmidas (1200 a 1800 mm de chuva ao ano) e que se estendem por quase



toda a bacia do rio Congo. Ela é composta por florestas perenes ou semidecídua, com grande ocorrência de nevoeiros (ANGOLA, 2006, p.3). Estas áreas têm relevo geralmente baixo (0 a 100 metros do nível do mar). O clima e a localização, assim como a vegetação densa, desestimularam o desenvolvimento significativo de populações europeias no local até por volta da década de 1940 (WHEELER & PÉLISSIER, 2013, p.26-27)

Além da região dominada pelo rio Zaire e seus afluentes surgia um ambiente com relevo mais elevado, variando entre 600 a 1500 metros acima do nível do mar, onde domina as savanas com algumas formações arbustivas, geralmente seca, arenosa e semidecídua (ANGOLA, 2006, p.3). Nessa área situa-se a maior parte da população bacongá que se espalhava formando áreas densamente habitadas e outras com vazios demográficos. As potencialidades da região são dadas pela disponibilidade das chuvas. As terras férteis se encontram nos vales cuja estação seca é mais curta, variando de dois a seis meses de acordo com a latitude e o afastamento do litoral, essas regiões mais altas e distantes são mais secas (VANSINA, 2010b, p.628-629). Aos poucos os locais foram desenvolvendo tecnologias agrícolas diferenciadas para áreas de floresta e de savana. Nessa região se cultivavam especialmente cereais, enquanto nas florestas havia o cultivo de banana (*Musa sp.*) e inhame (*Dioscorea alata L.*). Havia também áreas especialmente dedicadas ao cultivo de palmeiras (VANSINA, 2010b, p.628-629). Segundo relatos do viajante português Alfredo Sarmiento, por volta de 1850, havia o cultivo de variedades de feijão, ervilha, algumas frutas, mandioca e milho em pequena escala (SARMENTO, 1880, p.112).

A geologia da área em que se situa o Reino do Congo é predominantemente formada por terrenos sedimentares e metamórficos. Há incidência de diamantes, chumbo e zinco, bem como petróleo gás natural atualmente. As minas de cobre eram exploradas desde o fim do século XVIII (GOUVEIA, 1993, p.23). As minas de malaquita se situavam próximo ao litoral da cidade de Ambriz e já eram exploradas no século XIX.

Grande parte dos relatos que temos sobre a vida social do antigo Reino do Congo, entre os séculos XVI e XVII, nos é dada pelos missionários italianos capuchinhos que se alojaram na região por volta de 1645. Eles coletam relatos orais e observações acerca dos usos e costumes locais (VANSINA, 2010a, p.647). O núcleo central da sociabilidade congoleza era a aldeia. Nela habitavam indivíduos ligados a uma ancestralidade comum, o espírito deste pai-fundador permanecia com o grupo e lhe dava coesão e era chamado de Kitomi. Esse ente era representado pelo líder, também conhecido como Nkuluntu, termo usado para referir-se ao mais velho, àquele a quem se pediam conselhos. As terras ao redor da vila também eram de

propriedade dessa. Contudo esse vínculo de parentesco e de posse das terras era transmitido matrilinearmente. Os habitantes dessas aldeias constituíam uma Ekanda. As aldeias se localizavam distantes uma das outras, porém formavam redes entre si através de casamentos; na cultura congoleza anterior ao contato com os europeus não era comum os dotes entre as famílias dos nubentes, em seu lugar havia o oferecimento de presentes à própria mulher dada em casamento (VANSINA, 2010a, p.639-633).

Ainda segundo os relatos dos missionários, a sociedade se dividia em três grandes grupos: uma casta que formava a nobreza, chamada de Mwisikongo; um campesinato formado por indivíduos chamados de Mubata, que integravam o grupo intitulado de Babuta, e nas camadas mais baixas da escala social haviam os Mubika, homens e mulheres prisioneiros de guerra e que eram mantidos em regime de escravidão, formando a Babika (VANSINA, 2010b, p.672-680). Contudo, não compunham um grupo homogêneo e poderiam ter sorte distinta uns dos outros. Essa forma de divisão social variou, consideravelmente, após o período inicial do contato entre congolezes e europeus.

Esses cativos, inicialmente prisioneiros de guerra, eram utilizados pelas camadas mais ricas da população como mão de obra nas lavouras próximas a Mbanza Congo, podendo ser vendidos, ou ainda havia a possibilidade de serem levados para trabalharem nas casas nobres ou mesmo servirem ao exército real. Nos últimos dois casos não poderiam ser vendidos, e acabavam se vinculando ao serviço e a tronco familiar de seu senhorio, logo compartilhando dos direitos inerentes a essa condição ou podendo ser incorporados, definitivamente, ao exército do reino. Alforrias nesses grupos eram corriqueiras. Os filhos que esses nobres pudessem ter com mulheres em condição de escravidão teriam plenos direito à herança e ao status de nobreza podendo alcançar o posto de seu pai. (VANSINA, 2010a). Após a cristianização do reino, existiu ainda um grupo de cativos que foi posta a serviço dos padres missionários, em especial os capuchinhos. Na medida em que os serviços religiosos foram pouco a pouco desaparecendo na região, os escravizados que estavam a seu serviço começaram a ser convocados à desempenharem suas funções nas comunidades e assim exercendo um certo poder local (VANSINA, 2010b, p.672-680).

Importantíssimo lembrar aqui, que apesar dos benefícios e possibilidades que escravos domésticos ou a serviço do rei pudessem usufruir na sociedade congoleza, um outro contingente infinitamente maior de escravizados não possuía a mesma sorte. Os que eram comercializados com os europeus ou com outros grupos do continente, tornaram-se a maioria logo após a intensificação do comércio transatlântico de pessoas (VANSINA, 2010b, p.672-

680). Com a conversão crescente de congoleses ao catolicismo, a matrilinearidade foi cedendo a patrilinearidade e os filhos de nobres com escravas passaram a ser preteridos em nome dos direitos dos filhos nascidos das uniões monogâmicas realizadas dentro do casamento cristão (VANSINA, 2010b, p.672-680).

A nobreza Mwisikongo era vinculada a liderança das aldeias, ao sistema administrativo real ou as extensas famílias do soberano. Com a chegada dos portugueses eles foram os primeiros a aderirem à nova religião trazida pelos lusitanos e ampliaram sua ação econômica na consolidação do tráfico negreiro. Membros desses grupos passaram a habitar as grandes cidades, aprender a ler e a escrever em português assim como a apropriar-se de usos e costumes lusitanos (vestuário, alimentação). Essa abertura ocasionou o surgimento de um novo elemento nas castas mais ricas da sociedade congolesa: o miscigenado, originado do contato entre mulheres de famílias nobres congoleses e portuguesas, falantes tanto das línguas locais quanto de português. Esse conjunto de mudanças ocorridas principalmente entre os séculos XV e XVI alterou profundamente as camadas altas da sociedade congolesa levando-as a se distanciarem dos grupos mais populares a explorarem os camponeses com ainda mais vigor (VANSINA, 2010b, p.672-680).

Os trabalhadores rurais e residentes nas aldeias, chamados de Babuta, por sua vez se mantiveram afastados do lucrativo mercado de almas capitaneado pelos Mwisikongo, e foram sendo cada vez mais exigidos na produção agrícola e pagamento de impostos. Sua ascensão social foi obstada diante das mudanças de relação econômica dentro do reino e o distanciamento crescente dos interesses da nobreza das necessidades das camadas mais baixas da escala social. (THORTON, 1998, p.99-103). Esse distanciamento foi se aprofundando durante os séculos XV, XVI e XVII a ponto de gerar motins e revoltas de cunho popular. Quando da invasão do Reino do Congo pelos Jagas no o século XVII, camadas dessa população camponesa pobre ingressaram no movimento e dizimou parcelas significativas dos Mwisikongo (VANSINA, 2010b, p.667-672). Todavia, entre os séculos XVII e XIX, a situação das camadas camponesas pouco mudou (VELLUT, 2010, p.349-352).

## **1.6. História do Reino do Congo. Primeira "Pactuação": apogeu.**

A influência portuguesa, e posteriormente de outros países europeus, que tanto interferiu na dinâmica da sociedade congolesa entre os séculos XV a XIX também estendeu sua ação em aspectos econômicos, políticos e sociais. Essas relações oscilavam entre a coordenação e a subordinação. A primeira ocorria na medida em que portugueses forneciam tecnologias em

diversas áreas da vida cotidiana do reino que contribuíram para ampliar o campo de ação internacional do Reino do Congo e ainda apoiar política e militarmente as chefias locais. Quanto a subordinação, ela tinha como objetivo atender a demanda por mão de obra cativa, na interferência dos lusos na economia, na política e na vida social e ainda por buscar anexar o país ao seu domínio colonial na África. Considerando a forma como esse conjunto de relações influenciou determinantemente a política, a economia e a sociedade congoleza entre os séculos XV-XIX, utilizaremos o conceito de "pactuação".

A "pactuação" se dava na medida em que os lusitanos inseriam os congolezes no cristianismo europeu, introduzindo uma série de novos itens da cultura material (armas, utensílios, objetos de arte e decoração, entre outros) e colocando o Reino do Congo no comércio mundial (VANSINA, 2010b, p. 652-660); enquanto isso os congolezes deram apoio, naquele ponto do litoral africano, aos lusos em suas carreiras para as Índias em um primeiro momento, fornecendo produtos como marfim, copal e óleos. Logo em seguida serviu de fonte de mão de obra durante a virada da ação econômica portuguesa do Índico para o Atlântico (BOXER, 1988, p.25 e ss). Esse vínculo entre portugueses e congolezes ensejou tanto a maior expansão do Reino, valendo-se das armas e do apoio bélico, quanto garantiu a manutenção de determinados grupos da classe dirigente congoleza no trono e ainda as sucessivas tentativas de invasão e anexação por parte dos portugueses (WHEELER & PÉLISSIER, 2013, p-59-64) levando ao enfraquecimento político e administrativo gradativo do reino frente ao tráfico de escravos (VANSINA, 2010b, p. 660-667).

Essa ligação entre o Reino do Congo e o de Portugal, como já vimos, não foi homogênea durante todo o período estudado. Primeiramente, enquanto no período dominado pela forte presença portuguesa no Índico – séculos XV e parte do XVI – as relações entre congolezes e portugueses era regida pelas alianças entre os reis na forma de vassalagem, da ação missionária e da intensificação do comércio de produtos e pessoas para escravidão (BOXER, 1988). Esse período foi identificado como "Primeira Pactuação" indo de 1482, quando da chegada de Diogo Cão e dos primeiros contatos entre portugueses e congolezes, até aproximadamente 1665, quando da invasão do reino pelos lusos e desocupação de sua capital. Com a reorganização política e administrativa do Reino do Congo e a ascensão de uma nova dinastia reinante em 1706, com a anuência das forças coloniais portuguesas situadas em Luanda, deu-se início a um novo período das relações entre portugueses e congolezes: uma "Segunda Pactuação". Essa fase segue aproximadamente até a década de 1860, quando uma série de revoltas motivadas pela tentativa de ocupação portuguesa no território congolês e a

interferência desses na sucessão dinástica do Reino abriram novos paradigmas para a relação entre os dois povos (PINTO & CARREIRA, 1979, p. 119-147), dando origem com isso uma "Terceira Pactuação".

Os contatos entre congolese e portugueses se iniciaram com a expedição de Diogo Cão, que entre 1482 a 1486, aportou no estuário do rio Congo (Zaire). Aparentemente, sua permanência foi curta e os contatos foram pouco profundos. Em uma segunda viagem a tripulação se aproxima da população, levando nativos para conhecerem as embarcações e enviando emissários ao líder local. Diante da demora desses, o capitão Diogo Cão zarpu e levou consigo os nativos que haviam sido atraídos aos navios, como que reféns. Qual não foi a surpresa, quando um ano depois, os portugueses retornaram à região com os reféns congolese e encontraram os emissários enviados em perfeita saúde. Daí se estabeleceram relações cordiais entre os dois grupos (LOPES, 2011, p. 115). Os portugueses encontram ali uma sociedade com cidades organizadas, poderes locais bem instituídos e munida de um exército poderoso. A sede onde habitava o líder local, chamado de manicongo, situava-se em uma montanha no interior do território, era chamada pelos nativos de Mbanza Congo. O líder os recebeu bem e mostrou-se bastante receptivo quanto às novas crenças trazidas pelos forasteiros, por suas armas e suas habilidades (PINTO & CARREIRA, 1979, p. 119-147).

As vilas congolese eram geralmente retangulares compostas por cabanas defendidas por paliçadas. Sabiam trabalhar com metais, em especial o ferro e o cobre e eram oleiros hábeis. Teciam esteiras e artigos de vestuário utilizando rafia ou a fibra da palma. Tinham animais domesticados como porcos, ovelhas, galinhas e até mesmo o gado, daí produzindo leite, manteiga e queijo - para surpresa dos portugueses. Apesar de não possuírem a escrita, foram tidos por eles como "[...] os mais avançados da raça negra que até então tinham encontrado; e esses bantos da Idade do Ferro eram indubitavelmente muito mais avançados do que os ameríndios brasileiros da Idade da Pedra" (BOXER, 1969, p.109)

Nizinga Nikuyu, o líder dos congos, deixa-se batizar pelos padres presentes na embaixada portuguesa e em homenagem a esse adota o nome cristão de João, assim como o rei português, e torna-se Dom João I, rei do Congo. Seguindo o exemplo, outros seis membros da casta nobre local, próximos a Nikuyu receberam o batismo, assim como os chefes de províncias como Soyo dentre outros (LOPES, 2011, p.117). Em meio a essa receptividade, os portugueses combateram rebeldes em alguns pontos do território congolês e em homenagem ao feito, trocou-se o nome da capital para São Salvador e são enviados representantes à corte de Dom João II (1481-1495), em Portugal. Diante da notícia dos sucessos das tropas

portuguesas nas margens do rio Zaire e da receptividade do líder local, o enviado congolês à Lisboa foi recebido com pompa e circunstância, como quando da recepção de um embaixador europeu com festas, banquetes e trocas de presentes (LOPES, 2011, p.117). O comércio conheceu dias de prosperidade, produtos como marfim, tecidos de rafia e o tráfico de pessoas para a escravidão cresce exponencialmente na região. Os Mwisikongo importavam cada vez mais tecidos, vinhos e objetos de luxo. Eles eram utilizados pelo manicongo para presentear seus nobres. O mesmo era feito por eles, para com seus clientes. Logo, tais objetos se tornam um denotativo de *status quo* e tem ampla aceitação junto a sociedade congoleza (VANSINA, 2010b, p.677)<sup>19</sup>.

Em 1568<sup>20</sup>, subiu ao trono o Lukeni Mvemba, que assumiu o nome de Álvaro I. Ele governou com o claro intuito de fortalecer a aliança com os portugueses e faz isso protegendo e coordenando os missionários enviados à região, pleiteando junto a Portugal e a Roma a investidura de um bispo de origem congoleza, que deveria pertencer a família real, (VANSINA, 2010b, p.657). Os portugueses criaram então em 1596 o bispado que abrangeria as regiões do Congo e as terras dos Ndembos ao sul. Sua sede foi em São Salvador, MbanzaCongo e não Luanda. O rei e sua corte tinham agora uma demonstração de proximidade com a cristandade europeia e que isso possibilitaria a formação de um clero vinculado ao poder central. Em 1518, Afonso consegue a façanha de que seu filho Henrique, fosse nomeado bispo pelo papa Leão X (REGINALDO, 2011, p.35). Porém ele assumiu apenas honorificamente. Os bispos nomeados a partir de então eram todos eleitos pelo rei lusitano (CHANTAL, 2005, p. 01-08).

Os congolezes passaram a adotar títulos honoríficos europeus para identificar os grupos dirigentes locais assim como o envio de artífices e outros profissionais portugueses que pudessem aprimorar a mão de obra local (PINTO & CARREIRA, 1979, p.122-123). Contudo, é importante frisar que a aceitação do catolicismo não significou, necessariamente, o abandono das antigas crenças e costumes tradicionais congolezes, especialmente entre as camadas mais baixas da população. Apesar da rápida difusão da nova crença em quase todas as camadas da população questões relacionadas a algumas práticas culturais nativas se tornaram causa de atritos entre os missionários e os neófitos centro-africanos, o casamento era um deles (REGINALDO, 2011, p.39).

A prosperidade obtida com o comércio criou um abismo ainda mais profundo entre as

---

<sup>19</sup> Sobre a troca de presentes dentro da sociedade e o gosto por objetos de origem estrangeira, ver a obra de sobrenome, ano

<sup>20</sup> Indicamos não haver certeza acerca da data de coroação de Afonso I. As fontes consultadas não permitem conclusão ou consenso

classes mais abastadas da corte congoleza e a população comum, moradora das vilas e campos no interior do país. Enquanto a nobreza alfabetizava-se, convertia-se ao cristianismo, ao mesmo tempo em que se envolvia, cada vez mais, no tráfico de escravos, a população comum moradora das vilas e dos campos do país era cada vez mais explorada por novos impostos e demandas maiores de alimentos, assim como levavam um padrão de vida consideravelmente inferior aos das camadas mais ricas da sociedade. Esse distanciamento acabará por propiciar mudanças futuras significativas (VANSINA, 2010b, p.667-672).

Fenômenos como esses denotam como o processo de assimilação de aspectos culturais europeus por parte dos congolezes, a abertura comercial e econômica estava inserida num contexto maior de expansão da zona de ação do Estado congolês do cenário africano para um que levasse em conta as novas fronteiras e perspectivas surgidas com a interação com os portugueses. Isso só foi possível com a aquisição de habilidades e conhecimentos que capacitou os congolezes a atuarem em nível de igualdade com os europeus (PINTO & CARREIRA, 1979, p. 123). Isso é verificável no processo de filtragem elaborado pelos congolezes em relação ao catolicismo (REGINALDO, 2011, p.39) e no modo como a aquisição do capital simbólico europeu serviu como reforço e ressignificação do prestígio e honra dos detentores do poder de modo a identificá-los naquele espaço social junto a sua própria população e aos portugueses ali presentes.

### **1.7. Primeiros atritos**

Essa relação de cooperação entre os dois povos, porém, passou por mudanças significativas durante o século XVI. A medida que outros povos europeus como holandeses, ingleses e franceses começaram a atuar no subcontinente indiano e a utilizar as rotas marítimas, até então exclusivas dos lusitanos, esses se voltaram para suas colônias atlânticas (BOXER, 1968, p.25 e ss). Com isso, mudanças econômicas profundas ocorreram em Portugal, com a intensificação da produção de açúcar nas ilhas atlânticas e a colonização de suas terras na América. Tudo isto demandou por uma maior quantidade de mão de obra escrava (PINTO & CARREIRA, 1979, p.124). Essa atividade tinha como principais agentes as populações coloniais residentes no arquipélago de São Tomé e Príncipe, que se lançavam sobre o Reino do Congo onde os senhores locais e mestiços luso congolezes se fortaleciam em detrimento do poder central. Esse aumento dos índices levou os governos de Lisboa e de São Salvador a buscarem formas de torná-lo um negócio entre exclusivos régios europeus e africanos. (VANSINA, 2010b, p.660).

A proximidade levou os portugueses a se interessarem nos metais locais. A exploração do cobre do Bembe e o ferro de MbanzaCongo eram mantidos com todas as forças longe dos europeus. Não havia outros produtos minerais disponíveis e os produtos tradicionais como ráfia, derivados de palma e marfim estavam à mercê das flutuações do comércio externo. (VANSINA, 2010b, p.659). A captura de pessoas para deportação a fim de servir como mão de obra escrava se intensificou no interior e fugiu do controle do rei dos congolezes, que sob o reinado de Álvaro I (1542 - ?) - Nikeni Lua Mvemba - impede o tráfico e faz queixas junto ao rei português. As populações de São Tomé e Príncipe insistem em comercializar pessoas sem passar pelo fisco lusitano e a negociar diretamente com os produtores de açúcar. Diante da dificuldade em regular o mercado, o tráfico é liberado (PINTO & CARREIRA, 1979, p.123).

Frente ao enfraquecimento crescente do poder real e a ação cada vez mais intensa dos portugueses, as autoridades congolezas buscaram diversificar o comércio de pessoas para a escravidão negociando com holandeses e britânicos, que na segunda metade do século XVI, iniciaram o tráfico nas proximidades da foz do Zaire, seja com o governo central seja com os líderes locais. Visando desestimular a presença econômica de outros atores europeus, Portugal busca estabelecer um monopólio comercial desigual com o Congo de onde tirava nítida vantagem. Se já não fosse o suficiente ainda proibiu o acesso de enviados congolezes à Europa em especial ao Vaticano (VANSINA, 2010b, p.657). Em meio a isso, lusitanos advindos de São Tomé e Príncipe, fundam ao sul do Cwanza, Luanda em 1575 e passam a centralizar suas compras de escravos nessa região. A área era dominada pelo Reino Ndongo, que se situava ao sul do Reino Congo, grupo até então vassalo dos soberanos do Congo, que com o alojamento dos lusos, se fortalece e passaram a ser o principal fornecedor os cativos para os portugueses (VANSINA, 2010b, p.660).

Nesse ambiente de dissipação do poder régio do manicongoe do tráfico desenfreado de pessoas para o trabalho escravo as autoridades centrais adotam a política de afastarem-se dos portugueses, agora alojados em Luanda ao sul. Contudo, os Jagas, situados nas fronteiras orientais do reino, fazem incursões cada vez mais violentas (VANSINA, 2010b, p.674). Esses ataques estavam relacionados ao atendimento das demandas por cativos por parte de comerciantes europeus que iam além do eixo Portugal, São Tomé e Congo, envolvendo também ingleses, franceses e holandeses que traficavam nas margens do Zaire e fora da área de ação portuguesa. Os congolezes de agressores se tornam vítimas do tráfico que eles mesmos ajudaram a criar.



## 1.8. O jogo dos reis: guerra e diplomacia

Os ataques começaram no reinado de Nimi a Lukeni Lua Mvemba, ou Álvaro I, e se estende durante os governos de Dom Bernardo (1561-1566), que morre no combate aos jagas. Os conflitos ditaram o clima no qual assume Mpangu-a-Nimi Lukeni Lua Mvemba, Dom Álvaro II. Com a invasão do país, parcelas da população empobrecida e que fora alijada das benesses advindas da europeização e dos lucros do comércio de escravos se juntaram aos invasores. As derrotas militares colocam como prisioneiros tanto soldados, já escravizados, assim como nobres enriquecidos. As defesas congolezas são destruídas e inúmeros refugiados de guerra são vendidos como escravos. Em meio a instabilidade causada pelos conflitos e assumido a condição de fragilidade bélica na qual o reino se encontrava, Álvaro II apela à Lisboa, em nome dos acordos e alianças que outrora tanto valera às classes altas congolezas (VANSINA, 2010b, p. 674 e ss).

Assim, mais uma vez manifestou-se a dinâmica da cooperação - subordinação entre o Reino do Congo e o de Portugal. Dom Álvaro II solicitou a ajuda militar de rei Dom Sebastião de modo a garantir a sobrevivência do reino (VANSINA, 2010b, p. 674 e ss). Seu pedido encontra um império ultramarino lusitano ainda pujante onde os percursos e o comércio marítimo atlântico fora entregue à atuação de seus vassallos. Daí eles se lançam à exploração da região da Costa da Mina na África Ocidental, ilhas atlânticas, da América Portuguesa e nas terras próximas à Luanda (BARATA, 2000, p. 107-123). Uma força expedicionária portuguesa com seiscentos soldados chegou em auxílio aos congolezes em 1571 e esses recuperam o território congolês das mãos dos Jagas (VANSINA, 2010b, p. 674 e ss). Com a recolocação do poder central congolês, o soberano do Reino do Congo passou a render vassalagem ao rei de Portugal e com isso pagando-lhe um tributo de um quinto de sua receita. Esse seria pago em zimbo, um molusco coletado no litoral atlântico da África Central (LOPES, 2011, p. 209). Se já não bastasse a redução dos congolezes ao nível de vassallos, as tropas lusas permanecem na capital até por volta de 1573 (VANSINA, 2010b, p.660-667).

Após a retirada das tropas portuguesas, o país se encontrava alijado de boa parte de sua antiga nobreza. Novos quadros agora formaram sua classe dirigente, foi reorganizada a sua administração, reforçam-se as forças militares. O rei dos congolezes abandonou as pretensões sobre seus antigos tributários sulistas do Ndongo, agora sob proteção portuguesa, e iniciou sua expansão para regiões ao leste. Com o reino parcialmente reestruturado, os congolezes se lançam a fazer frente às tentativas de dominação portuguesas na região (VANSINA, 2010b, p.660-667).

Porém o vento da mudança sopraria novos ares à Lusitânia. Cinco anos após a retirada das tropas portuguesas de Mbanza Congo advém a derrota de Alcácer Quibir e a crise dinástica cria um impasse administrativo do Reino de Portugal que só vem a ser resolvido com o estabelecimento de uma monarquia dual na Península Ibérica: a Monarquia Católica sob a coroa de Felipe II (BARATA, 2000, p.107-123). A cristandade europeia é conturbada pelas guerras de religião e outros concorrentes de Portugal como holandeses e ingleses criam suas Companhias das Índias para lançarem-se ao Índico. Com a União Ibérica, os lusos passam a contar com o apoio do Império Espanhol na defesa de suas possessões, todavia também herdaram os conflitos e disputas nos quais eles também estavam envolvidos (BARATA, 2000, p.107-123).

Em meio a essa série de conflitos e ocupações que quase levaram o Reino do Congo à extinção, a nova classe dirigente congoleza busca ampliar seu leque de possibilidades de articulação internacional, buscando fazer frente às tentativas de cooptação lusitanas. Dentre elas merece destaque a busca pelo seu pleno reconhecimento como um país cristão junto às demais nações europeias. Apesar das proibições e dificuldades impostas por Lisboa, o manicongo Álvaro II envia uma embaixada em 1605 aos Estados Pontifícios sob o reinado do Papa Paulo V. O enviado à Roma era seu primo António Manuel – Marquês de Vunta<sup>21</sup> (AMARAL, 1997, p. 04). Descrito como “homem de cerca de trinta e três anos, negro, com pouca barba, mas de comportamento nobre e grave, e sobretudo pio e devoto; que falava em língua portuguesa e castelhana bastante bem” (AMARAL, 1997 p. 04).

Em 1605 buscando transpor a exclusividade portuguesa no contato com o exterior, Dom Álvaro II enviou missão diplomática à Europa, tendo como embaixador Dom Garcia Baptista com a incumbência de tratar de seus interesses junto à corte de Felipe II. Ele levava um longo memorial com a pauta de discussão do rei dos congolezes para com o monarca ibérico (AMARAL, 1997, p. 06). As pretensões mostradas eram significativas e giravam em torno de uma maior autonomia de ação do reino africano diante de Lisboa e, conseqüentemente, do Império Espanhol, assim como o direito de que o manicongo pudesse nomear certos cargos eclesiásticos aos moldes do exercido pelos reis ibéricos (AMARAL, 1997, p. 06-07). A situação foi um fator de desentendimento entre o representante congolês e o Conselho das Índias - responsável pela administração colonial.

Apesar de não consentir na ambição do rei dos congolezes em delegar seus próprios cargos eclesiásticos, foi permitido que os emissários congolezes seguissem para Roma. O

---

<sup>21</sup> É possível encontrar as seguintes grafias: “Funta” ou ainda Nfunda.

Conselho das Índias, com a aprovação de Felipe II, consentiu que a Monarquia Católica entregue uma carta de recomendação ao representante do manicongo e que esse deveria ser acompanhado por um agente que teria a incumbência de informar, previamente, ao rei espanhol e seus ministros, sobre os temas e questões a serem tratados. Porém, o mais inusitado era o fato de que "o dito embaixador não deveria dar a Sua Santidade papel algum, de qualquer qualidade que fosse, sem os mostrar primeiros ao representante do rei de Espanha e Portugal" (AMARAL, 1997, p. 08).

O envio de embaixadas era visto como um perigo por parte das autoridades lisboetas – já mergulhadas na União Ibérica. Após três anos de viagem e escalas mais ou menos longas na colônia portuguesa na América, em Portugal e Espanha e após vários percalços a missão chega a Roma. A incumbência de *Funta* era a de transmitir ao papa a adesão do Congo a Igreja Católica e solicitar autorização para que o rei congolês pudesse nomear os bispos locais, à semelhança do rei português. Ao saber da chegada de um emissário de terras tão distantes o papa prepara uma recepção vultosa ao embaixador e demonstra bastante interesse como na expansão da fé católica nas terras da África e em estabelecer diálogos diretos entre a Santa Sé e o rei dos congoleses. O emissário africano veio a falecer pouco após sua chegada a Roma. Por ordem do Papa, foi sepultado na Basílica de Santa Maria Maior. Essa demonstração de interesses no contato direto entre Roma e São Salvador diminuiria a dependência dos congoleses da coroa portuguesa quanto à sua relação com o restante da cristandade (AMARAL, 1997, p.06).

Assim sendo, a autonomia do bispado no Reino do Congo ao mesmo tempo em que significaria sua plena aceitação no seio da comunidade cristã, representaria o estabelecimento de um verdadeiro cristianismo nacional, desvinculado de Portugal (CHANTAL, 2005, p.04-06). Os mandatários do Congo, entenderam o papel que a religião católica ocupava na mentalidade portuguesa e o quanto a exclusividade lusitana em enviar missionários eram prejudiciais para a autonomia de seu reino já debilitado. O manicongo vislumbrou acesso direto ao papa, sem a intermediação lusitana, assim como o controle do clero local. Isso significaria uma demonstração de independência e soberania e ainda colocaria o Reino em posição de igualdade frente aos outros povos cristãos, representando uma vitória congolês no campo simbólico. Essas iniciativas junto à corte papal devem ser entendidas dentro de um contexto de busca pela reconquista de sua preeminência na região central da África, já dominada pela presença europeia e em meio a conflitos internos. Concomitantemente a isso almejava uma forma, de adquirir pelo reconhecimento exterior,

condições de romper e seu isolamento e arregimentar a sede da Igreja Católica como uma possível aliada.

Os pedidos de Funta não foram ouvidos imediatamente. Em 1622, foi criada pela Santa Sé a *Propaganda Fidei* e a essa instituição foi confiada a missão de catequizar a África Central, em especial o Reino do Congo. As relações entre os bispos portugueses e os reis do Congo se deterioraram. Diante dos conflitos o bispo se muda para Luanda e coloca-se sob a proteção dos portugueses lá radicados (CHANTAL, 2010, p. 04-06). Enquanto isso no Reino do Congo, já sob o reinado de Nkanga a Mvika(1622-1624), ou Pedro II, e após a retirada das tropas portuguesas, se encontra alijado de parte considerável de sua antiga nobreza. Com isso novos quadros surgem formando uma nova classe dominante que reorganiza a administração e ao mesmo tempo em que abandonam em definitivo as intenções de retomar o controle sobre seus antigos tributários: o Reino Loango, ao norte do Zaire, e o Ndembo ao sul do rio Cwanza, expande-se para o leste (VANSINA, 2010b, p. 667-672). O manicongo solicita ao papa Urbano VIII em 1624 a criação de uma diocese própria desvinculada de Luanda e dos portugueses. Todavia, a situação de precariedade do Reino de Portugal dentro da Monarquia Católica fez com que entre 1642 a 1671 nenhum dos bispos nomeados pelo governo português para a diocese do Congo-Angola fosse confirmado pela Santa Sé (CHANTAL, 2010, p.02-06).

A essa altura os destinos de Europa, América e África se interligavam cada vez mais. Do outro lado do Oceano Atlântico, a consolidação da colônia portuguesa na América com a produção da cana de açúcar estabeleceu um fluxo de comércio de pessoas para o trabalho compulsório que interligava as costas ocidentais da África e a região nordeste da colônia. Diante da unificação entre os impérios coloniais português e espanhol, os holandeses - potência concorrente e em expansão - se lançam em seu plano de afetar a Monarquia Católica interrompendo o comércio português com a Índia e conquistando as regiões produtoras de açúcar da América Portuguesa em 1630 e dominando partes do litoral africano. Invadem São Jorge da Mina na África Ocidental em 1638 e tomam São Tomé e Príncipe assim como Luanda em 1640 (PINTO & CARREIRA, 1979 p. 119-147). Com isso, estava reorganizado o sistema de produção do açúcar, agora na mão dos holandeses: a mão de obra estava garantida, a produção está mantida pelos engenhos e a comercialização assegurada pelos Países Baixos. Logo nos primórdios da presença neerlandesa, estes percebem que para manter o sistema produtivo seria necessário sustentar o fluxo de cativos para as lavouras. Desde o final do século XVI, participavam do comércio de escravos, porém de modo não sistemático,

especialmente se comparado ao comércio português.

No século XVII, Roma buscava agir de modo autônomo na evangelização dos territórios ultramarinos. Com isso, passou a atuar sem necessariamente estar em parceria com o governo de Lisboa. Dentro das iniciativas tomadas pela *Propaganda Fidei*, em agosto de 1645, os missionários italianos da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos chegaram ao Reino do Congo (vide figura 9, abaixo). Com a presença batava na região de Luanda, a chegada de missionários portugueses diminuiu drasticamente na região. A ação missionária deles era bastante diferenciada da dos jesuítas anteriores pelo fato de serem mais afinados com o rei congolês, permitindo a formação de um clero local sem que com isso desrespeitassem o padroado português<sup>22</sup>. Seus bons resultados na região os antagonizaram com os jesuítas remanescentes. Todavia, os capuchinhos seguiam participando ativamente do tráfico de escravos (CHANTAL, 2010, p. 05).



**Figura 9.** Chegada dos frades capuchinhos na província de Sonyo. Fonte: Histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola. Junta de Investigações de Ultramar, 1965. 2v.

Aproveitando-se da debilidade lusitana no seio da Monarquia Ibérica e da dependência que suas forças coloniais tinham do apoio africano, as lideranças congolêsas aproveitaram o momento e se envolvem no jogo político europeu que tinha nos holandeses e nos súditos de Felipe II seus principais *players*. Entendendo que as forças batavas, que haviam vencido os

---

<sup>22</sup>Padroado é o conjunto de privilégios que a Santa Sé concedia, inicialmente, os reis de Portugal e Espanha e posteriormente ao Imperador do Brasil. Instrumento jurídico tipicamente medieval que permitia que a Coroa interviesse administrativa, jurídica e financeiramente nos negócios religiosos de seus respectivos reinos. Aspectos religiosos também eram afetados por tal domínio. Por tal medida religiosos seculares eram tidos como funcionários da Coroa. Para maiores informações sobre o padroado ver, AZZI, (1983).

portugueses estabelecidos no nordeste da América do Sul e em pontos da Ásia e da África, poderiam somar-se às suas no sentido de isolar, enfraquecer e mesmo derrotar as forças portuguesas, tentam estabelecer uma aliança militar e comercial. Essa política pendular praticada por Garcia II e que envolvia seu compromisso com o catolicismo e a aproximação militar e comercial com os calvinistas buscava antes de tudo garantir a independência e soberania do Congo, formando alianças, isolando seus inimigos e mantendo-se livres.

Desde a transferência dos pontos de contato entre traficantes e fornecedores de cativos das regiões próximas à foz do rio Zaire para Luanda ao sul, as rotas comerciais dos demais produtos também se deslocaram. Com isso o Reino do Congo e em especial seu principal ponto comercial, Mbanza Congo, a capital vê seus fluxos comerciais reduzirem-se drasticamente (VANSINA, 2010b, p.667). Isso motivou os líderes locais, ansiosos por livrar-se do jugo português, e em especial o rei dos congoleses, assim como, o senhorio dos Mbundus, Ndongos e Matambas, liderados pela lendária Rainha Nzinga a empreender guerra aos portugueses (PINTO & CARREIRA, 1979 p. 119-147). Os Cassange<sup>23</sup> são os únicos que se mantêm aliados dos lusos (VANSINA, 2010b, p.667).

Buscando restabelecer seu poder na região bem como tentar obter o apoio de outras nações europeias para fazer frente a ameaça de Portugal, o Reino do Congo procurava aproximar-se da potência emergente da Europa: a Holanda. Dois anos após a invasão de Luanda pelos holandeses, o rei Garcia II assume o trono do Congo em 1643. Ele desenvolve uma política pendular oscilando entre as iniciativas proselitistas dos holandeses, enviando emissários à Amsterdã, e firmando-se dentro do catolicismo com a aceitação de missionários católicos à revelia de Portugal. Além disso expande-se ao sul, aproveitando-se das crises políticas com os lusos. No caminho deveria fazer escala em Recife para negociar com o governador Maurício de Nassau (VAINFAS & SOUZA, 1999, p.09). Essa aproximação com os neerlandeses não foi desprovida de intercorrências. Mudanças econômicas começam a ser sentidas na região, especialmente quanto ao valor dos produtos locais até então considerados de grande valia como os moluscos nzimbo (*olivancillarianna*), os tecidos de ráfia e os outros objetos utilizados até então como moedas locais. Os holandeses voltam-se posteriormente ao comércio de escravos tendo como ponto de apoio Luanda e os Ndongos, já que não eram católicos. Essa situação levou ao enfraquecimento econômico dos congoleses. Se já não fosse o suficiente, os holandeses tomam parte da região da foz do rio Zaire, ocupando a província

---

<sup>23</sup> Conforme Lopes (2011) Cassange, também grafado como "Kasanji" ou ainda "Caçange", foi um reino africano situado aproximadamente na área central do atual território angolano. À época colonial a região era um dos maiores mercados mundiais de escravos no século XVII.

congolesa de Sonyo, importante por abrigar o maior porto do Congo e responsável pelo embarque de pessoas transportadas para a escravidão: Mpimda (VANSINA, 2010b, p.671).

Em dezembro de 1640 é formalizada a Restauração da monarquia portuguesa sob a dinastia dos Bragança e com ela o restabelecimento do funcionamento das instituições do reino português. Todavia, o cenário atlântico apresentava o declínio do poder espanhol e o crescimento do prestígio francês e do poder naval britânico (BARATA, 2000, p.116). O governo de Lisboa envia embaixadas a Holanda, em 1641, visando alcançar diplomaticamente a um termo que levasse a desocupação das colônias portuguesas. Contudo, em 1645 os colonos lusos brasileiros do nordeste da América do Sul se rebelam contra a ocupação batava e em 1654 os expulsam definitivamente do território (VANSINA, 2010b, p.671-672). Partem em 1648, para a libertação das regiões que geravam mão de obra cativa para as lavouras. Após três tentativas as forças lusitanas originárias da metrópole e da colônia da América expulsaram os batavos da região de Luanda e das proximidades da foz do rio Zaire, restabelecendo a Portugal o controle dos maiores portos de comercialização de escravos do Atlântico Sul (PINTO & CARREIRA, 1979, p.129).

Com a libertação das possessões portuguesas das regiões de São Tomé e Príncipe e Luanda por forças vindas da colônia portuguesa na América e sua crescente importância econômica ante ao enfraquecimento dos fluxos comerciais com a Índia, ela se torna o sustentáculo do império ultramarino lusitano (PINTO & CARREIRA, 1979, p.128). Diante da debilidade do governo metropolitano na região central da África, o capital português era praticamente todo investido na produção agrícola ou de mineração da América. Restrita sua utilização de mão de obra cativa em seu território americano agia na África Central comprando produtos locais e pagava com letras de câmbio à serem compensadas por açúcar do outro lado do Atlântico. Os negociantes luso americanos, durante os séculos XVII e XVIII, reinvestiam parte do capital vindo de Portugal, através de seus agentes, na região dos Ndongos, ou Ngolas, que serão futuramente chamados de Angola, em parceria com negociantes locais no tráfico de pessoas para escravidão (VANSINA, 2010b, p.671-672).

Expulsos os holandeses, os portugueses situados em Luanda se colocam em marcha contra as potestades locais que se alinharam aos batavos. Já prevendo retaliações por parte dos lusos, o rei Antonio I, ou Nvita a Nkanga, envia embaixadores ao rei da Espanha em busca de apoio, porém sem sucesso. Os portugueses em 1665 se lançam sobre o Reino do Congo exigindo a entrega todo o mineral de suas minas conforme seu voto de vassalagem. (BOXER, 1960, p.26). Contudo, o governo de Mbanza Congo desde o início das relações com os

européus as manteve como exclusivo régio. Diante a sua negativa os portugueses lançam um ataque de grandes proporções. As forças lusitanas eram compostas por 450 mosqueteiros e duas peças de artilharia. Também haviam soldados africanos, luso americanos e indígenas somando cerca de 15000 soldados. Nvita a Nkanga reúne todas as suas tropas disponíveis e conclama os nobres locais para fazer frente às forças portuguesas. O exército congolês incluía um grande número de arqueiros, provavelmente cerca de 15000, 5000 soldados de infantaria pesada equipados com escudos e espadas e um regimento de mosquete de 380 homens, 29 dos quais, portugueses (THORNTON,1998, p.360-378).

As tropas congolêsas não conseguiram quebrar a formação das forças portuguesas. A infantaria e os arqueiros foram dizimados. O manicongo Nvita a Nkangaé morto em combate e decapitado, seu filho de sete anos é preso. Os homens do exército congolês fogem em debandada. A cabeça do rei morto é enterrada na capela de Nossa Senhora de Nazaré em Luanda e seu cetro e sua coroa são enviados à Lisboa como troféus de guerra (THORNTON,1998, p.360-378). Com a morte do rei e de grande parte da nobreza, mais uma vez a guerra de sucessão se estende sobre o reino. Até mesmo os capuchinhos buscam influenciar na escolha em prol de seus protegidos (CHANTAL, 2010, p.06). Diante da debilidade militar e da instabilidade interna os portugueses terminam a obra iniciada em 1665 e destroem a capital São Salvador obrigando ao esvaziamento da cidade e levando a população sobrevivente a fugir para os campos (VANSINA, 2010b, p.668). Quando um novo bispo finalmente é nomeado para a diocese do Congo-Angola em 1673 ele instala-se em Luanda e não em São Salvador, naquele momento destruída (CHANTAL, 2010, p. 06-07). Em 1671, os portugueses invadem o reino Ndongo impondo a paz sob seus termos e fazem do Cassange seu principal aliado na região.

Assim termina a "Primeira Pactuação" entre portugueses e congolêses. As iniciativas de aproximação política, econômica, social e cultural dos africanos do Congo com os europeus, em especial os portugueses, se deram no sentido de criar um intercâmbio que promovesse as mudanças necessárias para a expansão do reino no continente africano e no cenário atlântico. Todavia, esbarrou no interesse português em se apossar de suas terras virgens e promissoras da América. Bem mais que as riquezas do solo congolês, ele estava interessado nos braços de seus filhos para fazer florescer as riquezas do outro lado do oceano (LOPES, 2011, p.120).

## **1.9. O interregno**

A derrota de Mbwíla para o Reino do Congo ensejou mudanças profundas na vida social,



política e econômica. Guardadas as devidas proporções, pode-se comparar com a Batalha de Agincourt, entre a França e a Inglaterra em 1415, em que a vitória dessa última levou ao seu domínio e a Guerra dos Cem Anos. Daí surge a ideia comum de que o Reino do Congo teria perdido sua existência e com isso desaparecido do interesse de cronistas e historiadores. O abandono da capital Mbanza Congo e a instabilidades motivadas pelas guerras levam a ruralização da sociedade congoleza. Muitas das grandes linhagens de nobres desapareceram. Os membros da nobreza que sobreviveram ou não foram levados como escravos tiveram que adaptar-se a essa nova realidade e lutar, entre si e para fazerem com que seus direitos tradicionais sobre suas regiões fossem respeitados. Por volta de 1700 o poder rural retorna para os grandes grupos clânicos matrilineares, os mvila (VANSINA, 2010b, p.675).

Desse vácuo político administrativo uma nova classe de mercadores cresce de importância e amplia sua atuação social. Com o crescimento do tráfico de pessoas para a escravidão na América, levados a cabo por esses novos comerciantes, os chefes locais congolezes tinham no tráfico de almas sua principal fonte de renda (VANSINA, 2010b, p.675-676). As áreas que até então eram habitadas pela etnia Congo se localizavam entre duas rotas importantes utilizadas para a expatriação de africanos para a América.

No caso específico a região centro-africana no século XVIII possuía duas grandes rotas terrestres para o tráfico humano: uma rede dominada por luso-afro-brasileiros, tendo como seu principal porto Luanda e que se baseava na ação do Reino Ndongo (região central de Angola), que por sua vez buscava pessoas nas regiões do interior do atual território de Angola, República Democrática do Congo, chegando a regiões próximas ao *Rift Valey* (VANSINA, 2010b, p.685-687). Por outro lado, existia uma outra rede de comércio de almas que era patrocinada por companhias privadas europeias: britânicas, francesas e holandesas e que se utilizavam de portos próximos a foz do Rio Congo, em especial Cabinda, servindo-se dos serviços do Reino Loango (que estariam em atual território do norte de Angola, e áreas próximas à foz do rio Congo nas áreas litorâneas da República Democrática do Congo, República do Congo). Esses capturavam pessoas para o cativeiro em áreas da bacia do Congo e ao sul da floresta equatorial (VANSINA, 2010b p.685-687).

No início do século XVIII surgem na região do Reino do Congo movimentos religiosos que se apropriavam de elementos do imaginário católico romano assim como do autóctone congolês pré-cristão. Uma mulher, originária de uma das famílias nobres do reino, afirmava ter recebido de Santo Antônio o mandato de resgatar o povo do Congo. Sua doutrina pregava que a sagrada família era negra e originária de Mbanza Congo e empregava rituais que se

utilizavam da água, da terra e da vegetação local. Esses elementos retomavam aspectos dos cultos ancestrais (THORNTON, 1998c, p. 105-106). Era chamada de Dona Beatriz Kimpa Vita e ainda afirmava: “(...) no dia do Juízo Final Deus não perguntará se sou do Congo. Olhará sim para a transparência de minha alma” (MAZZOLA, 2006 p. 75) com isso rejeitava os padres vindos da Europa. Num reino destruído pela interferência externa e pelas guerras fratricidas ela afirmava que Nossa Senhora, São Francisco e Santo Antônio eram congoleses e que aquela terra era sim a Terra Santa (MAZZOLA, 2006, p. 75-76).

Com isso ela instava os litigantes pelo trono a cessarem as lutas, reocuparem a capital abandonada e a elegerem finalmente um novo rei do Congo (VANSINA, 2010b, p.670). Em 1706 ela coroa a Nusamu a Mvemba ou pelo nome cristão Pedro de Água Rosada e Sardônia, como Pedro IV do Congo, e assim dando início a dinastia Água Rosada. Ele era filho de duas das maiores famílias nobres sobreviventes no país. Esse retorna a Mbanza Congo e com ele a cidade é aos poucos repovoada. Parte considerável dos líderes locais e da população abandonavam completamente as igrejas católicas e aderiam ao movimento chamado de "antonionista" (THORNTON, 1998c, p. 10). A própria Dona Beatriz envia emissários às localidades do reino conclamando o restante da população e os líderes que até então não haviam aderido ao movimento a assentirem à causa do novo rei. Todavia, os missionários ainda existentes no Congo, assim como os chefes discordantes com a elevação de Nusamu a Mvemba ao trono, se lançam contra o coração do movimento: Dona Beatriz (VANSINA, 2010b, p.670). Ameaçado pelo poder de dona Beatriz e influenciado pelos missionários católicos Pedro IV a condena a morte como herege (THORNTON, 1998c, p.153).

O movimento "antonionista" encampado por Dona Beatriz Kimpa Vita significou para a história congolesa uma alternativa frente a lógica das relações de coordenação-subordinação existente até então. O evento significou um contraponto a tudo que havia sido feito até então. Na medida em que os "antonionista" defendiam a autonomia local quanto à aspectos relacionados a cosmogonia e ética cristã católica traziam consigo os elementos ideacionais que justificariam a independência e a soberania do reino, seja frente à Portugal, seja diante de Roma. Assim, o que postulavam era um rompimento radical com a relação de coordenação-subordinação.

No entanto, havia forças locais contrárias e preocupadas em manter essa condição semicolonial. Os missionários católicos e as parcelas da nobreza ligadas ao comércio de escravos com o exterior tinham suas atividades justificadas pelo substrato ideacional composto pela submissão à doutrina católica, auxílio militar e os lucros com o comércio com

a Europa. Logo, a manutenção dos vínculos com a Santa Sé e com os portugueses - e, consequentemente, com outros europeus - significariam a manutenção da lógica de coordenação-subordinação, experimentadas até então. O poder de Nusamu a Mvemba, ou - Pedro IV - em um primeiro momento era derivado desse rompimento ideacional e cultural com a Europa. Contudo, na medida em que essa ruptura poderia significar mudanças políticas, econômicas e sociais mais profundas, ele aderiu a lógica do estabelecimento de relações pautadas na dependência. Essa opção se tornou clara com a execução de Dona Beatriz e a busca pelo extermínio do movimento, marcando a história do Reino do Congo por todo o século XVIII e XIX.

### **1.10. Segunda Pactuação: "descentralização e decadência"**

A vitória das forças conservadoras do Reino, associadas à relação de coordenação e subordinação com os estrangeiros, levou a formação de uma II Pactuação. Com um início mais lento, a aproximação com os estrangeiros se deu de forma gradativa e através de relações concomitantes, especialmente comerciais, com outros países. Além da manutenção do contato com os portugueses, holandeses e com a sede da Igreja Católica, os congolezes iniciaram relações com franceses, britânicos, hispano-americanos e luso-brasileiros. Desses pretendiam, adquirindo, habilidades e conhecimentos que permitissem atuar no mundo atlântico em transformação, aquisição de novas tecnologias, armas e utensílios da cultura material, além do tão precioso apoio militar. Não obstante, a subordinação formal à Igreja Católica, a participação cada vez mais ativa na captura e tráfico de homens e mulheres para o trabalho escravo assim como a abertura cada vez maior à influência estrangeira no país que acabariam por sabotar a sua própria soberania. Esse modelo se estendeu desde a refundação do Reino Congo, com a coroação de Pedro IV em 1706 perdurando até por volta da explosão da revolta que abalou o país e as regiões circunvizinhas em 1859 – 1861 contexto no qual o príncipe Nicolau de Água Rosada escreve para o Brasil.

O manicongoocupou, novamente, seu trono na cidade de Mbanza Congo e a nobreza foi recriada. O movimento "antonionista" levou cerca de quarenta anos para ser completamente erradicado (VANSINA, 2010b, p.678); com isso a monarquia congoleza se ligou visceralmente aos franciscanos capuchinhos, enviados diretamente de Roma, e se afastam do clero regular dominado pelo padroado português. A diocese do Congo-angola teria sua sede instalada, oficialmente, em 1716, em Luanda (SILVA, 2008, p.07). Apesar dessa relativa vitória da ortodoxia católica contra o movimento "antonionista" os missionários se tornam

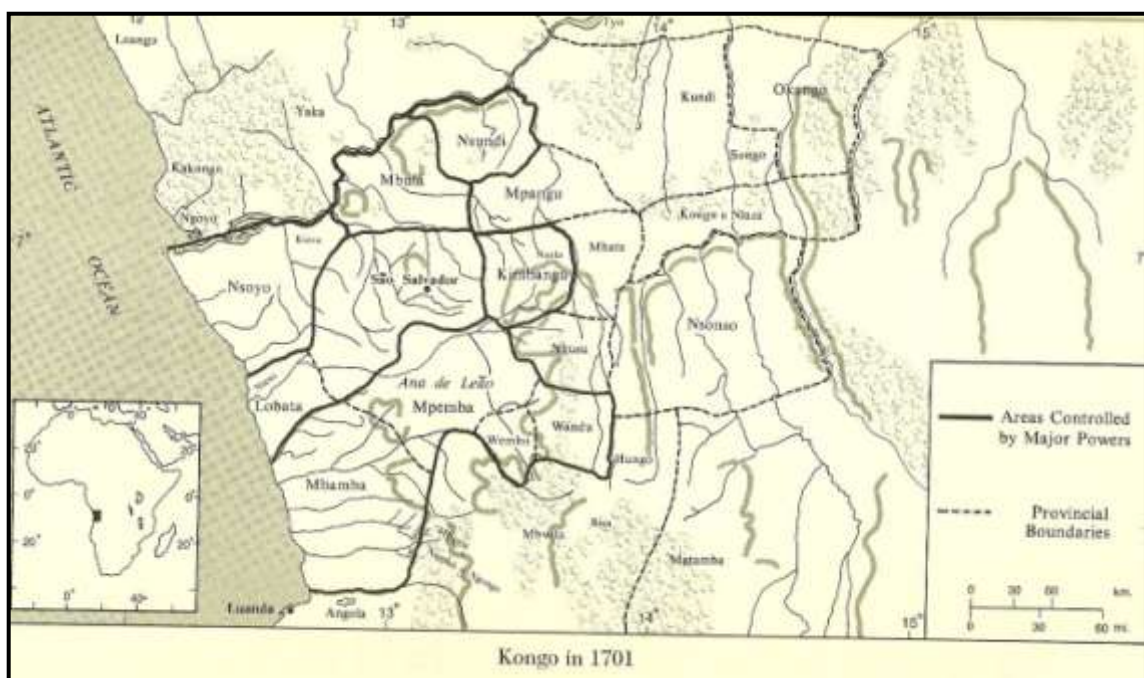
cada vez mais escassos, o que com a relutância de Pombal quanto a entrada de padres não-portugueses no Estado veio a dificultar ainda mais a entrada de religiosos capuchinhos italianos (CORREA, 2014). Por volta de 1709, o reino Congo se resumia a um conjunto de potestades locais mais ou menos conectadas entre si por vínculos comerciais e que a cada transição de reinado se lançavam vorazmente ao trono (VANSINA, 2010b, p.687-688). Com a perda do poder econômico a figura do manicongo passou a valer-se apenas de seu referencial ritualístico e político.

Quanto a referência religiosa que envolve o poder real, ela é associada, tanto ao culto ancestral, reafirmado pelo movimento "antonionista", quanto ao imaginário cristão católico. Esse imaginário, por sua vez, tinha uma forte ligação com Portugal. Dentro de uma lógica de cooperação-subordinação, a coroa e as insígnias reais deveriam vir de Portugal. As realizações das cerimônias de coroação deveriam ser conduzidas pelas mãos de padres estrangeiros, seja dos capuchinhos italianos seja pelos curas vindos de Portugal. Durante várias décadas, a única relação formal que os congolezes teriam com governos estrangeiros seria através dos lusitanos. Contudo, os lusos os consideravam como vassalos (BROADHEAD, 1947 p.634). O pouco poder político que ainda existia, por sua vez, era baseado principalmente na aliança entre duas das mais importantes casas nobres do Congo os Sylva de Soyo e os Água Rosada de Kibanto (BROADHEAD, 1947, p.642).

O reinado de Pedro IV (1709-1718) foi um tempo conturbado, mas as instituições básicas do reino estavam operando em um nível mínimo. Os chefes provinciais mantinham um vínculo com a corte real. Ela buscou manter aspectos da cultura portuguesa, como a alfabetização, e sustentar seu monopólio sobre o comércio de bens importados e escravos (BROADHEAD, 1947, p.615). O Reino do Congo, com isso, se igualou a tantos outros, grupos do centro da África onde unidades territoriais se fragmentaram de modo contínuo (VANSINA, 2010b, p.687). Com isso, multiplicaram-se feitorias europeias. Inicialmente criadas para servir de ponto de apoio para a navegação, acabaram por tornarem-se pontos comerciais importantes para a exportação, distribuindo produtos e escravos vindos do *hinterland*; bem como para importação de produtos vindos da Europa, América e Ásia. Assim, logo se tornaram poderes locais influenciando os potentados próximos ou mesmo o poder central. Em uma visão de longo prazo, elas foram as bases para o estabelecimento de colônias formais na África após 1870 (BROADHEAD, 1947, p.615).

O poder local, por sua vez, grassava comercializando com o exterior quase que de modo independente do poder central. Estes potentados locais subdividiam-se no território conforme

pode-se ver na figura 9, abaixo. Eles exportavam: marfim, produtos primários e pessoas para a escravidão em troca de roupas, armas, aguardentes e demais produtos europeus, americanos e asiáticos (BROADHEAD,1947, p.615). Assim, as redes comerciais e seus agentes passaram a ter mais relevância na política congoleza que Mbanza Congo (VANSINA, 2010b, p.687). A competição se torna um problema endêmico na sociedade congoleza. Cada sucessão de poder, seja no nível central, seja nas cidades ou regiões interioranas, se torna uma luta de todos contra todos, onde cada clã lutava por seu próprio interesse, prestígio e poder. No caso das disputas pelo trono, os grupos derrotados muitas das vezes eram lideranças provinciais e permaneciam à espreita até a próxima sucessão real. Missionários capuchinhos em 1774 chegam a narrar o Congo como um “império” onde quatro reis governam inúmeras províncias. Logo, não se pode falar daquilo que atualmente chamaríamos de “interesse nacional” (BROADHEAD,1947, p.635).



**Figura 10.** Áreas dominadas por nobres locais no Reino do Congo no início do XVIII.  
 Fonte: Thornton, 1983, p. 40.

Esses nobres locais geralmente se mantinham fiéis ao catolicismo e se utilizavam do tráfico de almas do interior para o litoral como sua principal fonte de renda. Os recursos auferidos possibilitavam a manutenção de seu estilo de vida aristocrático e o exercício de sua influência local, seja pelo uso da força, seja pela formação de vínculos sociais baseadas na troca de favores e benefícios (BROADHEAD,1947, p.641). Isso só foi possível diante do aumento crescente da demanda por mão de obra escrava, que cresceu no século XVIII,

estimulados pela pressão exercida pela América Portuguesa, regiões do Caribe e América do Norte.

O uso de rotas mais distantes e com guerras de captura cada vez mais violentas, e o controle dos entrepostos comerciais e do acesso ao interior do continente se tornaram fatores fundamentais para a manutenção do poder, tornando esses chefes locais cada vez mais importantes (BROADHEAD,1947, p.641-642; VANSINA, 2010b, p.669-672). Com o fim da instabilidade política e social, os congolezes, estes participam mais ativamente desse fluxo de comércio (VANSINA, 2010b, p.670), vinculando os portos do Atlântico como Ambriz e Mpimda ao interior do continente (BROADHEAD,1947, p.644).

Sob essa nova forma como o poder foi estabelecido no Reino do Congo, ascendeu ao trono, Nkanga a Nkanga, adotando o nome cristão de Álvaro XI. Buscando reforçar o poder central ele terminou a reconstrução da capital e incentivou o comércio. Esse clima de negócios faz com que os líderes locais congolezes buscassem estabelecer parcerias com negociantes vindos do estrangeiro (BROADHEAD,1947, p.644). A sucessão ao trono após a morte do manicongoé conturbada. Em 1778 é eleito como rei dos congolezes a Mpasi a Nkanga que adota o nome de José I. Porém ele só consegue ser coroado após arregimentar forças militares capazes de garantir sua permanência em Mbanza Congo, o que só ocorre em 1781<sup>24</sup>. Nesse período, a região de Sonyo rejeitou formalmente a presença de padres portugueses, assim como de comerciantes e buscou vincular-se a religiosos e mercadores de outras nacionalidades como ingleses e franceses (BROADHEAD,1947, p.649).

O início da Era das Revoluções na Europa cria mudanças no fluxo de comércio de pessoas para escravidão e produtos no Atlântico. Após a Revolução Francesa, os negociantes desse país diminuíram consideravelmente suas atividades na região central da África. Daí houve um incremento da presença britânica, que por sua vez, se enfraqueceu após o crescimento do movimento abolicionista. Ante ao absentismo dos competidores tradicionais da região do rio Zaire, abriu-se espaço para comerciantes originários da América Portuguesa e Espanhola (HERLIN, 2004, p.267-271).

Isso mudou o ambiente de negócios do Reino do Congo. Ondas sucessivas de seca e tentativas de invasão de luso-africanos tentando estabelecer-se em regiões ao norte do Ambriz e ao sul de Cabinda, levaram a instabilidade política e a mudanças no panorama político local. Eles já controlavam as rotas comerciais de Angola e buscaram estabelecer-se próximo do norte junto a foz do Zaire. O poder central, sob o reinado de Pedro IV, tentou obter uma maior

---

<sup>24</sup> Broadhead (1974) não informa se as forças militares eram totalmente congolezas ou se houve a participação portuguesa no fato.

participação dos agentes reais no comércio, assim como recolocar a capital como um centro importante nesse fluxo (BROADHEAD,1947 p.615).

Entre os últimos anos do século XVIII e os primeiros do XIX, o sistema de exportação congolês retomou seu ritmo, principalmente com o crescimento dos portos de Ambriz e Mbona (BROADHEAD,1947, p.641). Esse aumento do fluxo de cativos se deveu a fatores que tiveram suas origens em outros pontos do Atlântico. O prosseguimento das Guerras Napoleônicas na Europa levou ao estabelecimento da sede do Império Português na cidade do Rio de Janeiro, no sudeste da América do Sul. Com isso, houve ao mesmo tempo, um aumento da demanda por mão de obra de pessoas em situação de escravidão e a intensificação do combate ao transporte dessas por parte dos britânicos. A repressão dava-se principalmente junto às principais regiões envolvidas no comércio de cativos, em especial Luanda (HERLIN, 2004, p.267-271). Logo, os comerciantes de escravos luso-brasileiros se utilizaram de suas redes atlânticas já aproveitadas para o comércio com a região de Luanda e Benguela, assim como de sua expertise para restabelecer o comércio de alma nas áreas, até então livre, da ação dos britânicos, os portos livres do Congo ao norte de Angola e ao sul da foz do Zaire.

Essas mudanças tornaram os primeiros anos do reinado de Dom Garcia V (1803-1818) tempos difíceis. Com a saída de britânicos e franceses, houve uma queda no fluxo de venda de pessoas escravizadas até que o mercado se reorganizasse. Se já não fosse o suficiente, no início do século XIX a presença de clérigos no Reino era tão escassa, que, apesar de ter sido eleito em 1803, só foi coroado em 1814 quatro anos antes do fim de seu reinado (BROADHEAD,1947, p.645). A essas dificuldades somaram-se a instabilidade política crescente e a fraqueza do poder central em remediá-los. Assim, buscou o auxílio de seu mais tradicional aliado: Portugal. Procurou por um lado relacionar-se de igual para igual com o governo colonial de Angola, e por outro, se aproximou dos lusos, requisitando mais padres e enviando seu filho para que se tornasse padre em Lisboa. Em contrapartida, Dona Maria I - a Piedosa - mãe do futuro Dom João VI de Portugal, enviou missionários ao país africano. Porém, a ação desses já não exercia o mesmo encanto junto à população: o número de novos batizados e casamentos era baixo. Com a reorganização do comércio de almas e o crescimento da entrada de produtos lícitos no Congo, diminuiu-se a disparidade entre a aristocracia e as camadas populares (BROADHEAD,1947, p. 645-647).

Nesse período a região central da África já estava integrada às grandes redes mundiais de comércio. Contudo, a desigualdade dos termos de troca entre a região e a Europa era patente. Cabia ao Congo fornecer grandes quantidades de pessoas como mão de obra escrava alguns

poucos produtos tropicais em troca de manufaturados (VELLUT, 2010, p.354-364). A "Era das Revoluções" avançou pelo Atlântico. A América Portuguesa se emancipa de Lisboa, formando o Império do Brasil, e a metrópole afundou em uma guerra fratricida entre facções políticas de cunho liberal e absolutistas. Cedendo à pressão britânica, a ex-colônia, determinou, mesmo que de forma irresoluta, a extinção do tráfico de pessoas para a escravidão (HERLIN, 2004, p.269). Diante disso, o Reino de Portugal aboliu a escravatura em 1834. Contudo a presença de traficantes brasileiros na região aumentou (VALENTIM, 1998).

No Congo, Garcia V é sucedido por Dom André I, que reinou entre 1830 a 1842, todavia nunca havia sido coroado devido à falta de padres estrangeiro, que pudessem officiar a celebração (BROADHEAD, 1947, p.647). Com o fim da Guerra Civil em Portugal e a ascensão de uma nova classe dirigente liberal, o reino europeu buscou reformar sua política colonial para com a África e as regiões de Angola e Congo ganharam um novo significado. Tem início aqui as tentativas de expansão dos domínios coloniais portugueses na costa central da África, no sentido de Benguela ao sul e da foz do rio Zaire ao norte (VALENTIM, 1998, p.25). Com isso, os lusos buscavam dar sentido à sua presença na África com o objetivo de cooptar o espaço angolano-congolês na órbita econômica da metrópole de modo a tornar-lhe a fornecedora de matérias primas que impulsionassem a pouco expressiva industrialização portuguesa (VELLUT, 2010, p.364-366).

O enfraquecido Reino Congo, que se via esfacelado pelas rivalidades regionais e cravejado de enclaves estrangeiros, agora estava às voltas com a sanha expansionista de seu mais antigo aliado. Portugal, que havia sido seu esteio para garantir sua soberania, ainda que de forma errática, buscou por meios diplomáticos e militares retirar-lhe a autonomia tão fragilmente mantida. Em 1843, subiu ao trono o rei Henrique II, coroado por padres vindos de Luanda. Pertencente ao clã dos Água Rosada e originário da região de Kibanto, enfrentou com inteligência as ameaças internas e externas que assolaram seu reinado, mesmo que mantendo o caráter geral de incapacidade dos manicongos em atuarem dentro de suas próprias fronteiras (BROADHEAD, 1947, p.647). Em 1836 o governo português extinguiu o tráfico transatlântico de pessoas para trabalho escravo na América.

Por volta da década de 1840 a ação da Grã-Bretanha no Atlântico Sul se tornou cada vez mais eficaz (VALENTIM, 1998, p.34-38). Porém, sua ação no centro da África não se restringiu a combater a escravidão. Em 1853 comerciantes ingleses insuflam o régulo do enclave de Cabinda a reconhecer a sua soberania sobre o território, sendo o movimento reprimido rapidamente pelas forças colônias portuguesas baseadas em Luanda (CORDEIRO,



1883, p.63). Desentendimentos entre britânicos e lusitanos quanto a posse de diversos pontos do litoral situado entre o Congo e Angola ocorreram neste período. Dentre eles os relacionados a Ponta da Banana em 1853 e Malemba em 1854 - ambos na margem norte da foz do Zaire; assim como na Ponta do Padrão, na parte sul da foz do mesmo rio em 1859 (CORDEIRO, 1883, p.63).

Henrique II recebeu em 1845 uma missão de funcionários da administração colonial portuguesa com a proposta de assinatura de um tratado entre os dois reinos soberanos. O acordo obrigava o governo luso a fazer a reforma da catedral de São Salvador, o envio regular de missionários, apoio militar e o fornecimento de incentivos para que jovens da nobreza congoleza fossem estudar em Portugal. Em troca, o rei dos congolezes deveria conceder aos portugueses vantagens políticas e econômicas, como o estabelecimento permanente de lusitanos na cidade portuária de Ambriz, o que incluía a construção de uma fortaleza e a presença de um destacamento militar. Sabedor das limitações militares de seu reinado e do reduzido poder econômico e político que exercia sobre as potestades locais, em especial a do Ambriz, que gozava quase que de total independência, Henrique II assina o acordo (WHEELER & PÉLISSIER, 2013, p. 91-96).

Em 1850, o Império do Brasil extinguiu mais uma vez o tráfico e, nessa ocasião, tomou medidas para implantar tal resolução (VALENTIM, 1998, p.34-38). Aproveitando um momento de enfraquecimento das forças navais britânicas na região<sup>25</sup>, uma esquadra lusa invade a cidade de Ambriz em 1855, seguindo ordens originadas de Lisboa e encontra na cidade duas feitorias britânicas, uma norte americana, uma francesa e seis luso-brasileiras (MARQUES, 2006, p.145). O porto seria de livre acesso por um ano e, depois disso, seria taxado com as pautas alfandegárias portuguesas. Portugal se defende alegando direitos históricos sobre a região e colocou a ocupação como fundamental para a extinção do tráfico transatlântico (PINTO & CARREIRA, 1979, p.135) Apesar das críticas do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Londres, a posse foi tacitamente aceita por esses. Houve avanços das tropas portuguesas para outras regiões próximas, porém as forças navais britânicas e norte americanas presentes na área impediram o avanço (MARQUES, 2006, p. 153). Isso demonstra como que as forças norte americanas, britânicas, francesas e brasileiras presentes na região se coordenavam de modo a salvaguardar seus interesses. Com a posse da região do Ambriz ocorre a ocupação das valiosas minas de cobre e malaquita do Bembe, que foram

---

<sup>25</sup> Retirada de parte da esquadra do atlântico sul devido a Guerra da Criméia (1853 a 1856), conflito ocorrido no Mar Negro, próximo a Península da Criméia ao sul do Império Russo. Envolveu uma coligação integrada pela Grã-Bretanha, França, Piemonte-Sardenha tendo como principal oponente o Império Turco-Otomano com o intuito de conter a expansão russa (HOBSBAWM, 2009).

resguardadas pelos primeiros reis congolese das mãos portuguesas. Esses entregam sua exploração a um consórcio formado por brasileiros e britânicos (CORDEIRO, 1883, p.59-60)<sup>26</sup>.

As mudanças na economia internacional enfraqueciam cada vez mais as iniciativas de captura e comércio de pessoas para a escravidão e incentivavam os fluxos comerciais de produtos tropicais (HERLIN, 2004, p.269-270). Com isso, houve o sucessivo enfraquecimento dos grupos dominantes locais congolese que tinham no comércio de pessoas escravizadas sua principal fonte de renda e iniciou-se a ascensão dos proprietários de terra que produziam para exportação (BROADHEAD, 1947, p.647-648). As soluções liberalizantes de Dom Henrique II não foram um consenso no reino. O rei agora possuía o apoio dos chefes do norte do país e perdera a adesão dos líderes do sul e do sudoeste que tinham em Ambriz seu principal porto (BROADHEAD, 1947, p.646). Um dos membros da casa real, Dom Aleixo de Água Rosada, em 1841, organiza um levante contra a presença portuguesa na região. A revolta foi abafada em 1842 e o nobre foi preso em Luanda onde permanece até 1856 (WHEELER & PELISSIER, 2013, p.139). Seu pai, Dom Henrique, morreu um ano depois, abrindo condições para uma viragem no ambiente político e econômico do Congo (BROADHEAD, 1947). Neste período o poder foi exercido pela irmã do monarca morto, pertencente ao clã Kivuzi. (PELISSIER, 1997, p. 130). Clãs rivais lutam pelo trono, como rezava a tradição dos últimos duzentos anos; a situação, porém diferenciava-se pelo fato de que esses começaram a definir-se como contrários ou favoráveis à interferência portuguesa no Congo (WHEELER & PELISSIER, 2013, p.138-143). Diversos postulantes ao trono surgem em todo. Um deles era o filho da regente, Dom Pedro Lefula, marquês de Catende. Dentre eles o com maior apoio político dos chefes locais era o chefe da região do Dongo, sobrinho do rei morto, o marquês Dom Álvaro Makadolo. (PELISSIER, 1997, p. 130). O postulante Pedro consegue o apoio do governo geral de Luanda. O conflito se acirra entre os dois postulantes ao trono, os lusitanos decidem apoiar a Pedro Lefula, o herdeiro legítimo ao trono pelo costume congolês. Após várias reviravoltas D. Pedro V é sagrado Rei do Congo em 1859 (PELISSIER, 1997, p. 130).

---

<sup>26</sup>Francisco Antonio Flôres era um ex-traficante de escravos brasileiro radicado em Angola desde a década de 1830, inicialmente vinculado à Amaral & Bastos Co. – empresa do ramo de tecidos e contrabando de homens e mulheres para a escravidão – e após 1840 atuando de forma autônoma no comércio ilícito. Graças aos seus favores ao Governo Colonial Português em Angola recebeu em 1855 a concessão de exploração das minas de cobre situadas ao norte de Luanda, e recém-conquistadas do Reino do Congo. Logo, ele se associa a firmas britânicas e cria a Western Africa Malachite Company, à quem passa a ter o direito da concessão das minas. Após a revolta ocorrida no Reino do Congo, ocorrida após a morte de Henrique II em 1857 as instalações das minas são destruídas e a firma vem a falência (FERREIRA, 2015)

Por traz do embate entre dois litigantes ao trono congolês, havia os interesses estratégicos portugueses no sentido de aumentar sua influência nas regiões próximas à foz do rio Zaire – o que prepararia sua futura anexação à colônia de Angola – e dos mandatários locais assim como dos comerciantes de outras nacionalidades – como britânicos, franceses e brasileiros - que negociavam livremente no Reino do Congo e que viam esta anexação com desagrado (HERLIN, 2004, p.647). O apoio dos portugueses à Pedro Lefula polarizou os demais grupos ao lado de Álvaro Makadolo.

A "Pactuação" entre congoleses e estrangeiros chegou a um ponto de inflexão diante do expansionismo português na África central e austral, assim como da ação militar e comercial de britânicos ao sul do Zaire e somado a isso, a ação dos negociantes brasileiros e hispano-americanos na região. Mantê-la nos termos que eram postos por volta da década de 1850 significaria a destruição total, do já alquebrado, Reino do Congo. O rompimento com essas relações, além de um conflito militar sério, seria o fim do último recurso que o manicongo e os grupos vinculadas à escravidão teriam para manter-se do poder. Preparava-se, assim, uma "Terceira Pactuação" entre o Reino do Congo e os estrangeiros, retornando e reforçando sua ligação lusitana, porém essa já é outra história<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> A "Terceira Pactuação" abrange o reinado de Pedro V (1859-1891) até a anexação formal dos territórios do Reino do Congo à colônia de Angola, por Portugal, após a Conferência de Berlim.

## **CAPÍTULO II. "NAS RUDES AREIAS DE ÁFRICA": A PRESENÇA BRASILEIRA NA CONTINENTE AFRICANO ENTRE 1808 A 1860 E O PEDIDO DE ASILO DO PRÍNCIPE NICOLAU DE ÁGUA ROSADA**

*“Brasil vive e se sustenta de Angola,  
podendo-se afirmar com muita  
razão dizer que o Brasil tem o  
corpo na América e a alma  
na África”*

VIEIRA, Padre. Antonio ([1718] 2005)

A presença brasileira no continente africano, no período marcado entre a vinda da corte portuguesa para sua colônia na América e a época de ocorrência do episódio que esta dissertação se propõe a estudar, será considerado como a influência e a participação de cunho oficial e extraoficial do governo português residente no Rio de Janeiro assim como o do Estado Imperial brasileiro nas regiões de Angola, Reino do Congo e na Costa da África Ocidental. Conjuntamente a isto, serão analisadas as iniciativas de agentes privados brasileiros, ou a estes ligados, nestas regiões. A atuação de comerciantes brasileiros, ou com empreendimentos relacionados, direta ou indiretamente, com o Império do Brasil não foi uma realidade surgida repentinamente. As interações políticas, entre os anos de 1810 até a década de 1860 transitaram do envolvimento intra-colônial de possessões pertencentes ao mesmo Império Português, para relações internacionais entre Estados distintos. Apesar do afastamento político entre estes dois lados do Atlântico Sul os vínculos econômicos, sociais e culturais permaneceram (FERREIRA, 2006, p.49). O mais notório era a continuidade do uso da força de trabalho escrava - que perdurou desde a Independência em 1822 até 1888 - e o transporte de homens e mulheres, de modo lícito ou ilícito, do continente africano para o Brasil. Outros produtos, no entanto, coexistiam ao comércio de almas e na medida em que este diminuía, eles ganhavam relevância (RODRIGUES, 1964, p.203-211).

A presença de comerciantes brasileiros no antigo Reino do Congo e em Angola, não é uma excentricidade. Desde o século XVII, com expulsão dos holandeses da região de Luanda e das proximidades da foz do rio Zaire por forças militares luso-brasileiras em 1648, a presença econômica, social e política da colônia portuguesa na América, e posteriormente, do Império do Brasil foi crescente (PINTO & CARREIRA, 1979, p.129).

Neste ambiente tem lugar o pedido de asilo feito a Dom Pedro II pelo príncipe Nicolau de Água Rosada e Sardônia, redigido em 1859 em meio aos conflitos sucessórios ocorridos no Reino do Congo. Para compreendermos os interesses brasileiros quanto a região, os

posicionamentos adotados na condução da questão do pedido do referido príncipe, assim como a interferência do Império na questão sucessória no Reino Congolês ocorrida entre 1858-1860, se fazem necessário uma série de análises da conjuntura que envolvia a presença brasileira na região e da forma como ela se organizou.

## **2.1. A capital do Império Português na América e a África**

Com a mudança da sede do Império Português para a cidade do Rio de Janeiro em 1808 as diretrizes administrativas para as colônias na África e na Ásia deixaram de vir de Lisboa e passaram a se originar do Rio de Janeiro<sup>28</sup>. Neste momento, os interesses da colônia portuguesa na América e os da metrópole se confundiam: "os proveitos do Brasil, que ainda se acreditavam ser ganhos para Portugal" (RODRIGUES, 1964, p. 132). A metrópole lusitana, no início do XIX, uma potência secundária com ricas colônias era economicamente dependente da Grã-Bretanha e servia quase unicamente como um entreposto comercial de produtos tropicais de suas possessões de além-mar. Em uma lógica que perdurava desde o ressurgimento do Estado lusitano no século XVII (FAUSTO, 2012, p.116-120), a rápida capacidade com que a América Portuguesa respondia aos estímulos da economia mundial e ao aumento da demanda doméstica, fez com que a colônia brasileira se tornasse um grande produtor agrícola e a principal fonte de riqueza do Império português, produtor estratégicos de matérias primas essenciais aos países europeus rumo à industrialização (ARRUDA, 2008, p.24). Tal fato se deve, em parte, graças a uma série de medidas favoráveis à produção colonial emitida pela Coroa nos quadros da Ilustração europeia: companhias de comércio e tentativas de diversificação de pauta de gêneros agrícolas (algodão, arroz, cacau, anil, cânhamo, trigo). (PARRON, 2011, p. 45-51).

O estabelecimento do Rio de Janeiro como capital administrativa do Império Lusitano levou a um aumento das atividades comerciais, inclusive importações. Com isso, houve um crescimento do comércio entre as possessões situadas na África Ocidental, Centro Oeste do continente e o aumentou a relação de dependência desta, do comércio com o Brasil. As relações comerciais angolanas se faziam especialmente, neste período, com a América Portuguesa, a profusão de embarcações brasileiras nos portos angolanos representava o quanto estes eram significativos para ao pagamento das taxas portuárias e impostos naquela colônia (RODRIGUES, 1964, p.130). No período de sua permanência na América (1808-

---

<sup>28</sup>Para melhor compreensão acerca dos efeitos da transmigração da Família Real portuguesa para a América ver Dias (2005).

1821), Dom João, nomeou ministros e outros burocratas dentre os luso-brasileiros, recriando assim a estrutura de poder existente em Portugal e elevando o Brasil, posteriormente, ao nível de Reino Unido – o que só aconteceu após 1815, com o fim das Guerras Napoleônicas e o Congresso de Viena – o que significou mais autonomia administrativa para a ex-colônia elevada ao status de Reino Unido. Com isso, ficou evidente a preeminência concedida aos interesses brasileiros dentro do Império Colonial Português (LIMA, [1909] 1996, p.367). Por exemplo, dois dos cinco governadores gerais nomeados para Angola, entre 1808 a 1821, eram nascidos na América portuguesa e outros dois já haviam sido dirigentes de capitanias no Brasil. Assim sendo, os vínculos das regiões portuguesas na África e na América ficaram cada vez mais fortes. As colônias africanas foram, quase que por todo o período, praticamente abandonadas e sua utilização econômica era estritamente vinculada ao fornecimento de mão de obra para o Brasil (PINTO & CARREIRA, 1979, p.147).

Originalmente, as terras que vieram a formar o Império do Brasil e a colônia de Angola, eram partes constitutivas do mesmo Império Português. Contudo, diante da dificuldade que tinham de estender seus domínios para além das cidades já ocupadas como Luanda, Benguela e regiões próximas, a posse portuguesa de outros territórios no interior era altamente fluida. Assim sendo, diante desta dificuldade em exercer uma dominação efetiva sobre os sertões africanos, o tráfico de almas para o trabalho escravo era, quase que inteiramente controlado, por luso-brasileiros ou luso-africanos (FERREIRA, 2006, p.25). No caso de Angola, os negociantes do Rio de Janeiro dominavam tanto o comércio de escravos como o mercado de crédito entre o fim do século XVIII e início do XIX (FRAGOSO, 2002, p.129). Criou-se, assim, uma forte ligação financeira entre a América Portuguesa e as margens atlânticas da África. Vínculos não apenas voltados para a escravidão mais por laços familiares, educacionais e mesmo religiosos (FERREIRA, 2006, p.31).

O período que abrangeu a permanência da Corte Portuguesa na América foi uma época de gradativo enfraquecimento da metrópole em Angola, o que criou um ambiente propício para motins e conspirações na África. No início do XIX, os britânicos iniciaram sua campanha internacional de cerceamento do tráfico transatlântico de escravos. Parte deste processo era voltado para impelir o Império Português a arrefecer os fluxos de cativos e a tomar medidas práticas de restrição do infame comércio através da assinatura de tratados internacionais. A aplicação destas normas, muitas vezes, ficava sob a responsabilidade do Governo-Geral situado em Luanda e nas autoridades portuguesas locais. Estas medidas iam de choque àquilo que era do interesse dos colonos brancos instalados, especialmente no que

tange ao tráfico de homens e mulheres para a escravidão (WHEELER & PELISSIER, 2013, p. 143). Uma das medidas mais emblemáticas, estava relacionada a questão tributária. Sob a pressão britânica, os portugueses acabaram com a cobrança de impostos a serem pagos em espécie – escravos – e os converte em pagamento monetário, o que gerou insatisfação entre os líderes africanos (WHEELER & PELISSIER, 2013, p.86-87).

Contudo, o governo lusitano sob Dom João VI, apesar de se demonstrar “convencido da injustiça e má política do comércio de escravos” (COLLECÇÃO DE TRATADO, 1857) buscou articular politicamente uma situação que fosse tolerável tanto para britânicos como para escravagistas dentro do império português. Com os tratados de 1810, 1815 e 1817, após longas tratativas e idas e vindas de ambas as partes, reduziu-se a legalidade do tráfico de escravos aos limites do Império Português. A diplomacia lusitana conseguiu abrir como que um corredor jurídico para os negreiros. Com a proteção diplomática da coroa para tráfico no Atlântico Sul, a média de escravos trazidos para o Rio de Janeiro dobrou entre 1809-1820 (PARRON, 2011, p.50)<sup>29</sup>.

A prosperidade do tráfico de almas para a América Portuguesa, a despeito da iniciativa britânica, não dependeu somente da astúcia lusitana, já que outros atores estavam envolvidos neste contexto. Dentre eles merece destaque os líderes locais africanos diretamente afetados pelas imposições dos tratados entre britânicos e portugueses. Os reis do Daomé, que já haviam enviado emissários para discutir aspectos do tráfico de escravos entre seu reino e a capitania da Bahia no século XVIII (PARÉS, 2013, p.299), em 1810, enviaram novamente uma embaixada endereçada a contatar o, até então regente, Dom João, instalado no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, o rei de Ardra<sup>30</sup> também encaminhou seu representante à corte portuguesa. Dentre as questões que motivara que seu soberano os enviassem estava o apoio das armas portuguesas, com os quais mantinha forte relação comercial, contra a ameaça de invasão empreendida pelo Daomé (SOARES, 2014, p.149). O agente daomeano por sua vez, tinha objetivos mais pragmáticos, vinha solicitar a permanência do tráfico de escravos empreendido por luso-brasileiros em seu país, já que com as restrições previstas no tratado anglo-português de 1815 ficava vedado aos lusos comerciarem cativos ao norte do Equador. Em troca o rei do Daomé oferecia a exclusividade do comércio de almas para os portugueses e a possibilidade de que estes instalassem fortalezas em seu litoral, consolidando assim mais

---

<sup>29</sup>Para verificar os índices de entrada de cativos no período, conferir Florentino (1997). Vale destaque também o artigo de Klein (2002).

<sup>30</sup>Ardra, também conhecido como Allada. Reino localizado na região do Golfo do Benim cuja capital era Porto Novo. Foi um dos portos mais ativos de embarque de escravos para a América (LOPES, 2011, p.71).

uma concessão na África Ocidental (PARÉS, 2013, p.323). O regente português, contudo, ordenou que o governador da Bahia retivesse os embaixadores em Salvador e esperasse por outras instruções. Estas demoraram dois anos a chegar e instruem-no a encaminhar as comitivas para seus respectivos países. A recusa a oferta do rei do Daomé, poderia gerar conflitos e mal-entendidos entre traficantes baianos e as autoridades locais assim como indispor o governo do Rio de Janeiro frente ao rei de Ardra. O governo português preferia seguir se utilizando de múltiplas fontes de abastecimento de cativos do que comprometer-se com um só soberano africano e assim obter força de trabalho de apenas uma fonte fornecedora (VERGER, 1987, p. 229-233). O que a coroa portuguesa realmente pretendia era a posse de territórios na África, onde pudesse organizar o tráfico de escravos como assim desejasse, sem a interferência dos régulos locais. Daomé oferecia apenas a preferência na venda dos cativos, porém todo o processo que o antecedia era executado e coordenado pelo rei (SOARES, 2014, p.143).

Contudo, este cenário que tinha na corte sediada no Rio de Janeiro seu centro político e administrativo seria alterado. As colônias portuguesas na África não ficaram alheias aos processos revolucionários ocorridos nos territórios portugueses na Europa e na América. A agitação social que ocorreu em Pernambuco em 1817, foi um bom exemplo disso, apesar do sobreaviso do governo português ao governador de Angola para que ficasse vigilante quanto aos desdobramentos dos acontecimentos no Brasil, apareceram panfletos em Luanda idênticos aos de Pernambuco. Na verdade, esses panfletos tinham sido enviados a um juiz luso-brasileiro em Angola por um comerciante luso-angolano, que se encontrava em Recife para tratar de seus negócios naquele período. Porém, o movimento não chegou a ter grande adesão na colônia africana. Negociantes luso-angolanos chegaram a oferecer transporte náutico e homens às tropas reais para esmagar o movimento no Brasil (PANTOJA, 2003, p.208). Com a Revolução Liberal do Porto de 1820, Angola foi exposta a novas influências sociais e políticas até então inéditas (WHEELER & PELISSIER, 2013, p.87). Quando as notícias do levante chegaram a Luanda em 1821, os opositores do Governador-Geral Touvar de Albuquerque iniciaram um motim exigindo sua saída (PANTOJA, 2003, p.208). Debelado o movimento, seu principal líder Joaquim Aurélio de Oliveira, fugiu para o Rio de Janeiro. O governador comunicou suas queixas ao rei Dom João VI e afirmava, ainda, que o Brasil seria um foco de partidários do liberalismo e que o motim ocorrido teria sido engendrado na loja maçônica do Rio de Janeiro (PANTOJA, 2003, p.208).

A política externa do Império Português durante o governo de Dom João foi marcada,



por um lado, pela dependência britânica manifestada pelos tratados desiguais de 1810, 1815 e 1817 (SILVA & GONÇALVES, 2009, p. 27) e por outro, uma política agressiva na América do Sul onde, o governo português da dinastia dos Bragança, enfraquecido na Europa, cresceria sobre os despojos dos Bourbon na América do Sul, avançando sobre a Guiana Francesa e a Banda Oriental (CERVO & BUENO, 2008, p. 22). Quanto aos povos africanos alheios ao império ultramarino português, especialmente aos situados na África Ocidental, a postura da coroa portuguesa era a da temporização, não se envolvendo diretamente nos atritos regionais entre seus aliados e ao mesmo tempo mantendo condições favoráveis ao prosseguimento do comércio de almas (SOARES, 2014, p. 148). Quanto à política para a região de Angola e adjacências, estas eram enxergada como um assunto interno do Império Português e a elas era destinada uma única função: suprir o comércio de escravos para o Brasil (PINTO & CARREIRA, 1979, p. 129). O tema ganhava novas nuances graças a pressão britânica pela extinção do comércio transatlântico de escravo. Após negociação entre o Rio de Janeiro e Londres, a diplomacia portuguesa conseguiu circunscrever o comércio Atlântico de escravos às suas possessões ao sul da linha do Equador e com isso prosseguir, e mesmo ampliar, a introdução de cativos na América Portuguesa (PARRON, 2011, p. 50).

## **2.2. A independência da América Portuguesa e reconhecimento internacional**

As questões relacionadas aos vínculos políticos, econômicos e sociais entre a América e a África portuguesa seriam modificados diante dos acontecimentos que se desenrolariam na porção americana do Império. Com a conclamação das cortes após a Revolução Liberal de 1820 e o retorno da família real portuguesa à Lisboa, o clima político nas terras brasileiras se tornou tenso. As medidas tomadas pelos liberais portugueses reunidos nas Cortes no sentido de submeter às terras americanas, agora sob a condição de Reino Unido à Portugal e Algarves, às condições similares as que haviam anteriormente a isso, amalgamaram as facções políticas conservadoras e liberais exaltadas em várias partes do Brasil. Assim sendo, em 1822, o príncipe regente do Pedro de Alcântara, apoiado por estes grupos proclamou a independência e daí surge o Império do Brasil (FAUSTO, 2012, p. 116).

Apesar do fato de que o novo país tinha como principal preocupação, no que tange a política externa, fazer com que as potências que compunham a Santa Aliança e a sua ex-metrópole reconhecessem sua independência (CERVO & BUENO, 2008, p. 23), o primeiro país formalmente a fazê-lo, foi o Reino do Onim com o envio de Manoel Alves de Lima em 1824 (COSTA E SILVA, 2005, p. 202), posteriormente a isso foram os Estados Unidos em

1824 - ante a nascente Doutrina Monroe - em seguida vem o México em 1825. O reconhecimento dos países europeus era condicionado ao consentimento lusitano. Este foi intermediado pela Inglaterra e Áustria (CERVO & BUENO, 2008, p. 24-25).

Quanto ao reconhecimento dos países europeus, os britânicos eram especialmente interessados em apressar a aceitação internacional da independência brasileira, já que ele era o terceiro maior mercado consumidor de seus produtos e tinha grande interesse em manter com o Império recém-criado os termos dos acordos já assinados com sua antiga metrópole. Através da intermediação da Grã-Bretanha a independência foi reconhecida por Portugal com a assinatura do Tratado de 1825. Tal fato só foi possível, mediante a imposição, do reconhecimento de Dom João VI como “Primeiro Imperador do Brasil”, o pagamento de uma indenização em dinheiro – montante que foi emprestado pelos britânicos - e o compromisso de não anexação de outras colônias portuguesas ao Império brasileiro (CERVO & BUENO, 2008, p. 34).

Quanto ao reconhecimento da independência por parte dos régulos africanos encontra-se a embaixada enviada ao Imperador do Brasil em 1824 pelo rei de Onim do Benim e outros reis africanos. Segundo o relato de Verger (1987), o embaixador Manuel Alves de Lima também era um traficante de escravos. Ao contrário das embaixadas africanas de 1810 que ficaram retidas em Salvador da Bahia, desembarcaram desta vez diretamente no Rio de Janeiro solicitando uma audiência com o imperador Dom Pedro I – que os recebe naquele mesmo ano. O emissário traz consigo cartas do rei relativas ao tráfico de escravos entre o agora independente Brasil e os reinos africanos que este representava (RODRIGUES, 1964, p.142). O embaixador alegava sua antiga amizade com Dom João VI, chegou a assistir a cerimônia de batizado de um dos filhos do imperador, porém não conseguiu uma segunda audiência. (RODRIGUES, 1964, p. 143).

Dom Pedro não queria negócios oficiais com chefes africanos, a não ser os estritamente necessários para a manutenção do tráfico (RODRIGUES, 1964, p. 143). A principal razão para a boa acolhida do embaixador africano estava no fato de que a cidade de Lagos, assim como Porto Novo, havia se tornado os maiores pontos de fornecimento de escravos para a província da Bahia. A recepção da embaixada por Pedro I serviu como um meio para tranquilizar os mercadores de gente originários daquela província mostrando que apesar da emancipação política de Portugal, o Império brasileiro buscava garantir o fluxo regular de escravos (COSTA E SILVA, 2005, p. 204).

### 2.3. O Império brasileiro recém-emancipado e as colônias na África e na Ásia

O compromisso de não anexação de outras colônias portuguesas (CERVO & BUENO, 2008, p. 34) presente no tratado entre o Brasil e Portugal firmado em 1825, não foi um ponto isolado nos debates entre os diplomatas brasileiros e lusitanos, nem eram desconectados da realidade que envolvia a ambos os países. Era uma garantia jurídica que o Império Colonial Português se valeu diante de um temor, justificável ou não, motivado por uma série de movimentos sociais que se seguiram em Angola, Benguela e no arquipélago Cabo Verde, que mostravam que esta possibilidade – apesar de remota – era presente.

Quando da convocação das Cortes de Lisboa após a Revolução Constitucionalista do Porto de 1820, as demais colônias tiveram direito a enviar deputados. A colônia de Angola, que naquele período era chamado de Reino de Angola, foi representado por três deputados. Moçambique<sup>31</sup>, graças a sua exígua população branca foi representada pelos goeses. (RODRIGUES, 1964, p.133). Ao fazer escala no Brasil os representantes angolanos, logo ao tomarem conhecimento dos movimentos emancipacionistas que se desenrolavam no Brasil, dividiram-se. Alguns mostravam-se favoráveis a que a colônia de Angola se unisse ao Brasil contra a metrópole e outros a manutenção da ligação com a metrópole e prosseguimento da viagem à Lisboa. Parte da comitiva seguiu viagem e outra permaneceu no país (RODRIGUES, 1964, p.136). A permanência dos deputados angolanos pode ser justificada pelo reconhecimento da importância econômica dos negócios entre Brasil e Angola e a descrença de que os portugueses estariam dispostos, à confrontarem os britânicos, e a atenderem as reais demandas dos colonos brancos envolvidos no negócio da escravidão. Logo, manter-se vinculado ao Império brasileiro, agroexportador e que utilizava intensivamente a mão de obra cativa, seria mais vantajoso, naquele momento, do que aliar-se aos liberais portugueses alinhados à Londres (RODRIGUES, 1964, p. 138).

Quanto aos deputados vindos de Goa, eles são alvos das tentativas de convencimento quanto a legitimidade dos motivos que levaram os luso-brasileiros a oporem-se aos liberais das Cortes de Lisboa. Sem conseguir dissuadi-los, eles seguiram sua viagem para a metrópole portuguesa. A demora na chegada dos deputados angolanos, assim como os da Ásia às cortes, devido a sua estada no Brasil, foi entendida pelos liberais de Lisboa como mais um ato de hostilidade do Infante Dom Pedro, até então Regente do Brasil (RODRIGUES, 1964, p.139-

---

<sup>31</sup> Em Moçambique, por volta de 1821, havia cerca de 552 moradores livres e 4400 escravos, Dom João, ainda no Rio de Janeiro, transformara a vila de Moçambique em cidade. O mesmo Dom João depõe o governador geral João da Costa Brito Sanches - devido a sua aproximação com os liberais - e cria-se uma junta de governo (RODRIGUES, 1964).

141). Todos estes acontecimentos são uma demonstração da rede de relações dentro do mundo afro-asiático português que tinha em seu eixo o Brasil e a atuação de seus negociantes, traficantes de escravos e mesmo escravos libertos retornados (RODRIGUES, 1964, p.134).

A fragilidade do império português na região de Angola fica clara frente às dissensões da política interna que coloca em lados opostos liberais metropolitanos e os da colônia, criando assim um clima favorável a conspirações emancipacionistas, influenciadas fortemente pela independência do Brasil em 1822 e a Guerra Civil portuguesa que viria logo em seguida (WHEELER & PELISSIER, 2012, p. 143). Em Lisboa, os deputados goeses que haviam sido retidos no Brasil relatam ao governo português quanto a possibilidade de que as forças do príncipe Dom Pedro pudessem lançar-se sobre Angola (RODRIGUES, 1964, p. 144). Em Luanda circulavam rumores de um provável ataque do Brasil. Cartas enviadas por comerciantes brasileiros, por sua vez, davam conta de que tropas portuguesas chegariam a Luanda para confiscar os bens dos comerciantes brasileiros lá existentes. (PANTOJA, 2003, p.209). Diante disto as Cortes de Lisboa, buscando circunscrever o clima de instabilidade causada pela emancipação política de sua ex-colônia. Nomearam um novo governador-geral para Angola de modo a organizar um sistema mais eficaz de defesa para guarnecer a colônia contra o risco de um ataque vindo do Brasil (FARINHA & BAENA, 1867, p. 72).

Neste clima cresce a busca pela organização de um sistema de defesa das colônias no centro sul africano ante uma possível ameaça brasileira. A Câmara municipal de Luanda, se reuniu para apreciar a proposta de uma nova forma de governo, que se daria através de juntas governativas e não mais governadores (PANTOJA, 2003, p. 209). Em meio a isso, o regimento de cavalaria português baseado em Luanda organizou um motim contra o governo liberal instalado por Lisboa, entre os envolvidos haviam degredados e outros militares. A revolta foi esmagada com força pelo Governo-Geral, porém o governador foi retirado do cargo por Dom João VI (WHEELER & PELISSIER, 2013, p. 143). Lisboa resolveu por bem instituir uma junta provisória com sete membros, presidida pelo bispo Frei João Damasceno Póvoas e outros seis membros. Contudo, estes, posteriormente, foram acusados de serem favoráveis a causa da unificação com o Brasil (RODRIGUES, 1964, p. 138). Em 1823 chegou um novo Governador-Geral, que vem substituir ao bispo Póvoas. Junto com ele são enviadas mais tropas leais ao governo central. Eram compostas, naquele momento por degredados e pessoas de origem africana. Logo foram aliciados para se unirem a causa brasileira. Estoura, assim, outra revolta, movidos pelos baixos soldos e a mortandade ocasionada pelas pestes tropicais, as forças militares exigiam o seu retorno à Europa. Mais uma vez a revolta é

sufocada, os sobreviventes de origem portuguesa são enviados de volta para o reino (PANTOJA, 2003, p. 209).

Estes acontecimentos foram considerados como efeitos da ação dos partidários da unificação com o Brasil. O envolvimento de brasileiros nas revoltas ocorridas entre o fim do período de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro e os primeiros anos após a emancipação política do Brasil fizeram com que o novo governador-geral português de Angola imputasse tais acontecimentos ao chamado “Partido Brasileiro” (PANTOJA, 2003, p. 209). E estes não foram os últimos movimentos deste tipo.

As críticas que se faziam às reais contribuições da metrópole aos colonos portugueses estabelecidos na África eram presentes também nas fronteiras meridionais da colônia portuguesa de Angola (WHEELER & PELISSIER, 2013, p. 143-144). Embora também tivessem relações comerciais com Portugal, os negociantes que dominavam o tráfico em Benguela dependiam visceralmente dos capitais e das mercadorias enviadas por seus sócios do Brasil – principalmente do Rio de Janeiro (FERREIRA, 2006, p. 692). A partir de Benguela, as redes do tráfico se espalhavam por várias regiões do planalto central angolano, administradas por seguidas gerações de negociantes vindos de Portugal e principalmente do Brasil (FERREIRA, 2006, p. 692).

Nos anos seguintes a emancipação do Brasil panfletos circulavam pelas ruas da cidade de Benguela, apregoando as vantagens sobre a união com o Império do Brasil e propalando que essa era iminente (PANTOJA, 2003, p. 209). Em 1823 soldados e colonos de Benguela uniram-se e rebelaram-se contra a dominação lusitana. Pretendiam desvincular-se de Portugal e criar uma Confederação com o Império do Brasil, recém independente (WHEELER & PELISSIER, 2013, p.144). Benguela enviou a Lisboa uma representação exigindo das Cortes autorização para isso (PANTOJA, 2003 p. 209). Entre os líderes do movimento estavam brasileiros que articularam o levante e planejavam prender o governador e içarem a bandeira do Império do Brasil na fortaleza que guardava a cidade. WHEELER & PELISSIER, 2012, p.144). Descrevendo o episódio, um jornal da época afirma:

"Benguella abraçou com grande entusiasmo aquella ideia, e quando se proclamou a independência do Brazil, o grande povo d'aquella cidade secundou aquelle estado de coisas, tendo hasteado a bandeira do café e tabaco na fortaleza de S. Filipe. Dirigiu este movimento o tenente coronel Francisco Pereira Diniz, homem preto, natural de Benguella que comandava as companhias de linha d'aquella capitania" (PHAROL DO POVO n.º 36 de 27 de outubro de 1823).

Para combater o motim foi necessário o envio de tropas do reino (WHEELER &

PELISSIER, 2013, p.144). Desbaratado o movimento, muitos comerciantes de Benguela, persuadidos de que não viria a união, mudaram-se para o Brasil (PANTOJA, 2003, p. 210).

Não só em grandes centros fornecedores de força de trabalho escravo aderiram a causa da emancipação. Com a independência levantaram-se incertezas acerca do futuro das demais possessões portuguesas. No arquipélago de Cabo Verde a presença de degredados oriundos do Brasil se fazia sentir, desde o século XVIII. Com a independência, pessoas vindas do Brasil insuflaram a população a aderir a causa brasileira (PEREIRA, 2011, p.51-77). Na cidade da Praia, capital e maior cidade da colônia, parcelas da sociedade cogitavam a desanexação de Portugal e a unificação com o Brasil. Os liberais da Ilha de Santiago, em 1823, assim como os de Benguela, enviaram carta às Cortes expressando o desejo de juntar-se ao Império do Brasil. A reação da metrópole foi rápida e prendeu os envolvidos, cessando o movimento (PEREIRA, 2011, p.51-77).

#### **2.4. O Império brasileiro do 1º Reinado e a possibilidade de anexação de territórios na África**

Esta possibilidade de anexação das colônias portuguesas na África Atlântica por parte do Império do Brasil suscitou debates e análises. Partindo da premissa de que tal fato não era da vontade de Dom Pedro I e ainda que a minoria dirigente, ludibriada pelas exigências britânicas relativas a abolição do tráfico, faz com que José Honório Rodrigues afirme que "Nascíamos livres de ambições colonialistas, embora fôssemos um império"(RODRIGUES, 1964, p. 145). Ele cita ainda que em 1823, quando questionado pelo representante britânico no Rio de Janeiro, Lorde Charberlain, quanto ao real interesse do Brasil na posse das colônias portuguesas na África, o Imperador respondera-lhe: "em relação as colônias da costa da África, nós não queremos nada, nem qualquer parte. O Brasil é suficientemente grande e bastante produtivo para nós, e estamos contentes com o que a Providência nos deu" (WEBSTER, 1938, p. 222 *apud* RODRIGUES, 1964, p.145).

Uma outra situação emblemática, que pode ajudar a compreender o posicionamento político existente no 1º Reinado foi a Questão relacionada a Incorporação de Chiquitos em 1825. Esta província do Vice-Reino do Rio da Prata (hoje pertencentes a Bolívia) em abril de 1825 envia a câmara de Mato Grosso um pedido formal de que a região fosse anexada ao Império. A resposta do governo do Rio de Janeiro foi dada no ofício do Secretário dos Negócios Estrangeiros, Luís José de Carvalho e Melo: "(...) consultado previamente como convinha, jamais daria o seu imperial consentimento a esta medida, por ser oposta aos

generosos e liberais princípios em que o mesmo Augusto Senhor firma a política de seu gabinete e a sua intenção de não intervir na contenda atual dos habitantes da América Espanhola entre si, e com sua metrópole" (PINTO, 1864, p. 27 *apud* RODRIGUES & SEITENFUS, 1995, p. 144)

Seguindo o princípio de reforçar a presença britânica e seus interesses quanto a não anexação, Pantoja (2003) afirma que o governo de Londres entendia que a unificação entre estes dois lados do Atlântico transformaria o tráfico internacional de escravos africanos em um negócio interno ao Estado brasileiro, diante do qual nada ou muito pouco poderiam fazer. Para Portugal, aliado de primeira hora dos britânicos, perder sua principal colônia na África Atlântica, desfalaria o Império já bastante debilitado com a perda de sua principal colônia (PANTOJA, 2003, p.209-210). Na esteira da crença de que a firme oposição de Portugal e Grã-Bretanha teriam sabotado uma possível unificação, Cervo & Bueno (2008) reconhecem a interdependência entre Angola e Brasil e afirmam que nem Dom Pedro I nem José Bonifácio tomaram nenhuma medida no sentido de incentivar a unificação. O Tratado de 1825 teria sido uma imposição de britânicos e portugueses e abriu a fase de distanciamento entre angolanos e brasileiros sem que o Império fizesse grandes esforços em diminuí-los (CERVO & BUENO, 2008, p.36-37)

A união entre Brasil e Angola não aconteceu, porém as fortes relações econômicas e políticas construíram intercâmbios pessoais, familiares e de parceria em diferentes atividades. (FERREIRA, 2006, p. 25). Quinze famílias de negociantes cariocas controlavam cerca de 27% do tráfico atlântico de escravos entre 1811 e 1830 (FRAGOSO, 2002, p.119). Após o reconhecimento da emancipação do Império do Brasil e buscando defender seus interesses do outro lado do Atlântico Sul, o governo do Rio de Janeiro nomeou, em 1826, um cônsul para atuar em Luanda, Rui Gernarck Possolo (COSTA E SILVA, 1989, p.49), e junto com ele seguiram três navios de guerra com bandeira brasileira. A justificativa para a permanência das embarcações era a de proteger os comerciantes brasileiros, em especial os traficantes de escravos (FERREIRA, 2008a). O cônsul brasileiro foi admitido provisoriamente pelo governador-geral português em Luanda, Nicolau Castelo Branco, enquanto esperava a autorização vinda de Lisboa (COSTA E SILVA, 1989, p.51). Durante sua permanência, provisória, em Luanda atuou no sentido de emitir licenças para navios brasileiros e a defender os interesses dos traficantes de escravos contra os dos mercadores luso-africanos. Nenhuma nação independente das Américas tinha ido tão longe na defesa do comércio de escravos. Isso o colocou em choque com o governo colonial português (FERREIRA, 2008a). A resposta ao

pedido de autorização para a permanência do cônsul brasileiro chegou e afirmava, taxativamente, que era "rigorosamente vedada a residência de estrangeiros nas colônias portuguesas" (COSTA E SILVA, 1989, p. 51). O cônsul brasileiro é, portanto, expulso de Angola em 1827 (FERREIRA, 2008a).

Entre 1824 e 1826 o Império brasileiro ainda se via as voltas com conflitos internos. De um lado um levante seccionista no Nordeste do país que pretendia fundar uma república, a Confederação do Equador, e de outro o movimento de libertação da Cisplatina, invadida ainda quando da permanência de Dom João VI na América. O primeiro foi brutalmente esmagado pelas forças armadas de Pedro I, contudo, quanto ao conflito platino, o governo brasileiro não conseguiu impedir que os revolucionários uruguaios aderissem à Confederação Platina (Argentina) em 1825. As divergências entre as Províncias Unidas do Prata, o Império do Brasil e os revolucionários uruguaios levou o governo a declarar guerra às Repúblicas Unidas e a bloquear o acesso ao Rio da Prata. A situação só foi equacionada com a intervenção britânica que criou a República do Uruguai (FAUSTO, 2012, p.133-136)

Em 1827, o governo criou a Divisão da Costa de Leste também chamada de Divisão Naval da Costa d'África da marinha imperial. Após a apresentação do oficialato da marinha imperial ao governador-geral português em Luanda a frota composta por cinco navios seguiu para as proximidades do porto de Cabinda, onde deveria permanecer fundeada. (OLIVEIRA, 2010, p. 105-111). A cidade ficava próxima à foz do rio Zaire e pertencia, até então, ao Reino Loango tendo posse questionada pelo governo colonial português de Angola. A justificativa oficial do governo do Rio de Janeiro para a iniciativa era a defesa do comércio na região contra o assalto de corsários originários da Guerra da Cisplatina e ainda colocar em prática medidas que visassem inibir o tráfico de escravos conforme estipulado no acordo com a Grã-Bretanha. Essa ação de defesa comercial se daria através da promoção e organização de comboios e de instruções às embarcações passíveis de serem atacadas na costa brasileira. Diante do fracasso dos oficiais em conseguir organizar tais comboios, parte deles foram removidos da região e substituídos em 1828. Diante do crescimento dos ataques de piratas e corsários, e do agravamento dos problemas de saúde dos seus marinheiros, os oficiais brasileiros solicitam reforços ainda em 1828, o que não foi atendido (OLIVEIRA, 2010, p. 105-111).

Os gastos com a guerra da Cisplatina e a Confederação do Equador debilitaram profundamente as finanças do Estado, o que se fez sentir com maior rigor após a falência do Banco do Brasil, já desfalcado pelo saque de todo seu recurso com a partida de D. João VI.



Com isso, o governo trabalhava com déficits consecutivos e as províncias muitas das vezes retinham o dinheiro dos impostos. Isso levou o país a uma profunda crise econômica (PRADO JÚNIOR, [1945] 1980, p.138-141). Se já não fosse o bastante, a permanência dos esforços militares brasileiros na Guerra da Cisplatina e na defesa do próprio litoral e de seus principais portos dificultavam o envio de reforços para a África. A partir de 1829 ocorreu uma progressiva desmobilização da força naval brasileira estabelecida no litoral angolano (OLIVEIRA, 2010, p.110).

A política externa do primeiro reinado tem como seus grandes eixos de ação o reconhecimento da Independência por parte dos outros países e a resolução das questões junto a Grã-Bretanha quanto ao comércio e a escravidão (CERVO & BUENO, 2008, p. 24). As rotas e os principais portos de saída de escravos no século XIX estão apresentados na figura 10, a seguir. Quanto ao tema do tráfico de escravos, a busca pela manutenção das condições jurídicas que permitissem a sua manutenção, daria prosseguimento ao modelo já estabelecido pelos portugueses de circunscrever o comércio de cativos ao hemisfério sul (PARRON, 2011, p 50). O Império do Brasil surgido em 1822 herda a posição de dependência de sua ex-metrópole quanto aos britânicos (SILVA, 2009, p. 23). A política externa para a África visava, por outro lado, adotar uma postura de relativa autonomia, garantindo os fluxos de cativos necessários para a manutenção e expansão do sistema produtivo brasileiro. Isto seria possibilitado pela abertura de representação consular na colônia portuguesa de Angola, pelo envio de força naval para garantir o comércio na região centro sul africana e ainda manter contato com governos africanos de terras alheias ao domínio português.

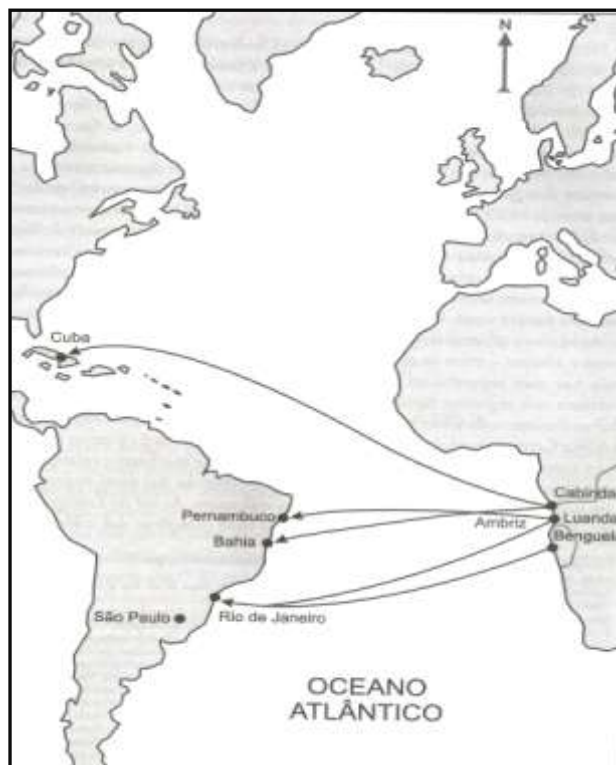
## **2.5. A Regência, o comércio de escravos e as colônias portuguesas na África**

Com a morte de Dom João VI, em 1826, Portugal entrou em uma fase política conturbada. Conflitos entre liberais e conservadores absolutistas levam o país à Guerra Civil entre os anos de 1826 a 1834. Os grupos favoráveis ao absolutismo monárquico se unem em torno da defesa do direito de sucessão ao trono do príncipe Dom Miguel de Bragança, defendendo sua legitimidade como rei. Os grupos liberais se opuseram a ele. Em 1826 Dom Miguel, jurou a constituição de 1822, retornou de seu exílio e assumiu como regente. Em 1828, ele foi aclamado rei de Portugal e dissolveu o parlamento e retornou a corte aos moldes anteriores a 1820, o que deu início a guerra civil em Portugal (TENGARRINHA, 2001, p.187-216).

No Brasil, os embates entre partidários do absolutismo monárquico e os defensores de

uma maior descentralização do poder político entre as províncias entraram em atrito. Diante da crise econômica que assolava o país e do risco que a questão sucessória portuguesa oferecia ao Brasil no sentido de reunificar as duas coroas, Dom Pedro I foi forçado a abdicar, em 1831, em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, então com cinco anos. Iniciou-se o conturbado período da Regência no Brasil. Logo em seguida, Pedro I acorreu em socorro aos direitos de sua filha como rainha legítima de Portugal, e atraiu o apoio dos liberais lusitanos em guerra contra seu irmão. A guerra civil se arrastou até 1834 quando forças estrangeiras se envolvem no conflito ao lado dos liberais e a paz é selada pela Convenção de Évora-Monte, que colocou Dona Maria da Glória - filha de Dom Pedro I do Brasil - no poder e condenou Dom Miguel, novamente, ao exílio (TENGARRINHA, 2001, p.187-216). A vitória dos liberais inaugura aquilo que a historiografia lusitana chama de "Período da Regeneração" (ALEXANDRE, 2004, p.964). Nesta fase o país passou por profundas mudanças econômicas e culturais (ALEXANDRE, 2004, p.967).

Os problemas lusitanos permaneciam. A principal fonte de acumulação de capital para os comerciantes enriquecidos de Portugal, especialmente para os de Lisboa, havia desaparecido. Restaram-lhe vários territórios dispersos pelo globo. Alguns enclaves próximos aos "rios da Guiné" como Bissau, Cacheu e Ziguinchor; as regiões próximas as cidades de Luanda e Benguela, alguns portos na costa moçambicana; no subcontinente indiano Goa, Damão, Diu, Timor e a longínqua Macau (ALEXANDRE, 2004, p.960). A extensão do Império Colonial era a menor em trezentos anos. As possessões no Oriente, no fim do século XVIII e primeiros anos do XIX, estavam envolvidas no fluxo comercial brasileiro e português. Após 1840, as colônias da África Oriental tenderam a se inserirem nas redes mercantis asiáticas no Oceano Índico. Nas colônias na África Atlântica os contatos com a metrópole eram tênues, elas continuavam ligadas sobretudo ao Brasil pelo tráfico de almas que ainda perdurava (ALEXANDRE, 2004, p.961).



**Figura 11.** Escravidão da África Central para o Brasil e para Cuba no século XIX (HEYWOOD, 2009, p.69).

Os liberais assumem o poder em Portugal e com eles ascende a presidência do Conselho de Ministros, em 1836, Sá de Bandeira. Ele buscava por um modelo econômico que viesse a diminuir os prejuízos diante da emancipação de sua colônia na América, Portugal se volta para a África e estabeleceu as linhas gerais para a melhor e maior aproveitamento das possessões naquele continente (PÉLLISSIER, 1997, p.28) em face a pressão britânica pelo fim da escravidão e a forte presença comercial brasileira na região (ALEXANDRE, 2004, p.53-60). A política portuguesa para a África defendia que as colônias deixassem de ser uma fonte de gastos para a metrópole e passassem a gerar lucros, de modo a que subsidiassem – elas próprias – os investimentos necessários. Isto se daria com o aumento do número de portos e uma intensificação das atividades do fisco sobre estes. A expansão do domínio português na costa ocidental do continente objetivava a dominação, até então apenas nominal, sobre margens do rio Zaire ao norte e para além de Benguela ao sul (PÉLLISSIER, 1997, p.30-32). Para que as exigências de lucratividade fossem atendidas, seria necessário fazer uso da comercialização de escravos - o produto chave do comércio angolano até aquele momento (HERLIN, 2004, p.274). Concomitante a isso, Portugal estava à margem do processo de industrialização e arrastou suas colônias a mesma situação de ostracismo até metade do século XIX. Sem indústrias, sem demanda por matérias primas ou produtos agrícolas as possessões

lusitanas no Continente Negro sofreram com a falta de investimentos e passaram a apequenar-se (ALEXANDRE, 2004, p.961).

No Império do Brasil, com a abdicação de Pedro I, seguiu-se a ordem instituída. A constituição determinava que o governo fosse entregue a uma regência formada por três membros, a serem escolhidos pelo legislativo até que o príncipe completasse dezoito anos. Com a abdicação de Dom Pedro I, vão com ele os interesses portugueses e absolutistas ainda existentes no país e dá-se a vitória do pensamento liberal que se mobilizava e organizava em um governo Regencial com o mesmo viés, o que nacionalizou o regime e completou o processo de transição da colônia à nação independente (PARRON, 2012, p.80-81). Os governos regenciais que se seguiram, oscilaram entre uma política de maior desconcentração de poderes do governo central em favor das províncias a medidas mais centralizadoras no sentido de que buscavam dar à Regência instrumentos para maior controle das províncias (PARRON, 2012 p.80-81). Isso, contudo, não impediu que se deflagrassem revoltas separatistas e motins no Norte, Nordeste e Sul do território do Império. Se já não fosse o suficiente, a arrecadação de impostos seguia baixa, diante da série de privilégios alfandegários dados aos produtos ingleses e as exportações nacionais caíam de preço no mercado internacional (PARRON, 2011, p.91). As medidas liberais adotadas pela monarquia brasileira até aquele momento não estavam sendo favoráveis ao comércio exterior (CERVO & BUENO, 2008, P. 54). Assim, os problemas relacionados ao separatismo e as disputas políticas internas se sobrepuseram ao comércio de escravos (PARRON, 2011, p.69).

Diante deste cenário de conflito interno e instabilidade política, o parlamento brasileiro aprovou uma lei que impunha a proibição do tráfico em 1830 e que entraria em vigor no ano de 1831. Tal medida foi tomada em um clima liberal que dominava o parlamento, cuja grande maioria era formada por fazendeiros. Apesar do grande consenso historiográfico que depreciou a lei de 07 de novembro de 1831 ela pode ser entendida como um ato de autonomia do Parlamento do Império, que na maioria das vezes agia a reboque do executivo e nesta ocasião tomou a dianteira (PARRON, 2011, p. 68). Para dar-lhe maior eficácia, a norma jurídica decretava a liberdade aos africanos ilegalmente introduzidos no país. O tráfico parecia ter chegado a seu termo e com ele inverte-se o jogo entre britânicos e o Brasil, pois ambos agora estavam juridicamente alinhados no sentido de combater o tráfico Atlântico de pessoas (PARRON, 2011, p. 68). No entanto, este ainda era um negócio bastante lucrativo, encorajava os traficantes a multiplicarem seus navios, que em sua maioria trafegavam sob a bandeira portuguesa. Com isso, a lei de 1830 se tornou “letra morta”. Em

1838 os britânicos passaram a tratar unilateralmente os barcos portugueses pegos traficando como piratas (ELLIS *et al*, 2004, p.167).

Em linhas gerais a política exterior brasileira do período regencial foi tímida, diante das ameaças internas de secessão do Império. O país possuía dez representações diplomáticas na Europa e apenas quatro na América. O Brasil se afastou das questões no Prata até 1838. Tal fato era reforçado pela impossibilidade de os regentes assinarem tratados internacionais e confere ao Parlamento a faculdade de aprovar ou rejeitá-los. A importância deste momento na dinâmica das relações internacionais brasileiras futuras, seria a de lançar as sementes para o rompimento do sistema de relações exteriores implantado à época da Independência (CERVO & BUENO, 2008, p.51).

Apesar de uma política externa que administrava o imobilismo ante a instabilidade interna e da impossibilidade de executar mudanças radicais no comércio exterior graças aos tratados desiguais com a Grã-Bretanha (CERVO & BUENO, 2008, p.64) o comércio com a África, em especial com as colônias portuguesas era intenso e significativo. Angola e as demais colônias da África sofriam, sobremaneira, as consequências da guerra civil lusitana (WHEELER & PELISSIER, 2012, p. 144). A única fonte de renda destas era o tráfico de escravos (ALEXANDRE, 1998, p. 65-85). Contando com seus próprios recursos para defenderem-se e sem investimentos para torná-las produtivas, a presença econômica e a influência política dos comerciantes de escravos brasileiros eram notórias. O Visconde do Rio Branco, anos depois, escreveu que "(...) o Brasil era metrópole de Angola e Moçambique" (Minuta da instrução de 12/1857, AHI:238/2/3). Conjuntamente com o tráfico de escravos, os negociantes brasileiros exportavam açúcar, cachaça e algumas manufaturas - como vidros (Minuta da instrução de 12/1857, AHI:238/2/3) e ainda reexportavam produtos industrializados comprados da Grã-Bretanha em especial tecidos (Minuta da instrução de 12/1857, AHI:238/2/3). Comerciantes portugueses se queixavam da concorrência dos produtos brasileiros e exigiam um tratamento tributário mais rigoroso. Porém, o governo da colônia hesitava em sobretaxá-los ante ao medo de que estes pudessem entrar em outros portos que não os de Luanda e Benguela e, assim, não pagassem as taxas alfandegárias, a principal fonte de renda lícita para Angola (ALEXANDRE, 1998, p. 67). Esse dinamismo comercial vivenciado com as colônias lusas na África, durante as primeiras décadas do século XIX, será tomado como um modelo pela própria diplomacia brasileira no período posterior a 1850 (Minuta da instrução de 12/1857, AHI:238/2/3).

O Império colonial português, contudo, não era insensível a situação de debilidade de

suas colônias africanas e da forte presença brasileira. A crença em uma invasão vinda do outro lado do Atlântico Sul, no sentido de garantir o tráfico negreiro ainda era uma realidade, e levou o poder central a tomar medidas no sentido de proteger, especialmente Angola. Dentre estas buscou-se a melhoria das vias entre as cidades portuguesas, especialmente Luanda e Benguela e destas com a colônia de Moçambique; a ocupação efetiva dos territórios próximos a foz do Zaire e ao Sul de Moçamedes (ALEXANDRE, 1998, p. 61) e por fim incentivar novas atividades econômicas que pudessem substituir o tráfico. Apesar de todos estes esforços as possibilidades de comércio lícito não conseguiam ser atrativas, até este momento, diante dos lucros conseguidos com o tráfico (ALEXANDRE, 1998, p. 64). Tais medidas, neste primeiro momento, não passaram de intenções.

Em decorrência da Lei de 1831, o artigo 4º da Convenção de 1825 foi colocada em prática e foi criada a Comissão Mista entre o Império do Brasil - Grã-Bretanha para combate ao tráfico de escravos, com tribunais no Rio de Janeiro e em Serra Leoa. Após a retirada do consulado brasileiro em Luanda em 1827, esta seria a primeira presença oficial do Império do Brasil no continente africano e durante todo o período regencial os comissários brasileiros seriam os únicos representantes oficiais na África. A corte de Serra Leoa julgava mesmo com a ausência de juízes brasileiros ou contra seu parecer (CERVO & BUENO, 2008, p. 56) A formação dos tribunais era instável, por anos o Império esteve sem membros na entidade ou com apenas um comissário. Em abril de 1833 são enviados os primeiros juízes. Em 1835 parte deles é substituída e a outra em 1836. As cadeiras brasileiras na comissão ficaram vagas entre 1838-1839 quando da chegada de um novo comissário: Hermenegildo Frederico Nichteroy e junto com ele Joaquim Thomaz do Amaral, que viria a se tornar posteriormente o Visconde de Cabo Frio (COSTA E SILVA, 1988, p.49). Hermenegildo Frederico Nichteroy acumulou, assim, experiência na condução das tratativas com os órgãos britânicos responsáveis por inibir o tráfico de escravos. Atuou, já no 2º Reinado, como enviado à Libéria para criação do consulado brasileiro e por fim é nomeado cônsul geral em Luanda, cargo do qual nunca viria a tomar posse (Instrução de 13/04/1853, AHI: 221/2/7, RODRIGUES, 1964, p.206).

Os contatos entre brasileiros e africanos, no período entre 1830 a 1840, não se circunscreveram a presença formal de comissários no Tribunal Misto Brasil - Grã-Bretanha, nem apenas ao comércio de escravos. Em meio a esse ambiente ainda atribulado em 1835, na cidade de Salvador da Bahia, ocorre uma revolta de escravos muçulmanos de origem africana de tronco interétnico haussá. Eles exigiam a libertação dos escravos islâmicos e o fim da

imposição do catolicismo. Infundiram naqueles dias o terror a capital da província. Parte dos envolvidos foi morta e outra foi mandada para o degredo em Angola (REIS, 2003, p.421-426). Apesar de rapidamente controlada, a Revolta dos Malês serviu para demonstrar às autoridades e as classes dominantes os riscos inerentes envolvidos na manutenção do regime vigente, ameaça que existiu durante todo o Período Regencial e se estendeu pelo Governo de Dom Pedro II (REIS, 2003, p.511-518). No Brasil, a Revolta dos Malês levou à criação da Lei nº 9, de 13 de maio de 1835 a qual foi regulamentado a deportação de africanos libertos e a Lei nº 14, de 2 de junho do mesmo ano que normatizava, duramente, o trabalho dos negros libertos (SOUZA, 2008, p.106). De um total de 3 585 pessoas que tiveram sua partida registrada no porto de Salvador tendo como destino a África, entre 1834 e 1870, 25,46% do total (913) fizeram a viagem entre os anos de 1835 e 1836, imediatamente após a Revolta; sendo que 90% (824) do total do período eram libertos (SOUZA, 2008, p.200).

Parte destes libertos vindos do Brasil se mantiveram envolvidos no negócio do tráfico de almas sem, contudo, alcançar grandes fortunas. Alguns brasileiros - brancos e mulatos - dominaram o comércio de homens e mulheres para a escravidão assim como o da aguardente nas regiões próximas ao Golfo do Benim. Este era um mercado cujas margens de lucro eram elevadas, ainda que os custos e o capital necessário para empreendê-lo fosse igualmente alto. Exigia sólido apoio político dos régulos locais. Merecem destaque o traficante Domingos José Martinez, descendente de Francisco Félix de Souza, o Xaxá do Benim<sup>32</sup>, que operou primeiramente nos portos de Porto Novo e Lagos sob os auspícios do rei Akitoye (CUNHA, 2012, p. 139). Na medida em que a repressão ao tráfico aumentava, os negreiros brasileiros ali instalados acabavam por incorporar, por exemplo, o comércio de azeite de dendê às suas atividades de modo complementar ao tráfico (CUNHA, 2012, p. 141).

## **2.6. Mudanças políticas, econômicas e sociais no Brasil do 2º Reinado**

Diante do momento de crise política vivenciada pelo país nos últimos anos do período regencial, grupos liberais articularam politicamente a antecipação da maioridade do infante Dom Pedro de Alcântara. Em 1840 um novo monarca assume o Império do Brasil, sob o título de Pedro II. Após um início conturbado graças, ao combate as rebeliões internas e o restabelecimento da ordem monárquica, o 2º Reinado se consolida e inicia um período de intensas mudanças no cenário nacional. O Brasil era por volta das décadas de 1850 a 1860

---

<sup>32</sup>Para maiores informações acerca de Félix de Souza, o Xaxá do Benim e os agudás ver a obra de GURAN(2000).

uma terra marcada pelas contradições. De um lado a busca por acompanhar as tendências do mundo da época e, por outro, a equiparação política e cultural com a Europa mesmo com as contradições de um país agrícola, escravista e com marcantes desigualdades sociais (PAULA, 2014, p.178).

A prescrição dos tratados desiguais entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha e um conjunto de medidas de política fiscal que buscavam proteger a economia nacional em meio a uma conjuntura de relações internacionais pautadas pelos efeitos da Revolução Industrial deram ao país condições de alterar sua política externa vigente desde o Primeiro Reinado e melhorar as condições sob as quais se dava seu comércio exterior. Medidas como a Lei Alves Branco, em 1844, e outras subsequentes, buscavam defender, de algum modo, o setor produtivo nacional e as fontes de renda do Estado imperial. Tais iniciativas tinham também, neste primeiro período do 2º Reinado a intenção de diversificar as fontes de receita pública através da promoção, de outras atividades econômicas como as indústrias e as manufaturas (CERVO & BUENO, 2008, p.71-79).

Neste momento, a balança comercial brasileira, apesar de deficitária dentro do período entre 1846-1861, iniciava um movimento de aumento nos índices de exportação para países industrializados como Grã-Bretanha e Estados Unidos no mesmo período. Produtos como açúcar, algodão, tabaco e cacau, perdiam representatividade dentro do total das exportações do país. O café crescia, representando na década de 1851-1860 um total de 49% de toda a exportação brasileira (PIRES, 2010, p.31). A dinâmica das exportações, a partir daí mostra-se crescente. Nominalmente, o comércio com o exterior cresceu, entre 1839 a 1844, de um valor médio de 96 mil contos para cerca de 350 mil contos, no período entre 1869 a 1874. Esse aumento teve seu auge entre os anos de 1844-1859 (MARCONDES, 2009, p.05).

O cenário político do 2º Reinado era dominado pelo Partido Conservador e seu opositor, o Partido Liberal. A elevação dos preços do café produzido nas regiões fluminenses possibilitou a ascensão de uma oligarquia. Essa influenciou sobremaneira na condução do Império principalmente dentro do chamado Partido Conservador, ou os "Saquaremas". Reunia em seu bojo os elementos mais tradicionalistas do 2º Reinado, defendendo a escravidão, a monarquia com seu poder moderador e os interesses dos grandes agricultores contra os de outros setores que, mesmo ainda pequenos emergiam. Isto fez dele o partido que mais gabinetes encabeçou no 2º Reinado (MATTOS, 1987, p.170). Opondo-se aos Saquaremas havia os "Luzias". Formado pelos proprietários agrícolas de provinciais como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul e com adesão de parcelas da classe média urbana, o Partido Liberal era



defensor ardoroso da autonomia política e administrativa das províncias. Diante do avanço da supremacia dos conservadores na política nacional se utilizaram até mesmo das armas em algumas ocasiões – Revolta Liberal de 1842 e a Revolução Praieira em 1848. A derrota destes movimentos facilitou a predominância dos conservadores sobre os liberais em quase todo o 2º Império, contudo, introduziu um elemento de ameaça ao sistema (CARVALHO, 2004, p.57-59). Os conservadores, passaram a buscar então um meio que possibilitasse que as queixas e insatisfações suscitadas pelos liberais fossem canalizadas para o debate parlamentar e assim evitar que se convertessem em rebeliões, tão presentes na década de 1840 (FERRAZ, 2010, p.09).

O Gabinete formado em setembro de 1853, chefiado por Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná, era marcado pelo signo do acordo, da combinação de interesses, e foi assim cognominado de Gabinete da Conciliação (HOLANDA, 1972, p.52-86). Tendo entre seus membros, líderes renomados da ala liberal assim como jovens políticos em ascensão da facção conservadora, as atividades do ministério influenciaram em quase todo os ramos da administração pública em especial a reforma judiciária e a eleitoral em 1854. Quanto a condução da política externa brasileira no período o Gabinete da Conciliação, e os imediatamente posteriores, desenvolveram continuidade e coerência quanto a política externa através de uma filosofia de ação pautada no conservadorismo político e em um processo de elaboração e execução da política externa que envolvesse o conjunto das instituições e não apenas a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (CERVO & BUENO, 2008, p.66). O período como um todo, foi de relativa estabilidade e do primeiro surto de realizações materiais significativos do reinado de Pedro II<sup>33</sup> (HOLANDA, 1972, p.52-86). Contudo, mesmo após o término do período conhecido como Gabinete da Conciliação os paradigmas propostos por ele permaneceram.

As transformações sociais e econômicas vivenciadas pelo país naquele momento coexistiam com mazelas e contradições, que ainda não haviam sido superadas, permanecendo e se atualizando o "apego à desigualdade, à exclusão e à marginalização sociais, que estão na base de impasses históricos que o Brasil tem reiterado" (PAULA, 2014, p.179). Contudo, o Rio de Janeiro, assim como outras cidades portuárias do Império brasileiro, era um ambiente

---

<sup>33</sup>Gabinete da Conciliação por sua vez é um tema que tem sentido sensível evolução durante os últimos trinta anos. Nos anos de 1970 Sérgio Buarque encara a atuação do imperador e seu poder pessoal e das lideranças conservadoras e liberais como a chave de explicação da Conciliação na qual buscavam reforçar a estabilidade conservadora e impedir avanços de grupos com veleidades jacobinas (HOLANDA, 1972). Nos anos de 1980 trabalhos de autores como José Murilo de Carvalho e Ilmar Rohloff Mattos, que apesar das diferenças teóricas e metodológicas, concordam em afirmar o período como resultado da vitória do grupo conservador no sentido de criar a coesão entre os proprietários rurais escravagistas (CARVALHO, 2004; MATTOS, 1987).

povoado de escravos e escravas exercendo os mais diversos tipos de atividades econômicas, vivendo muitas das vezes geograficamente longe de seus senhores e andando livremente pelas ruas. Escravos de ganho, quitandeiras, jogadores de capoeira, uma miríade de povos, línguas e nações africanas desfilavam pelas ruelas estreitas da cidade da corte. Dentre eles, segundo as pesquisas de Karasch (1987, p.35-65), era esmagadora a presença de africanos da região centro oeste - de áreas como o Congo e de Angola.

Em 1845 prescrevia o Tratado Anglo-Brasileiro assumido logo após a independência e junto com ele a autorização que permitia que embarcações sob bandeira brasileira suspeitas de traficar escravos fossem vistoriadas pelos britânicos e que suas tripulações fossem julgadas por eles. Findam-se as Comissões Mistas para Combate ao tráfico de escravos e qualquer cooperação bilateral em matéria de repressão. Após diversas tentativas do governo de Londres de reativá-lo e a posição firme do Brasil do 2º Reinado em não o renovar ele prescreveu definitivamente (CERVO & BUENO, 2008, p. 80). Com isso, inicia-se um novo período da história da política externa nacional e uma busca mais intensa da defesa, daquilo que era encarado no período, como sendo o interesse nacional (CERVO & BUENO, 2008, p. 65). Apesar de parecer, a primeira vista, um ato de força e autonomia por parte do Império do Brasil ele não significou uma retirada do país da órbita de influência britânica, nem uma negação a ela, foi sim uma iniciativa voltada para garantir o atendimento dos interesses dos setores produtivos internos preocupados em criar condições que permitissem a manutenção do sistema produtivo agroexportador e a busca por soluções viáveis para o problema da força de trabalho (SILVA & GONÇALVES, 2009, p. 67-77). As relações na esfera comercial e financeira entre os dois países era crescente. Mesmo após o termo dos tratados bilaterais entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha na década de 1840 seus produtos continuavam a predominar no mercado brasileiro. Os investimentos em indústrias e no desenvolvimento logístico do país por volta de 1850 era notório. Vide a iluminação da capital do império em 1854 e a construção da Estrada de Ferro Pedro II em 1858.

A política externa do 2º Reinado a partir de então se orientou no sentido de equacionar pendências no campo das relações internacionais que perduravam desde o 1º Reinado, em especial a garantia da navegação e a hegemonia do Império na Bacia Platina, a abertura do rio Amazonas para navegação e a resolução dos problemas relacionados à força de trabalho (CERVO & BUENO, 2008, p. 79-83). A estratégia utilizada pela diplomacia do Império buscou evitar, a todo custo, a vinculação do país a novos tratados internacionais que limitassem a obtenção dos interesses do país, controlar a política comercial brasileira através

da liberdade para taxar os produtos importados como conviesse, garantir a posse formal dos territórios pertencentes ao Império e por fim, e não menos importante, substituir gradativamente a força de trabalho cativa pela imigrante de modo lento, gradual e equilibrado (CERVO & BUENO, 2008, p. 65).

A dinâmica da dependência econômica diante da Grã-Bretanha foi mantida durante o 2º Reinado, apesar disso a nova postura da política externa foi perceptível quanto da condução das ações diplomáticas e militares na busca pela hegemonia na região platina e frente à intervenção da própria Inglaterra contrária ao tráfico de escravos. Esta postura, contudo, não se limitou apenas às relações com os países limítrofes ou com os britânicos, ela também se estendeu sobre outras áreas nas quais a atuação internacional do Império do Brasil se fazia sentir. Nos anos anteriores a Lei Eusébio de Queiroz a atuação brasileira para com a África se deu no sentido de sustentar, mesmo que clandestinamente, o tráfico de escravos assim como os fluxos comerciais de outros produtos que ocorriam concomitantemente a ele (Minuta da instrução de 12/1857, AHI: 238/2/3). Findado o tráfico de almas, entre os anos de 1850 a 1860, o Brasil desenvolve uma série de ações que buscavam manter sua presença no continente africano em iguais condições aos países industrializados que lá já o faziam. Para tanto, procurava ampliar sua presença para além das colônias portuguesas e diversificar sua cesta de exportações para a região. (Minuta da instrução de 12/1857, AHI: 238/2/3).

## **2.7. Diplomacia brasileira na África entre 1840 a 1875**

O Império do Brasil, após 1850, buscou garantir a permanência, direta ou indireta, do Estado Imperial brasileiro nas colônias portuguesas da África seria fundamental. O período que foi da extinção o tráfico negreiro em 1850 até o momento da reabertura do consulado geral em Luanda foi um momento de decréscimo das relações comerciais e dos contatos entre o Brasil e o continente africano. A diminuição drástica do tráfico de escravos no Atlântico, a produção agrícola na região de Angola crescia e ao contrário doutros tempos, essa produção seguia para a metrópole portuguesa e de lá era distribuída no mercado europeu e brasileiro (Minuta da instrução de 12/1857, AHI:238/2/2). Os produtos nacionais - antes bem-vindos em Angola – passaram a ser rechaçados pela nova política colonial portuguesa. Na esteira desta tentativa decidida de romper os vínculos entre os dois lados do Atlântico Sul, os produtos europeus antes reexportados pelas cidades brasileiras, também foram sendo gradativamente substituídos pelos advindos de Portugal, que por sua vez, passou a absorver mais produtos africanos (Despacho de 07/02/1858, AHI:238/2/2).

Ao analisar as causas da queda no fluxo comercial, de produtos lícitos, entre o Brasil e Angola, o cônsul geral Sousa e Oliveira arrolava a falta de informações entre as praças de comércio como um motivo preponderante. Haveria complementaridade entre as demandas e ofertas de ambos os lados do Atlântico Sul, porém o desconhecimento mútuo eclipsaria que ambos lucrassem com este comércio. Por outro lado, as dificuldades logísticas relacionadas a navegação contribuíam decisivamente para que os produtos brasileiros perdessem competitividade. A falta de regularidade de viagens entre o Rio de Janeiro e Luanda e a carência de uma marinha mercante imperial, por si só, seriam uma, desvantagem diante da forte presença naval de outros povos como Grã-Bretanha, Estados Unidos e França. Isso, somado ao fato de que a nova política colonial portuguesa que havia sido inaugurada pelo ministro reformista Sá de Bandeira, que incentivava a exclusividade do uso de navios lusitanos no transporte marítimo em Angola – seja da colônia para a metrópole ou outros países – acabavam por deixar pouquíssimo espaço para a atuação da frota mercante brasileira. A intermediação portuguesa no comércio entre brasileiros e angolanos, bem como a substituição dos manufaturados revendidos pelo Brasil frente àqueles comercializados diretamente por países industrializados, dificultava a recolocação dos produtos brasileiros (Despacho de 07/02/1858, AHI:238/2/2). Assim, diante destas dificuldades os produtos brasileiros, apesar de possuírem demanda, eram facilmente substituídos por congêneres de outros países. Isso dava a estas vantagens significativas no mercado interno de Angola

Isto posto, a Secretaria dos Estrangeiros passou a acreditar que cabia ao governo brasileiro atuar no sentido de quebrar esta barreira criada entre o Império e a colônia de Angola. Se os produtos brasileiros fossem comercializados diretamente nas cidades angolanas sem a intermediação portuguesa, seus preços seriam mais atrativos e artigos comercializados ainda no período do tráfico de pessoas poderiam reconquistar seus antigos consumidores. O Secretário José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, destacava a pertinência de divulgar a aguardente de cana, o açúcar, o tabaco e manufaturados. Em sua face mais hobsiana, sugeria a necessidade de que o agente consular interviesse de modo a impedir que fossem cultivados, em Angola, produtos que pudessem de algum modo concorrer com os produzidos pelo Império:

"Ao Brasil convém assegurar esse comércio. Além dos lucros imediatos que dele nos resulta, devemos ter em vista, introduzindo os nossos gêneros na África com abundância e barateza, dificultar, senão obstar, a fim de não termos nos mercados civilizados da Europa e América mais um concorrente." (Despacho de 07/02/1858, AHI:238/2/2).

Outras instruções elaboradas para os agentes consulares brasileiros em Luanda buscavam por um lado zelar pelos interesses do Estado Imperial brasileiro (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1855), cuidar dos interesses dos súditos brasileiros "acudindo-lhes nos vexames que muitas das vezes têm sofrido das autoridades portuguesas" (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1850, p. 05). Dentre as finalidades a serem atendidas pelos agentes consulares estava a de "informar prontamente ao governo imperial de quaisquer tentativas, que por ventura se possa, ainda arriscar no sentido de fazer reviver o extinto tráfico de africanos" (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1855, p. 10) e assim fazer valer o espírito da lei antitráfico de 1850 de fazer frente ao contrabando de escravos, que dali tinha origem, em barcos brasileiros ou em navios que hasteavam as bandeiras portuguesa, norte-americana, espanhola, argentina, chilena ou uruguaia (COSTA E SILVA, 1986, p.64).

Desde antes da criação do chamado "Gabinete da Conciliação" o Império brasileiro já possuía representações em localidades da África e da Ásia. Ainda dentro do período de consolidação do 2º Reinado, sob a gestão de Aureliano de Sousa Coutinho na Secretaria dos Negócios Estrangeiros em seu relatório anual de 1841 dava registro da existência de embaixada na Cidade do Cabo (COSTA E SILVA, 1989, p.50). A importância de uma representação brasileira neste ponto estratégico para a navegação entre o Atlântico e o Índico, em especial para os navios negreiros que vinham da região de Moçambique, pode ser vislumbrada quando das negociações pela extinção do tráfico de escravos entre a Grã-Bretanha e o Império Português, dentro do período Joanino. Quando nas tratativas para o acordo de 1817, o enviado britânico, Lord Castlereagh, ameaçou de que caso persistisse o tráfico, empreendido por luso-brasileiros, de pessoas trazidas de Moçambique, a atracação de navios de bandeira portuguesa para reparos no porto da Cidade do Cabo seria proibida (LIMA, [1909] 1996, p.272).

Diante disso, há notícias da existência de representação brasileira na Cidade do Cabo, desde 1841 (RODRIGUES, 1964, p. 205). Em 1847, mesmo ano da entrada dos migrantes trazidos pelo Senador Vergueiro, aproveitando-se da presença brasileira no Tribunal Misto Anglo-brasileiro de combate a escravidão, estabeleceu um consulado geral provisório, chefiado por John Logan Hook em Freetown, colônia britânica de Serra Leoa (COSTA E SILVA, 1989, p.50-51). Em 1848, em gabinetes chefiados por políticos liberais, ainda em meio a Revolução Praieira, o governo brasileiro consegue autorização para abertura de consulado em Bombaim, na Índia Britânica (GARCIA, 2005, p.70-71). Neste mesmo ano é

aberto o consulado brasileiro em Monróvia, capital da Libéria (Memorando de 12/05/1853, AHI: 221/2/7)<sup>34</sup>. Com o tráfico negroiro colocado, novamente, na ilegalidade em 1850, o Governo Britânico permite a abertura de representação brasileira na Ilha de Santa Helena, em 1851 (HARING, 1865, p. 68; COSTA E SILVA, 1989, p.51), e o governo de Lisboa, em 1854, autorizou o estabelecimento de representações brasileiras em todos os portos aberto ao comércio internacional. O Brasil estabelece em 1855 um consulado na cidade portuária de Luanda. Em 1863 o Império cria um consulado nas Ilhas Maurício, chefiado pelo cônsul honorário Eduardo Serendat e após isso estabelece uma representação na ilha de São Tomé em 1868 e em 1871 na ilha do príncipe (COSTA E SILVA, 1989, p.53). A disposição destas representações no continente africano é mostrada pela figura 11, abaixo.

Em 1850, a Secretaria dos Estrangeiros reclamava junto a Lisboa pela autorização de reabertura de representação brasileira em Luanda e demais colônias africanas. O Império Luso já havia concedido abertura para o comércio internacional dos portos coloniais em 1844. A ex-metrópole se recusava a receber cônsules brasileiros em seus domínios africanos, porém admitia um cônsul britânico. Tal fato criava indignação no parlamento brasileiro (PARRON, 2012, p.220). Portugal ainda possuía representações nas principais cidades portuárias brasileiras como Recife, São Luís, Belém e Desterro. O Império por sua vez, tinha cerca de vinte e um consulados no pequeno território português e ainda na Ilha da Madeira (COSTA E SILVA, 1989, p. 52-53 & RODRIGUES, 1964, p.204-206).

Neste mesmo ano, a Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império nomeia um encarregado interino na Libéria. Hermenegildo Frederico Nichteroy, que havia sido Comissário e Juiz da Corte Mista Brasil e Grã-Bretanha em Serra Leoa. Destacou-se por uma atuação nitidamente favorável aos brasileiros acusados de Tráfico (PARRON, 2012, p.206). Em seguida é enviado em Missão para a abertura de um Consulado Permanente na Libéria em 1853, porém, após incidentes, alega doença retorna ao Brasil. Após atritos com agentes diplomáticos franceses e autoridades locais é aberta uma representação brasileira em Monróvia (Instrução de 13/04/1853, AHI:221/2/7). Nichteroy permanece como agente brasileiro até por volta de 1854 (COSTA E SILVA, 1989, p.53), alegando problemas de saúde, solicita seu retorno urgente ao Brasil (Memorando de 12/05/1853, AHI:221/2/7).

---

<sup>34</sup> A Libéria, na África Ocidental, foi um território colonial dos Estados Unidos, cuja capital era Monróvia (em homenagem a James Monroe, presidente americano) no qual homens e mulheres afrodescendentes advindos da situação de escravidão foram instalados entre 1816-1820. Os recém-chegados tiveram que dividir o território do país com os povos locais o que ocasionou conflitos entre os grupos nativos e os recém-chegados imigrantes. A região se emancipa em 1847 e adota o regime republicano (BOLEY, 1983)



**Figura 12.** Representações consulares brasileiras na África abertas entre 1840 a 1875.

Com a Lei Eusébio de Queiroz de 1850 o Império se comprometia a combater o tráfico de escravos punindo exemplarmente os traficantes brasileiros, expulsando os lusitanos envolvidos neste tipo de negócio e residentes no Brasil (GARCIA, 2005, p.72). Com isso o interesse do governo do Rio de Janeiro de reabrir um consulado em Luanda ganha novo fôlego. O argumento agora, se basearia no fato da necessidade brasileira de fiscalizar, do outro lado do Atlântico Sul, as embarcações suspeitas que zarpassem para o Brasil. Fossem eles de bandeira brasileira ou ainda norte-americana, chilena, uruguaia ou mesmo espanhola ou argentina (COSTA E SILVA, 1989, p. 205); assim sendo, em março de 1854, Portugal admite o estabelecimento de consulados em todos os portos ultramarinos abertos ao comércio com o

estrangeiro (COSTA E SILVA, 1989, p.205).

Paralelamente a tudo isto, o Relatório da Secretaria dos Negócios Estrangeiros de 1856, descreve a existência de um consulado brasileiro na Ilha de Santa Helena, tendo como encarregado de negócios George Moss (HARING, 1865, p.68). Contudo, o almanaque sobre personalidades e agentes públicos do Império, citam o mesmo como agente consular na ilha desde 1851 (LAEMMERT, 1851). A possessão britânica, diante de suas peculiaridades geográficas, serviu de prisão - inclusive a Napoleão Bonaparte - contudo era um ponto estrategicamente situado entre a colônia portuguesa de Angola e o Brasil. O cônsul, possuía parentes no Rio de Janeiro, envolvidos com o comércio internacional e burocracias alfandegárias (HARING, 1865, p.68).

A supressão do contrabando negreiro para o Brasil, após a Lei Eusébio de Queiroz, representou o fim de uma era, que teve efeitos sensíveis sobre as lavouras, na dinâmica da economia nacional e em outros lugares do espaço Atlântico. Dentre outras consequências poucas vezes mencionados, são os entrepostos comerciais construídos e mantidos pelos súditos brasileiros para a manutenção do tráfico de pessoas. Estes pontos encravados no litoral africano, em especial nas colônias portuguesas, não demandavam recursos do Estado e por quase trezentos anos forneceram os recursos humanos, mais que necessários, para o desenvolvimento econômico do Brasil. Para muitos dos estadistas do Império e seus parlamentares a costa africana era uma "província" perfeita: gerava lucros, sem demandar investimentos do Estado. Muitas regiões como Goiás, Mato Grosso e Piauí, ao contrário, não conseguiam obter receitas que superassem suas despesas e eram tidas como estorvos para o Império (PARRON, 2012, p.270).

Luanda, naquela altura era a porta de entrada de produtos lícitos para todo o interior da colônia. Grande quantidade de navios britânicos, franceses e norte-americanos ficavam fundeados próximos ao porto da cidade e tinham seus produtos admitidos em todas as aduanas do domínio português em pé de igualdade com os produtos metropolitanos. Contudo, o comércio exterior com o Império não usufruía destas vantagens (Memorando de 07/02/1858, AHI 238/2/1). O governo imperial não perdeu tempo em reabrir sua representação na África Portuguesa. Os conservadores da Secretaria dos Estrangeiros nomearam para o cargo de cônsul a Hermenegildo Frederico Nichteroy, o mesmo que havia sido comissário do Tribunal Misto Brasil - Grã-Bretanha para combate a Escravidão. Foi indicado para o cargo em Luanda em 1856. Porém como não comparece ao posto foi substituído (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1856). Em seu lugar é nomeado Ignácio



José de Moraes Júnior para o cargo em 1856. Nascido no Brasil, porém naturalizado português, e já residente em Luanda (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1856) ele inicia suas atividades em 1857 (Memorando de 31/03/1857, AHI: 238/2/1). Sua atuação girou em torno do combate ao tráfico de escravos que ainda persistia, especialmente no extremo sul da colônia portuguesa, como Benguela, assim como ao norte - as margens da foz do rio Zaire, Loango e Ambriz. A atuação da autoridade consular brasileira de Luanda era muito próxima ao comissariado britânico do Tribunal Anglo-Português: Edmund Gabriel (Memorando de 30/04/1858, AHI:238/2/1).

Isto posto, o Visconde do Rio Branco enviou em 1857 o médico Saturnino de Sousa e Oliveira para substituir a Ignácio José de Moraes Junior como cônsul geral (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1857). Ele é o primeiro dos cônsules a ser enviado diretamente da corte. Sua escolha faz refletir sobre a natureza do serviço exterior imperial e sua formação histórico-social. O serviço diplomático estava moldado a realidade nacional e a esta servia (CERVO & BUENO, 2008, p.68-69). As grandes linhas de ação da Secretaria dos Negócios Estrangeiros era um processo que era remetido do Conselho de Estado – incumbido estatutariamente de se pronunciar – e à pessoa do monarca sendo depois submetido ao parlamento, onde era acompanhado de perto pela Câmara e pelo Senado, para chegar ao gabinete que o executava. Assim, a política externa era uma responsabilidade coletiva que abrangia uma série das instituições e perpassava os partidos, os órgãos e o Ministério dos Estrangeiros. O quadro de pessoal manifestava assim este cenário institucional e com ele se identificava. Os homens de estado no 2º Império percorriam por funções específica dentro do Estado e estas refletiam a dinâmica do poder político que ocorriam em seu seio. A administração regional e dos órgãos centrais: presidente de província, deputado, senador, ministro, conselheiro, diplomata, tudo constituído tendo como imagem e semelhança das dinâmicas políticas vivenciada no período (CERVO & BUENO, 2008, p.68-69). Saturnino de Sousa e Oliveira era médico, nasceu em Coimbra, Portugal enquanto seu pai cursava a faculdade de Direito (BLAKE [1902], 1970, p.135). Pertencia a uma família envolvida de perto com a monarquia brasileira. Era filho do ex-secretário de justiça do Império Saturnino de Sousa e Oliveira e sobrinho do Barão de Sepetiba, Aureliano de Sousa Coutinho (BLAKE[1902], 1970, p.135).

Doutor Saturnino de Sousa e Oliveira chegou em Angola no fim de janeiro de 1858 e iniciou sua atividade em 05 de fevereiro. Desde seus primeiros memorandos enviados a sede da Secretaria dos Estrangeiros na corte carioca em fevereiro de 1858, ele solicitava o

pagamento de salários atrasados dos funcionários do consulado geral, até mesmo do antigo cônsul Ignácio José de Moraes Júnior, assim como recursos para manutenção do próprio escritório. Aparentemente, tal situação perdurava de algum tempo, pois ele informa à Secretaria dificuldades de conseguir crédito na cidade de Luanda. Este fato era justificado pelo não pagamento dos compromissos anteriores, conforme o memorando de abril do mesmo ano (Memorando de 30/04/1858, AHI:238/2/1). Diante do não pagamento dos salários e a ausência de envio de recursos por parte da Secretaria, o Doutor Saturnino de Sousa e Oliveira, toma empréstimos junto a comerciantes locais, em especial Francisco Antônio Flôres (de quem falaremos posteriormente) e que deveria ser compensada em seguida pelo tesouro imperial no Rio de Janeiro (Memorando de 30/04/1858, AHI:238/2/1).

As relações do consulado geral com as autoridades coloniais oscilavam entre a solicitude e a indisposição. Os contatos com o Governador-Geral Coêlho do Amaral variaram, entre 1858 a 1860, entre as desinteligências causadas pela questão da reivindicação dos espólios dos súditos brasileiros mortos a um clima harmonioso como quando a representação brasileira pagou uma banda de música nos festejos promovidos pela Câmara Municipal em homenagem a recondução de Coêlho do Amaral ao cargo em 1858 (Memorando de 30/04/1858, AHI: 238/2/1). Saturnino chega a relatar a postura do Governador-Geral para com o consulado como "mostrando a maior diferença a este consulado" (Memorando de 30/04/1858, AHI: 238/2/1).

Dentre estes contatos sociais, um deles marcou a permanência de Saturnino de Sousa e Oliveira. A relação com membros do corpo consular britânico em Luanda assim como com os comissários do Tribunal Misto Grã-Bretanha e Portugal para combate ao tráfico de escravos. Esses contatos entre o doutor e os súditos da rainha Vitória, já existiam desde quando ele era articulista e redator-chefe do periódico O Philantropo no Rio de Janeiro (KODAMA. 2008, P.408), contudo, depois se tornou mais comprometedor. Tido como amigo pessoal do comissário do referido tribunal, Edmund Gabriel, considerado pela Real Sociedade de Geografia de Londres, como um dos responsáveis pelo combate ao tráfico de almas na África Atlântica, era filho de um oficial da marinha britânica e desde cedo atuou como oficial da esquadra do Atlântico. Por ter amplos conhecimentos acerca da dinâmica do tráfico, foi um importante interlocutor do Conde de Aberdeen enquanto este foi ministro dos estrangeiros. Por sua experiência, foi nomeado juiz do Tribunal Misto Grã-Bretanha e Portugal em Luanda. (SPOTTISWOODE, GALTON, MARKHAM, 1863, p. 135-136). Escrevia frequentemente ao parlamento informando sobre o andamento do combate aos traficantes de escravos nas

possessões portuguesas e adjacências, em especial na foz do Zaire e no litoral do Reino do Congo e Loango. Nestas cartas descrevia a contribuição do representante brasileiro no combate ao tráfico de almas (GRÃ-BRETANHA, 1860, p.73).

Contudo, este contato com os britânicos e a atuação contra o tráfico de escravos, remetiam a outros elementos da família Sousa e Oliveira. O pai do cônsul, Doutor Saturnino, também teve sua carreira marcada pelo alinhamento próximo aos ingleses e isto lhe valeu sérias consequências. Saturnino de Sousa Coutinho, pai do cônsul brasileiro em Luanda havia sido presidente da província de São Pedro do Rio Grande com a incumbência de dar cabo definitivo da Revolução Farroupilha que já estava em seu sétimo ano. Seu mandato foi um fracasso, a revolução não dava sinais de terminar. Com a queda do primeiro Gabinete do 2º Reinado ele é deposto da presidência da província e dá lugar ao Barão de Caxias - pacificador do Maranhão e futuro Duque de Caxias - que foi enviado como chefe militar e presidência da província. Tentou candidatar-se a deputado, porém sem sucesso e assim foi nomeado chefe de alfândega do porto do Rio de Janeiro - por onde passava grande parte de toda as importações e exportações do Império (BARMAN, 2012, p.139). Quando da formação do Gabinete Liberal do futuro Visconde de Caravelas, ele assumiu a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e interinamente a pasta da Fazenda e da Justiça (BLAKE, [1902] 1970, p.58). Enquanto secretário da Justiça se envolveu na prisão do grande traficante português José de Souza Velho (PEREIRA, 2010, p. 01-16). Os britânicos haviam radicalizado o tratamento aos traficantes com o *Bill Aberdeen*. Em 1847o enviado inglês Lorde Howden abriu mais uma rodada de negociações sobre o fim do tráfico negreiro, no que foi recebido pelo Secretário dos Estrangeiros Saturnino de Sousa e Oliveira. Ao saber da acolhida do enviado inglês pelo secretário dos estrangeiros, o ministro Alves Branco questionou prontamente tal acolhida e colocou como premissa para qualquer negociação a revogação do *Bill*. A questão foi para o arbítrio de sua majestade que decidiu pela demissão de Saturnino. Em compensação, foi colocado como senador vitalício por Pedro II (PARRON, 2012, p.207-208).

Mesmo após a emancipação política do Brasil do Império Português, os vínculos entre os luso-brasileiros na América, na Europa e principalmente na África se mantiveram. A presença de súditos do Império do Brasil era muito maior do que apenas as seis feitorias brasileiras encontradas na tomada de Ambriz de 1856 (MARQUES, 2006, p. 145). No fim do período de contrabando de pessoas para o trabalho escravo foi comum que grandes comerciantes originários do Brasil abrissem representações de suas casas de negócio em Angola. Muitas das vezes gerenciadas por parentes, ou mesmo por seus cativos. Famílias de

negociantes se dividiam entre um lado e o outro do Atlântico, mantinham-se em constante tráfego, não só de pessoas, mas de notícias, produtos, correspondências (FERREIRA, 2013, p.681-682).

Apesar da proibição do tráfico e das dificuldades crescentes que se acumulavam neste fluxo, as fortes relações econômicas e políticas que construíram intercâmbios pessoais, familiares e de parceria em diferentes atividades sobreviveram (ACCIOLI, 2012, p.08). No final da década de 1840, mesmo quando embarques de escravos diminuía, um alto número de súditos brasileiros - a maioria envolvido com o tráfico no Norte de Angola, regiões próximas a foz do rio Zaire e nas costas pertencentes ao Reino do Congo e Loango - requereram licenças para viver em Luanda. A quantidade de brasileiros ultrapassou o número de solicitações por cidadãos de outras nacionalidades. Para muitos destes homens a estada na África significou a ascensão econômica e status (MARQUES, 2002, p.159).

A partir de 1810, os traficantes de almas estabelecidos no Rio de Janeiro reduzem sua atuação nos tradicionais portos de Luanda e Benguela e iniciam sua atuação às margens do rio Zaire (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 367), especificamente as regiões próximas a desembocadura do rio Mossulo e do Loge e a cidade portuária do Ambriz – todas na área de atuação do Reino do Congo – assim como as cidades de Cabinda – sob a área de influência do Reino Loango (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 368). Todas estas áreas estavam fora do domínio direto português na primeira metade do século XIX, apesar das investidas anteriores (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 431).

Os traficantes do sudeste brasileiro encontram a concorrência de negreiros portugueses e luso-angolanos cujas firmas eram sediadas em Luanda, com os traficantes originados da Bahia – expulsos do negócio às margens das costas da África Ocidental pelos tratados luso-britânicos de 1810 e 1817 – assim como os comerciantes originados do Recife, ou ainda espanhóis ou norte-americanos que forneciam força de trabalho cativo para a ilha de Cuba (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 368). Assim, no fim da década de 1830, as costas atlânticas do Reino do Congo e do Loango, Ambriz e Cabinda eram os principais polos de embarque de homens e mulheres para o trabalho escravo no Atlântico (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 371)

Dentre os comerciantes brasileiros mais influentes em Angola, entre as décadas de 1840 e 1850, merece destaque Francisco Teixeira de Miranda - também conhecido por Mirandinha. Foi um dos mais ricos traficantes de escravos em Luanda de 1840, Miranda fornecia parte dos soldados e cavalos usados pelas tropas portuguesas instaladas em Luanda;

suas contribuições foram importantes na instalação de postos avançados no interior do continente, e assim, efetivamente ajudou a expandir as regiões sob domínio direto português (FERREIRA, 2011, p.09). Diante do decréscimo dos índices do tráfico de escravos estes comerciantes, assim como outros brasileiros, requereram a concessão para explorar metais preciosos em Angola, investindo para a formação de companhias de colonização para pontos recém-conquistado em Angola, entre 1844 e 1845. Apesar dos esforços, tiveram seu pedido negado, certamente, pelo fato de serem traficantes. A fortuna de Francisco Teixeira de Miranda foi construída em parceria de outro grande traficante, Arsênio Pompílio Pompeu de Carpo, que se especializou na compra de bens industrializados e manufaturados nos Estados Unidos, assim como aguardentes e tecidos brasileiros no comércio por escravos nos sertões de Angola (MARQUES, 2001, p. 616). Porém, nenhum deles chegou ao grau de importância política e de diversificação de investimentos como Francisco Antônio Flôres.

Dentre estes súditos brasileiros, que permanecem mantendo relações comerciais no continente africano, destacaremos o caso de Francisco Antonio Flôres. Português de nascimento, migrou jovem para o Brasil e trabalhava com seus patrícios na firma Amaral & Bastos envolvidos no mercado de tecidos no Rio de Janeiro, assim como com o contrabando de cativos (FERREIRA, 2011, p.09). Esta era considerada a terceira mais importante empresa no tráfico de escravos, inclusive com representação em Luanda onde possuía alguns barracões (PESSOA, 2011, p.10). A empresa era proprietária de alguns navios constantemente empregados no tráfico de escravos, sendo os primeiros a usarem, no transporte de escravos da África, barcos a vapor (ACCIOLI, 2010, p. 11).

Diante das dificuldades no prosseguimento no negócio do tráfico de almas tendo como base os portos tradicionais de Luanda e Benguela, Flôres diversificava suas atividades em Angola (FERREIRA, 2011, p.09). Ampliando sua atuação comercial de produtos lícitos, investiu na produção de produtos agrícolas para a exportação e no mercado de crédito, chegando a se tornar credor do Governo Geral e mesmo da representação consular brasileira alojada em Luanda (Memorando de 10/08/1858, AHI: 238-2-1). Assim, entre os anos de 1850 a 1860, Francisco Antonio Flôres se tornou o maior investidor brasileiro em Angola (FERREIRA, 2011, p.09).

Nos boletins do Governo Geral de Luanda são abundantes as narrativas de suas doações. São registradas doações de arroz, vinho, carne, pães e aguardentes aos soldados instalados na capital Luanda, assim como na praça de Ambriz. Ainda se registram as ofertas de bolachas finas, frutas em conserva, doces para sobremesa e até mesmo champanhe para o

oficialato. Se já não fosse o suficiente, fez donativo de dinheiro aos soldados feridos em combate com os nativos e se comprometeu a abastecer a prisão de Luanda entre 1848 a 1861 (ÍNDICE DO BOLETIM OFFICIAL, 1864).

Tendo em vista tudo isto, quatro meses depois de que a comitiva portuguesa ter tomado posse formal das minas do Bembe após a audiência com o rei Dom Henrique II do Congo, o Conselho Ultramarino, através do decreto de 7 de novembro de 1855, outorga a Francisco Antonio Flôres a concessão de exploração das minas de cobre e malaquita no Bembe, cedendo o direito da exploração das minas e posteriormente para a firma *Western Africa Malachite Cooper Mines Company Limited* de propriedade do mesmo (PORTUGAL, 1868).

Nem só de benefícios se caracterizou esta aproximação entre o governo colonial português em Angola e o financista Antonio Flores. Ele deveria organizar a migração para a região das minas de cinquenta casais de colonos portugueses do continente ou das ilhas atlânticas dominadas pelos portugueses, como Açores e Madeira, obrigação que lhe era cuidadosamente recordada pela portaria de 20 de outubro de 1857 (PORTUGAL, 1913). Entre as obrigações impostas, a de organizar uma expedição que fosse realizar a ocupação da região, a montagem da administração local e a construção de estradas e fortalezas que rumassem até o Ambriz. Os encargos eram quase que tomados de parceria entre o Estado e esse comerciante. Por outro lado, a defesa das instalações seria feita pelo governo colonial (PORTUGAL, 1868).

Mostrando a profundidade das interações entre estes financiadores privados, traficantes ou ex-traficantes de escravos, o Estado Colonial Português e o Governo-Geral de Luanda, em 1857, aprovam um vultoso empréstimo a Flôres para capitalizar lhe diante dos custos da expedição de ocupação das minas concedidas (PORTUGAL, 1868). Contudo, os recursos viriam da chamada “Arca dos Órfãos de Luanda”, instituição do governo português que gerenciava os espólios de crianças que perdiam os pais e não possuíssem outros parentes na colônia (PORTUGAL, 1868). Após a concessão das minas, a casa comercial de Flores ampliou sua influência política e econômica em Angola. Um funcionário da administração colonial portuguesa em Luanda, contemporâneo destes acontecimentos, afirmou, referindo-se a amplitude dos investimentos do súdito brasileiro Francisco Antônio Flôres: "(...) forçoso é dizê-lo, esta foi a única vez que em África se organizou uma empresa para explorar, com todos os elementos necessários para prosperar" (SARMENTO, 1880. p. 116).

Aparentemente, a soma retirada da “Arca dos Órfãos” não fora o suficiente para

Francisco Antonio Flôres, buscando mobilizar mais recursos para suas empresas mineradoras ele viaja até a capital inglesa (Memorando de 30/04/1858, AHI:238/2/1). Lá, em 1858, ele abre uma firma em sociedade com financistas britânicos: a *Western Africa Malachite Copper Mines Company Limited* (Memorando de 30/04/1858, AHI:238/2/1). Em 1859, consegue junto ao Conselho Ultramarino autorização para a transferência da concessão das minas que estavam em seu nome para a pessoa jurídica da firma (GOUVEIA, 1993, p.17-20). Ao retornar a Angola, Francisco Antonio Flôres traz consigo um conjunto de doze engenheiros de minas originários da Cornwall, sul da Inglaterra (MONTEIRO, 1875, p.160) – região que fora um dos maiores produtores de cobre e estanho do mundo. Associações entre investidores britânicos e firmas brasileiras no sentido de criar empreendimentos voltados para a mineração não era algo inédito no cenário econômico brasileiro do período monárquico

De acordo com as pesquisas de Silva (2012), cerca de vinte empresas britânicas exploraram ouro na Província de Minas Gerais durante todo o século XIX. Ao contrário do que ocorria no período colonial brasileiro, a exploração no século XIX foi capitaneada por empresas com acionistas (CVRD, 1992, p. 117). Estas introduziram novas tecnologias na exploração dos minerais, porém ainda mantinham o uso de força de trabalho escravo em larga escala (CVRD, 1992, p. 112). Estas firmas extraíram em todo este período aproximadamente cem toneladas de ouro da região das Minas Gerais e investiram mais de dois milhões de libras esterlinas (SILVA, 2012). Apesar dos bons resultados de alguns dos empreendimentos iniciados, a tendência a decadência da produção de metais preciosos no país era a regra (CVRD, 1992, p. 120).

Na *Western African Malachite Coppers*, empresa de Francisco Antonio Flôres, a estrutura de trabalho em alguns aspectos se assemelhava a que ocorria nas firmas anglo-brasileiras. O Império português decretou a abolição do trabalho escravo em 1836, contudo, as parcelas mais pobres da população se tornaram trabalhadores mal pagos e que apesar de livres eram vítimas do recrutamento forçado, sofrendo muita das vezes violências e privações, de sorte que não raramente eram confundidos como escravizados (DINIZ & OLIVEIRA, 20013, p. 11). A empresa possuía uma grande quantidade de carregadores que transportavam recursos de produção, mercadorias e os minerais entre o porto de Ambriz e o Distrito do Bembe (MONTEIRO, 1875,p.106-110). Em um número menor havia uma quantidade de operários que variava entre duzentas e trezentas pessoas, formadas por trabalhadores fixos e temporários. A hierarquia tinha em seu topo os engenheiros britânicos remanescentes, seguidos pelos mineradores, que eram em sua maioria soldados da própria guarnição

portuguesa ali instalados, eles eram, em sua maioria, negros e mulatos luandenses que já possuíam experiência no uso de ferramentas (MONTEIRO, 1875,p.106-110). Haviam ainda outros funcionários subalternos incumbidos da lavagem do cascalho e de desbastar as matas próximas, em ambos os casos, trabalhadores temporários e parcamente remunerados (MONTEIRO, 1875,p.106-110).

É importante considerar o papel que os negócios de Francisco Antonio Flôres e da *Western Africa Malachite Cooper Mines Company* desempenhavam dentro da geopolítica da colonização portuguesa no centro oeste africano durante as décadas de 1850 e 1860. Ela se tornou um enclave militar português, no qual se buscou outras atividades econômicas que fossem pujantes o suficiente para desencorajar o comércio de almas. Contudo, o capital aplicado na criação deste posto avançado do poder lusitano no centro oeste da África reforça ainda mais a ideia da necessidade que o governo colonial em Angola tinha dos recursos advindos da iniciativa privada, mesmo que sendo de súditos estrangeiros. Assim, o afastamento radical entre o Império do Brasil e sua ex-metrópole – e conseqüentemente com as colônias portuguesas na África – proposto por Alencastro (2000) não necessariamente se confirma.

Os investimentos de Francisco Antonio Flôres seguiram *pare passu* às conquistas territoriais portuguesas na África Centro Ocidental e caracterizavam-se por investir na produção de bens que gozavam de demanda no exterior. Com a invasão da cidade de Ambriz pelos lusitanos, em 1855, e o estabelecimento do seu porto como ponto de exportação dos minerais extraídos pela *Western African Malachite Cooper*, Flôres adquiriu terras nas proximidades da cidade e investiu na criação de lavouras de algodão (Memorando de 30/04/1858, AHI:231/2/1).

Nas décadas de 1850 e 1860, o crescimento da indústria têxtil na Grã-Bretanha, Estados Unidos e até mesmo em Portugal fazia com que a demanda internacional pela fibra fosse crescente. Essa demanda era manifestada pelos agentes consulares britânicos em Angola e o cônsul geral brasileiro relata assim a situação:

“Em uma entrevista que tive com o agente inglês fui informado de que tem havido extraordinária falta de algodão para o trabalho das fábricas inglesas que se tem fechado, deixando cerca de três milhões de operários sem poder de algum meio de subsistência: que em manchetes organizou-se uma forte companhia para provar a esta necessidade a qual reclamou a proteção do Governo Inglês, o qual tem expedido aos seus agentes em todas as nações, instruções para promover a cultura de algodão, e ao seu agente consular nesta província disse que não só mandaria a quantidade de sementes necessária, como mesmo as máquinas precisas e individuais habilitados para dirigirem a cultura e preparação desta matéria prima” (Memorando de 30/04/1858, AHI:238/2/1)



Aproveitando a oportunidade, o governo metropolitano incentivou a cultura do algodão nas possessões portuguesas da África Centro Ocidental através da abolição dos direitos alfandegários sobre o produto exportado (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 449). As primeiras iniciativas neste sentido foram feitas ainda na década de 1850, nas proximidades de Moçamedes, sendo a maioria de seus proprietários brasileiros (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 449). O empreendedor Francisco Antonio Flôres, repetindo sua parceria com os britânicos, adquire propriedades próximas ao Ambriz, e se vale dos incentivos de recursos técnicos e de pessoal especializado, fornecido pelos britânicos, para levar a cabo seu intento. O cônsul Saturnino de Sousa e Oliveira descreve a iniciativa destacando que “a casa de Francisco Antônio [Flores] vai [iniciar] em grande escala esta plantação nesta Província para o que espera algumas máquinas e sementes e está preparando o pessoal necessário” (Memorando de 30/04/1858, AHI:238/2/1).

Considerando que Flôres possuía a cessão das minas no interior do território, na região do Bembe, no Reino do Congo, e escoava a produção pelo porto da cidade de Ambriz, o estabelecimento das lavouras nas proximidades do porto favoreceriam a distribuição da fibra e interligava seus empreendimentos no norte de Angola. A permissão para a instalação das lavouras na região do Ambriz por parte do governo colonial de Luanda busca dar a área recém-conquistada uma utilização econômica que pudesse substituir a escravidão. Contudo, o rompimento entre negócios lícitos e ilícitos ainda não era claro (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 386).

Porém, por trás de um aparente negócio de sucesso, criado e mantido dentro dos parâmetros do liberalismo<sup>35</sup> e da mundialização<sup>36</sup> econômica, deixa transparecer aspectos pouco lisonjeiros. O primeiro deles era a proximidade de Francisco Antonio Flôres com o cônsul espanhol em Angola (Memorando de 10/08/1858, AHI: 238/2/1). Os membros do consulado brasileiro, juntamente com os britânicos do Tribunal Misto para o Combate ao Tráfico, suspeitavam da participação do consulado espanhol na organização do tráfico de almas das regiões próximas da foz do Congo para a ilha de Cuba (Memorando de 23/09/1858,

---

<sup>35</sup>Liberalismo aplicação das doutrinas do liberalismo clássico à economia, que se exprime em preferência por mercados competitivos, pelo livre jogo das forças econômicas no regime de livre concorrência e pela repulsa a qualquer forma de intervenção do Estado na vida econômica, em obediência ao princípio de que a lei da oferta e da procura é a única que deve influir sobre a produção, o consumo e o mecanismo dos preços (Houaiss Beta)

<sup>36</sup>Mundialização como consciência de que os fenômenos econômicos internos aos povos ou entre estes povos se apresentam inter-relacionados, um mercado mundial agora independentemente das fronteiras territoriais, das diferenças étnicas ou linguísticas (ORTIZ, 2000).

AHI: 238/2/1). Tais suspeitas ganhavam mais força quando em 1858 a Espanha enviou três navios de guerra que ficaram estacionados nas ilhas de Fernando Pó – próximo a foz do Zaire – e ainda pelo fato de que o cônsul espanhol migrou de Luanda para a cidade portuária de Ambriz, ao norte, já no Reino do Congo, e passa a residir em uma casa cedida por Francisco Antônio. Além disso, a esquadra britânica prendeu o traficante de escravos Antônio José Fernandes – um dos sócios de Flôres na África – que atuava na região da foz do Zaire em 1858. O mesmo acontece com Diogo José da Costa, preso no mesmo ano ao levar cativos da foz do Zaire para a Bahia (Memorando de 23/09/1858, AHI: 238/2/2).

Assim sendo, entre as décadas de 1850 e 1860, os agentes comerciais brasileiros vivenciavam a transição de uma economia pautada no tráfico de escravos para um outro modelo baseado no chamado “comércio lícito”, porém neste período essas divisões entre ambos os padrões conviviam ou eram movidos pelos mesmos agentes. Sabedor disso, o Estado Colonial Português, alijado de recursos para investimentos, procura associar-se a estes capitalistas de modo a viabilizar seu projeto expansionista no centro oeste africano.

Assim como Francisco Antônio Flôres, os demais empreendedores brasileiros instalados em Angola passavam por uma fase de crise (Memorando de 30/04/1858, AHI: 238/2/1). As dificuldades crescentes na condução do tráfico transatlântico de escravos tornavam tal iniciativa dispendiosa e com sérios riscos de perda do investimento, graças às ações britânicas (ACCIOLI, 2012, p.296). A constatação do enfraquecimento dos fluxos comerciais entre o Império e Angola (Memorando de 30/04/1858, AHI:238/2/2), assim como a diminuição gradativa do número de embarcações transitando entre as cidades litorâneas brasileiras e a colônia portuguesa (Instrução de 12/1857, AHI:238/2/3) contribuíram, decisivamente, para a diminuição do fluxo de comércio entre os dois lados do Atlântico Sul. Diante desta situação, e buscando atender a instrução dada pelo Visconde do Rio Branco, quanto a meios de retomar o comércio entre o Brasil e Angola, o cônsul Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira propõe, em 1858, a criação de uma Companhia de Navegação (Memorando de 07/02/1858, AHI:238/2/1).

Em memorando de fevereiro de 1858, o cônsul brasileiro em Luanda propõe a criação de uma Companhia de Paquetes à Vapor, com embarcações de bandeira brasileira que mantivessem um fluxo regular entre as cidades de Luanda, Cabinda, Ilha da Ascensão (possessão britânica próxima a Ilha de Santa Helena), e de lá rumaria para as cidades brasileiras de Recife, Salvador da Bahia até finalizar sua viagem na corte do Rio de Janeiro (Memorando de 07/02/1858, AHI:238/2/1). Ele ainda argumentava que a facilidade de

navegação entre os dois países geraria rapidez nas comunicações entre as praças comerciais e possibilitaria que os produtos brasileiros, ou os industrializados/manufaturados revendidos pelo Brasil, chegassem a Angola com preços mais acessíveis (Memorando de 07/02/1858, AHI:238/2/1). Os recursos necessários para a abertura e manutenção da firma, segundo Sousa e Oliveira, poderiam ser inicialmente angariados junto aos comerciantes brasileiros residentes em Angola e posteriormente com a venda regular de passagens, o que possibilitaria a recuperação do investimento feito na Companhia (Memorando de 07/02/1858, AHI:238/2/1). O incremento do comércio de produtos brasileiros em Luanda poderia, segundo ele, gerar vantagens para a metrópole portuguesa e ainda ajudaria no desenvolvimento de toda a região circunvizinha (Memorando de 07/02/1858, AHI:238/2/1). Agrega ainda que o Governador-Geral, Coêlho do Amaral, demonstrou agrado com a ideia e se colocou à disposição para interceder junto ao Conselho Ultramarino, assim como o comissário britânico para o combate a escravidão Edmund Gabriel que também enxergava com bons olhos a criação da firma e a entendia como uma arma importante para a eliminação das “tendências que por acaso pudessem existir para as tentativas de comércio de escravos” (Memorando de 07/02/1858, AHI:238/2/1).

Em complemento a criação da Companhia de Navegação, Doutor Saturnino, sugestiona a elaboração de um acordo comercial entre o Império do Brasil e Portugal, no sentido de favorecer os produtos brasileiros no comércio com suas colônias. Ele acreditava que o incentivo ao desenvolvimento de uma marinha mercante, sem medidas na área de câmbio e do fisco, tornaria impossível a reinserção dos produtos brasileiros, em termos competitivos, no mercado angolano (Memorando de 30/04/1858, AHI 238/2/1). Ele agrega ainda que franceses e norte-americanos possuíam direitos semelhantes aos da própria metrópole e com isso tinham seus produtos quase que livremente aceitos na colônia (Memorando de 30/04/1858, AHI 238/2/1).

Contudo, as ideias do cônsul brasileiro não foram tão bem recebidas quanto ele imaginava a princípio. Em reunião com os comerciantes brasos de Luanda em abril de 1858, estes se demonstraram pouca disposição em investir na companhia. Do outro lado do oceano, o afã de reaquecer o comércio entre o Império e Angola presente nas instruções do Visconde do Rio Branco, aparentemente não eram compartilhados por seu sucessor na pasta dos Estrangeiros Caetano Maria Lopes da Gama, o Visconde de Maranguape. As correspondências seguintes, enviadas do Rio de Janeiro para Luanda, silenciam sobre estes temas e reforçam a questão relacionada a coleta dos espólios dos súditos brasileiros falecidos

(Memorando de 24/05/1858, 30/05/1858, dentre outros AHI 238/2/1).

A quantidade de súditos brasileiros residentes em Angola e a renda gerada por eles motivou a Secretaria dos Negócios Estrangeiros a dedicar especial atenção à questão das heranças deixadas por estes. Dentro deste espírito de defesa dos interesses nacionais nas terras angolanas, a recuperação dos bens de súditos brasileiros mortos e sem herdeiros naturais na colônia portuguesa e a recuperação das heranças foi um tema que mereceu atenção, também. Estes somavam grandes capitais que desde o rompimento dos contatos oficiais entre o governo do Rio de Janeiro e a cidade de Luanda permaneciam estagnados nos cofres da Junta da Fazenda Angolana (RODRIGUES, 1964, p.206-208). Em 1858, o cônsul brasileiro, classificava os espólios dos súditos mortos em Angola sob três condições: um primeiro caso em que os bens foram encampados pelo Governo Geral, antes do estabelecimento do consulado geral (1855); um segundo no qual os bens estavam em processo de captação pela autoridade colonial e por último àqueles que pertenceriam a súditos brasileiros falecidos após a reabertura do consulado (Memorando de 21/02/1858, AHI:238/2/1). Consciente destas situações, os agentes buscavam retomar os espólios relativos ao primeiro e segundo caso, descritos (Memorando de 21/02/1858, AHI:238/2/1). Esta ação de recuperação dos despojos chega em 1858 a ser causa de desentendimentos entre os agentes brasileiros e o governo geral (Memorando de 30/04/1858, AHI:238/2/1). T tamanha preocupação com tais recursos poderia ser motivada pela necessidade de tornar o consulado geral rentável ao Império ou pelo menos autossustentável financeiramente (Instrução de 12/1857, AHI:238/2/3).

A dificuldade em arrecadar os valores pertencentes aos herdeiros de súditos brasileiros mortos anteriormente a 1855 foi alvo de um memorando reservado escrito pelo Doutor Saturnino de Sousa e Oliveira ao Secretário dos Estrangeiros na época, Visconde de Maranguape. Ele informou que buscava por meios formais e informais a recuperação destes bens junto a Secretaria de Fazenda. Contudo, a dificuldade em cadastrar todos os súditos brasileiros residentes em Angola e a crise econômica pela qual a região passava tornava a recuperação dos espólios uma missão quase impossível. O recolhimento das heranças de nacionais e estrangeiros que não tinham herdeiros naturais era feito pela Arca dos Órfãos do Governo-Geral. Saturnino de Sousa e Oliveira denunciava, em tom firme, que as autoridades coloniais usavam de má fé na gestão dos recursos sob sua guarda. Não pagavam os juros dos valores aos herdeiros, não repassavam os lucros obtidos pelos aluguéis das propriedades e emprestavam os recursos a particulares sem que houvesse a cobrança dos juros devidos. Até mesmo encampavam bens e dinheiro de herdeiros constituídos. Como solução a estes

problemas, o cônsul recomendou a abertura de mais representações em outras cidades de Angola e uma atitude mais assertiva da representação brasileiro em Lisboa (Memorando de 21/02/1858, AHI:238/2/2).

Diante disso, o tráfico de escravos, já extinto pelas leis portuguesas e brasileiras, ainda persistia ao norte de Luanda - foz do Congo e regiões próximas ao Ambriz - e no extremo sul, após Benguela (Memorando de 01/08/1857, Memorando de 10/08/1858, AHI:238/2/2). O combate ao tráfico empreendido pelos britânicos, durante a década de 1850 esbarrava nas dificuldades causadas pelo apoio dos líderes locais empenhados a cooperar com os negreiros e no fato de que as regiões que ainda supriam a esmagadora maioria de escravos para o Brasil eram terras portuguesas ou reclamadas por Portugal ao sul do Equador (BETHELL, 2002, p. 347). Contudo, o tráfico que havia se retirado dos grandes portos brasileiros após a lei de 1830, pulverizando-se em diversos pontos do litoral (PESSOA, 2011, p.12) e diante da ação do governo brasileiro no sentido de inibi-lo após a lei de 1850, o índice de entrada de africanos para o trabalho escravo foi reduzido de cerca de 23 000 em 1850 para 3 287 em 1851, um decréscimo de cerca de 86% (SOARES, 1865, p. 236). Contudo, o tráfico para a colônia espanhola de Cuba e alguns outros pontos do Caribe se manteve (MAMIGONIAN, 2012, p. 68) especialmente mantido por norte-americanos e espanhóis (HEYWOOD, 2009 p.49). Segundo os relatos dos cônsules brasileiros entre 1854 a 1860, a ação de traficantes de pessoas em navios sob bandeira francesa e norte-americana nestes anos era notória. Tudo isso com a anuência do Governador-Geral Amaral Coêlho. Assim, o agente consular faz uma análise de conjuntura e coloca as dificuldades pela qual passavam os comerciantes brasileiros residentes em Angola, após o fim do tráfico de escravos e pelas limitações do comércio interno na colônia portuguesa. Isso tornava o comércio com os traficantes de escravo franceses e norte-americanos a única oportunidade de negócios para eles (Memorando de 30/04/1858, AHI:23/2/2).

Desde o período em que Ignácio José de Morais Júnior era cônsul em Luanda, 1857-1858, notícias acerca de embarcações de bandeira norte americana sendo interceptadas devido a acusação de tráfico de escravos estavam presentes. Estas ações se davam nas regiões do norte da colônia portuguesa de Angola em especial próximos a foz do rio Zaire, ou cerca do litoral do Reino do Congo e de Loango, em cidades como Ambriz e Cabinda rumando vezes para a ilha de Cuba, outros pontos do Caribe e ainda para o Brasil (Memorando de 01/08/1857, AHI:238/2/2). Após a proibição do tráfico de escravos nos Estados Unidos em 1807 e sua tipificação como crime federal, os navegadores norte-americanos passaram a

investir no tráfico no Atlântico Sul. Cidades da Costa Leste americana como Baltimore, Nova Iorque e Boston estavam estreitamente vinculadas com os portos de Salvador, Rio de Janeiro assim como os de La Havana e Matanza na colônia espanhola de Cuba. Com o aumento dos índices de entrada de escravizados no Império do Brasil na década de 1840, os empresários americanos aproveitaram a chance e passaram a oferecer o aluguel e a venda de navios, assim como fornecer tripulantes. Com a extinção do tráfico, a diminuição do fluxo de cativos foi sensível, contudo apesar da lei e da vigilância navios dos Estados Unidos obtiveram êxito em desembarcar escravos após 1851 (MARQUES, 2010, p.105).

Quanto à participação francesa no comércio de almas entre as décadas de 1840 e 1850, apesar das proibições formais ao tráfico, o governo monárquico de Luís Felipe de Orleans e a Segunda República Francesa chefiada por Luís Napoleão pouco faziam para efetivamente combater o comércio infame. As rotas utilizadas pelos traficantes franceses em funcionamento desde o século XVIII está demonstrada na figura 11 abaixo (HEYWOOD, 2009, p.39).

Buscavam empregar medidas persuasivas para desencorajar esse tipo de prática. Tal desinteresse pode ser explicado pela crença por parte dos franceses, da impossibilidade da proibição total de tal comércio aos seus cidadãos. Ademais, sua extinção completa interferiria na livre circulação de "mercadorias" e ainda causaria prejuízo ao comércio marítimo da França. Com isso, os comerciantes franceses de almas seguiram cooperando estreitamente com os traficantes brasileiros. De um lado eles faziam o transporte de mercadorias envolvidas no tráfico de escravos, outras fabricando e vendendo navios negreiros aos traficantes brasileiros (JENNINGS, 1976, p, 515). Nas correspondências enviadas pelos cônsules brasileiros entre 1857 a 1860 é constante a referência a notícias de embarque de africanos em navios de firmas francesas na região da foz do Zaire e nas costas do Reino de Loango para possessões francesas em Ajudá e Costa da Mina, assim como para as Antilhas Francesas. Muita das vezes, os comerciantes eram membros do oficialato da marinha francesa. Tal fato era sabido pelo governo colonial português em Luanda e sofria por parte dos lusos nenhuma forma de repressão (Memorando de 30/04/1858, AHI:238/2/2).



**Figura 13.** Rota do África Central para o Caribe francês no século XVIII (HEYWOOD, 2009, p.39).

## 2.8. O Império do Brasil e o Reino do Congo

Em 19 de outubro de 1859 o secretário dos negócios estrangeiros do Império do Brasil redige um despacho endereçado a representação consular em Luanda informando que recebeu o memorando de 08 de setembro na qual o cônsul geral Saturnino de Sousa e Oliveira comenta e encaminha a carta do Príncipe do Congo à Pedro II. João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, futuro Visconde de Sinimbu, informa em um documento curto, formal e desinteressado:

"Recebi o offício nº 03 que V.M ce dirigio em 08 de setembro último ao meu antecessor remetendo-lhe para ser entregue a S[ua] M[ajestade] o Imperador uma carta pela qual o Príncipe do Congo D. Nicoláu d'Água Rosada e Sardonia pede a proteção do mesmo Augusto Senhor para ir a esta Côrte completar a sua instrução. Inteirado das informações de que V.M ce acompanha esta remessa, relativamente à pessoa do dito Príncipe e as circunstancias em que vive nesse paiz, previno-o de que achando-se atualmente S.S.M.M. imperiais nas Províncias do Norte pela primeira ocasião será aquela Carta levada ao seo alto destino" (Memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1).

A correspondência encaminhada pelo agente consular, à primeira vista, tratava-se do

pedido de auxílio de um jovem de família nobre, originária da África, para conseguir vir ao Rio de Janeiro completar seus estudos. Episódios como estes, não eram necessariamente uma novidade. Não apenas foram as relações intra coloniais no Império Português, nem o tráfico de escravos, que ligavam os dois lados do Atlântico Sul. Outros motivos entrelaçavam indivíduos e comunidades nas margens orientais e ocidentais deste “rio chamado atlântico”. Dentre eles havia causas relacionadas a educação, assuntos familiares e festejos religiosos. Desde o fim do século XVIII, era comum o envio de filhos e filhas de negociantes lusitanos e africanos para estudar no Rio de Janeiro. É provável que muitas dessas crianças e jovens fossem negras ou mulatas, alguns ainda na condição de escravos de seus pais, e nascidos de uniões estáveis ou episódicas com africanas livres ou escravas (FERREIRA, 2006, p.36).

A missiva que o secretario teve acesso possuía oito páginas, apresentava uma escrita firme e uma redação bem elaborada e dítida em uma primeira parte na qual ele aborda sobre suas experiências em Lisboa, depois relata sua trajetória em prosseguir seus estudos e solicita o auxílio do imperador brasileiro. Posteriormente, ele tece uma série de reflexões acerca de sua terra natal e do estado da civilização assim como sugere as vantagens para congoleses e brasileiros de uma maior conexão comercial entre eles. Segue a íntegra da carta de Dom Nicolau:

"Senhor

Quando me coube a honra de ir cumprimentar a augusta irmã de Vossa Majestade Imperial, a rainha de Portugal a senhora Dona Maria Segunda (que Deus haja) na corte de Lisboa, fiz logo o firme propósito de que não fossem estéreis as distinções com que a mesma senhora me honrou, nem a observação dos monumentos de civilização que me cercavam na capital daquele reino, conquanto eu devesse [recrear] que uma e outra coisa pela sua importância e grandeza, suscitando impressões quase desconhecidas em quem passara tão rapidamente das rudes areias de África para o centro de uma corte civilizada, pudessem aturdir-me em vez ele elevar o meu espírito à altura das idéias que me podiam ser proveitosas, e ao serviço de Sua Majestade. Não poderia hoje dizer a sucessiva serie de impressões que então senti, e a direção que elas iam alternadamente dando às minhas idéias acerca das outras e de mim próprio; porém devo asseverar que a minha primeira idéia foi assentar para sempre no meu animo quão larga devia ser a minha gratidão para com sua majestade, e também quanto eu devia forcejar por mostrar-me digno de tão grandioso acolhimento; a segunda ideia, inspirada de certo pelos sentimentos que Deus pôs no coração de todos os homens, foi a deliberação de comunicar estes sentimentos a meu pai e irmãos, de forma que não só o nome de sua majestade fosse repetido por toda a família real do Congo com veneração e reconhecimento, mas que estes sentimentos avultassem claramente na proteção dada nos estados d’El Rei meu pai aos súditos de sua majestade e na docilidade com que ali os fossem recebendo os insignes elementos de civilização de que eu tive a honra de ver cercado o trono de sua majestade. Neste intuito dirigi-me logo à capital dos estados de meu pai, porém dentro em breve conheci que se era fácil comunicar dos habitantes do Congo as idéias de veneração e amor à pessoa de sua majestade, não havia igual facilidade em converter-me em missionário de civilização quando eu próprio carecia dos primeiros elementos dela.



Reconhecendo a impossibilidade de verificar os meus bons desejos e de apurar em mim próprio a educação literária, único meio de os levar ao cabo, sai do Congo e vim para a capital destes domínios de Portugal [sic] procurar os recursos necessários para realizar esta minha firme vontade. Comecei aqui os meus estudos, e ao que esta carta pode anunciar a Vossa Majestade Imperial acerca dos meus progressos na língua escrita portuguesa, devo eu acrescentar que pude instituir-me também na língua francesa, de modo que me é fácil hoje traduzir e compor neste idioma que me pareceu dever escolher de preferência como sendo hoje quase a língua universal. O governo português, porém, não me concedendo partir para Lisboa para frequentar as aulas públicas que não existem na colônia, como lhe havia pedido, arbitrou-me uma prestação de doze mil réis mensais, moeda desta província, quantia diminutíssima em país tão caro, tendo de vestir-me decentemente desta prestação, de forma que os meus desejos de instituir-me ficaram limitados por esta circunstância ao favor de um particular que conveio em ser meu mestre e aos livros que a obsequiosa intenção das habilidades desta cidade me pode facultar. Senhor, uma vez posto pela bondade da augusta irmã de Vossa Majestade Imperial no caminho da civilização, feito por ela comendador da Ordem de Cristo e tratado na corte de Lisboa segundo a minha hierarquia, correspondo-me mesmo depois da minha estada em Luanda com o rei, Augusto Filho o atual Rei de Portugal, não posso viver como um selvagem; e aqui sem instrução nem mais esperanças no governo português, e nada poderei fazer em meu benefício. Movido por este pensamento resolvi-me a recorrer a Vossa Majestade Imperial pedindo-lhe a graça de permitir-me que eu parta para esse império a alistar-me no exército de Vossa Majestade Imperial, seguindo depois o curso completo dos estudos militares, ou qualquer outra carreira científica por meio da qual eu possa prestar valiosos serviços ao trono brasileiro. Vossa Majestade Imperial sabe de certo quanto a civilização está atrasada no reino do Congo, porque uma vez exterminados de Portugal os padres capuchinhos, que missionando naquele reino, a iam introduzindo com o seu incansável zelo e paciência, se não tem proibido desenvolver de outro modo; não há ali uma estrada; não pode ainda verificar-se uma tentativa industrial; a botânica, a mineralogia e outras ciências úteis estão naquela vasta e riquíssima região virgens de largas e proveitosas explorações, e muitas coisas faltam, as quais só podem alcançar-se pela ilustração de seus habitantes. Eu me preparei para algum desses trabalhos, se Vossa Majestade Imperial se dignar de conceder-me o seu poderoso auxílio, que imploro em benefício do comercio do Brasil, se a Vossa Majestade Imperial lhe aprovar estabelecê-lo com o reino do Congo, e também para proveito da minha própria cultura. O filho de um antigo rei africano, frequentando no Brasil um curso regular de estudos, mostrará ao mundo quanto é civilizadora a proteção de Vossa Majestade Imperial. Devo dizer a Vossa majestade Imperial que os meios de que posso dispor nesta cidade não [me] habilitam a fazer as despesas do meu transporte no caso de Vossa Majestade I. se dignar de atender à minha supplica. O [céu] prospere e dilate a preciosa vida de Vossa Majestade Imperial, a da imperatriz sua augusta esposa e das princesas ilustre filhas de Vossa Majestade Imperial para o bem da monarquia brasileira.

Senhor  
Tendo a honra de ser  
De vossa maj.de Imp.al  
Muito humilde e obediente criado  
D. Nicolau d'Agua Rozada

S. Paulo de Assunção de Luanda 27 de agosto de 1859" (Anexo ao memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1).

A carta era um contato entre dois nobres: um alto dignitário do Reino do Congo e o Imperador do Brasil. Em todo momento seu autor deixou isso claro, se colocando sempre como um elemento da nobreza de um país soberano e autônomo. Ele descrevia-se como

“comendador da Ordem de Cristo e tratado na corte de Lisboa segundo a minha hierarquia” (Anexo ao memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1). Ainda buscando denotar proximidade, Nicolau mandava cumprimentos individualizados aos membros da família imperial: “O [céu] prospere e dilate a preciosa vida de Vossa Majestade Imperial, a da imperatriz sua augusta esposa e das princesas ilustre filhas de Vossa Majestade Imperial para o bem da monarquia brasileira” (Anexo ao memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1).

Logo em seu início, o príncipe Nicolau narra seu encontro com a rainha de Portugal Dona Maria II (1819-1853), irmã do monarca brasileiro. Narrando o evento com um tom emocional ele afirma o quanto foi impactante, para ele, migrar “das rudes areias de África para o centro de uma corte civilizada” (Anexo ao memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1). Logo abaixo, na figura 12, pode-se ver uma gravura de 1845, contemporânea ao evento, que o mostra, em trajes de gala e aparentando uma idade entre quinze a vinte anos (WHEELER, 1968. p. 42).

Ainda segundo seus relatos, a generosidade da rainha dos lusitanos o levava a considerar o quanto ele deveria ser grato aos favores concedidos assim como a buscar meios de propagar, no Reino do Congo, a generosidade e os benefícios da civilização europeia (Anexo ao memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1).

Dom Nicolau de Água Rosada permanece em Portugal, onde estuda, às custas de uma bolsa doada pelo Estado Português. Seu espanto e deslumbramento ante os denotativos de civilização que ele contempla em Lisboa, são realçados a medida em que ele os contrapõe com as especificidades de seu reino de origem, descrito, em outros pontos da carta, como: “árido”, “bárbaro”, “rude”, “selvagem”, necessitado de que outros lhe ofereçam as “luzes” da civilização e da “elevação do espírito” (Anexo ao memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1). Ao escrever a carta ao imperador do Brasil, em agosto de 1859, morava em Luanda e deveria ser um homem por volta de seus trinta anos. A rainha portuguesa faleceu em 1853 e os portugueses, em seu processo de expansão para o norte, acossavam os territórios pertencentes ao Reino do Congo<sup>37</sup> (ALEXANDRE, 2004, p.25).

---

<sup>37</sup>As diretrizes buscando a consolidação da colônia portuguesa no centro oeste africano - Luanda e Benguela - os levou a buscar expandir sua autoridade em regiões ao norte de Luanda como Ponta da Banana em 1853, Malemba em 1854 e na Ponta do Padrão, na foz do Zaire em 1859 (CORDEIRO, 1883).



**Figura 14.** Príncipe Dom Nicolau do Congo em trajes de gala quando da audiência com D. Maria II de Portugal em 1845.

Segundo o próprio príncipe Nicolau, seus esforços em seguir estudando, ainda que em Luanda, são demonstrados pela própria carta endereçada a Pedro II, com um português correto e grafia elaborada. Até aquele momento, Nicolas viveu mais de dez anos em meio aos colonos portugueses e afro-portugueses estabelecidos em Luanda e tinha assimilado sua cultura, juntamente com sua capacidade de ler, falar e escrever português, bem como um pouco de francês. O juiz da Corte Mista Anglo-lusitana antitráfico, Edmund Gabriel, escreve a seus superiores informando-os sobre a educação esmerada do príncipe ((WHEELER, 1968,

p.44). No início de 1850 ele fez um apelo por escrito ao Governador Geral pedindo uma oferta de trabalho ou para uma pequena pensão que o ajudasse em sua subsistência que lhe permitisse estudar latim e assim assumir alguma função religiosa. O governo em Lisboa recomendou que o príncipe Nicolau fosse atendido com uma pequena pensão mensal a ser custeada pelo Conselho do Tesouro até que ele terminasse sua formação. Para complementar suas rendas ele atuava como escriturário na administração colonial portuguesa (WHEELER, 1968, p.50). Dom Nicolau, argumenta neste ponto que a pensão que ele recebia era diminuta, e que os gastos que ele tinha em vestir-se adequadamente e de manter-se em um país onde os produtos eram quase todos importados e caros fazia com que o que lhe sobrava para subsidiar seus estudos fosse irrisório. A comiseração do Imperador Pedro II seria assim sua última alternativa para seguir estudando (Anexo ao memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1).

De modo contundente e objetivo, ele propôs o favor do monarca no sentido de poder terminar seus estudos superiores no Brasil. Chama a atenção o fato de que ele não pede para dar prosseguimento a seus estudos eclesiásticos – como o que ele estava empreendendo até aquele momento em Luanda – porém solicita ingressar nas forças armadas do Império e em escola de formação militar, caso não seja possível qualquer outro curso científico. O príncipe africano que fez estudos de caráter religioso se tornar-se escriturário e pretendia com isso se tornar militar no Brasil. Ao utilizarmos do termo "príncipe", logo vem à mente a condição de herdeiro do poder real de um ascendente mais velho. Contudo, é importante frisar que no Reino do Congo, como em uma série de outros povos da África, havia monarquia eletiva. O processo sucessório era, em muitas vezes, precedido de conflitos internos (PELLISSIER, 1997, p. 130). Os eleitores geralmente não escolhiam um filho do rei morto, mas sim um de seus sobrinhos. O título de "príncipe", assim, significava que ele poderia ter sido chefe de um dos pequenos povoados que cercavam São Salvador, como era o costume local (PELLISSIER, 1997, p.130). Esses mandatários vinculados ao poder régio pertenciam a classe dos Mwisikongo e desde os primeiros registros europeus sobre a sociedade congoleza, são descritos como ligados a liderança das aldeias, ao sistema administrativo real e pertenceriam as extensas famílias dos soberanos (VANSINA, 2010b, p.672-680). Isto posto, agregue-se o fato de que o memorando de encaminhamento da carta descreve-o ainda como que "tendo algum partido" em sua terra natal. (Memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1). Sob esta ótica, o anseio de aprofundar seus conhecimentos militares, se tornam mais compreensivo.

Sinimbu informava ao cônsul que logo que possível a carta seria enviada ao seu "augusto" destino (Despacho de 14/10/1859, AHI:238/2/1). Tal impossibilidade se dava,

graças ao fato, de que em primeiro de outubro do ano de 1859, o imperador de trinta e um anos e sua esposa zarparam do porto do Rio de Janeiro rumo às províncias do nordeste do império brasileiro (SCHWARCZ, 1999, p. 357). Seis dias após sua saída, a flotilha atracava em Salvador da Bahia, após isso segue para o interior da província e posteriormente para a cidade do Recife. A capital de Pernambuco havia sediado uma das últimas revoltas provinciais do Império, em 1848. A parada mais ao norte de sua jornada foi a Paraíba em novembro de 1859. No caminho de volta passa pelas Alagoas, Sergipe e Espírito Santo. O imperador só retornaria a corte em fevereiro de 1860 (ROCHA, 2008, p.08). Tais viagens tinham uma função estratégica, pois contribuiriam para ampliar a imagem da monarquia junto à população, nacionalmente, e ainda serviam como meio de consolidação da autoridade régia (SCHWARCZ, 1999, p. 357-358).

## **2.9. Produtos do Reino do Congo a serem comercializados com o Brasil**

Dentre os produtos congolezes citados um dos mais notórios é o marfim. O comércio desse tornou-se economicamente interessante devido ao aumento crescente da demanda pelo produto. Com a industrialização dos países europeus e dos Estados Unidos cresceu a busca por bens de alto padrão. As classes mais abastadas passaram a demandar cada vez mais por eles. O marfim destacava-se por ser utilizadas para confecção de pentes, bolas de bilhar e teclados de piano, produtos bastante procurados pelas classes dirigentes e pelos detentores do poder econômico (KIMAMBO, 2010, p.276). Originalmente fornecidos pelos traficantes de escravos que o extraíam paralelamente à captura dos cativos com o enfraquecimento das atividades escravistas o marfim se torna um dos principais produtos exportados pelo continente africano (ISAACMAN, 2010, p.216; WALLERSTEIN, 2010, p.16).

O óleo de palma, por sua vez era uma substância extraída dos frutos da *Elaeis Guianeensis* Jacq. e da *Elaeis Guianeensis* var. *Idolatraca*, que no Brasil era cognominado óleo de dendê e tinha grande aceitação (VERGER, 1995, p.561). O alvará régio emitido por Dom João VI em 1813 isenta de pagamento de taxas alfandegárias o sabão e o azeite de palma vindos do arquipélago de São Tomé e Príncipe (BRASIL,1891). Com a Revolução Industrial na Grã-Bretanha, o óleo foi utilizado como lubrificante para o maquinário e para produção de velas (BERGER & MARTIN, 2000, p.388-396). A partir disso, se tornou um dos produtos africanos com maior aceitação no mercado europeu nas primeiras décadas do século XIX. Tinha como seus principais fornecedores a região do Delta do rio Níger, Costa do Ouro (atual Gana) e o Daomé (atual Benin). O comércio deste óleo, nos séculos anteriores também era

relacionado ao tráfico de pessoas, porém com o enfraquecimento deste, passou a ser considerado por britânicos e franceses como a alternativa mais promissora para a economia africana pós-tráfico de escravos (AJAYI, 2010, p.92).

Outro produto citado foi a goma. Ela era uma resina retirada de duas espécies de árvores existentes na África Subsaariana. a *Acacia senegal* e a *Acacia seyal*, ambas da família das Fabaceas. Eram recolhidas à mão, seu extrato era retirado através de cortes nos troncos das árvores, formando gotas. Seu uso industrial era relacionado a materiais adesivos, esmaltes, na cristalização, emulsificante para sabonetes e loções, impermeabilizante e tintas. (PRANCE, 2005, p.337-338). A cera de abelha tinha seu uso em diversas atividades, desde gizes para colorir a velas usada na iluminação (MUTSAERS, 2006, p.49). As ceras de abelha, assim como as gomas (goma-arábica), eram produtos extrativistas. Sua produção crescia diante do aumento das exportações e eram especialmente incentivadas por britânicos e franceses em suas feitorias na Alta Guiné, Serra Leoa e Senegâmbia (PERSON, 2010,p.741). Tais produtos eram bens que camponeses poderiam coletar (PERSON, 2010, p.742). Assim, como as palmeiras que produziam azeite de palma, colocavam os agricultores, até então excluídos do grosso do comércio internacional africano pelos traficantes de escravos, como atores importantes neste comércio a partir de agora (BOAHEN, 2010, p. 47).

Quanto a pauta de produtos brasileiros a ser exportados para o Reino do Congo, havia produtos primários como o açúcar e manufaturados como aguardente, vidro e tecidos. Apesar da importância *sine qua non* da cafeicultura durante a segunda metade do reinado de Pedro II, dentro do período abordado por este trabalho a produção para a exportação brasileira era ainda diversificada, variando de região para região. Neste momento, havia o declínio gradativo da importância econômica de produtos agrícolas como algodão e açúcar de cana, em comparação com a ascensão dos índices de exportação do café. A industrialização era hora incentivada, hora desestimulada (PAULA, 2014, p.180): o protecionismo da Tarifa Alves Branco de 1844 é revisto em 1857, pelo decreto publicado pelo secretário da fazenda José Maurício Wanderley e tendo como base a proposta elaborada por comissão chefiada por Ângelo Muniz da Silva Ferraz que diminuiu as taxas de importação de alguns produtos alimentícios, porém resguardando o viés livre-cambista (VILLELA, 2005, p.35-38).

Desde a retirada dos holandeses do litoral nordestino da América Portuguesa, no século XVII, a cultura da cana de açúcar naquela região arrastava uma longa decadência. Tal fato se deve a concorrência do açúcar produzido pelos neerlandeses, britânicos e franceses no Caribe. Porém com o longo período de conturbações na Europa - a Revolução Francesa de

1789, independência do Haiti em 1791 e as Guerras Napoleônicas entre 1803 a 1815 – levaram o sistema produtivo das colônias francesas a crise, abrindo uma nova oportunidade de recolocação do produto brasileiro no mercado internacional. Contudo, neste período, já havia sido instalados importantes centros de produção em regiões como São Paulo e Rio de Janeiro, que virão posteriormente a serem substituídos por café (PAULA, 2014, p.189). Com o reaparelhamento do sistema produtivo francês em suas colônias nas Antilhas, após 1816, somado a isto a crise econômica internacional da década de 1830 – 1840 diminuiriam o preço do produto no mercado externo, todavia se manteve a quantia de produção. O sistema produtivo açucareiro no Brasil dentro do período se caracterizava pelo arcaísmo de sua produção – se comparada com as colônias inglesas, francesas e holandesas no Caribe – pela ausência de capital para investimentos e as dificuldades logísticas de distribuição dos produtos no mercado europeu, já que esta era uma função predominantemente feita por lusitanos e que após a independência foram retirados paulatinamente dos negócios (SZMRECSÁNYI & LAPA, 1996, p.161). A importância do produto para a política comercial externa do país, pode ser sentida quando das negociações de renovação dos tratados bilaterais entre o Império e a Grã-Bretanha, uma das condições impostas pelos negociadores brasileiros era a da admissão do açúcar do império americano em iguais condições com os importados pelas colônias britânicas. Termos, obviamente, negados pelos negociadores de sua majestade britânica (PARRON, 2012, p.198). Diante disso, o açúcar, com tamanhas dificuldades em ser comercializado na Europa tinha na África consumidores ávidos (COSTA E SILVA, 1989, p.43). Um novo mercado consumidor na África, que negociasse diretamente com o Império sem a intermediação de Lisboa poderia ser proveitoso.

Dentre os derivados da cana, citados como produtos brasileiros exportáveis para o Reino do Congo, encontra-se a aguardente. De grande consumo nas tavernas de Luanda e Benguela, a cachaça era utilizada até mesmo como meio de pagamento para tropas regulares e milícias. Contudo sua maior significação estava nos sertões de Angola, onde era usada, juntamente com outros produtos, como moeda de troca para aquisição de escravos. Diante da decadência vivenciada pelos senhores de engenho e dos baixos custos de produção, os lucros advindos do uso da “geribita” no tráfico de escravos era muito bem-vindos (FERREIRA, 2001, p. 171).

O comércio de tecidos entre brasileiros e africanos, era outro tipo de produto que estava intrinsecamente relacionado ao tráfico de cativos. Considerando o enfraquecimento da produção de algodão no nordeste do Brasil por volta das décadas de 1840 a 1860, assim como

a redução das manufaturas têxteis existentes no período colonial levaram o império brasileiro a condição de importador de tecidos britânicos (PAULA, 2014, p.214-221). Além do uso interno, os tecidos britânicos se tornaram um fator determinante no tráfico escravos. Os fardos de tecido, eram produtos relativamente baratos e os comerciantes britânicos os financiavam a taxas de juros reduzidas. Com isso passaram a ser utilizados como forma de lastrear embarcações. Em Angola, eram trocados por pequenas quantidades de urzela, copal ou goma-arábica (FERREIRA, 1995, p.35). Apesar do término do comércio de pessoas para o trabalho escravo, a possibilidade dos negociantes do Rio de Janeiro se manter revendendo os tecidos importados da Grã-Bretanha também se mostrava uma possibilidade mercantil interessante, conforme descrito nas instruções do Visconde do Rio Branco ao cônsul brasileiro em 1858 (Minuta da instrução de 12/1857, AHI:238/2/3).

Por fim, a comercialização de vidros é citada como uma alternativa comercial entre os dois países. Com a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, visando incentivar a utilização de vidros e de ferro nas construções, proíbe a utilização de treliças e gelosias nas janelas da nova sede da corte em 1809 (MAGALHÃES, 2003, p. 143). Em 1812, instala-se uma manufatura de vidro na Bahia, produzindo vidraria lisa, cristais brancos, frascos, garrafas, porém vindo a falir em 1825. Diante da demanda crescente pelo produto a indústria britânica pôs-se a fornecê-lo (MAGALHÃES, 2003, p.129). Contudo, em 1839 é fundada a Fábrica de Vidros São Roque, no Rio de Janeiro. Uma lei de 1847 isentava algumas matérias primas do imposto alfandegário. Aos empreendimentos favorecidos por esta medida, encontravam-se a indústria de vidros São Roque, que se tornava agora a Companhia Nacional de Vidros São Roque. Apesar das dificuldades em concorrer com o produto britânico, ela expõe seus produtos na Exposição Nacional de 1861 (SZMRECSÁNYI & LAPA, 1996, p. 295)

A carta de pedido de asilo do príncipe Nicolau de Água Rosada e Sardônia ao imperador Pedro II do Brasil é testemunha de dois modos distintos de inserção de duas regiões periféricas na economia internacional do século XIX. De um lado o Reino do Congo, assim como todo centro oeste africano, que com a diminuição gradativa do comércio de almas e a ação cada vez mais contundente de europeus, busca por inserir-se no comércio internacional como fornecedor de produtos extrativistas e em uma incipiente agricultura – financiada pelo capital estrangeiro (AJAYI, 2010, p.30). De outro lado o Brasil, dos primeiros anos do longo 2º Reinado, anterior a superioridade da cafeicultura de exportação, vivenciava uma dinâmica dúbia entre o incentivo à industrialização estimulada pelo poder central e a



manutenção do modelo de produção agrícola monocultora para exportação (CERVO & BUENO, 2008, p. 73). Apesar das estratégias de inserção econômica destas regiões periféricas e dos caminhos distintos que as duas regiões tomaram na segunda metade do século XIX, por este breve período, se cruzavam.

Imediatamente após o pedido de asilo e do auxílio do imperador para prosseguir seus estudos, o príncipe de Água Rosada passa a enumerar os benefícios e vantagens que ambos os reinos conseguiriam com o estabelecimento de relações regulares; aproximação esta intermediada pelo próprio príncipe. A vantagem ao Brasil seria " O filho de um antigo rei africano, frequentando no Brasil um curso regular de estudos, mostrará ao mundo quanto é civilizadora a proteção de Vossa Majestade Imperial." (Anexo ao memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1) e para o reino africano, seria um incentivo a "(...) indústria; a botânica, a mineralogia e outras ciências úteis estão naquela vasta e riquíssima região virgens de largas e proveitosas explorações, e muitas coisas faltam, as quais só podem alcançar-se pela ilustração de seus habitantes"(Anexo ao memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1), não obstante, o agente consular brasileiro vaticinasse ". (...) a influência política e instrutiva, que para o Império parece inútil, só pode ser alcançada por missionários religiosos, que o povo do Congo muito respeita e deseja sempre ter entre si" (Anexo ao memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1).

Após a análise de fatores relativos a instrução do príncipe, o cônsul Doutor Saturnino de Sousa e Oliveira, no já mencionado memorando de encaminhamento, descreve a complementaridade comercial dos dois países. O Brasil poderia importar produtos como cera, marfim, gomas e azeites enquanto o Reino do Congo adquiriria aguardente, açúcar, vidros e tecidos (Memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1). O levantamento de pautas de comércio exterior entre o Império do Brasil e as regiões africanas com as quais os comerciantes brasileiros já haviam estabelecidos relações comerciais escravistas era um tema caro a Secretaria dos Negócios Estrangeiros entre as décadas de 1850 a 1860 (Instrução de 12/1857, AHI:238/2/3; Memorando de 07/02/1858 e Memorando de 30/04/1858, AHI:238/2/1).

Assim, o príncipe Nicolau de Água Rosada com sua carta ao imperador Pedro II propunha que o Império brasileiro o colocasse sob sua proteção. O Brasil enviaria missionários católicos, tecnologias relacionadas a industrialização e a exploração de mina, assim como meios que possibilitassem o aproveitamento econômico dos recursos naturais enquanto que os congoleses dariam ao Império o acesso as riquezas do interior do continente africano, cobiçadas pelos demais países europeus. Ele procurava renovar, agora com o

Império do Brasil os termos da "Pactuação" que a séculos já era praticada entre o Reino do Congo e os portugueses.

### **CAPÍTULO III. CRÔNICA ESQUECIDA DO INFANTE: NICOLAU DE ÁGUA ROSADA E A REVOLTA EM ANGOLA DE 1857-1860.**

*“Invadiram, pois, a feitoria, arriaram a bandeira inglesa, que despedaçaram e pizaram aos pés, apoderaram-se de D. Nicolau Agua-Rosada, que mataram barbaramente a golpes de macheie (faca de matto), decepando-lhe em seguida os membros e levando em triumpho a cabeça espetada n'um pau”.* (SARMENTO, 1886, p. 69)

Este relato da morte cruenta de Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia, filho de Henrique II do Congo, é um aspecto que marcou, decisivamente, todas as descrições póstumas acerca de sua trajetória de vida. Representado, em alguns momentos como um dos protomártires da causa emancipatória dos povos africanos, em outros como um desafortunado, utilizado – inocentemente – por ardilosos agentes consulares estrangeiros. O jovem africano, antes leal súdito de Dona Maria de Portugal, ansioso por dar prosseguimento a seus estudos sob o patrocínio do imperador Pedro II do Brasil, deu lugar ao revoltoso que pagou, com o próprio sangue, por sua rebeldia. Nenhuma destas visões, contudo, é capaz de expressar mais do que a superfície dos fatos. Os dramas vivenciados por ele revelam o intrincado, e quase intransponível, jogo entre seu foro íntimo e sua atuação pública, os critérios objetivos que justificam suas atitudes e os subjetivos – diante dos quais os autores se debruçam.

Isso nos leva a refletir acerca dos relatos de trajetórias de vida, um aspecto da historiografia que oscilou entre o amor e ódio durante todo o século XX. Apesar da popularidade dos romances, da diversidade de seus admiradores e da profusão de autores de diferentes origens profissionais as narrativas de vida foram muitas das vezes uma história contada como algo sequencial, lógico, com uma causa primeira e um fim último que dava coerência e sentido a trama (BOURDIEU, [1989], 2006, p. 184). As formas tradicionais de se contar as trajetórias de vida de personalidades políticos importantes, era, antes de tudo, um percurso linear, com fatos cuidadosamente escolhidos e ordenados de modo a contar uma história instigante, coerente, e com uma intencionalidade muita das vezes laudatória: um instrumento que vinha de encontro a História Política tradicional (BARROS, 2006, p. 229)

As críticas contundentes do Movimento dos *Annales* aos relatos de vida, como feitos até então, chegaram a inibir a produção de obras deste tipo (BARROS, 2012, p.129). A escola historiográfica suscitada por este movimento viu o retorno das biografias sob novos termos. A retomada da escrita de trajetórias de vida como um meio de elaborar problemas históricos surge de modo a se tornar uma forma de enxergar a existência humana como um fio condutor

para uma questão histórica (BARROS, 2006, p. 229-230). Obras como a vida de Lutero (FEBVRE, [1913], 2012), Philippe II da Espanha (FEBVRE, [1911], 1912) ou Rabelais (FEBVRE, [1942], 2009) demonstram uma forma inovadora de se fazer das trajetórias de vida um modo de se elaborar um problema histórico (BARROS, 2006, p. 229).

Neste sentido, Bourdieu ([1989], 2006,) argumenta, expõe detalhadamente a ideia de Robe-Grillet, que escrevia sobre os novos paradigmas do romance moderno:

“O real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório” (BOURDIEU, [1989], 2006, p. 185).

Assim, é abandonada a estrutura romântica da narrativa e sua composição linear assim como sua existência dotada de sentido. Sem desprestigiar ou olvidar as profundas e importantíssimas reflexões acerca das relações entre a historiografia e as trajetórias de vida elaboradas por autores como Georges Duby (1919-1996), Jacques Le Goff (1921-2014), Christopher Hill (1912-2003) e mais recentemente Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, para o desenvolvimento desta obra serão consideradas as indicações colocadas pelo sociológico francês Pierre Bourdieu (1930-2002) em seu artigo “Ilusões Biográficas” ([1989], 2006).

A biografia seria, portanto, a relação entre o conjunto de colocações e deslocamentos de um indivíduo, ou conjunto de indivíduos, no espaço social de modo a compreender seus diferentes estados sucessivos neste espaço (BOURDIEU, 2006, p. 189-190). Assim, buscar-se-á compreender os eventos relacionados a vida pessoal, familiar e social, do personagem Nicolau de Água Rosada e Sardônia de maneira ampla, procurando entender os diversos posicionamentos adotados por ele em seu tempo e em seu ambiente.

Diante da complexidade das relações sociais, econômicas e políticas dos sujeitos envolvidos e da gama de discursos, ideias e posições adotadas, será valorizado no transcurso deste capítulo, o modo como os personagens envolvidos se apresentam, ou as formas como explicam suas posições e atitudes no episódio apresentado. Estas causas, razões e justificativas serão por sua vez analisados dentro do contexto cultural (SAHLINS, [1981], 2004) lusitano, congolês, angolano e brasileiro das décadas de 1840-1860 e das possibilidades que este apresentava.

### **3.1. Crônicas de uma morte anunciada: evolução das narrativas acerca de Nicolau de Água Rosada**

A narrativa acerca da trajetória de vida de Nicolau de Água Rosada e Sardônia é um destes casos em que a existência inteira de um indivíduo foi considerada apenas como um prólogo, um conjunto de causas, que poderiam justificar seu ato de protesto e sua morte trágica. Dentre as primeiras notícias que se referiam a ele há os jornais angolanos e portugueses da década de 1840 e 1860. Estas menções iniciais vieram de jornais. O primeiro deles é o Boletim Oficial da Província de Angola que, ao noticiar a celebração do tratado entre Portugal e o Reino do Congo de 25 de Abril de 1845 (ÍNDICE DO BOLETIM OFFICIAL, 1864) alude a ida do filho do rei africano para estudar em Lisboa. Em um outro periódico português, de novembro do mesmo ano, o retratava quando na audiência com a rainha Dona Maria II de Portugal, logo após sua chegada, como o visto na Figura 12 desta dissertação. Estes registros são importantes porque buscam demonstrar a boa vontade do governo colonial português para com seu aliado local, o rei congolês Henrique II.

A abordagem muda a partir da década seguinte. Em 1859 surge na imprensa portuguesa um protesto contra o governo colonial em Angola e a atuação deste contra o Reino do Congo feito no Jornal do Comércio de Lisboa de 1º de dezembro de 1859. A autoria deste é atribuída como sendo do mesmo príncipe Nicolau, citado acima (WHEELER, 1968, p.49). Como repercussão as críticas feitas por ele, é publicado um artigo na Revista Hebdomadária, escrito por A. C. de Almeida, onde diversos comentários políticos e pessoais acerca de Nicolau de Água Rosada são feitos (CARVALHO, 1859, p. 365-366). As menções deixam de ser benevolentes, como eram no período em que o governo português pretendia se aproximar de Henrique II, e passam a se referir ao príncipe como um ingrato e degenerado, rebelado, que ousar levantar-se contra a mãe-pátria que tanto fez por ele e por seu povo no sentido de levar-lhes a “civilização” e o “progresso” (CARVALHO, 1859, p. 365-366).

Contemporaneamente a tudo isso, entre os anos de 1855 a 1861, existem o importante relato do cônsul brasileiro em Luanda o Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira. Em suas correspondências com a sede da chancelaria do Império do Brasil faz relatos contundentes acerca dos acontecimentos que levaram a morte de Dom Nicolau e seus desdobramentos. Suas descrições acerca do príncipe africano aparecem inicialmente com um forte sentido laudatório – ao encaminhar seu pedido de asilo no Império – e com o passar do tempo elas se tornam depreciativas – tal mudança de opinião pode ser explicada pelo fato de que o agente consular é acusado pelo Governo Geral de Luanda, de pactuar com as manifestações de insatisfação de

Nicolau nos jornais. Nesta fase ele passa a ser apresentado como um astuto articulador que se utilizou de seus contatos sociais com os representantes estrangeiros para fazer valer seus interesses e ambições pessoais (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Nesta mesma linha de atuação há alguns relatos esporádicos feitos pelo cônsul britânico e comissário do Tribunal Misto para Combate a Escravidão, Edmund Gabriel. Fazia menções elogiosas ao príncipe do Congo ao Parlamento Britânico (FOREIGN OFFICE, 63/1114), porém também muda de discurso quando é acusado de envolvimento no caso pelo mesmo Governo Geral. Ambos, Saturnino de Sousa e Oliveira e Edmund Gabriel, quando inquiridos acerca de seu envolvimento com o evento levantam suspeitas e acusações mutuas e suscitam os interesses pessoais do próprio Dom Nicolau quanto como motivações dos fatos ocorridos até então (Carta de 01/03/1860, AHI:238/2/2).

Décadas depois, a história volta a ser detalhadamente esmiuçada pelo funcionário do Governo Geral Português em Angola, Alfredo Sarmento, em sua obra “Sertões da África” (1880). Ao estilo da literatura dos viajantes do século XIX, Sarmento descreve alguns dos aspectos geográficos, políticos, econômicos e culturais do Reino do Congo nas décadas de 1850. Contemporâneo do príncipe Nicolau de Água Rosada e colega de trabalho deste no governo colonial português. Sarmento descreve-o tendo como linha mestra de sua narrativa a traição à coroa portuguesa e sua morte trágica. Este fim trágico teria sido o efeito imediato de sua ousadia em aliar-se a estrangeiros contra os interesses benignos e magnânimos da metrópole europeia.

O episódio envolvendo os artigos de jornal denunciando o colonialismo português no Reino do Congo e o sucessivo assassinato de seu autor, o príncipe Dom Nicolau de Água Rosada, aparentemente, cai no esquecimento durante toda a primeira metade do século XX, quase que como um reflexo da ampliação do poderio colonial lusitano nas terras que viriam a formar a atual República de Angola. O tema é retomado pelo pesquisador britânico Douglas L. Wheeler em sua obra “*Nineteenth-Century African Protest in Angola: Prince Nicolas of Kongo (1830? -1860)*” de 1968. Nesta obra o ele investiga mais cuidadosamente a trajetória de vida do príncipe congolês esforçando-se por apresentá-la de modo organizado e metódico, se utilizando de fontes britânicas, portuguesas e brasileiras sobre o tema. Porém, seu artigo é elaborado dentro da dinâmica dos movimentos de lutas pela emancipação dos povos africanos, que ocorriam entre as décadas de 1940 a 1970 e possui uma nítida visão Pós-

colonial<sup>38</sup>. Assim, Wheeler (1968) deixa claro em sua obra a inserção do protesto de Dom Nicolau de Água Rosada dentro de um conjunto de movimentos nativistas angolanos, e não necessariamente específicos ao reino do Congo. A atuação de outros países, em especial de brasileiros, britânicos e franceses, no conflito era mencionada, porém não há um posicionamento claro quanto à participação e os interesses de cada um deles no conflito.

Na linha contrária ao exposto por Wheeler (1968), há a obra de F. Bontinck no artigo intitulado “*Notes complémentaires sur Dom Nicolau Agua Rosada e Sardonia*” escrito em 1969. O pesquisador questiona os postulados colocados por Wheeler um ano antes. Além de procurar apontar as contradições mais explícitas presentes na narrativa de Wheeler, ele coloca em xeque esse aparente nativismo angolano – até então inexistente segundo o autor - presente nos protestos de Dom Nicolau e suscita a possibilidade de que a motivação para os protestos sejam o nacionalismo bacongo e o forte senso de independência do Reino do Congo.

Ao esmiuçar as causas e motivações que influenciaram o protesto e as ações e os interesses estrangeiros, Bontinck (1969) articula a ineficiência portuguesa quanto a ocupação do território e o comércio crescente na região da foz do rio Zaire como sendo razões que poderiam levar a uma ação mais direta do governo de Londres na região. Esses e outros interesses estrangeiros teriam atuado através de um levante que tinha como lideranças chefes locais. Assim, segundo Bontinck (1969), os congolese e brasileiros envolvidos poderiam ser apenas elementos em um jogo de interesses britânicos mais amplos.

O historiador francês René Pélissier, dezessete anos depois de Bontinck (1968), já insere a trajetória de Nicolau de Água Rosada no desenrolar dos conflitos ocorridos durante as décadas de 1830-1850, no qual a metrópole portuguesa pretendia intensificar e ampliar sua dominação efetiva em todo o litoral angolano, e assim, controlar as rotas comerciais originárias do interior e que tinham no litoral seu ponto de distribuição. Na obra “*História das campanhas de Angola: resistência e revoltas, 1845-1941*” (1986), o autor faz uma análise estrutural dos conflitos entre as forças coloniais em expansão e a resistência das lideranças locais. Assim sendo, os embates dramáticos envolvendo os protestos e o assassinato de Dom Nicolau ocorridos durante a Questão Sucessória no Reino do Congo entre os anos de 1857 a 1860, seriam apenas mais um episódio na longa luta dos portugueses para dominar os povos do noroeste de Angola, como os Ndembos e os Casanges (ver nota de rodapé número 15). A interferência dos países estrangeiros citados anteriormente é realçada, em especial no sentido

---

<sup>38</sup>Pós-colonialismo conjunto de teorias surgidas entre as décadas de 1950 e 1970 que busca analisar os efeitos políticos, filosóficos, artísticos deixados pelo colonialismo nos países colonizados (BAUMGARTEN, 2002, p. 244-246).

de evidenciar a conexão entre os empreendimentos do brasileiro Francisco Antonio Flôres na região do Bembe e os esforços de ocupação empreendidos pelo governo de Lisboa.

Já nas últimas décadas do século XX, o tema reencontra escritores interessados e não necessariamente vinculados a uma escrita Pós-colonial. Susan Herlin (que também pode ser encontrada sob a forma de Susan Herlin Broadhead) volta ao drama de Dom Nicolau, contudo enxergando-o dentro de um prisma que tinha como chave de leitura a migração do tráfico de escravos luso-brasileiro e brasileiro do litoral angolano para as proximidades da foz do rio Zaire. Secundarizando aspectos políticos, ela aborda a questão levando em conta as mudanças comerciais que ocorriam na região diante da pressão crescente do abolicionismo britânico e da interferência dos produtos manufaturados e industrializados e suas influências na cultura e nos conflitos ocorridos no período. Assim a aproximação de Nicolau dos brasileiros ganha um novo sentido e a atuação deste país passa a ganhar força no conflito (HERLIN, 2004, p.286-287).

Em tempos mais recentes, merecem destaque a obra “O Império Africano 1825-1890” coordenado pelos historiadores portugueses Valentim Alexandre e Jill Dias, publicado em 1998. O episódio do questionamento a coroação de Pedro V e seu auto de vassalagem ao rei português é abordado em conjunto com os conflitos no centro e sul de Angola, em uníssono com Herlin (2004). Para os autores de “O Império Africano” (1998) a morte de Dom Nicolau foi a justificativa portuguesa para mais uma investida do governo geral em expandir sua ação para o Reino do Congo. Para eles o príncipe congolês foi usado pelos agentes consulares brasileiro e britânico que “queriam integrar este parente da dinastia real a sua guerra diplomática contra a presença portuguesa no Congo” (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 431).

Assim sendo, expõe a trajetória do príncipe Nicolau de Água Rosada de um modo não necessariamente linear ou contínuo. A vida do personagem não será entendida por sua morte, será analisada o conjunto de colocações do personagem em seu espaço social e em sua época específica e a relação desta com o conjunto dos deslocamentos e mudanças neste mesmo espaço social e na mesma época conforme o citado pelo sociólogo Pierre Bourdieu:

“Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. O sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra (de um posto profissional a outro, de uma editora a outra, de uma diocese a outra etc.) evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado.” (BOURDIEU, 2006, p. 190).

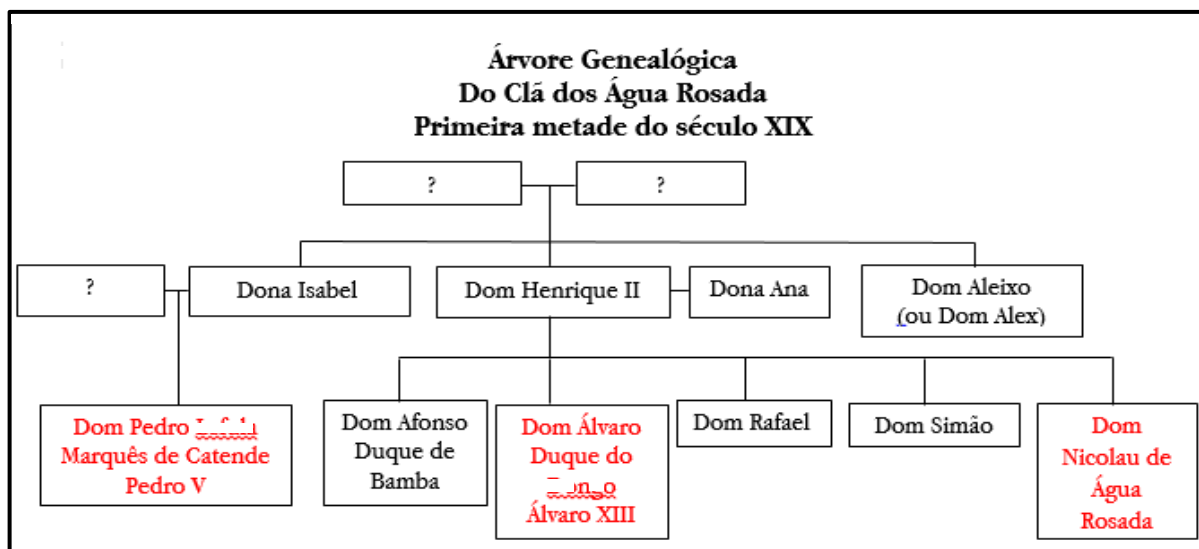


### **3.2. O príncipe de dois mundos: Dom Nicolau de Água Rosada e o Tratado de 1845**

Os relatos do viajante Alfredo Sarmiento figuram entre os documentos mais significativos acerca dos usos e costumes em Angola e no Reino do Congo por volta de 1850. Estas narrativas foram feitas quando da expedição enviada pelo Governo Geral de Luanda à capital congoleza no ano de 1856. O objetivo da jornada era tomar posse das terras do Bembe conforme o estabelecido no Tratado de 1845 (SARMENTO, 1886, p. 15). A comitiva formada por militares e funcionários da administração colonial chega a região entre o fim de outubro e o início de novembro daquele mesmo ano (SARMENTO, 1886, p. 49). Foram recepcionados, próximos a capital, pelo filho do rei do Congo, Dom Álvaro, que exercia funções elevadas na administração do reino e futuramente seria um dos postulantes ao trono juntamente com outros dignitários da corte. (SARMENTO, 1886, p. 49). Segundo a narrativa de Alfredo de Sarmiento, ao serem introduzidos na cidade foram recepcionados por uma grande multidão, com grande alarido, que tocava trombetas feitas de marfins e tiros para o alto, naquilo que nosso viajante chamava de “algazarra infernal” (SARMENTO, 1886, p. 54).

Sarmiento e a comitiva metropolitana adentram ao palácio real e o descrevem como um ambiente espaçoso, com uma estrutura similar a das outras residências locais, só que, naquela ocasião, estava tomada pelos membros da corte e da numerosa família real. O rei do Congo Afonso Lunga, ou Henrique II, estava instalado em seu trono real, ladeado por sua esposa e tendo seus filhos a circundá-lo e sentados a seus pés (SARMENTO, 1886, p. 54). Eles eram Dom Álvaro, Dom Afonso (BOTINICK, 1969, p. 111), Dom Rafael (BOTINICK, 1969, p. 115), Dom André e Dom Simão (BOTINICK, 1969, p. 106). Contudo, nesta descrição da família real congoleza falta o mais jovem deles, Dom Nicolau. Ele havia partido onze anos antes. Sua ida estava relacionada aos eventos em torno de um outro acordo internacional, o Tratado Luso-Congolês de 1845.

Para melhor compreensão do conflito sucessório no Reino do Congo, observe-se a figura 15, abaixo, onde encontra-se a árvore genealógica do clã Água Rosada na metade do século XIX.



**Figura 15.** Árvore genealógica do clã Água Rosada do Congo. O rei Henrique II não era parente de seu antecessor André II e não há menção a seus pais, abaixo, vermelho os envolvidos na questão sucessória tratados nesta dissertação. Fonte: Cruzamento das obras de Sarmiento (1880) e Pelissier, (1997).

A partir da Figura 15 observamos que a sucessão do trono e as agitações relativas ao novo rei congolês se deram entre membros da extensa família de Henrique II, tendo, de um lado, o filho da irmã de Dom Henrique (Dona Isabel) – Pedro Lefula – de outro lado, Dom Álvaro (filho de Dom Henrique II).

Wheeler (1968, p. 42) inicialmente coloca o nascimento de Dom Nicolau em data incerta, porém em outra análise posterior (WHEELER, 2009, p. 139) a estabelece por volta de 1830. Seu título de príncipe, não necessariamente se deve ao fato de ser filho do monarca reinante, ou ser um parente próximo deste, mas por ser um chefe de alguma povoação próxima a Mbanza Congo – que por tradição deveriam ser governadas por membros da família real (WHEELER, 1968, p. 43). Essa posição de relevância política é evidenciada pelo cônsul brasileiro, Saturnino de Sousa e Oliveira, quando este afirma em suas correspondências que ele possuía partidários no Reino e ainda que fora determinante na articulação dos termos do tratado entre Henrique II do Congo e Pedro V de Portugal (Memorando de 08/09/1859, AHI: 238/2/1). O agente consular brasileiro ainda afirma que o fato de ter abandonado suas funções no Reino para ir estudar na Europa e de não ter retornado a suas terras quando de seu regresso para a África causaram irritação em certos setores da população local (Memorando de 29/03/1860, AHI: 238/2/1).

Seguindo nos relatos do viajante Alfredo Sarmiento quanto a recepção da comitiva portuguesa por Henrique II em 1856, ele procura descrever a corte do reino africano de modo detalhado. Nosso etnógrafo busca em seu relato frisar os aspectos pitorescos da sociedade congolês eivado de preconceitos e eurocentrismos. Afonso Lungu era apresentado como um

octogenário, negro, alto, porém de fisionomia agradável (SARMENTO, 1886, p. 55):

“O rei do Congo, D. Henrique II, estava na sua, pomposamente intitulada, sala do throno, de pé, com a rainha ao seu lado esquerdo, e acompanhado dos seus filhos, ministros d'estado e corte. Trajava farda de oficial general, manto de veludo escarlata, forrado de arminho, e corôa de prata dourada na cabeça, objetos estes que lhe tinham sido oferecidos pela rainha a senhora D. Maria II”. (SARMENTO, 1886, p. 54-55).

Parte destas afirmações podem ser percebidas na Figura 16, a seguir onde se vê o rei Pedro VII, sobrinho neto de Henrique II, sentado em um trono e também trajado com o que parece uma farda militar e um manto de veludo.



**Figura 16.**Retratos de Dom Pedro VII e Dona Isabel, reis do Congo entre 1923-1955. Fonte: Galvão (1945, p.200).

Após os cumprimentos por parte dos portugueses e a apresentação dos presentes entre estes e o monarca africano, a comitiva entrega as cartas enviadas pelo rei Pedro V de Portugal. Henrique II, por sua vez, agradeceu através pelo envio dos padres – conforme o pedido feito por ele três anos antes (HERLIN, 1979, p. 277) e pelo apoio português ao seu reinado. Por fim, também entrega cartas a serem enviadas ao Governo Geral de Luanda e ao rei em Lisboa (SARMENTO, 1886, p. 55). Terminada a audiência, a comitiva portuguesa se retira do local, com o mesmo cortejo festivo que o acompanhou até ali (SARMENTO, 1886, p. 55).

Ainda que ao se mencionar o termo “reino”, a primeira ideia seja aquela relacionada aos padrões europeus de monarquia – em especial as monarquias absolutistas ainda vigentes em vários lugares da Europa no início do século XIX – restringir a ideia de um Poder

Tradicional (WEBER, [1922],1999, p.141) baseado e legitimado nos costumes e conhecimentos de um determinado grupo ou sociedade, que se represente pelas figuras de um monarca, seja uma exclusividade do Velho Mundo, talvez seja uma visão por demais reducionista.

No entanto, a existência do Reino do Congo, como Estado com limites bem definidas, chefiado por um monarca que exerce seu poder de modo homogêneo em todo este território e lideranças locais viu o poder econômico e político do rei diminuir vigorosamente e os demais líderes regionais se apossar de muitas de suas funções, conforme mostrado no capítulo 01. Quanto a essa fragmentação do poder político, Broadhead (1979) a intitula de “Síndrome Congo”.

Assim, o manicongo passou a ter seu poder político circunscrito a sua capital Mbanza Congo/São Salvador e a desempenhar um papel simbólico e religioso sobre as demais partes do reino. O comando político, econômico e militar era desempenhado pelo conjunto de potestades locais, mais ou menos conectadas entre si por vínculos comerciais e uma ideia de ancestralidade comum e respeito (VANSINA, 2010b, p. 687), mesmo que simbólico, ao rei em Mbanza Congo.

Estes e outros fatores tornam difícil a elaboração de um uma sistematização espacial das áreas abrangidas pelo Reino do Congo e as possessões portuguesas, assim como dos demais grupos que habitavam na África Centro Ocidental durante as décadas de 1840 a 1860. Para permitir uma melhor percepção da distribuição destes grupos na região é apresentado o mapa na Figura 17 logo abaixo. A administração colonial portuguesa só elabora uma delimitação topográfica de sua soberania efetiva na África Centro Ocidental em 1887, já dentro dos debates do Congresso de Berlim (JERÓNIMO, 2012, p.23). Assim, baseados nos mapas de John Cary – *A new map of Africa from the latest authorities* – de 1805, na representação feita por Aaron Arrowsmith – *Africa: To the committee and members of the British Association for discovering the interior partes of Africa* - de 1823 e no de Eugène Andriavaus-Goujon - *Carte générale de l’Afrique d’après les dernières decouvertes* - de 1880, apresentamos uma representação da localização do Reino do Congo e das possessões portuguesas assim como regiões circunvizinhas conforme pode ser vista na Figura 17.

Este grau de desintegração política tinha suas bases no poder econômico que o comércio de mulheres e homens para o contrabando transatlântico de escravos possibilitava a essas lideranças locais. Com o aumento da demanda por força de trabalho escravo na América desde o século XVIII, o comércio de almas, até então controlado pelo rei, cresce em grandes

proporções e estes líderes locais passam a comerciar diretamente com os estrangeiros. Com isso a renda gerada por este infame comércio contribuiu significativamente para o aumento de seu poder econômico e prestígio social (BROADHEAD,1947). O melhor exemplo do grau de autonomia que os líderes locais obtiveram é a cidade portuária de Ambriz, sob a autoridade do Marquês de Mossul (HERLIN, 2004, 271-274).

A cidade se situava na província atlântica de Sogno, emancipada do poder central de Mbanza Congo desde a invasão holandesa no século XVII e havia se tornado um importante porto exportador de escravos nos séculos seguintes (VANSINA, 2010b, p.636). A repressão dos britânicos ao tráfico em outras regiões do continente deixou de ser um porto secundário e se tornou, entre as décadas de 1830 a 1850, um dos principais pontos de embarque de escravos da África Atlântica. Seu chefe local, o Marquês de Mossul, coordenava contrabandistas ingleses, norte americanos, franceses e brasileiros (HERLIN, 2004, 271-274). Com isso o chefe local deixou de pagar os tributos ao rei dos congolezes e deixou de participar do conselho de nobres do reino, que dentre outras funções elegia os novos soberanos, numa clara intenção de seccionar-se do reino (BROADHEAD, 1979, p, 647).



**Figura 17.** Possessões portuguesas na África Centro Ocidental, Reino do Congo e adjacências entre as décadas de 1840 a 1860, feito a partir das obras de John Cary de 1805, Aaron Arrowsmith de 1823 e Eugène Andriavaus-Goujon de 1880.

Diante da fragilidade do poder real e a ameaça que o crescimento excessivo da autonomia dos chefes do Ambriz pudesse inspirar aos demais régulos, o monarca congolês reaproximou-se dos portugueses. Ele buscou ajustar, a seu favor, a balança de poder existente na região entre o governo central e os líderes locais usando os portugueses como que um contrapeso (HERLIN, 2004, p. 277). Em 1843, logo no início de seu reinado, ele enviou uma carta ao governador geral em Luanda pedindo auxílio contra uma revolta interna iniciada pelos chamados “nlekes”<sup>39</sup> (HERLIN, 2004, p. 277). Alguns anos após o Manicongo

<sup>39</sup> Nlekes ou escravos da Igreja eram os nativos que serviam de tradutores para os padres europeus que atuavam no Reino do Congo e também serviam como auxiliares nos rituais católicos. Isso dava a eles algum destaque na sociedade congolosa, pois nos longos períodos que as localidades permaneciam sem o serviço religioso de padres

demonstrou-se favorável a possibilidade de uma aliança mais abrangente entre congoleses e portugueses e com ela a posse da cidade portuária de Ambriz, de valor estratégico para os portugueses (WHEELER & PÉLISSIER, 2012, p. 95)

A proposta foi aceita prontamente pelo Governo Geral que, em 1845, enviou uma embaixada a capital do Reino do Congo. O acordo obrigava o governo luso a fazer a reforma da catedral e noutras igrejas católicas de Mbanza Congo/São Salvador, o envio regular de padres e freis para a manutenção dos serviços religiosos católicos no reino e apoio militar ao governo de Henrique II. Em troca, o rei dos congoleses deveria conceder aos portugueses a cidade portuária de Ambriz. Essa posse permitiria aos lusos a construção de uma fortaleza em um ponto estratégico do litoral Centro Oeste africano, a presença de um destacamento militar e a montagem de um aparato burocrático na cidade (BONTINICK, 1969, p. 106). Se já não fosse o suficiente o mesmo tratado versa sobre a liberação da região do Bembe, rica em cobre e malaquita, ao sul da capital – conforme demonstrado na Figura W – para exploração dos portugueses, assim como a permissão da presença de um destacamento militar dentro de seu território (WHEELER & PÉLISSIER, 2013, p.95). Segundo o relato póstumo de Saturnino de Sousa e Oliveira, o manicongo Henrique II, fora fortemente influenciado por seu filho mais novo, Dom Nicolau, e essa atitude foi tão significativa que seria lembrada quando de seu assassinato em 1859. (Memorando de 29/03/1859, AHI: 238/2/2)

Conhecedor das limitações do poder régio dos manicongos, Henrique II se aproxima dos europeus como uma forma de fortalecer sua posição política interna. Isso, contudo significava um envolvimento cada vez maior com valores e ideais do Velho Mundo, o que não era inédito na história das relações entre congoleses e portugueses. Desde o início de seu reinado, três filhos de Henrique II tiveram educação cristã, ao molde europeu (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 429). Neste momento de busca por uma maior integração entre congoleses e portugueses, o rei africano envia correspondência ao governador geral de Luanda expressando o desejo de que seu herdeiro recebesse educação aos moldes cristãos em Lisboa (CORREA, 2007).

A missiva do rei Henrique informava que seu herdeiro era o Príncipe Dom Álvaro de Água Rosada e Sardônia (WHEELER, 1968, p. 42). Assim, uma comitiva chega a Mbanza Congo/São Salvador no início de 1845 para conduzir o príncipe africano à Luanda e de lá para a capital do Império Português (WHEELER, 1968, p. 42). O príncipe apresentado pelo rei congolês para ser levado, contudo, não era Dom Álvaro, porém era seu filho mais novo: Dom

---

devidamente ordenados, estes escravos realizavam algumas cerimônias fazendo às vezes de padre. (SAPEDA, 2013, p. 176).



Nicolau e junto com ele foi o sacerdote congolês Antônio Francisco das Necessidades (WHEELER, 1968, p. 42).

Os motivos para essa mudança quanto ao príncipe congolês que seria enviado a Portugal não são claros (WHEELER, 1968, p. 42). Porém um fato merece atenção, neste ínterim, entre a reaproximação do rei dos congolês do governo colonial português, ocorre um motim dos chamados “nlekes” (HERLIN, 2004, p. 277). Valendo-se do auxílio das armas lusitanas as tropas leais ao rei derrotam os amotinados, dentre os envolvidos no motim está listado, como um de seus líderes, o mesmo Dom Álvaro, príncipe herdeiro de Henrique II (HERLIN, 2004, p. 277).

Em julho de 1845, chega a guarnição portuguesa que conduziria o filho do manicongo para Lisboa. No entanto, o príncipe apresentado para ser levado não é Dom Álvaro, mais sim Dom Nicolau de Água Rosada, que parte com eles para a capital do Império no lugar de seu irmão (WHEELER, 1968, p. 42). A comitiva chega a Luanda em agosto daquele mesmo ano (BONTINICK, 1969, p. 106) e de lá viaja na fragata Diana para Lisboa e aporta em seu destino entre o fim de outubro e início de novembro de 1845 (WHEELER, 1968, p. 42; BONTINICK, 1969, p. 106).

Dom Nicolau é recebido, com pompa e circunstância, pela rainha Dona Maria II de Portugal, cognominada “A Educadora”, e esse encontro é registrado por um jornal da época na qual o príncipe congolês é representado como um jovem entre quinze e vinte anos trajado com vestes cerimoniais (WHEELER, 1968, p. 42) - conforme está na Figura 12 desta dissertação – trajando roupas que misturavam elementos europeus como casaca e uma coroa de príncipe aos modos ocidentais e um saiote como era o costume congolês no período.

Os jornais irão postumamente declarar suas dificuldades no uso do idioma português, descrevendo que ele mal conseguia articular frases (BONTINICK, 1969, p. 45). Nesta ocasião ele entrega uma carta remetida pelo rei, seu pai, pedindo a rainha dos portugueses o envio de mais missionários e professores para Reino do Congo (BONTINICK, 1969, p. 106). Quanto a esse encontro com a rainha de Portugal, Dom Nicolau, afirmava em sua carta ao imperador do Brasil:

“Quando me coube a honra de ir cumprimentar a augusta irmã de Vossa Majestade Imperial, a rainha de Portugal a senhora Dona Maria Segunda (que Deus haja) na corte de Lisboa, fiz logo o firme propósito de que não fossem estereis as distinções com que a mesma senhora me honrou, nem a observação dos monumentos de civilização que me cercavam na capital daquele reino, conquanto eu devesse [recrear] que uma e outra coisa pela sua importância e grandeza, suscitando impressões quase desconhecidas em quem passara tão rapidamente das rudes areias de África para o centro de uma corte civilizada” (Anexo ao memorando de 29/03/1859,



Assim, o príncipe Nicolau permaneceu em Lisboa e iniciou seus estudos. Para Bontinick (1969, p. 106) ele estudou em Coimbra durante sua permanência em Portugal. Para A P. Carvalho em sua “Revista Hebdomadária” (CARVALHO, *et al*, 1859, p. 365-367), Nicolau vai a Lisboa para tornar-se padre. Independentemente de qual formação ele fora ter na Europa, em 1846, ele escreve a seu pai informando que está bem. Sua permanência na cidade é custeada pelo do governo (CARVALHO, *et al*, 1859).

A concessão de bolsas de estudo para chefes locais das colônias na África não eram um consenso (BONTINICK, 1969, p. 45). A política utilizada para o tratamento do príncipe Nicolau de Água Rosada foi questionada, anos depois, por um ex-funcionário da administração colonial em Luanda, Joaquim de Carvalho Antônio Menezes, que argumenta em seu livro de 1848, que as quantias gastas com o príncipe Dom Nicolau era um desperdício. Isto porque Nicolau não seria filho legítimo de Henrique II, sua mãe sendo apenas mais uma das dezenas de concubinas do Manicongo, um impostor, incapaz de expressar-se em português e que nunca viria a ter condições de ascender ao trono (BONTINICK, 1969, p. 45). Verdade ou não, o fato é que a aproximação do poder colonial português na África Centro Ocidental do Reino do Congo tinha na manutenção do príncipe congolês a síntese da sua boa vontade para com Henrique II.

Enquanto Dom Nicolau de Água Rosada permanecia em Lisboa dando prosseguimento a seus estudos a dinâmica política e econômica da relação entre portugueses e congolezes vivenciava um de seus capítulos mais significativos: a invasão do Ambriz. Apesar do Tratado Luso-Congolês de 1845, onde Henrique II transferia a posse do Ambriz, do Marquês de Mossul, para a coroa portuguesa, o régulo local não abandonaria sua rica cidade portuária para um invasor estrangeiro. Em 1855 o ministro português Sá de Bandeira determina a invasão imediata da cidade (PÉLLISISER [1986], 1997, p. 127). Em 15 de maio daquele mesmo ano, as tropas portuguesas compostas por trezentos (PÉLLISISER [1986], 1997, p. 127) ou seiscentos soldados (MARQUES, 2006, 127), saem de Luanda e chefiados pelo governador geral Coêlho do Amaral (PÉLLISISER [1986], 1997, p.145).

A aproximação das tropas cria grande tumulto na cidade (MARQUES, 2006, p. 127). Os lusitanos vencem as tropas de Dom Garcia, Marquês de Mossul (PÉLLISISER [1986], 1997, p.127). Ao instalarem-se na localidade desbaratam um conjunto de feitorias estrangeiras ali instaladas, sendo uma norte americana, outra francesa, duas de súditos britânicos e seis brasileiras (MARQUES, 2006, p.145). Porém um dos principais objetivos da ocupação

daquele importante atracadouro era apoderar-se do rico comércio ali existente. Para não intimidar os negociantes locais, a administração colonial informa que tornaria o porto franco pelo período de um ano, e logo após impor as tributações e taxas alfandegárias existentes nas demais cidades portuárias do império colonial português na região (MARQUES, 2006, p.146).

Neste meio tempo o governo geral estabelece a construção de uma fortificação militar, a instalação de tropas regulares e de um sistema administrativo (MARQUES, 2006, p.146). A invasão de Ambriz procurou, assim, estender a influência política e econômica dos portugueses sobre povos locais situados fora das áreas de presença tradicional lusitana como o Reino de Cassange, o Reino Loango assim como o próprio Reino do Congo (WHEELER & PELISSIER, 2009).

Henrique II congratula-se com a tomada da cidade rebelde, enviou uma carta parabenizando ao governador geral pela conquista e utilizou a oportunidade para intimidar as demais lideranças locais congolezas (PÉLLISIER [1986], 1997, p.128), um intervalo transitório no processo de fragmentação política pela qual o país passava (BROADHEAD, 1979, p. 647). No entanto, terminado o período de comércio livre houve uma diminuição sensível dos fluxos de negócio da região. A crença portuguesa do governo colonial em Angola, assim como do governo metropolitano, era de que dominando o ponto de distribuição dos produtos advindos do interior do continente, os portugueses buscavam controlar esse fluxo comercial. Entretanto o controle português desviou os agentes comerciais para outros portos livres nos arredores (PÉLLISIER [1986], 1997, p.127). Neste clima de pessimismo, tem lugar um motim na cidade, rapidamente controlado pelas tropas locais e que motivou que mais forças miliares metropolitanas ali se instalassem (PÉLLISIER [1986], 1997, p.127).

Esses episódios descritos acima reafirmam a ideia de “pactuação” apresentada no capítulo I desta dissertação. Este conjunto de relações entre os mandatários do Reino do Congo e os europeus, em especial os portugueses, influenciaram de maneira determinante, vários aspectos da vida social congoleza como a política, a economia e diversos aspectos culturais. Desde a restauração do regime dos Manicongos, em 1706 com a coroação de Pedro IV até o reinado de Henrique II já no século XIX, as classes dirigentes mantiveram seu alinhamento com outros povos não-africanos em uma dinâmica que oscilava entre a cooperação e a subordinação naquilo que é intitulado de Segunda Pactuação. Neste período a política externa do reino africano se volta para outros países, mantendo contatos políticos e comerciais com outros povos europeus, para além dos portugueses, e mesmo com grupos

oriundos da América Latina e América Anglo-saxônica.

Entre os séculos XVIII e XIX o Reino do Congo ganhava espaço cada vez maior no fornecimento de força de trabalho escravo para a América, assim como atraía outras potências europeias e americanas com a possibilidade de ingresso nos fluxos comerciais que ocorria no interior do continente africano (até então não dominado pelos europeus), assim como o acesso a suas riquezas (ADE AJAYI, 2010, p. 02-03). Enquanto, por outro lado, aproveitava esses contatos para adquirir armas, produtos manufaturados, bens de luxo e conseqüentemente novas tecnologias, novas habilidades e conhecimentos que possibilitassem sua atuação no mundo atlântico em transformação. A aproximação de Henrique II com os portugueses estabelecidos em Luanda, Benguela e outros pontos do litoral da costa da África Centro-Ocidental é um exemplo do quanto os congolezes se utilizaram dos portugueses para o alcance de seus interesses imediatos e o quanto isto se tornou, em longo prazo, o germe da dominação efetiva dos lusos sobre o Reino após 1885.

O Império Português, no entanto, vivenciava entre os anos de 1830 a 1860 os esforços em construir um novo modelo colonial, conforme já descrito no capítulo 02 desta dissertação. Com a perda da parte americana de seu império, as atenções da metrópole portuguesa voltavam-se para a África, especialmente para os domínios angolanos. Esta nova postura buscava fazer com que as colônias fossem, autossustentáveis economicamente, e que estivessem vinculadas a órbita econômica da metrópole de modo a gerar dividendos e não apenas gastos (ALEXANDRE, 1998, p. 61-64). Diante de anos de abandono e esquecimento, torna-las rentáveis exigiria esforço e investimento por parte da metrópole (ALEXANDRE, 1998, p. 61-64). Com o conjunto dos negociantes donos de manufaturas seriamente debilitada após anos de Guerra Civil, logo incapaz de investir, a solução seria organizar meios de financiamento originários da própria colônia. Nas regiões de Luanda, Benguela, Moçamedes ou mesmo Cabinda, a atividade econômica mais rentável, entre as décadas de 1830 a 1850, ainda era o comércio de homens e mulheres para a escravidão (WHEELER & PELISSIER, 2012, p. 135-138). Os agentes envolvidos neste negócio eram elementos influentes na economia, na política e nas sociedades destes locais e em sua maioria eram de algum modo vinculado ao Brasil.

### **3.3. Um príncipe de braçadeira: o retorno de Nicolau de Água Rosada à Angola**

Quanto ao retorno do Príncipe Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia à África não há consenso, alguns autores o colocam entre o fim de 1846 e outros no início de 1848

(WHEELER, 1968, p. 42; BONTINICK, 1969, p. 107). As cartas escritas por seu pai ao Governador Geral de Luanda neste mesmo ano, narram seu regresso com saúde (WHEELER, 1968, p. 42). Aparentemente ele volta a residir no Reino do Congo (WHEELER, 1968, p. 42), ainda que haja narrativas que afirmam que ele passou a residir em Luanda (BONTINICK, 1969, p. 106). Seguindo a leitura de Wheeler (1969) o jovem príncipe escreveu, entre 1848-1849, ao Governador Geral pedindo autorização para prosseguir seus estudos no sentido de prosseguir sua formação para a carreira religiosa em Luanda, assim como solicitava uma bolsa para custear sua educação (WHEELER, 1968, p. 42). O chefe do governo colonial, em resposta a solicitação, pede a Nicolau que aguardasse a chegada de um novo bispo à capital angolana, pois este traria alguns professores. A partir disso, Nicolau poderia prosseguir a sua formação (WHEELER, 1968, p. 42).

Dom Joaquim Moreira Reis, é nomeado como bispo em janeiro de 1849 (JERÓNIMO, 2012, p.75), fora o primeiro prelado católico desde a separação da diocese do Congo-Angola do arcebispado de São Salvador da Bahia, na antiga América Portuguesa (JERÓNIMO, 2012, p.72). Sua chegada representava um novo capítulo na longa trajetória da decadência religiosa pela qual passava a África Portuguesa. A separação da arquidiocese de Salvador pode ser entendida como um reflexo, na esfera religiosa, das crises políticas decorrentes da emancipação do Brasil (JERÓNIMO, 2012, p.72). A decadência da igreja em Angola, assim como nas demais possessões portuguesas na África, eram concretizadas pela falta de clero (JERÓNIMO, 2012, p.73), a corrupção dos poucos sacerdotes existentes assim como seu envolvimento com o tráfico de escravos (JERÓNIMO, 2012, p.75).

Além destas questões endógenas, haviam ainda as disputas entre a coroa lusitana e a Santa Sé quanto a responsabilidade do envio e manutenção dos missionários católicos na região e o envolvimento das autoridades religiosas portuguesas no conflito entre 1834-1846 (JERÓNIMO, 2012, p.75). Esse atraso da presença católica, era para alguns dos governadores gerais, uma das causas principais da situação lamentável da colônia (JERÓNIMO, 2012, p.75).

O Conselho Ultramarino concede ao príncipe congolês os subsídios para que prosseguisse em seus estudos, contudo, estes deveriam ser custeados pelo Governo Geral de Luanda. O propósito de Dom Nicolau de retornar à cidade se realiza, ele se muda de modo definitivo para Luanda em 1849 (WHEELER, 1968, p. 42). Nesta fase de sua vida os avanços de Nicolau quanto ao idioma português ficam notórios (WHEELER, 1968, p. 43). Um de seus professores em Luanda, que também era o médico-chefe da cidade, elogia seus avanços em

temas diversos como física, geometria e desenho (BONTINICK, 1969, p. 106), assim como no idioma francês (WHEELER, 1968, p. 43). Na carta enviada ao imperador Pedro II ele comenta, com orgulho, seus avanços educacionais:

“Reconhecendo a impossibilidade de verificar os meus bons desejos e de apurar em mim próprio a educação literária, único meio de os levar ao cabo, sai do Congo e vim para a capital destes domínios de Portugal [sic] procurar os recursos necessários para realizar esta minha firme vontade. Comecei aqui os meus estudos, e ao que esta carta pode anunciar a Vossa Majestade Imperial acerca dos meus progressos na língua escrita portuguesa, devo eu acrescentar que pude instruir-me também na língua francesa, de modo que me é fácil hoje traduzir e compor neste idioma que me pareceu dever escolher de preferência como sendo hoje quase a língua universal” (Anexo ao memorando de 29/03/1859, AHI:238/2/1).

A esta altura dos acontecimentos, Dom Nicolau estava a mais de dez anos em contato com os estrangeiros e isto possibilitou a aquisição de um conjunto de conhecimentos e habilidades que o diferenciavam socialmente de seus compatriotas, porém, ele não era único nesta condição. Havia um conjunto de africanos, que diante dos contatos com os europeus, se apropriaram de uma série de hábitos e costumes que os tornavam culturalmente mais próximos aos estrangeiros que a seus povos originários. Estes africanos, letrados e conhecedores, mesmo que de rudimentos de outros idiomas, serviam como tradutores ou empregados dos comerciantes estrangeiros ou mesmo de chefes locais, que eram muitas das vezes analfabetos (WHEELER, 2009, p. 146). Vestidos à europeia e de hábitos sofisticados alcançavam tamanha importância social que conseguiam subornar os oficiais metropolitanos para que não prestassem os serviços militares obrigatórios para os nascidos na África (WHEELER, 2006, p. 146). Esta posição, no entanto, não os liberou do preconceito dos portugueses ali residentes (WHEELER, 2006, p. 146) e o ódio de seus conterrâneos, que os tinham como traidores que possibilitavam aos estrangeiros o acesso as riquezas da terra (WHEELER, 1968, p. 52).

Aparentemente, essa posição privilegiada de que o príncipe congolês gozava na capital da colônia portuguesa talvez não fosse financeiramente tão rentável quanto poderia parecer em um primeiro momento. O cônsul brasileiro estabelecido em Luanda, Doutor Saturnino de Sousa e Oliveira - que chegou na cidade em 1855 - afirmava que dentre os vários moradores a quem atendia gratuitamente, estava o mesmo Nicolau de Água Rosada, e que depois disto aparentemente eles se tornaram amigos:

“(...) muitas vezes veio jantar em minha casa, desde que travou comigo relações em uma ocasião em que eu o tratei (gratuitamente como trato aqui a todos) em uma

enfermidade que sofreu” (Memorando de 28/03/1859, AHI:238/2/2).

Nicolau escreve mais uma vez ao Governador Geral, que agora já era José Rodrigues Coêlho do Amaral, e pede que seja aceito como funcionário da administração colonial. Aparentemente desistira de seus estudos para a carreira religiosa. Atendendo ao seu pedido ele é designado como escriturário e alocado na Repartição do Tesouro da Colônia (WHEELER, 1968, p. 43). Alfredo de Sarmiento, que também era escriturário, apresenta Nicolau

“(…) era um preto alto, côr retinta, physionomia sympathica, perfeito typo da raça *muxiconga*, que se distingue sobretudo pela proeminência das faces, pela estreiteza da fronte, pela grossura dos lábios; modesto, inteligente, pouco expansivo, mas de maneiras affaveis e polidas” (SARMENTO, 1886, p. 67).

Suas funções públicas possibilitaram que Nicolau entrasse em contato com outros assimilados, comerciantes portugueses assim como com estrangeiros, agentes consulares e outros estrangeiros ali residentes em especial norte americanos, britânicos, brasileiros e franceses. Essas experiências com pessoas de outras culturas e nacionalidades contribuíram para torna-lo com hábitos ainda mais distintos dos seus conterrâneos (WHEELER, 1968, p. 45).

Essa condição acabou por gerar, segundo Wheeler (1968, p. 139), insatisfação quanto ao status na sociedade luso-angolana e a ânsia por uma ascensão social. Ele sabia também que sua posição na sociedade luso-angolana jamais deixaria a de ser um subalterno e que seu retorno ao Reino do Congo estava obstado - já que não poderia ser rei (WHEELER, 1968, p. 139), pelo fato de a coroa era transmitida aos sobrinhos do governante morto e não aos seus filhos, assim como por não conseguir apoios necessários para lutar pelo trono diante dos sangrentos conflitos que marcavam a escolha do novo monarca dos congolezes. Se tudo isso já não fosse o bastante, ele era considerado um assimilado o que causava a raiva de diversas grupos africanos.

Esse antagonismo por parte de seus compatriotas é evidenciado em algumas ocasiões. Ele tenta, algumas vezes visitar a sua terra natal e, aparentemente, não é bem recebido por seus concidadãos. Ele por mais uma vez, sofre tentativas de assassinato (Memorando de 28/03/1859, AHI:238/2/2). Ainda segundo relatos do médico Saturnino de Sousa e Oliveira, em uma destas investidas contra sua vida ele consegue fugir para junto das instalações da *Western African Malachite Cooper*, no Bembe, onde havia uma guarnição portuguesa instalada (Memorando de 28/03/1859, AHI:238/2/2).

Em sua permanência no Bembe muito possivelmente viu as instalações da firma, assim como as novas técnicas de extração e processamento dos minerais que ali eram aplicadas por brasileiros e britânicos, e tudo isso sob a proteção dos militares portugueses. Assistiu também à multidão de carregadores nativos que partiam carregando o cobre e a malaquita ali exploradas, vigiados por soldados e outros empregados armados que rumavam para o porto de Ambriz para de lá serem enviadas para Europa (PELISSIÉR, 1997, p. 128). Nicolau encontrou, por fim, com o empresário brasileiro Francisco Antonio Flôres, proprietário da firma. Após relatar-lhe o ocorrido, o empresário brasileiro lhe concedeu uma escolta que o levou ao Ambriz e garantiu seu retorno, por mar, são e salvo, de volta a Luanda (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2)

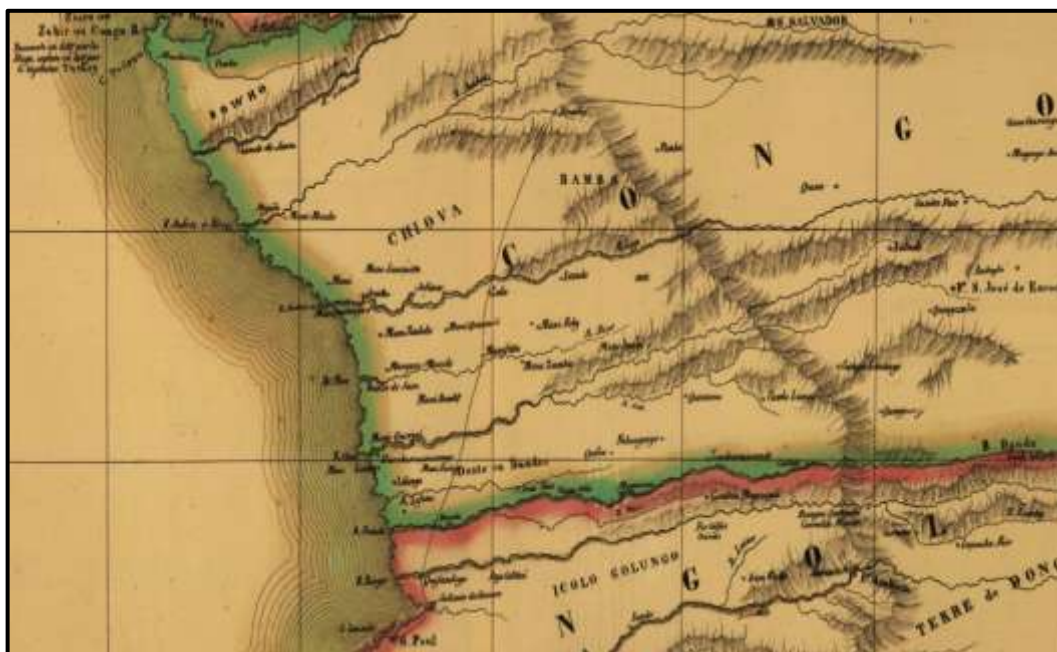
Entre as décadas de 1850 e 1860, a atividade mineira do Bembe passavam por dificuldades. Dentre as causas pelas quais o empreendimento da *Western Africa Malachite Cooper* não ter obtido êxito, segundo a análise do inglês Joachim John Monteiro – engenheiro de minas contratado por Flôres – tinha como um de seus pontos críticos a questão das distâncias entre as áreas produtoras e os pontos de distribuição: o porto de Ambriz (MONTEIRO, 1875, p. 161). Essa distância era percorrida centenas de vezes por ano por uma multidão de carregadores que não apenas levavam a produção como também transportavam os recursos necessários para a sobrevivência das pessoas e a manutenção das atividades da firma (MONTEIRO, 1875, p. 197), um exemplo da ação destes carregadores pode ser visualizado na figura 18, abaixo.



**Figura 18.** Carregadores atravessando o Rio Gambo, interior de Angola, em 1905.  
Foto de Veloso & Castro (OLIVEIRA, 2012.).

O percurso entre as minas e o Ambriz feito por Nicolau de Água Rosada, assim como aquele que ligava o Bembe a Luanda – centro da atividade portuguesa na região – se tornaram como que um corredor estratégico para a execução das iniciativas de expansão do governo colonial português na região (HERLIN, 2004, P. 277). Com isso o Governo Geral buscava consolidar estas linhas de comunicação (PELISSIER, 1997, p. 129). Outro caminho importante era o que ligava a sede do Governo Geral com Mbanza Congo/São Salvador, que pode ser visto na Figura 19. As distancias entre elas não eram, contudo, vazios demográfico.

Durante a primeira metade do século XIX, os caminhos entre as duas capitais eram pouco acessíveis para os colonizadores brancos, mesmo que alguns destes régulos se colocassem, nominalmente, como vassallos do rei de Mbanza Congo (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 345). Este itinerário era pontuado por populações chefiadas por líderes mais ou menos ligados entre si, a que os portugueses genericamente chamavam de Dembos (ou ndembus). Estas rotas tidas como críticas para os interesses portugueses passam por entre as terras tradicionalmente pertencentes a estes líderes, não necessariamente alinhados com os portugueses (HERLIN, 2004, p. 278). Eles habitavam principalmente as áreas ao rio Cuango e se tornaram um abrigo seguro para traficantes de escravos que atuavam na região central de Angola.



**Figura 19.** Linha que liga S. Paul a S. Salvador indica o percurso entre a Cidade de Luanda (São Paulo de Luanda) a cidade de Mbanza Congo (São Salvador). Seção retirado do mapa “Congo et Angola. Afrique 41”. De Phillipe Vandermaelen (1795-1869), datado de 1827.

Diante da intensificação da circulação de tropas portuguesas e carregadores vindo do



Bembe, os líderes dembos rebelarem-se contra as milícias lusitanas estacionadas em pontos da estrada, derrotando e aprisionando-os (PELISSIER, 1997, p. 129). No entanto, este ato de rebeldia dos povos Ndembos não eram inéditas. A hostilidade destes para com os lusos vinha desde o século XIV-XV e a convivência entre os dois grupos era intermediada pelo rei dos congoleses (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 345).

Duas décadas antes desta viagem de Dom Nicolau do Bembe para Ambriz, em 1841 estourou na região uma grande revolta diante da imposição, por parte do Governo Geral, da cobrança de impostos, que não deveriam mais ser pagos com escravos, porém com dinheiro, o que causou grande indignação aos chefes locais, intrinsecamente ligados ao tráfico e escravos (WHEELER, 1968, p. 60). O movimento foi rapidamente debelado pelas tropas portuguesas, em 1842, e quando da prisão de seus líderes é descoberto que o principal deles era Dom Aleixo de Água Rosada (ou Dom Alex), um dos membros da família real congolesa, irmão do rei Henrique II do Congo e tio do príncipe Nicolau (WHEELER & PÉLISSIER, 2009, p. 139). Essa ligação com um outro revolucionário será um fato recorrente nos textos das autoridades portuguesas acerca ao tratar do protesto de Dom Nicolau.

O líder da Revolta dos Dembos, Dom Aleixo, não teve sua condição de realeza levada em conta, nem o fato de ter sido alfabetizado e estudado em Lisboa, ficando preso nas masmorras de Luanda por catorze anos (1842-1856) e vindo a morrer pouco depois disto (WHEELER & PÉLISSIER, 2009, p. 139). Pairava ainda acusações acerca de que o agente consular brasileiro havia visitado Dom Aleixo enquanto ainda estava preso, o que também será vividamente lembrando quando das investigações acerca do assassinato do príncipe de Agua Rosada (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Assim como na revolta dos Dembos de 1841, a revolta de 1857 na qual os Dembos pretendiam interromper o fluxo nas estradas que ligavam a sede do Governo Geral em Luanda com as minas do Bembe e São Salvador é debelada pelos portugueses e as estradas são reabertas (HERLIN, 2004, p. 278). Apesar disso, outros acontecimentos ofuscariam as glórias das armas portuguesas no Centro Oeste Africano naquele ano de 1857.

#### **3.4. Um reino para dois senhores: a questão sucessória no Reino do Congo entre 1857-1860.**

O mundo por volta de 1857 passava por profundas transformações. Sem adentrar nos aspectos próprios de cada um destes processos históricos vale a menção a Guerra da Crimeia que chega a seu fim, assim como o Tratado de Paris de 1856 isolando o Império Russo e colocando o Império Turco-Otomano sob a égide dos Europeus (HOBSBAWM, [1977], 2009,

p. 127). Nos Estados Unidos da América, no ano seguinte, cento e vinte e nove tecelãs morreriam carbonizadas após greve por mais direitos trabalhistas (ANDREUCCI & BERTOLIN, 2010). No México, inicia-se a guerra entre liberais e conservadores, que viria a ser chamada de Guerra de Reforma, ou Guerra dos Três (1857-1859). O Império do Brasil estava às voltas em resolver as questões relativas a navegação na Bacia do Prata e em dirimir as ameaças surgidas com a revolta dos migrantes alemães no interior de São Paulo no ano anterior (GARCIA, 2003, p. 78). Em Portugal, após a morte de Dona Maria II fora coroado Dom Pedro V, que tem seu reinado marcado por crises políticas e epidemias que assolaram o país, o que destoavam dos avanços técnicos como a introdução do telégrafo e da estrada de ferro (LEITÃO, 2011, p. 49-52). Em Angola, a abertura do porto de Moçamedes – no extremo sul das possessões portuguesas – ao comércio exterior é autorizado pelo Conselho Ultramarino (Memorando de 31/03/1857, AHI: 238/2/2) e as forças coloniais portuguesas terminavam de extirpar os últimos focos de revolta dos Ndembo nas regiões centrais do atual território de Angola (HERLIN, 2004, p. 278). Em 23 de janeiro de 1857 morre Henrique II do Congo. Dom Nicolau teria aproximadamente vinte e sete anos e exercia suas atividades como escriturário da administração colonial em Luanda.

Visando providenciar um funeral cristão ao monarca, membros da nobreza congolosa buscaram auxílio nos serviços religiosos dos padres portugueses residentes nas instalações da *Western Africa* e pede que seja enviado clérigos para realizarem as cerimônias (HERLIN, 2004, p. 278). Em meio a tudo isto o governo do reino foi entregue a uma regente, Dona Isabel, irmã do rei morto (PÉLISSIER, [1986], 1997, p.130).

Apesar de Péliissier colocar que a tradição local determinava que a coroação do próximo rei só poderia ser feita após um ano da morte do monarca anterior (PÉLISSIER, [1986], 1997, p.130), outros autores como Herlin (2004), Wheeler (1968) e Bontinck (1969), colocam que, logo em seguida a morte do rei Henrique II, as tratativas visando a eleição do próximo manicongo se iniciaram. Dentre os principais postulantes ao trono haviam membros da família real pertencentes ao clã dos “Água Rosada” assim como de outros clãs. Dentre eles destacavam-se Dom Pedro Lefula, também chamado de Pedro Elelo – Marquês de Catende – filho da regente Dona Isabel e sobrinho do rei morto (HERLIN, 2004, p. 278). Em seguida Dom Álvaro Makadolo – Marquês do Dongo – filho mais velho de Henrique II (BONTINCK, 1969, p. 110); o mesmo que fora buscar os membros da comitiva portuguesa e que se envolvera na Revolta dos Ndembo; e por fim um terceiro, citado apenas por Bontinck (1969, p. 110) Kiumbu Nkunga, chefe de uma das povoações próximas a capital congolosa.

Segunda a regra congoleza da sucessão ao trono (SARMENTO, 1880, p. 158-165), Pedro Lefula seria o sucessor natural a coroa por ser filho da irmã do rei morto (WHEELER & PÉLISSIER, 2013, p. 140). Tinha o apoio dos portugueses residentes na região do Bembe (BONTINCK, 1969, p. 111). Álvaro Makadolo, além de filho mais velho de Henrique II era também Marquês do Dongo e predileto dos demais chefes locais, até mesmo do clã Kissundi (PÉLISSIER, [1986], 1997, p. 130), opositor tradicional dos Água Rosada (BROADHEAD, 1979, p.647). Tido como anti-lusitano, ou mesmo como “nacionalista” ele polarizara o forte sentimento de revolta dos mandatários congolezes diante da tomada de Ambriz e da presença dos portugueses no Bembe (HERLIN, 2004, p. 278), contudo, contava com o apoio dos traficantes de escravos franceses que atuavam nas proximidades da foz do rio Zaire (HERLIN, 2004, p. 278).

A celebração dos funerais de Henrique II do Congo não eram apenas mais um enterro, significava a sucessiva coroação de um novo soberano, e algo desta amplitude não deveria ser feito sem o pronunciamento do governador geral Coêlho do Amaral. Assim, o chefe militar do Distrito do Bembe envia emissários à Luanda para informar dos acontecimentos e pedir instruções (WHEELER & PÉLISSIER, 2013, p. 140). Isto postergou o funeral de Henrique II.

Parte da força e da popularidade que Álvaro XIII gozava talvez estivessem ligadas a vitória sobre *Kiumbu Nkunga*, que precipitadamente lançou ataque a capital do reino para que desta forma se impusesse como rei. Ele fora derrotado pelas forças de Makadolo, (BONTINCK, 1969, p. 111), o que praticamente o retirou da disputa ao trono. Assim, sobriariam então dois postulantes ao cargo: o filho mais velho do falecido Henrique II, Dom Álvaro Makadolo, Marquês de Dongo, tido como anti-lusitano, e de outro lado o sobrinho do rei morto, Pedro Lefula, Marquês de Catende, que ainda pleiteava o apoio dos portugueses (PÉLISSIER, [1986], 1997, p. 130). Se Álvaro tinha o apoio do Conselho dos nobres do Reino, Pedro tinha como vantagens, além do fato de ser o herdeiro legítimo do rei morto pelas convenções congolezas, o acesso às insígnias reais como a coroa e o manto (já que sua mãe era a regente), o que tinha grande peso simbólico para a política do reino (PÉLISSIER, [1986], 1997, p. 130). Porém isso não inibiu a escalada de Álvaro ao poder. Os chefes locais não permaneceram inertes ante a demora dos padres portugueses, o Conselho dos nobres do Reino do Congo, ainda em 1857, e aclamaram Álvaro Makadolo como rei sob o nome de Álvaro XIII (PÉLISSIER, [1986], 1997, p. 130).

A aclamação de Álvaro XIII não interrompeu a crise sucessória. A disputa entre as ambições pessoais de dois poderosos postulantes ao trono ou dos interesses explícitos por

parte dos estrangeiros nele envolvidos, envolvia um conjunto de símbolos e significados que transcendem a primeira impressão destes fatos. O Reino do Congo era mais do que a soma de suas regiões constitutivas – que eram precariamente ligadas - ou a união de régulos locais que se declaravam como pertencentes ao reino. Havia um conjunto de instituições, de pessoas, assim como da cultura material que, segundo os postulados de Broadhead (1979, p. 619) serviam como símbolos da identidade do Reino e que criava uma interligação entre as estruturas da difusa política congoleza e o poder central exercido pelo Manicongo.

Dentre estes elementos merecem especial atenção a figura do rei – entronizado em sua capital e investido de suas insígnias – e toda a estrutura de lideranças locais que tinha nele seu símbolo máximo e seu maior fiador (BROADHEAD, 1979, p. 619). Assim, mesmo diante do limitado poder de coerção que este possuía, ele detinha um grande poder simbólico e ritual, que o vinculava tanto ao culto cristão - relacionado a coroação, a investidura da Ordem de Cristo e a prática dos sacramentos - tanto quanto aos relacionados aos cultos ancestrais que o ligavam a morte (BROADHEAD, 1979, p. 620).

O controle sobre estes recursos rituais, assim como o dos recursos físicos e políticos necessários para a condução dos aspectos ideacionais próprios de seu cargo, eram críticos para a condução deste sistema político-administrativo congolês ainda vigente na primeira metade do século XIX (BROADHEAD, 1979, p. 632). O que tornava o cargo tão disputado pelos diversos grupos da nobreza congoleza.

Cada unidade local que compunha o Reino, reproduzia em uma escala reduzida as características gerais da estrutura maior do poder régio (BROADHEAD, 1979, p. 620). Investidos pelo Manicongo, em algum dado momento com títulos nobiliários (duques, marqueses, barões, dentre outros), estes mandatários detinham em seus territórios direito de vida e de morte sobre seus vassalos ou clientes (BROADHEAD, 1979, p. 624). Os chefes eram escolhidos pelo parentesco com o rei vigente (BROADHEAD, 1979, p. 629), ou por suas alianças políticas, pela sua fortuna ou na capacidade de arregimentar recursos e pessoal. (BROADHEAD, 1979, p. 630). Apesar destes fatores eles ainda permaneciam ligados ao conselho dos nobres e a regras rituais, seja com seus pares seja com o monarca.

Este Conselho do Reino eram representações da sociedade congoleza existente na primeira metade do século XIX, nele tinham assento tanto os representantes da religião católica, assim como os representantes do antigo culto ancestral pré-cristão (BROADHEAD, 1979, p. 631). Apesar deste lugar de prestígio que os sacerdotes católicos gozavam nas esferas mais elevadas da sociedade congoleza, eles eram cada vez mais raros no país (VANSINA,

2010b).

O pagamento de tributo ao Manicongo não significava, necessariamente, dependência política ou submissão, mas sim, uma demonstração de hierarquia (BROADHEAD, 1979, p. 629). Em escala regional, estes chefes tomavam decisões de caráter estratégico ou mais gerais, em conselho, onde podiam propor soluções ou alternativas, sua opinião geralmente era considerada, senão determinante (BROADHEAD, 1979, p. 631). Nas outras esferas de poder do reino, os líderes locais formariam o conselho que assessorava o rei, assim também como também o elegiam. Por isso, a aclamação de Álvaro Makadolo, pelo conselho em Mbanza Congo/São Salvador, era um indicativo importante dentro da política do reino.

Apesar da existência de padres congolezes (BONTINCK, 1969. p. 111) a realização das cerimônias fúnebres conforme os ritos católicos, assim como a sagração dos novos monarcas, só poderiam ser oficiadas por sacerdotes europeus (BROADHEAD, 1979, p. 631). Considerando que os eclesiásticos ocidentais mais próximos da capital congoleza, naquele momento, eram os que atendiam os empregados da *Western Africa Malachite Cooper*, assim os congolezes recorreram imediatamente a eles quando da morte de Henrique II.

É importante frisar que a política local congoleza, por volta da década de 1850, estava longe de ser um assunto único e exclusivo do próprio Reino. A proximidade dos postulantes ao trono com negociantes ou agentes estrangeiros leva a ampliação do debate. A região ao redor da foz do Zaire e as áreas ao norte do atual território angolano faziam parte uma outra rede de comércio de escravos que era movimentada por companhias particulares britânicas, francesas e holandesas, totalmente alheias ao controle português e que se utilizavam de portos próximos a foz do Rio Zaire para embarcar homens e mulheres capturados em áreas da bacia do Zaire e ao sul da floresta equatorial (VELLUT, 2010, p.362-363). Com o aumento da fiscalização antiescravagista empreendida pelos britânicos nas regiões de Luanda e Benguela e o comprometimento das rotas utilizadas pelos traficantes originados do Brasil – um dos principais consumidores de mão de obra escrava da América – os traficantes transferiram sua atuação para áreas longe do domínio português e da ação dos britânicos (BROADHEAD, 1979, p, 647).

Na década de 1850, o tráfico de almas deixa de ser a principal atividade econômica do centro oeste africano (VELLUT, 2010, p. 355). Produtos como marfim, copal, cera e óleo passam a engrossar a pauta de exportações (VELLUT, 2010, p. 355). Este comércio, por sua vez, dependia da interligação entre os portos situados nas costas atlânticas e nas margens do baixo Zaire com as zonas produtoras no *hinterland* africano (VELLUT, 2010, p. 355). As

feitorias utilizadas para a logística do tráfico de escravo nas margens do baixo Zaire acabaram se tornando pequenas vilas e servindo de entreposto para o comércio fluvial de outros produtos (VELLUT, 2010, p. 358-359). Com isso, a região interior do centro oeste africano buscava integrar-se ao comércio mundial sob novos termos (VELLUT, 2010, p. 355). Estes aspectos serão melhor detalhados no capítulo quarto desta dissertação.

Com a morte de Henrique II em 1857, finda-se também, a chamada Segunda Pactuação. Desde a restauração da monarquia congoleza em 1706, conforme já mostrado no capítulo 01 desta dissertação, as classes dirigentes do reino africano, permaneciam firmes na conexão política, econômica e social com outros povos atlânticos de modo a obter recursos, tecnologias e capital. Estes armamentos e recursos garantiam o *status quo* da nobreza local congoleza enquanto com isso submetiam-se a uma posição de fornecedores de força de trabalho escravo.

Essa relação de desigualdade dos termos de troca entre os estrangeiros e os congolezes foi se tornando desvantajosa para o Reino do Congo, na medida em que o comércio de escravos pelo Atlântico Sul vai se inviabilizando, graças a pressão britânica, a disseminação do uso da mão de obra migrante no Império do Brasil e a ampliação do comércio dos novos produtos africanos que passaram a ter maior aceitação no mercado internacional como marfim, óleo de palma e ceras.

As insistentes solicitações para o envio de padres para o funeral de Henrique II e a coroação do novo rei permaneciam sem resposta por parte do governo colonial português em Luanda. Os portugueses estabelecidos no Bembe e dos chefes das forças militares ali instaladas guardavam um cauteloso distanciamento (WHEELER, 1968, p.53; BONTINCK, 1969, 278). Tal posicionamento pode ser explicado devido ao envolvimento do Governo Geral com os conflitos dos Ndembo (WHEELER, 1968, p.53), e o enfrentamento do motim que acontecia na cidade recém conquistada de Ambriz (WHEELER, 1968, p.53).

Os embates entre os grupos que apoiavam a Dom Álvaro Makadolo, ou Álvaro XIII, e a Dom Pedro Lefula, o Marquês de Catende, se acirravam na capital Mbanza Congo/São Salvador. Partidários de Álvaro, que tinham o apoio do Conselho e da maioria da população da capital, derrotam as forças de Pedro Lefula e o expulsam da cidade (PELLISSIER, 1997, p.129-130). Dom Álvaro Makadolo torna a capital sua praça forte e Lefula por sua vez busca refúgio junto aos militares portugueses que protegiam as instalações da *Western Africa Malachite Cooper* na região do Bembe.

Com um grande séquito, e portando a coroa e as insígnias reais, ele se dirige ao

Distrito de Bembe para solicitar, por mais uma vez, que o Coêlho do Amaral envie padres para a realização do funeral de Henrique II e conseqüentemente sua coroação como rei dos congoleses (PELLISSIER, 1997). Já que ele seria o herdeiro natural e posicionava-se como o litigante ao trono mais alinhado ao governo de Lisboa (PELLISSIER, 1997, p.129). Propunha ainda que se o Governo Geral o apoiasse ele se colocaria como vassalo do rei português (HERLIN, 2004, p.278).

Joachim John Monteiro, o engenheiro de minas britânico contratado por Flôres, narra a surpresa da comitiva do Marquês de Catende ante as instalações fabris das minas, tais como:

“Diante da disputa pelo poder na capital do reino, ele e todo o séquito permanecem na região das proximidades da Wester Africa Malachite Cooper e colocam-se sob a proteção das tropas portuguesas ali instaladas enquanto esperam o auxílio do Governo Geral” (MONTEIRO, 1875, p. 223).

Enquanto Pedro Lefula buscava apoio dos portugueses estabelecidos no Bembe e, conseqüentemente, do brasileiro Francisco Antonio Flôres, Álvaro Makadolo atua no sentido de aproximar-se dos negociantes franceses instalados nas feitorias às margens do Atlântico e nas beiras do Zaire (BONTINCK, 1969, p.114). Na região norte da foz do Zaire e norte de Luanda, agia a firma M. Régis, com sede em Marselha (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 427). A companhia adquirira várias feitorias em diversos pontos do litoral próximos a foz do rio e tinha como principal mercado consumidor as Antilhas Francesas (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 427).

Buscando manter suas boas relações com os régulos congoleses e ainda garantir a permanência de seu rentável comércio e ainda livrar-se do incomodo geral pela expansão portuguesa, os franceses se aproximam do Duque do Dongo e entendendo a urgência da demanda por padres católicos e auxílio religioso se comprometem a enviar a Mbanza Congo/São Salvador uma missão católica (HERLIN, 2004, p. 280). Além desta ação, Álvaro XIII ainda se prontifica com os demais chefes congoleses a encampar as minas do Bembe e expulsar brasileiros e portugueses da área (BONTINCK, 1969, p.114).

O afastamento que o Governo Geral adotava diante da questão sucessória no Reino do Congo tem uma mudança significativa quando o Governo de Lisboa intercepta a aproximação de Álvaro XIII com os franceses (WHEELER, 1968, p. 53). Autores como Wheeler (1968) e Bontinck (1969) apontam que a partir deste fato o posicionamento da administração colonial se volta de modo favorável ao postulante ao trono, Pedro Lefula, que até aquele momento se

mostrava favorável aos lusitanos (HERLIN, 2004, p.278).

Essa adesão dos portugueses ao Marquês de Catende, colocada por Wheeler (1968) e Bontinck (1969), contudo, não foi automática. Os relatos do cônsul geral brasileiro Doutor Saturnino de Sousa e Oliveira, afirmam que o governador geral de Angola, Coêlho do Amaral, diante da importância crítica da questão para o governo português e da gama de interesses envolvidos, sugere ao príncipe Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia assumisse como novo rei com o apoio das forças militares portuguesas (Memorando de 29/03/1860, AHI: 238/2/2). Fato este que ele descreve da seguinte forma, “ ele me comunicou que vossa excelência lhe havia oferecido apoio para subir ao trono do Congo” (Memorando de 29/03/1860, AHI: 238/2/2).

O jovem de caráter reservado e que pouco falava (SARMENTO, 1886, p. 67), o jovem príncipe que governou cidades, que se estudou para tornar-se religioso, e terminou exercendo as funções de escriturário, apesar de funcionário zeloso e talhado para aquela função (SARMENTO, 1886, p. 15), ainda era apenas mais um assimilado, impossibilitado de ascender aos cargos mais altos da administração colonial portuguesa e ainda era visto com reservas por seu próprio povo (WHEELER & PÉLISSIER, 2012, p. 148). Ele via, naquele momento, sua sorte mudar. Da crença de que estava fadado a permanecer longe da linha sucessória via a possibilidade de tornar-se manicongo agora como uma alternativa factível, bastava apenas aceitar a proposta do Governador Geral de Angola.

Descrito como “ambicioso” e traidor” por Alfredo de Sarmiento (SARMENTO, 1880, p. 66), ou como um “manipulável”, insuflado por interesses estrangeiros (CARVALHO, 1859, p. 365-366), um revolucionário tomado de sentimentos nativistas proto-angolano (WHEELER, 1968), ou mesmo um nacionalista pró-Reino do Congo (BONTINCK, 1969), todas estas versões não se sustentam diante da decisão que ele toma. Ele demonstra uma visão desapaixonada e realista do momento político, econômico e cultural vivido e de suas possibilidades quanto um reformador do Reino do Congo:

“(…) ele tinha rejeitado tal proposta por que não contara poder reformar o país sem muita força militar, a geral o governo português não podia dar-lhe tantas e por tanto tempo quanto seria necessária, e que sem ela ele acabaria às mãos dos selvagens” (Memorando de 29/03/1860, AHI: 238/2/2).

Essa decisão influenciou profundamente o posicionamento do governador geral Coêlho do Amaral para a mudança de rumo das ações portuguesas no conflito e ainda implicou de modo determinante na forma como o próprio Príncipe Nicolau de Água Rosada e Sardônia passou a atuar quanto ao conflito que se desenrolava. Essa posição de aparente



neutralidade era compartilhada (Bontick, 1969, p. 115) por seus irmãos Dom Afonso (BOTINICK, 1969, p. 111), Dom Rafael (BOTINICK, 1969, p. 115), Dom André e Dom Simão (BOTINICK, 1969, p. 106). Assim, não sobrava outra opção para o Governador Geral se não buscar outro candidato ao trono a quem apoiar. Assim, apesar dos conflitos já existentes na colônia, ele agora deveria preocupar-se com mais um: a Questão Sucessória do Reino do Congo.

Assim, além do envolvimento de estrangeiros na sucessão, em especial de agentes consulares e representantes de firmas no Congo, percebe-se que o conflito sucessório será marcadamente um embate familiar, tendo costumes nacionais e europeus como pano de fundo.

### **3.5. Entre coroa e canhões: a aclamação de Dom Pedro V do Congo em 1859**

Já em 1858, as autoridades coloniais portuguesas de Luanda recebem, por mais uma vez, correspondência enviada de Mbanza Congo/São Salvador que pedia, encarecidamente, que diante da manutenção da dignidade do corpo do rei morto os padres fossem enviados o mais rapidamente possível para realizarem as exéquias de Dom Henrique II, falecido no ano anterior e assim possibilitassem seu enterro (CORREA, 2007). A missiva foi assinada pela rainha viúva Dona Ana, pelo filho mais velho do rei morto Dom Afonso, Duque de Bamba (Mbamba) – uma das maiores e mais poderosas regiões do Reino – e surpreendentemente, Álvaro Makadolo, Marquês de Dongo (Ndongo) – o postulante anti-lusitano ao trono (CORREA, 2007). Ao mesmo tempo, o Governador Geral recebe ordens do Conselho Ultramarino de Lisboa ordenando que as medidas necessárias para a coroação do candidato pró-português Dom Pedro Lefula, fossem imediatamente providenciadas (PÉLISSIER, 1997, p.131).

Diante da trégua oferecida por Álvaro Makadolo e das determinações da metrópole, o Governador Geral ordena que o pároco da cidade de Ambriz, se reunisse com o vigário que ficava instalado nas dependências da *Western Africa MalachiteCooper* para procederem o funeral do rei congolês (CORREA, 2007). Contando com a piedade cristã dos congoleses e o devotamento destes a figura dos sacerdotes católicos, o governador geral determina que junto com estes fossem enviados uma pequena guarnição, apenas para proteção imediata dos sacerdotes, composta por trinta soldados que deveriam ser liderados pelo administrador militar da região do Bembe o Capitão Zacarias da Silva Cruz (PÉLISSIER, 1997, p. 131).

Os padres e as tropas chegam a capital congolesa em outubro de 1858 (CORREA,

2007). O advento dos sacerdotes é festejado, porém a presença da guarnição é vista com desconfiança, já que vinha do Bembe e era sabido de que estes apoiavam a causa de Dom Pedro Lefula. (PELISSIER, 1997, p. 131). Os padres celebram o funeral de Dom Henrique, e nos dias que se seguem realizam uma série de batizados e outros serviços religiosos que a população demandava (CORREA, 2007). Ao término disto, são pressionados por Álvaro Makadolo, já aclamado como Álvaro XIII, a que realizassem sua cerimônia de coroação (PELISSIER, 1997, p. 131). Porém as ordens vindas de Luanda consistiam no fato de que deveria ser realizado apenas o funeral do rei morto e não a sagração de um novo Manicongo (PELISSIER, 1997, p. 131). Diante da negativa dos padres portugueses, Álvaro e seus partidários acusam as guarnições portuguesas, em especial seu capitão, de interferirem na política interna do Reino (PELISSIER, 1997, p. 131). O clima de tensão se espalha pela cidade e temendo a reação da população os padres e as tropas portuguesas fogem de volta para o Bembe (CORREA, 2007). Esta fuga representava uma significativa perda de prestígio militar dos portugueses na região (PELISSIER, 1997, p. 131).

Após a retirada de Mbanza Congo/São Salvador e da debilidade das tropas portuguesas diante da força crescente das tropas de Álvaro XIII, o Governo Geral de Luanda deixa a questão sucessória do Reino do Congo a sua própria sorte entre de outubro de 1858 até o início de 1859 (PELISSIER, 1997, p.131; CORREA, 2007). Acastelado em Mbanza Congo, Makadolo proíbe a população local, assim como das outras vilas e cidades congolenses, de comercializarem alimentos e quaisquer outros recursos com os portugueses e brasileiros entrincheirados no Bembe (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2), o que veio a enfraquecer ainda mais as já combalidas forças portuguesas na área. Esse cerco ao Distrito de Pedro V (nome dado pelos portugueses das minas do Bembe e das instalações da *Western African Malachite Cooper*) leva ao agravamento da crise de produção das minas – crise essa que já se iniciara anteriormente (MONTEIRO, 1875; PELISSIER, 1997, p. 131). Com isso, a popularidade de Álvaro crescia na região e seus partidários levavam o conflito a outras regiões vizinhas ao Reino do Congo (PELISSIER, 1997, p. 131).

Diante de tal fato, o governo colonial é impelido a agir pela metrópole e a ordem de coroar a Pedro Lefula como rei deveria ser colocada em prática, ainda que fosse por meio da força (PELISSIER, 1997, p. 131). Para robustecer as tropas estacionadas no Bembe, Coêlho do Amaral envia mais uma bateria com canhões chefiado pelo Capitão de artilharia Joaquim Militão de Gusmão que deveriam reunir-se com os miliares remanescentes, os partidários de Pedro e com os padres de Ambriz e do Bembe e coroar o marquês de Catende, como o novo

rei (PELISSIER, 1997, p. 131).

As forças portuguesas reunidas em Luanda, rumam pelo mar e atracando em Ambriz se dirigiram para o Bembe, conseguindo furar o cerco promovido por Álvaro XIII. Porém durante o trajeto, parte da tropa sofre os efeitos das doenças tropicais e ao chegarem ao seu destino descobrem que as forças militares remanescentes estavam por demais combalidas devido as privações causadas pelo sítio ordenado pelo Duque do Dongo (PELISSIER, 1997, p. 131). Diante da extenuação das forças militares e da premência da necessidade da coroação do novo Manicongo, levam os portugueses a não entrarem em confronto direto com as forças de Makadolo, bem posicionadas na capital, então resolvem realizar a cerimônia nas proximidades da capital, numa localidade chamada de Mbanza Puto (PELISSIER, 1997, p. 131; CORREA, 2007).

Para a coroação, reuniram-se o Duque de Mbamba, Dom Afonso, Dom Antônio, irmão da rainha viúva Dona Ana, assim como o soba (chefe local) da localidade da localidade, todos eles com seus empregados, secretários e escravos (CORREA, 2007). Eles eram, até aquele momento, partidários de Álvaro Makadolo, porém reaparecem como testemunhas da sagração do novo rei pelos portugueses (CORREA, 2007).

Como representantes dos portugueses estavam o Capitão de Brigada Joaquim Militão Gusmão, o Comandante Militar do Distrito do Bembe, Zacarias da Silva Cruz, e dos padres José Maria Monis Gavião – pároco da região do Bembe e José Agostinho Ferreira – pároco do Ambriz (CORREA, 2007). Não há uma descrição minuciosa do rito de coroação do Manicongo contemporâneo ao período de Dom Nicolau de Água Rosada (1830-1860). Porém, existe uma exposição do rito feito nos relatos de viagem publicado por Thomas Astley<sup>40</sup> no século XVIII (ASTLEY, 1746, p.259-260), estes nos dão uma ideia do cerimonial que envolvia o feito.

Ainda segundo o relato de Astley, construía-se um tablado elevado, onde eram colocados o trono com o manto real e diante dele havia um tapete ricamente elaborado onde eram postas almofadas que traziam a bula papal e as autorizações vindas de Portugal, três grossos braceletes de ouro e a coroa real feita de ouro e prata (ASTLEY, 1746, p. 259-260), conforme pode ser visto na Figura 20, a seguir.

A cerimônia se inicia com uma proclamação feita por um dos príncipes, em sua mensagem que conclamava o novo Manicongo a ser “caridoso para com a igreja: a esforçar-se

---

<sup>40</sup>Thomas Astley (? -1759), foi um editor de livros londrino que prestava serviços a Company of Stationers. Publicou uma série de relatos de viajantes como John Atkins, Willem Bosman, Theodor de Bry, dentre outros, onde foram descritas diversas localidades na África, na Ásia. (LOWNDES, 1869).

sempre para manter o reino em paz e tranquilidade e observar a unidade com o seu irmão, o rei de Portugal” (ASTLEY, 1746, p. 259-260). Ao término da proclamação, entoava-se um cântico enquanto dois dos nobres mais importantes do reino ladeavam o Manicongo – um a direita e outro à esquerda – conduzindo-o pelo braço até ao trono e adornando-o com os braceletes, o manto de veludo e coroando-o (ASTLEY, 1746, p. 259-260).

Após isso os padres se aproximavam, solenemente, vestidos com túnicas brancas e trazendo consigo o livro dos evangelhos sobre os quais o novo rei presta juramento (ASTLEY, 1746, p. 259-260). Ao fim da cerimônia, nobres da terra e os representantes portugueses lhe prestam homenagem, prostrando-se diante dele e desejando-lhe vida longa e sucesso (ASTLEY, 1746, p. 259-260). Após descer do tablado, a população em festa lançava “terra e areia em cima dele, por sinal de júbilo, e admoestação, que, apesar de ele ser agora rei, ele se tornará pó e na cinza” (ASTLEY, 1746, p.259-260).

Assim, em 07 de agosto de 1859, Pedro Lefula, Marquês de Catende, torna-se Dom Pedro V do Congo – homônimo do rei português no período – e é levado, assim como seu séquito, pelos portugueses a assinar um Auto de Homenagem e Vassalagem para com o chefe de estado metropolitano colocando-se, portanto, sob seu patrocínio (PÉLLISIER, 1997, p. 131; ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 430; CORREA, 2007). O Auto afirmava:

“(…) e na mesma ocasião prestou o dito novo rei o juramento de preito e homenagem a S. M. el-rei de Portugal o senhor D. Pedro V, obrigando-se a seguir o exemplo de seus antecessores na obediência devida ao mesmo augusto senhor, quer por si, quer pelos seus povos; esperando de S.M. El-Rei de Portugal a continuação de auxílio para manter em socego o seu reino e civilisal-o (...)” (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

O auto foi feito em quatro vias, sendo uma delas levada a Luanda para ser publicada no Boletim Oficial da colônia, o que veio a ocorrer em setembro de 1859 (BONTINCK, 1969, p. 115).



**Figura 20.** Trono do Reino do Congo sobre palanque e precedido de insígnias reais (DAPPER, 1686).

Os esforços portugueses para o estabelecimento de relações internacionais que se pautassem em tratados que criassem vínculos de suserania e vassalagem entre povos europeus e africanos, em pleno século XIX, soa como uma inadequação. Para a construção de um conhecimento histórico que fuja do senso comum e evite o anacronismo, faz-se preciso o exercício do distanciamento. Dentre as explicações possíveis para este fato histórico temos os postulados de Santos (2006) que coloca que a utilização da escrita, assim como o uso de um aparato administrativo, representava para os povos da África Centro Ocidental, um distintivo de formalidade e de poder simbólico que denotavam a relação de superioridade diante de outros povos locais, até então ágrafos (SANTOS, 2006, p. 86).

Entendendo a escrita e, conseqüentemente, partes da organização administração do poder colonial português em Luanda, como um instrumento de poder político os mandatários dos grupos que habitavam o centro oeste africano buscaram se apropriar de algumas destas habilidades (SANTOS, 2006, p. 86). A escrita, assim se torna uma insígnia de poder político que transcendeu às relações entre grupos nativos e os colonizadores e passou a ser um símbolo importante entre os próprios povos locais que a incorporam como mais um elemento em sua dinâmica política própria (SANTOS, 2006, p. 86). Junto com a escrita surgem também outras instituições ligadas a ela como a de secretários que redigiriam tais documentos, a maior utilização de registros escritos e que a medida em que cresciam em quantidade e importância passaram a gerar, como que acervos, no qual eles eram acumulados (SANTOS, 2006, p. 86) e

dos quais o próprio Alfredo de Sarmiento descreve em sua obra (SARMENTO, 1886).

Quanto ao estabelecimento de relações de suserania e vassalagem, é importante frisar o caráter híbrido do fenômeno. Havia entre os grupos do centro oeste africano o instituto do Undamento, undar era uma cerimônia típica na qual o líder recém empossado era legitimado pelo grupo através de sua apresentação e a ratificação de seu poder pelos demais líderes do grupo (PARREIRA, 1990, p.73-74). A medida em que a presença colonial portuguesa se faz sentir nas áreas mais interioranas do continente eles passam a ter contato com esta prática (CARVALHO, 2013, p. 21). Entendendo os vínculos e as relações de poder político que estas práticas criavam dentro dos grupos africanos mencionados, os portugueses buscaram aproximá-la aos juramentos de suserania e vassalagem existentes na Europa e, conseqüentemente, mais familiares aos europeus (CARVALHO, 2013, p. 73).

Assim, criaram uma manifestação cultural híbrida<sup>41</sup> que juntava elementos católicos com as práticas próprias do undamento africano (CARVALHO, 2013, p. 23). Com isso, os portugueses faziam sentir sua autoridade sobre os povos a que dominavam criando uma aliança entre estes e o rei de Portugal e de modo pragmático os submetia à autoridade do governador geral ou comandantes-mores (CARVALHO, 2013, p. 23-24). Com o tempo e o estabelecimento do domínio colonial português, a cada novo líder local que ascendia ao comando, estes iam prestar ou renovar seus votos de vassalagem ao governador geral de Luanda e conseqüentemente ao rei dos portugueses, reforçando o domínio português sobre estes (CARVALHO, 2013, p. 73).

Apesar da coroação de Dom Pedro V como rei dos congolezes, as tropas portuguesas recebiam correspondências do Governador Geral Coêlho do Amaral reforçando a necessidade de se levar a bom termo a missão de vencer, militarmente, Álvaro XIII, que permanecia invicto em Mbanza Congo, e assim consolidar o reinado de Pedro V (CORREA, 2007); apesar da fraqueza das tropas lusitanas, o comandante militar do Distrito do Bembe e o capitão de artilharia José Militão de Gusmão, reúnem as tropas vindas de Luanda, as existentes no Bembe e mais as forças militares pró-Pedro Lefula, que somadas aos canhões da artilharia de Joaquim Militão realizam um ataque direto a capital dos congolezes em setembro de 1859 (BONTINCK, 1969, p. 115). Apesar da debilidade das forças europeias a capital é tomada e Álvaro XIII foge com seus partidários para a povoação controlada por seu irmão, e também

---

<sup>41</sup>Para fins desta dissertação, consideraremos o conceito de Hibridismo Cultural proposto por Hall (2003), onde uma cultura híbrida consiste em um processo marcado por ambivalências e antagonismos que resulta da negociação cultural, trata este que se dá em meio a relações assimétricas de poder e que envolve atores que ocupam posições de legitimidade diferentes. (HALL, 2003, p. 74)

filho de Henrique II, Dom Rafael de Água Rosada (BONTINCK, 1969, p. 115). Desta forma Dom Pedro V é introduzido na capital de seus ancestrais e assume seu lugar no palácio como Manicongo.

Ao comentar sobre o reinado de Dom Pedro V do Congo, Thornton (2011, p.115) inicia rememorando a relativa má reputação do monarca africano no sentido de considerar que ele, para realizar suas metas pessoais quanto a tornar-se rei, abriu as portas de seu país aos estrangeiros (portugueses), no que viria a ser o primeiro passo destes no sentido de efetivarem a colonização efetiva da região de Angola (THORNTON, 2011, p. 115).

Apesar de seu primo Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia ser descrito pelos portugueses e seus partidários como ambicioso e sem escrúpulos, é Dom Pedro, o primeiro rei congolês a submeter-se formal e pragmaticamente, aos lusos. Porém, ainda na linha sugerida por Thornton (2011, p.131-132), apesar de sua aparente inocência ou ignorância, ele foi um articulador hábil, que conseguiu conduzir os negócios de estado de um modo a que o Reino do Congo recuperasse parte de seu poder na região com demonstrações de força ou de diplomacia bem orientadas.

Estas características descritas pelo renomado africanista podem ser, desde já, vislumbradas. Utilizando-se dos interesses oficiais do Estado Português, de estender seu controle às margens do Zaire, e consciente de que os interesses dos outros agentes estrangeiros envolvidos no conflito não eram fortes o suficiente para os levar a empenhar seus países, militar, diplomática ou financeiramente com a questão, Pedro e seu grupo articulam uma interconexão estrita com o governo de Luanda e faz dele seu esteio, sobre o qual obteria e manteria seu trono.

Assim, apesar de não ser o postulante preferido pelo conselho dos congoleses e de não ter forças militares suficientes, ele articula outros elementos da cultura congolesa – como a posse das insígnias reais e a realização dos ritos de coroação – assim como a superioridade da artilharia portuguesa, de modo a que consiga entrar, triunfalmente, em Mbanza Congo em 16 de setembro de 1859 e assim reinasse até 1891 (THORNTON, 2011, p. 115).

### **3.6. Uma pena como espada: o protesto de Nicolau de Água Rosada e seus efeitos**

Em setembro de 1859 a notícia da coroação do novo rei do Congo é publicada, com toda a solenidade, no Boletim Oficial da Província de Angola (BONTINCK, 1969, p. 115), porém esta notícia não passou despercebida nem deixou de causar efeitos, muitos deles inimagináveis. Dentre as reações contrárias talvez a mais emblemática tenha sido um artigo

publicado pelo Jornal do Commércio de Lisboa, datado de primeiro de dezembro de 1859 (Anexo ao memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2). Logo no início ele traz o seguinte:

“Sr Redactor, rogo a v.m. o especial obséquio de publicar no seu mais próximo jornal, o protesto que junto lhe remeto, e cuja publicação já de antemão lhe agradece quem é. De v. etc. D. Nicolau d’Água Rosada” (Anexo ao memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Dois anos após rejeitar a proposta de assumir o trono dos Manicongo, conforme lhe havia pedido o Governador Geral, José Rodrigues Coêlho do Amaral, o Príncipe Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia reaparece no cenário político da colônia portuguesa de Angola.

O escriturário tido como um funcionário dedicado e que assumira cargos e funções na administração colonial (SARMENTO, 1886, p. 15) agiu como um articulista e, valendo-se de seus conhecimentos da cultura europeia, remeteu a Lisboa um texto que criticava a atuação do Império Ultramarino Português quanto ao Reino do Congo. O homem que agora tinha aproximadamente trinta anos, descrito como reservado e de poucas palavras (Memorando de 29/03/1860, AHI: 238/2/2) revestiu-se de sua dignidade de Príncipe Real, da secular dinastia dos Água Rosada e Sardônia, e redige um texto de protesto no qual apresenta o iletrado rei, recém-aclamado, como um leigo quanto aos assuntos do Reino, capaz de errar quantos antecessores de seu nome houveram (segundo Nicolau o rei Pedro V seria Pedro VI) e apresenta ainda o estado colonial português na África como rapineiro e desonesto para com seus aliados (Anexo ao memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Dividido em quatro partes, o protesto inicia-se com uma compilação do Auto de Aclamação do Rei Pedro V do Congo e tem em seguida a exposição da defesa da nulidade do ato de homenagem e vassalagem assinado por este mesmo rei, logo depois apresenta o Reino do Congo como um aliado histórico dos portugueses na África e tem em sua última parte a denúncia da má-fé e da desonestidade dos agentes coloniais portugueses que conduziram o ato (Anexo ao memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2). O texto possuía uma linguagem rápida e concisa, bem diferente da utilizada na carta escrita no mesmo ano para o Imperador Pedro II do Brasil. Sua intenção era demonstrar a nulidade do documento assinado Marquês de Catende, e parte de seu séquito.

Após a reprodução do Ato de Preito e Vassalagem, Dom Nicolau argumenta que:

“O juramente de preito e homenagem” assinado pelos nobres congolezes que colocava o reino na dependência de Portugal seria nulo pois manifestaria uma



contradição ante ao tratamento anterior, de longa data, onde os governadores gerais portugueses em Luanda reconhecem de jure e de fato a soberania do Reino do Congo, não podendo assim voltar atrás. Assim, tal ato de vassalagem representaria “(...)uma infração da independência nacional, aliaz reconhecida pela história e pelo próprio governo de S(ua) M(ajestade) F(ifelíssima) e por todos os seus delegados na província, em diversos documentos oficiais(...)”(Anexo ao memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2)

O autor coloca que seria uma incoerência que as autoridades portuguesas que sempre trataram o Reino do Congo como uma nação independente e soberana, a partir de 1859, passassem a abordá-lo como subordinado, inferior e vassalo. O direito congolês a sua autodeterminação e soberania eram legítimos, historicamente consolidados e nem mesmo os lusitanos - por mais tradicionais aliados do Reino do Congo que fossem - poderiam desdizer isso.

Apesar de autores como Wheeler colocarem que o protesto era uma manifestação precoce de nacionalismo angolano (WHEELER, 1968, p. 40), ou como Herlin (HERLIN, 2004, p. 278), uma oposição a postura favorável assumida por Pedro V do Congo diante dos colonizadores portugueses, o artigo deixa claro que seu autor acreditava, firmemente, que o Reino do Congo como um estado autônomo, soberano e independente em condições iguais ao estado português, corroborando ao postulado por Bontinck, que entende o protesto seria uma defesa do Reino africano e não de uma nacionalidade angolana ainda incerta (1969, p. 119).

Na terceira parte do artigo o Reino é apresentado como sendo um aliado tradicional de Portugal na África e não necessariamente uma colônia, como o eram diversos outros grupos da região como as localidades como Cabinda, Ambriz e outras na foz do Zaire que eram reduzidas a dependência forçada para com Portugal ou mesmo a Grã-Bretanha (PELLISSIER, 1997, p.126).

“(...)S(ua) M(ajestade) El-rei catholico do Congo, e amigo e fiel aliado, mas não vassalo, de S(ua) M(ajestade)F(idelíssima) El-rei de Portugal, para que lhe deva obediência (...)”. (Anexo ao memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Em outro ponto, o Príncipe Dom Nicolau, coloca-se no texto como sendo o único membro da dinastia dos Água Rosada a ter pleno conhecimento e condições para contra argumentar os excessos contidos no Auto de Aclamação de Pedro V (Anexo ao memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

“E não possuindo o reino do Congo pessoa alguma com tanta instrução quanta é precisa para fazer uma pública e solemne declaração a este respeito, senão eu que sou um de seus príncipes;

É de meu dever, como tal, protestar, como protesto, contra o referido auto, na parte que sujeita o mesmo reino ao de Portugal”.(Anexo ao memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Além da autopromoção de Dom Nicolau, em que sua capacitação seria um fator determinante, os outros pontos levantados no artigo do Jornal do Comércio de Lisboa tocam em princípios tidos como basilares para a filosofia política liberal, em voga no período da Regeneração portuguesa, e em princípios costumeiramente estabelecidos pela política internacional da época.

O princípio do respeito aos acordos internacionais firmados e a boa fé na celebração destes estão aspectos basilares nas relações entre os Estados. O Reino do Congo e o Reino de Portugal são apresentados, no texto de Nicolau de Água Rosada, como igualmente independentes e soberanos, a medida em que o Governo de Lisboa desrespeita a soberania do reino africano ele feriria a igualdade jurídica entre os Estados, aspecto este consagrada no Congresso de Viena de 1815 (ACCIOLY, 2009, p. 46) e que pautou as relações entre os dois países desde o século XV.

Por fim, na quarta parte do protesto, e talvez a mais ácida, ele prossegue elencando os artifícios dos agentes coloniais lusos diante das autoridades congolezas. Quanto aos presentes que assinam o dito documento em que o Reino do Congo se coloca como vassalo de Pedro V de Portugal, o autor afirma:

“(…) que todos se dão no referido auto como sabendo ler e escrever, ignoram completamente não só a ambas as coisas, mas também a língua portuguesa (…)”.  
(Anexo ao memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

O desconhecimento do conteúdo do documento e a falta de uma compreensão plena do seu teor fizeram com que tomassem “(...) a frase juramento de preito e homenagem por rectificação de aliança e amizade (...)”. (Anexo ao memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2). Esse argumento é exemplificado, segundo o autor do protesto, pelo fato de que parte dos seus signatários dá ciência ao documento apenas marcando um xis e não o assinando.

A ação dos agentes do estado colonial português nesta questão eram contrárias aos tratados assinados anteriormente com o governo de Mbanza Congo/São Salvador. Ainda segundo o príncipe de Água Rosada as autoridades portuguesas em Luanda agiriam ao arrepio do costume internacional que preza pela obrigação de respeitar aos acordos firmados em outros tempos. O princípio romano do “*pacta sunt servanda*” determinava que os acordos, em

escala individual ou coletiva, deveriam ser cumpridos (REZEK, 2000, p. 35-48), e que neste caso estaria sendo violentamente desrespeitado pela força da conveniência. Neste mesmo espírito, faz alusão a atuação, dos mesmos agentes coloniais, no sentido de lograr as autoridades congolezas na intenção de obter vantagens indevidas, atentando contra a boa-fé que norteia as relações entre os países ditos “civilizados” na elaboração de seus acordos (REZEK, 2000, p. 35-48).

A vasta utilização de conceitos e princípios europeus na construção do texto demonstram uma elevada compreensão da conjuntura política, econômica e social na qual os conflitos entre portugueses e congolezes estavam envolvidos e a apropriação de um conjunto de ideias e paradigmas próprios do Direito das Gentes dos quais, ele, como representante do Reino Congolês poderia se valer para fazer-se ouvir. Essa assimilação de elementos do campo simbólico europeu, e sua utilização, iniciam uma alternativa de protesto ou reação a dominação estrangeira sobre povos africanos que transcendia ao motim e as revoltas armadas (WHEELER & PÉLISSIER, 2013, p.139).

A contraofensiva lusitana às declarações de Dom Nicolau, expressas no artigo de protesto do Jornal do Comércio de Lisboa no início de dezembro de 1859, não demorou a encontrar resposta. Uma semana após a publicação outro periódico lisboeta: o *Archivo Universal*: revista hebdomadária, trazia um outro artigo, de autoria de A. P. de Carvalho - redator chefe da publicação - com comentários e argumentos com vistas à defesa da atuação portuguesa na região do rio Zaire, críticas a Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia e ainda insinuações quanto a verdadeira autoria do texto publicado no Jornal do Comércio.

O texto de A. P. de Carvalho possuía uma argumentação desconexa que mesclava trechos carregados de ironia com outros repletos de preconceito quanto a africanos, assim como uma clara conotação favorável ao nacionalismo português. Este juízo negativo prévio levou o autor a questionar a própria autenticidade do artigo de protesto assinado por Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia e pela primeira vez levantou suspeitas quanto a participação de estrangeiros em sua elaboração, em especial britânicos e brasileiros (CARVALHO, 1859, p. 365-366).

O artigo de resposta publicado na edição de 05 de dezembro de 1859 construía seu argumento no sentido de provar que o Reino do Congo, de fato e por direito, seria vassalo de Portugal e a desqualificar o príncipe congolês, autor do protesto de duas semanas atrás. O texto era composto por cinco pontos; um primeiro no qual o A. P. de Carvalho relata os fatos ocorridos na coroação e o juramento de vassalagem do rei Dom Pedro V do Congo assim

como a defesa da atuação lusa no feito;

“Dissemos na nossa Revista de nº 13, que as operações militares, que se tinham dirigido contra um dos pretendentes ao reino do Congo, restabeleciam sem duvida a antiga influencia portugueza naquele paiz: com efeito tendo chegado em 25 de junho a S. Salvador a tropa que primeiro se enviou do Bembe; em 7 de agosto teve logar a coroação do legitimo sucessor do falecido rei, o marquez de Catende, o qual tinha impetrado o auxilio das forças portuguesas. Naquele acto, em presença dos dois officiaes, que comandavam a expedição; dos parochos do Bembe e do Ambriz; e dos fidalgos e tributários do rei do Congo, prestou juramento de preito e homenagem a S(ua). M(ajestade). El-rei de Portugal” (CARVALHO, *et ali*, 1859, p. 365)

A segunda parte do texto é aquela na qual o autor desqualifica moralmente o príncipe Dom Nicolau de Água Rosa, alegando seu desconhecimento dos fatos históricos acerca de seu próprio Reino e sua ingratidão ante ao Império Colonial Português que lhe concedeu estudo e formação.

“O príncipe D. Nicolau de Água Rosada, tendo recebido a sua educação à custa do tesouro portuguez com o fim de se habilitar a seguir a carreira ecclesiastica, foi viver para Loanda, debaixo das vistas das autoridades de província (...) se conhecendo a inutilidade de dispender o dinheiro da colônia com a educação de uma criatura, que de pois tão bom pago havia de dar aos seus bemfeitores, o nosso Sardonia nunca tomou ordens, e julgou-se mais conveniente empregal-o como temporário na contadoria da junta da fazenda (...)”O príncipe Agua Rosada posto que filho do muito alto, muito poderoso e muito independente rei D. Henrique II não é mais, portanto, que um empregado subalterno, e que tem um limitadíssimo ordenado” (CARVALHO, *et alli*, 1859, p. 365).

A terceira parte o autor interliga os conflitos entre britânicos e portugueses nas margens do Zaire e protesto de Dom Nicolau, sendo que este estaria sendo usado pelos britânicos para encontrar meios para desvincular o Reino do Congo de Portugal:

“Este documento, mais ridículo ainda que insolente passaria despercebido, e dele não trataríamos, se não estivéssemos convencidos de que o sr. Sardonia é o instrumento da diplomacia estrangeira; e se não conhecêssemos que as suas declarações imprudentes e mentirosas podem ser nocivas a Portugal, favorecendo o governo inglez nas suas pretenções de domino nos territórios além do Zaire” (CARVALHO, *et alli*, 1859, p. 366).

Daí, Carvalho elenca uma série de acontecimentos históricos nos quais essa ligação entre portugueses e congolezes se daria e assim justificaria a vassalagem dos congolezes aos portugueses, tais como a dependência militar que as casas reais congolezas possuíam das armas portuguesas e as vezes que os reis africanos se colocaram sob a proteção do rei de Portugal. O artigo finaliza argumentando o quanto seria importante para as autoridades colônias portuguesas atuar fortemente nesta questão.

“ O procedimento do sr. D. Nicolau não deve ser desprezado pelo governo. Se esse protesto não é apócrifo, e necessário investigar se um tal acto nasceu espontaneo de seu autor, se lhe foi imposto, ou extorquido por alguém. Devemos lembrar de que, se ficar de pé esse documento, os estrangeiros se hão de aproveitar dele, para nos guerrearem por meio da diplomacia” (CARVALHO, *et alli*, 1859, p. 366).

O artigo de A.P. de Carvalho é o primeiro a suscitar a suspeita da participação de terceiros no protesto de Dom Nicolau, e com isso, deixar claro sua crença racista de que africanos, mesmo que devidamente instruídos e “assimilados” à cultura europeia não seriam capazes de atuar num campo simbólico tido como precipuamente europeu, como é a imprensa. Isto vem de encontro as críticas e ironias lusitanas quanto a estes mesmos “assimilados” já feitas em Angola no período (WHEELER, 2006, p. 146). Por outro lado, inaugura uma argumentação, de base historicista, que justificaria as pretensões portuguesas à posse de diversos territórios na África e que teriam nos juramentos de vassalagem um de seus principais motes, tal argumentação aparece na obra do Visconde de Paiva Manso de 1877(PAIVA MANSO, 1877) e no “*Les Droits du Portugal au Congo*” de 1884 (PORTUGAL, 1884). Este tipo de alegação passou a ser amplamente utilizada pelos portugueses para requerer, junto a outros países europeus, a posse de diversas regiões, em especial a região do antigo Reino do Congo e próximas a Foz do Zaire.

O modo como A. P. de Carvalho argumenta na defesa da posse portuguesa sobre esses territórios e nas opiniões acerca de Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia estenderam-se por toda a segunda metade do século XIX e teve reflexo por toda a primeira metade do XX. A estigmatização do príncipe de Água Rosada como “ingrato”, “desleal” para com os portugueses, que lhe deram educação e o trataram de acordo com sua nobreza, perpassará aos demais textos portugueses do século XIX acerca do episódio

O artigo de A.P. de Carvalho, faz menção a legitimidade do “Preito de Homenagem e Vassalagem”, firmado entre o rei do Congo e o rei de Portugal. Apesar da primeira impressão na qual o termo é mostrado como sendo de comum significado entre os dois povos é importante frisar que termos iguais em culturas diferentes, podem não ter o mesmo significado para ambas, conforme postula Marshal Sahlins.

“Para serem inteligíveis as práticas e ideais de outras pessoas devem ser situados em seu próprio contexto, compreendidos como valores posicionais num grupo de suas próprias relações culturais” (SAHLINS, 2007, p.22).

Diante disso é possível afirmar que a instituição da suserania e da vassalagem utilizado pelos portugueses seja distinta daquela utilizada pelos congolezes. Enquanto africanos faziam uso da prática do “undamento”, já descrito anteriormente, o instituto da suserania e da vassalagem em Portugal remonta a reconquista do território dos muçulmanos no século XII.

As origens da instituição da suserania e vassalagem em Portugal remontam a Idade Média. As terras tomadas dos islâmicos tornavam-se propriedade real, o rei tornava-se o grande suserano e as distribuía, a outros nobres tornando-os, assim, seus vassalos (LOPES, 2000, p. 404). Quanto aos nobres congolezes. Esse hábito, por sua vez, derivava do costume dos reinos godos que ao tomar posse da terra por meio da força militar, nelas instituía o direito de conquista, onde o chefe militar as dividia entre seus capitães, convertendo-os em vassalos seus, portanto, obrigados em troca dessa concessão, a certos serviços e taxas (LOPES, 2000, p. 404).

Não sendo o bastante fazer publicar seu protesto no periódico lisboeta o Príncipe Dom Nicolau, neste mesmo período, remete uma outra carta que fora enviada ao monarca Dom Pedro V de Portugal onde expõe suas queixas acerca do tratamento dado a questão da sucessão ao trono congolês e reafirmando a autonomia de seu país (WHEELER, 1968, p.40). Acerca de tal fato o agente consular do Império do Brasil em Luanda, Dr Saturnino de Sousa e Oliveira declara:

“Dom Nicolau escreveu uma carta de protesto ao Jornal do Comércio de Lisboa e outra ao próprio rei de Portugal questionando a coroação de D. Pedro V como rei do Congo e da vassalagem deste ao rei de Portugal” (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Importante frisar, que esta busca por formas de comunicação direta entre os líderes congolezes e reis, papas e outros governantes europeus não era algo inédito na história do Reino africano. Desde as cartas enviadas ao Papa Paulo V por Álvaro II em 1605 e Inocêncio XI em 1682, passando pelas missivas à Felipe II da Espanha em 1605 durante a União Ibérica (AMARAL, 1997) ou ainda a Maurício de Nassau e ao governo de Amsterdã (VAINFAS & SOUZA, 1999) durante a dominação holandesa de parte da América Portuguesa ainda no século XVII e até mesmo Dom Henrique II que escreve a Dom João VI de Portugal (CORREA, 2007)<sup>42</sup>, este foi um recurso já conhecido e que demonstram mais uma vez a assimilação de elementos do campo simbólico e religioso europeu e sua utilização.

---

<sup>42</sup> Todos estes eventos já estudados já foram devidamente estudados no capítulo 01 desta dissertação.

Até o fim de dezembro de 1859, os debates entre o artigo de Dom Nicolau publicado no Jornal do Comércio e o de A. P. de Carvalho na Revista Hebdomadária estava restrito à metrópole. Segundo o relato do cônsul brasileiro Doutor Saturnino de Sousa e Oliveira, o artigo contendo o protesto escrito por Dom Nicolau chega a Luanda no fim de mês de dezembro, já próximo ao natal, em um pacote chamado “África”, e logo a notícia se espalhou por toda a cidade (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Alguns dias depois, segundo relatos do próprio agente consular, aparecem rumores na cidade de que o texto deveria ser obra do próprio Doutor Saturnino, segundo suas próprias palavras temos:

“(…) e só no terceiro dia da chegada, quando eu estava a escrever a Dom Nicolau (como me recorde ter já dito verbalmente a vossa excelência) para noticiar-lhe o conteúdo do despacho recebido, veio algum, à minha casa, e mostrou-me o protesto publicado (pois eu não leio jornais, nem os do Brasil, como toda a gente o sabe), acrescentando que se dizia que Dom Nicolau o havia escrito e publicado por influência minha, pois que eu era o seu médico e ele se dizia meu amigo. [Ri]-me disse (...)”. (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Porém, esta acusação quanto ao envolvimento do brasileiro não era algo restrito apenas as autoridades coloniais, aparentemente tal insinuação espalhou-se até ao ponto de ser repercutida por um panfleto local:

“Para se perceber que com antecedência se preparavam circunstâncias que fizessem recair sobre outrem a responsabilidade de qualquer fato relativo à intervenção estranha na política portuguesa à respeito do Congo, bas[tara] ligar quanto deixo narrado com a circunstância de ser publicado no porto um periódico intitulado “Purgatório” no qual, em um artigo se diz, em termos poucos decentes, mas com palavras que me parecem ter sido emprestadas por Augusto Peixoto, de quem eu próprio ouvi algumas delas, que eu fora o redator do protesto de D. Nicolau contra a posse do Congo: isto é –antes que aqui houvesse conhecimento de tal protesto, mandam-se daqui para Lisboa um artigo no qual a sua redação me era atribuída, como o foi logo que ele cá chegou publicado (...)”.(Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Apesar do cônsul geral levantar suspeitas contra o escrivão do Governo Geral, Augusto Peixoto, com quem tinha desavenças pessoais, o relato de que o protesto do Jornal do Comércio de Lisboa fora escrito por outra pessoa que não o próprio Dom Nicolau de Água Rosada ganhava força. Quando questionado pelas autoridades metropolitanas sobre seu envolvimento na redação seja do artigo de jornal, seja da carta ao rei de Portugal ele a descreve da seguinte forma:

“Por esse tempo encarregou-me Dom Nicolau da carta para sua majestade o Imperador; alguns dias depois disse-me que tinha escrito a El-Rei de Portugal queixando-se da redação do auto da coroação de seu primo, novo rei do Congo (o qual auto eu ainda não tinha lido). Ao dia seguinte trouxe-me, envolvido em um papel, um manuscrito, que me disse ser a cópia da carta à El-Rei, para eu ler. Era para mim objeto sem importância, e, ocupado eu com outros negócios, não o vi: mas, quando conversei com Gabriel (...), dei-lhe notícia da carta cuja cópia tinha em meu poder, a qual prometi mostrar-lhe, o que realizei, passando-lha como a tinha recebido do autor. (Não me recordo já se [lhe] mandei ou se eu próprio lha levei.) Depois de algum tempo Gabriel devolveu-me a carta em um sobrescrito com seu sinete, e assim a confundi com outros papeis até que tive de a procurar à vista do príncipe quando ele me a pediu, e lha entreguei com o mesmo invólucro que trouxera do poder de Gabriel”. (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Independentemente da sequência dos acontecimentos e do grau de envolvimento do cônsul brasileiro e do comissário britânico, o envolvimento deles no plano de Dom Nicolau e no envio de suas correspondências ao jornal e ao rei português é aqui assumido pelo primeiro deles. Se por um lado ele se coloca apenas como tendo sido informado por Dom Nicolau acerca do protesto contra a coroação do novo rei do Congo, ele admite ter feito uma leitura prévia da carta que o mesmo enviaria ao rei de Portugal e ainda tê-la repassado ao comissário britânico. Curiosamente Dr. Saturnino denuncia que, Edmund Gabriel, sim fez alterações no texto da carta enviada ao rei português e ainda o lacrou com seu selo pessoal e coloca sua participação no evento como o de um leitor displicente e desinteressado. Esta confissão de conhecimento prévio, de pelo menos parte dos protestos, feito por Dom Nicolau e de sua participação conjunta com o comissário britânico Edmund Gabriel, suscitarão as desconfianças das autoridades portuguesas e motivarão as investigações futuras.

Edmund Gabriel era o juiz britânico na Comissão Mista Anglo-Portuguesa para combate ao Tráfico de Escravos em Luanda, atuou durante muitos anos no combate ao tráfico de homens e mulheres para o trabalho escravo (GALTON, *et al*, 1863, p. 135). Filho de um oficial da esquadra britânica, ele seguiu a carreira do pai tornando-se um profundo conhecedor do litoral da África Centro Ocidental e da dinâmica do fluxo do tráfico de escravos. Por isso é nomeado pelo secretário dos estrangeiros britânico, Conde Aberdeen, juiz do Tribunal Misto Anglo-Portuguesa que se caracterizava pela atuação enérgica no combate a deportação de homens e mulheres para o trabalho escravo (GALTON, *et al*, 1863, p. 135). Para Wheeler (1968, p. 51), no entanto, a participação do comissário britânico fora inicialmente relutante, porém sua atuação foi ganhando importância até ele se tornar determinante no transcorrer dos fatos que se precederam ao assassinato de Dom Nicolau.

Porém, no primeiro momento após a ciência do teor do artigo de protesto por parte das autoridades coloniais é o de se voltar contra seu funcionário: Nicolau. Segundo os relatos do



cônsul, em um evento social na casa do escrivão do Governo Geral, eram debatidos os pontos colocados por Dom Nicolau no seu artigo, e se faziam insinuações quanto a participação do agente consular brasileiro na confecção e publicação do referido texto, abertamente. Referindo-se a Dom Nicolau, nesta mesma ocasião, ele relata o que ouviu do Governador Geral José Rodrigues Coêlho do Amaral:

“(…) pois há de sofrer alguma coisa por causa disto – intitula-se ainda príncipe e não é mais do que um simples empregado assalariado do governo, e súdito português, porque desistiu de tudo o mais pelo fato de ter aceitado o lugar da junta da fazenda (...)””. (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Esse fato engendrou toda uma articulação voltada para livrar Dom Nicolau de uma possível retaliação por parte do Governo Geral.

Todos estes pontos descritos acima levam a inferência acerca da possibilidade de alguma forma de planejamento quanto à redação das cartas e o vislumbre das consequências que estas poderiam ter, assim como o temor ante as possíveis represálias por parte do Governo de Luanda. Importante lembrar que seu tio, Dom Alex, líder da revolta dos Ndembos de 1841, fora encarcerado por cerca de catorze anos sendo libertado já quando próximo de sua morte (WHEELER & PÉLISSIER, 2009, p. 139). Essas informações levantam questionamentos importantes acerca da intencionalidade do redator da correspondência a Dom Pedro II, de garantir asilo sob seu patrocínio, assim como o temor quanto a sua integridade física, ou ainda uma tentativa de aproximar o Reino do Congo do Império do Brasil.

Porque solicitar asilo em um país agrário, escravocrata e que nos últimos anos da década de 1840 fora um dos principais importadores de homens e mulheres expatriados para alimentar suas lavouras em expansão? Para responder ao questionamento, se faz necessário especificar as relações entre os portugueses e os brasileiros na primeira metade do século XIX, e destes com os povos do centro oeste africano neste mesmo período.

Apesar de uma aparente “retórica da afetividade” no que tange as relações internacionais entre o Brasil e Portugal colocada entre estudiosos tanto brasileiros quanto portugueses, a pesquisadora Fernanda P. S. Maia (2006, p. 35), postula que uma série de conflitos de interesses relacionados ao comércio entre os dois países, na primeira metade do século XIX, tornaram essa aproximação uma relação em que havia mais arestas a serem aparadas que convergências que possibilitassem parcerias internacionais (MAIA, 2006, p. 40). A obra de Cervo quanto ao mesmo tema (2000, P. 129), caracteriza os contatos entre os dois países neste período como “contraditórios”.

Logo após a assinatura do tratado de 1825 que reconhecia a emancipação política do Brasil - e que fora intermediado pelos britânicos - o parlamento lusitano elaborou um discurso oficial conciliador (MAIA, 2006, p. 37) e sua chancelaria trabalhou durante o período subsequente de modo a superar o mal-estar causado pelo referido tratado e buscando manter vivos os laços ainda existentes, para que disso possibilitasse futuras transações comerciais (MAIA, 2006, p. 38). Após as tentativas frustradas de assinatura de novos tratados entre as duas cortes entre 1828 e 1831, as relações luso-brasileiras ficaram como que estacionadas (MAIA, 2006, p. 40).

Ao mesmo tempo o comércio de vinhos e outros gêneros alimentícios entre os dois países seguia apesar da ausência de um tratado formal (CERVO, 2000, p. 135). Cessados os problemas relacionados ao tráfico de escravos, os interesses do Império do Brasil se voltam para as questões platinas, e os portugueses fazem a sua “viragem” para a África (ALEXANDRE & BETHENCOURT, 1998, p 1998), o único ponto de interesse comum entre o governo de Lisboa e o do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1840 a 1860 seriam os movimentos migratórios e os problemas dele decorrentes (CERVO, 2000, p. 135). Este distanciamento entre as cortes de Lisboa e do Rio de Janeiro acabariam por permitir a Dom Nicolau um asilo seguro contra as investidas por parte de Portugal.

Ao mesmo tempo em que havia este distanciamento entre os governos português e brasileiro as relações entre o Império do Brasil e a província angolana ainda subsistiam. O Governo do Rio de Janeiro parecia demonstrar mais interesse em expandir relações formais e comerciais com a colônia angolana do que com sua metrópole. Apesar da diminuição gradativa dos fluxos comerciais entre os dois lados do Atlântico Sul após 1850, havia o interesse formal em restabelecer estes fluxos econômicos (Minuta da instrução de 12/1857, AHI 238/2/1). A correspondência enviada pelo Príncipe Dom Nicolau de Água Rosada a Pedro II (Anexo ao memorando de 29/03/1859, AHI:238/2/2), e o encaminhamento feito pelo cônsul brasileiro em Luanda, levantam a possibilidade de um aumento das conexões comerciais diretas entre o Brasil e a África, especialmente com o Reino do Congo, não intermediada pelas autoridades portuguesas, como o que ocorria com o comércio para Luanda e Benguela (Memorando de 07/02/1858, AHI: 238/2/1). Para o Império Brasileiro, Dom Nicolau poderia, assim, ser a chave para a implementação destas novas relações com o continente africano. E aparentemente, Dom Nicolau sabia disso.

Esta iniciativa de desenvolvimento das relações comerciais entre o império americano e o Reino Congo – tratado pelo agente consular brasileiro como uma nação soberana e

autônoma (Memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1) – retomam aspectos já utilizados pela nobreza congoleza em períodos anteriores de sua história, conforme já mencionado no capítulo 01 desta dissertação. A missiva de Dom Nicolau para Dom Pedro II demonstra entendimento da conjuntura internacional na qual seu país estava envolvido e ciente disto ele busca utilizar-se dos antagonismos e disputas entre os povos atlânticos – portugueses e brasileiros, portugueses e britânicos – assim como de aspectos diplomáticos e simbólicos da política internacional – *pacta sunt servanda*, boa fé nos acordos entre países e o reconhecimento da soberania mútua – para aferir vantagens pessoais e ainda combater a dominação de seu país assim como alcançar um novo posicionamento do Reino do Congo no comércio exterior.

### **3.7. A Guerra dos Quatro Reinos: Reino do Congo, Portugal, Brasil e Grã-Bretanha**

A invasão da capital do Reino do Congo, Mbanza Congo/São Salvador, pelos portugueses, e a respectiva entronização de Pedro Lefula como rei, levaram Álvaro XIII, e seus partidários, a se refugiarem na cidade de Mbanza Puto, próxima a capital, o mesmo local onde Pedro V fora coroado. Esta era chefiada por seu irmão Dom Rafael (CORREA, 2007) e que até então se manteve neutro no conflito. Outra parte de seus partidários estabeleceram-se na região do Ambriz (PÉLISSIER, [1986], 1997, p.132).

Três semanas após a coroação, em 9 de outubro de 1859, Dom Álvaro chefiou um ataque contra a capital de Pedro V, e foi derrotado pelos soldados portugueses, que em retaliação incendiaram outras treze aldeias próximas (CORREA, 2007). Iniciara-se a estação das chuvas no norte de Angola (PÉLISSIER, [1986], 1997, p.132). As forças portuguesas, apesar desta vitória se encontravam debilitadas, e famintas, dependendo da sorte, muito mais do que suas capacidades físicas frente ao embargo comercial imposto por Álvaro XIII (PÉLISSIER, [1986], 1997, p.132).

As tropas estacionadas nas proximidades da capital, apesar de toda a conjuntura desfavorável, recebem ordens de atacar os rebeldes de Álvaro em seu novo esconderijo (CORREA, 2007). Assim, em 12 de novembro de 1859, o capitão de artilharia Militão de Gusmão, lança um ataque. Estas não tiveram dificuldades em vencer as tropas europeias (CORREA, 2007). Militão foi capturado e o governador do Ambriz – Souza Menezes – foi ferido. Os soldados que sobreviveram debandaram, abandonando as armas e os canhões trazidos por eles, caíram nas mãos dos amotinados (CORREA, 2007).

A partir deste momento do conflito as narrativas portuguesas - que compõe a maioria

dos registros acerca do tema - e mesmo os relatos do agente consular brasileiro, trazem descrições sangrentas acerca da guerra promovida pelas tropas de Álvaro, o que realça sua selvageria e de colocam os portugueses como vítimas. Neste espírito, René Pélissier ([1986], 1997) e Arlindo Correa (2007) são unânimes em relatar que o capitão de artilharia Militão de Gusmão, que fora capturado, fora decapitado (PÉLISSIER, [1986], 1997, p.132), parte de seu coração teria sido devorado por Dom Álvaro XIII e sua cabeça é dissecada e veio a servir de taça onde Álvaro XIII tomava seu vinho de palma (CORREA, 2007). O irmão do postulante de Álvaro entrega o corpo as autoridades portuguesas para que seja sepultado (CORREA, 2007). Parte destas descrições, contudo, podem servir para criar um cenário no qual as forças de Álvaro Makadolo sejam mostradas como primitivas e desprovidas de qualquer humanidade. O que legitimaria a conquista portuguesa.

Motivados pelas vitórias em Mbanza Puto, as forças de Álvaro XIII iniciam seus ataques contra os estrangeiros residentes no Ambriz e nas margens do Zaire e marchando de lá para o sul. As tropas se lançam, neste momento, sob as instalações da *Western Africa Malachite Cooper*, que a esta altura estava precariamente defendida. As instalações das minas, tais como: máquinas à vapor, macacos hidráulicos e serrarias que tanto causaram impressão a Dom Pedro Lefula (MONTEIRO, 1875, p.223), agora eram alvo da fúria de seus opositores. Após ao ataque as forças congolenses se apropriam do cobre e da malaquita que estavam prestes a ser exportadas, as vende para os ingleses e franceses do litoral em troca de ainda mais armamentos. O consulado brasileiro em Luanda descreve com pesar a invasão da instalação das empresas de Flôres:

“(…), os pretos do interior do país (Congo) roubaram uma porção de [cobre] extraído das minas do [Bembe], que vinha conduzido por uma caravana de cerca de mil carregadores por conta da companhia mineradora, da qual é agente o mesmo Flores. Este cobre foi comprado pelos ingleses estabelecidos no litoral, a troco de [ilegível] e de armas fornecidas aos indígenas”. (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2)

Os prejuízos causados pelos ataques foram críticos. A manutenção das atividades da *Western Africa Malachite Cooper* na região estava seriamente prejudicada e o próprio Flôres dava o empreendimento como perdido. O agente consular brasileiro descreve sua reação ante ao ataque:

“Consta-me também que Francisco Antonio Flores, como gerente da companhia mineradora declarou ao governo que considerava perdidas as minas, e que o governo português teria de responsabilizar-se por este prejuízo da companhia que é inglesa” (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2)

Após o ataque principal as forças de Makadolo, com suas tropas e suas peças de artilharia, realizaram outros ataques a outras feitorias de propriedade de súditos brasileiros, direta ou indiretamente, vinculados a Francisco Antonio Flôres ou a operação da firma na região e em pontos ao longo da estrada que ligava o Bembe ao Ambriz. Os sobreviventes da guarnição portuguesa escondidos em várias delas foram mortos. Após a derrota Banza Puto muito dos soldados portugueses, famintos e debilitados, empreenderam fuga no sentido de cruzar o rio Loge e juntamente com eles, funcionários civis da firma assim como suas mulheres e filhos (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2). Dentre eles, o agente consular descreve, com riqueza de detalhes, o caso dos fugitivos brasileiros que residiam na vila angolana de Ruibála que vieram a perecer no percurso. O cônsul Saturnino, remete a chancelaria imperial no Rio de Janeiro o relato do episódio:

“No momento em que escrevo este officio acaba de chegar a noticia de que um distrito desta provincia, denominada [R]uibála, entre o Ambriz e o Bimbe (...), que se sabia estar sitiado pelos pretos (...), foi reduzido pela fome: que a força militar, mulheres, crianças e [empregados], sendo ao todo cerca de 140 pessoas, rompendo caminho para o Ambriz com duas pequenas peças, chegaram a margem do rio Logi (uma lagoa distante e à vista de Ambriz) com grande fadiga, mas acabando-se[-lhes] ali as munições [lançavam] as peças ao rio; o que sendo [percebida] pelos selvagens caíram [sobre] a gente [fugitiva], que, como único recurso, se lançou ao rio, onde [pereceram] cerca de oitenta pessoas, entre as quais a mulher do official, chefe do conselho do [Zuibála], (Européia), algumas outras mulheres e crianças, e o súdito brasileiro [Gason] Ferreira [Guillette], natural da Bahia, que ali estava como empregado da companhia das minas de cobre”. (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

A notícia dos ataques e da crueldade das tropas de Álvaro se espalha levando pânico por toda a região até o Ambriz (PÉLISSIER, 1997, p. 134).

Importante frisar, mais uma vez, que estas descrições feitas por portugueses e brasileiros eram pródigas em mostrar os congoleses como impiedosos. Esse tipo de narrativa realça aspectos relacionados a selvageria dos povos locais cada vez mais busca convencer seus leitores da justiça e da necessidade da ocupação portuguesa. Isto cria um cenário nos quais a guerra de invasão dos estrangeiros sobre os africanos fosse retratada como o embate entre o progresso e o atraso, o desenvolvimento e o retrocesso, o conhecimento e a ignorância, enfim a civilização contra a barbárie, o que justificaria, por si só, a ocupação de seus territórios e a imposição de um estilo de vida ditado pelos europeus.

Ao se aproximar da cidade portuária de Ambriz, as tropas de Álvaro XIII se voltam para as fazendas de produção de algodão do Sr. Flôres que ficavam nos arredores da cidade. A

estratégia de cerco, a tomada de estabelecimentos comerciais e a troca de seus produtos por munição e armamentos foram novamente adotadas nas fazendas de algodão de Francisco Antonio Flôres. Com um tom de preocupação e carregando na descrição das atrocidades por parte dos congolezes, o Doutor Saturnino de Sousa e Oliveira narra, mais uma vez, o evento e descreve o massacre de um grupo de brasileiros que trabalhava nas propriedades de Flôres:

“Os pretos do [ilegível], acompanhado na margem do rio [Logi], e fazendo suas constantes assaltadas sobre o Ambriz, destruíram a propriedade e extensa plantação de algodão pertencente ao súdito brasileiro Francisco Antonio Flores, e uma porção de algodão já colhido, matando-lhe também, e ferindo alguns escravos que ali estavam e que pretenderam defender o estabelecimento. Assim tem este individuo sofrido em importante prejuízo sem que eu possa ser-lhe útil por não ter aqui em navio de guerra brasileiro, que teria defendido naquele lugar essa propriedade como os americanos e ingleses têm defendido as de suas respectivas nacionalidades” (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2)

Às margens da desembocadura do rio Zaire, outros ataques contra empreendimentos brasileiros também ocorriam. O cônsul relata, esses ataques de modo a corroborar os efeitos negativos que a ausência de uma frota da marinha brasileira nas costas da África Centro Ocidental.

“Nas proximidades da foz do rio [Zaire] existem dois ou três súditos brasileiros, perto das feitorias Francesas, os quais estão expostos, sem proteção, a todos os atos de vandalismo que os pretos quiserem exercer sobre suas propriedades” (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Importa notar que o risco, descrito pelo cônsul, não era sobre as feitorias francesas ali instaladas, mas contra as brasileiras. Para o grupo de Álvaro XIII os empreendimentos brasileiros estavam vinculados as iniciativas coloniais portuguesas na África Centro Ocidental. O sentimento do agente consular brasileiro diante dos ataques sofridos pelos donos de firma brasileiros, especialmente Francisco Antonio Flôres e a identificação de seus negócios com o Império do Brasil remontam, de um lado, o lamento contra o fim da Divisão da Costa de Leste, também chamada de Divisão Naval na Costa d'África, da marinha imperial brasileira que fora desmobilizada em 1829 (OLIVEIRA, 2010, p. 105-111), conforme já mostrado no capítulo dois desta dissertação.

Diante do avanço dos congolezes revoltados ao norte e seus sucessos contra as forças coloniais e os empreendimentos do poderoso negociante Francisco Antonio Flôres e sua *Western African Malachite Cooper*, o clima de beligerância contra as forças coloniais portuguesas na África Centro Ocidental aumenta e surgem notícias de motins em outros

pontos da colônia. O cônsul Sousa e Oliveira relata, em sua correspondência de março de 1860, que já havia notícias de insurgências no extremo sul da colônia em Moçamedes (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2), região de vastas plantações de algodão também de propriedade de brasileiros (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 449).

Em meio a esses acontecimentos, o príncipe Dom Nicolau de Água Rosada aguardava a resposta do imperador Pedro II do Brasil quanto ao seu pedido de asilo. O cônsul, abrigara o príncipe africano em sua residência. Ao justificar sua iniciativa, em meio às investigações acerca da morte de Dom Nicolau, ele alegou que devia considera-lo um postulante ao asilo no Brasil e que seria um ato de benignidade do governo imperial brasileiro protegê-lo, enquanto esperava a resposta vinda da Corte do Rio de Janeiro: “creio que poderia fazê-lo em favor de qualquer indivíduo; e principalmente de um que (estrangeiro ou não para Portugal) tinha já recorrido à alta proteção de sua majestade o Imperador (...). (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Apesar do proposto pela obra de ficção de Eduardo Agualusa (1996) e pelo descrito por Alfredo Sarmiento (1886), que aponta Nicolau em sua tentativa de fuga para Londres, as descrições feitas pelo representante do governo do Rio de Janeiro em Luanda, o príncipe de Água Rosada estava decidido a seguir para o Brasil, ainda que a proteção pedida ao imperador lhe fosse negada (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Surge agora talvez o maior dos enigmas acerca da trajetória de vida de Nicolau de Água Rosada e Sardônia, a montagem de sua estratégia de fuga. Neste processo se envolvem o próprio cônsul do Império do Brasil em consórcio com o comissário britânico Edmund Gabriel (WHEELER & PÉLISSIER, 2012, p. 141). Edmund se propõe a oferecer um salvo conduto como refugiado político a Dom Nicolau para ser embarcado em qualquer navio britânico de passagem por Ambriz o que o colocava sob a proteção da marinha britânica (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2). Como Nicolau não conhecesse ninguém em Ambriz, Edmund escreve cartas à negociantes britânicos na região – Morgan e Hangh – e pede para que ele seja levado ao porto franco de Quissembo para de lá embarcar o mais rápido possível em algum navio (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Enquanto o príncipe congolês preparava-se para partir de Luanda, o Governador Geral coloca em prática sua primeira iniciativa no sentido de punir o príncipe revoltoso, a transferir Dom Nicolau da sede em Luanda. Para Arlindo Correa (CORREA, 2007), assim como para Wheeler (1968) e Bontinck (1969), ele foi removido para a cidade de Moçamedes atual Namibe, naquele momento a mais austral das possessões portuguesas na África Centro

Ocidental. Para, Pélissier ([1986], 1997, p. 132) Nicolau foi transferido para o Ambriz, ao norte, porém em sua obra escrita em parceria com o norte americano Douglas Wheeler (WHEELER & PÉLISSIER, 2013, p. 141), ele afirma que a transferência fora para o sul, Moçamedes. A portaria do Governo Geral, publicada no Boletim Oficial da Província de Angola de 27 de dezembro de 1859, declara que Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia, foi nomeado escrivão do governo colonial português em Ambriz e ainda deveria substituir o governador local quando de sua ausência (ÍNDICE DO BOLETIM OFFICIAL, 1864, p.34).

Seguindo em seu plano de migrar para o Brasil, ainda que sem a resposta oficial, ele decide seguir para o Reino do Congo de modo a encontrar sua família para despedir-se e obter algum capital de modo a que subsidiasse sua viagem e instalação no outro lado do oceano (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2). A surpresa quanto a este episódio está nos métodos pelos quais pretendia se utilizar para obter estes recursos. Segundos a descrição do agente consular brasileiro:

“(...)obter duzentos [ou] quatrocentos cativos para serem [libertados] pelos colonizadores franceses, e que deste modo criaria um pequeno capital para [passar]-se depois para o Brasil, (...)”. (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Apesar do uso do termo “libertar”, ele pretendia negociar alguns escravos com os traficantes franceses, que os transportavam sob o status de imigrantes enquanto na verdade eram escravos, e através disso obter algum dinheiro para instalar-se no Brasil. No entanto o plano de vender escravos não chega a se concretizar. Esse fato diz bem do caráter ambíguo do plano nacionalista de Dom Nicolau, seja este em nome de uma proto-nacionalidade angolana ou mesmo um sentimento nativista quanto ao Reino do Congo e do seu protesto contra o colonialismo português (WHEELER & PÉLISSIER, 2013, p. 141).

### **3.8. O ocaso do Infante Esquecido**

Dom Nicolau de Água Rosada despediu-se do Comissário Edmund Gabriel e do cônsul Saturnino de Sousa e Oliveira, pedindo-lhe que o avisasse quanto a resposta do Rio de Janeiro. O príncipe levava consigo um salvo-conduto, emitido pelo comissário britânico (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2). Dom Nicolau segue assim para o Ambriz, de modo a executar seu plano de fuga.

Após chegar ao Ambriz, ele se dirige a cidade de Quissembo, fora dos limites da



possessão portuguesa. Os últimos passos de Dom Nicolau, segundo a descrição de Alfredo Sarmiento (1886), foram os seguintes:

“Na manhã de um domingo, pediu-me D. Nicolau emprestada a minha tipoia<sup>43</sup>, manifestando o desejo de ir dar um passeio ao Quissembo, onde eram situadas as feitorias inglesas. Tentei dissuadi-lo do seu intento, fazendo-lhe ver a inconveniência de um semelhante passo (...). Não valeram nem os rogos nem as observações. D. Nicolau partiu de viagem de recreio ao Quissembo, indo hospedar-se n’uma feitoria inglesa a cargo de um tal Morgan, que tinha sido o negociador activo de toda aquella vasta intriga (...)” (SARMENTO, 1886, p 68).

“Sabendo os pretos que D. Nicoláu se achava no Quissembo, dirigiram-se em tropel, com grande vozerio, à feitoria inglesa, reclamando do encarregado d’ella a entrega do desditoso príncipe que, segundo eles, incorrera n’uma grande cabala (crime), e tinha de ser julgado pelas leis gentílicas. Negou-se o inglez à satisfação do pedido; instaram os pretos, ameaçaram incendiar a feitoria (...)” (SARMENTO, 1886, p 69). “Invadiram a feitoria, arriaram a bandeira inglesa que despedaçaram e pizaram aos pés, apoderam-se de D. Nicoláu Agua-Rosada, que mataram barbaramente a golpes de machete (faca do matto), decepando-lhe em seguida os membros e levando em triumpho a cabeça espetada n’um pau. (SARMENTO, 1886, p 69).

A notícia da morte de Dom Nicolau se espalha pelo mercado de Quissembo, o governo português de Ambriz é informado do ocorrido no dia seguinte (SARMENTO, 1886, p. 69).

A cidade portuária, ao norte de Luanda, que já havia prestado juramento de lealdade aos britânicos, tendo rompido o mesmo por volta de 1854 (BONTINCK, 1969, 116), ficava fora das possessões portuguesas e continha uma série de firmas comerciais cujos proprietários eram ainda os britânicos, tendo também americanos e holandeses (WHEELER, 1968, p. 51).

Tão incerto quanto quem organizou e executou o assassinato do referido príncipe, são as motivações para o crime. Sem perder de vista que os quadros feitos pelos contemporâneos destes fatos são carregados nas tintas, uma execução como esta, chamou a atenção das autoridades coloniais portuguesas e impôs uma nova dinâmica na condução dos conflitos entre as forças rebeldes de Álvaro XIII e o Governo Geral de Luanda.

As explicações para a morte do príncipe de Água Rosada giram em torno de três eixos. Ainda que os argumentos utilizados pelos autores mesquem um ou mais destes fatores podem ser divididas em três grandes eixos de explicação. De um lado, versões que o colocam como uma vítima da ambição das nações estrangeiras, em especial o Império do Brasil e a Grã-Bretanha; outro que põe o assassínio como causado por questões internas dos grupos nativos envolvidos naquele dado ambiente político e social; por fim, uma terceira explicação, que postula que tal morte se deu como a consequência natural das iniciativas do próprio Dom Nicolau em seu plano de ascensão social.

---

<sup>43</sup> Tipoia como meio de transporte no qual dois homens levavam uma vara sobre os ombros onde se apoiava uma rede e o viajante ia reclinado.

Corroborando com a afirmação de que Dom Nicolau fora vítima das ações de brasileiros e britânicos na região os artigos de jornal de A. P. de Carvalho (1859), seguido por Sarmiento (1886) e mais contemporaneamente, de Wheeler e Pelissier (2012), vem contribuir com este postulado. O artigo de Wheeler (1968, p. 69) questiona quanto aos reais interesses brasileiros no caso e os objetivos do Império do Brasil na África centro ocidental. Em outra de suas obras (WHEELER & PÉLISSIER, 2012, p. 141), ele argumenta que apesar do Império, na década de 1840 - 1860, estar voltado para seus problemas na América do Sul, este nunca deixou de “acenar” quanto a uma maior aproximação com a província portuguesa de Angola. Quanto a Grã-Bretanha, apesar de afirmar que o envolvimento do comissário britânico na questão tenha se iniciado de modo vacilante (WHEELER, 1968, p. 51), este foi fundamental nos últimos dias de vida de Dom Nicolau. Os atritos diplomáticos com o império colonial português em expansão no sentido da desembocadura do rio Zaire e os britânicos já estabelecidos, são aspectos mencionados por seus contemporâneos (SARMENTO, 1886; AHI:238/2/2; CARVALHO, 1859, p. 365-366). O príncipe, nesta conjuntura aparece como um crédulo inocente, incapaz de agir por conta própria e vítima da má fé dos agentes estrangeiros (SARMENTO, 1886, p. 69).

Um outro conjunto de posicionamento, colocam o assassinato dentro de um contexto interno dos povos da região, no ambiente próprio das décadas de 1840, 1850 e 1860 na África Centro Ocidental. Para Péliissier ([1986], 1997, p.133), o assassinato de Dom Nicolau poderia ser um ato de revanche do grupo dos Solongos contra seus ex-suseranos do Reino do Congo, ou ainda um ato de revolta contra a entrega de porções importantes do Reino do Congo a estrangeiros (WHEELER, 1968, p. 52).

Dentro deste viés Dom Nicolau teria sido morto por ser filho de Henrique II (PÉLLISISER [1986], 1997, p.133) – que se notabilizou por aliar-se aos portugueses - ou por ter influenciado decisivamente seu pai para favorecer a cessão das terras para os portugueses (Memorando de 29/01/1860, AHI:238/2/2), ou ainda por ser primo do rei Dom Pedro V, que havia se colocado como vassalo do rei de Portugal (PÉLLISISER [1986], 1997, p.133). Sua morte se deu em razão da vingança de grupos pró-Reino do Congo ante a aproximação dos estrangeiros empreendida por seu pai e seu primo.

Por outro lado, conforme o anunciado pelos próprios assassinos de Dom Nicolau em frente a feitoria britânica, “ele cometeu um grande crime”, o que pode indicar o fato de ter abandonado sua posição de destaque na estrutura de governo do Reino do Congo para tornar-se um serventuário estrangeirado dos invasores portugueses” (SARMENTO, 1886, p 69).

Segundo as cartas do próprio cônsul brasileiro houveram outras tentativas de assassinato do príncipe Dom Nicolau ocorridas pouco após seu retorno de Lisboa (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Outras justificativas mais contundentes são fornecidas pelos próprios cronistas lusitanos, já citados anteriormente, Sarmiento (1886) e pelo articulista A. P. de Carvalho (1859), além das premissas já colocadas em ambos os casos, o príncipe de Água Rosada foi representado por eles como um indivíduo ambicioso e ingrato diante de todos os favores que lhe foram concedidos pela coroa portuguesa que o acolheu e instruiu às próprias custas teve a ousadia de levantar-se contra seu benfeitor. Sarmiento ainda argumenta que a morte dramática de Dom Nicolau seria o resultado de sua própria ambição pessoal que o levou a revoltar-se e que pagou por sua ousadia com seu próprio sangue (SARMENTO, 1886, p 69). Importante frisar que ambos os articuladores desta premissa são portugueses e profundamente vinculados a causa colonial em Angola. O drama de Dom Nicolau teria assim uma finalidade didática para os povos africanos, mostrar o quanto que a aproximação com outros europeus ou mesmo brasileiros ou norte-americanos poderia ser prejudicial.

Independentemente das causas que levaram à morte do príncipe Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia, o falecimento de um funcionário da administração colonial portuguesa da Província de Angola seria um agravo a todo o estado colonial e exigia uma resposta à altura. Além disso, a posse da cidade portuária de Quissembo seria um grande feito para as armas portuguesas e amealharia mais uma importante fonte de receitas para o debilitado erário público de Luanda. O governador geral Coêlho do Amaral, em março de 1860, organiza uma força de aproximadamente quinhentos soldados, para seguir à cidade portuária, o próprio governador foi capitaneando a expedição (PÉLISSIER, 1997, p. 133, Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

Em meio a esses preparativos, o Governador Geral inicia as investigações acerca do assassinato de Dom Nicolau junto aos envolvidos. O inquérito foi iniciado com o dono da feitoria britânica no Quissembo, Mister Morgan, e a partir dele chegando ao Comissário Edmund Gabriel e ao cônsul geral do Império do Brasil Doutor Saturnino de Sousa e Oliveira (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2).

A autoridade colonial escreveu para o cônsul geral da Grã-Bretanha H. W. Huntley inquirindo sobre a participação do comissário, assim como para o próprio. São enviadas cartas carregadas de acusações ao agente consular brasileiro (Carta do Governador Geral de 06/02/1860, 23/02/1860, 24/02/1860, 28/02/1860, AHI:238/2/2). Mesmo após a ida do

governador para os combates ao norte, os demais funcionários do governo geral seguiram na investigação do caso (Carta da Secretaria do Governo Geral de 28/02/1860, de 01/03/1860, AHI:238/2/2). As primeiras explicações de Dr. Saturnino são no sentido de desligar-se completamente do episódio (Cartas de Saturnino de Souza e Oliveira de 28/02/1860, AHI:238/2/2). Em um segundo momento ele assume sua proximidade para com o príncipe morto assim como com o Comissário britânico, porém nega qualquer envolvimento com os protestos redigidos pelo nobre africano e busca aproximar Dom Nicolau de Edmund Gabriel (cartas de Saturnino de Souza e Oliveira também datada de 28/02/1860, AHI:238/2/2).

Apesar desta aparente rivalidade entre o cônsul brasileiro e o comissário britânico, nas primeiras correspondências os vínculos entre ambos foram mais estreitos do que o que o próprio cônsul dá a entender em suas cartas de defesa ao governador geral ou a chancelaria no Rio de Janeiro. Em diversas correspondências do próprio Edmund Gabriel ao parlamento britânico, ele menciona a prestimosa ajuda do agente consular brasileiro no combate ao tráfico de cativos no litoral de Luanda, Benguela e da região da desembocadura do Congo (CORRESPONDENCE WITH THE BRITISH COMMISSIONNERS [...], 1860). Quando da chegada do Doutor Saturnino em Angola e a medida em que este trabalhava para implementar a malfadada Companhia de Navegação entre o Brasil e Angola, um dos apoiadores da ideia foi o comissário britânico (Memorando de 07/02/1858, AHI: 238/2/1).

Em meio a isso, o cônsul brasileiro (Memorando de 07/09/1860, AHI:238/2/2) relata os problemas existentes ao chanceler Visconde de Sinumbú, secretario dos negócios estrangeiros do Império (Despacho de 15/02/1861, AHI:238/2/2). A chancelaria imperial tenta manter a aparente normalidade nas relações com seu cônsul. O assunto Dom Nicolau é deixado em segundo plano, e segue com sua pauta de interesses desenvolvidos até aquele momento como a questão dos espólios e outros temas burocráticos (Despacho de 15/02/1861, AHI:238/2/2).

Por fim, o cônsul brasileiro reconhece que sabia dos fatos que envolviam o protesto enviado ao Jornal lisboeta e ao rei português. O acolhimento do príncipe Nicolau foi explicado por Saturnino como uma medida protetivas diante da ameaça a sua vida e ao fato de ter pedido asilo ao Imperador Pedro II. Porém buscava desvincular completamente o Governo do Rio de Janeiro de suas iniciativas pessoais, colocando-as como responsabilidade única e exclusiva sua (Memorando de 28/02/1860, AHI:238/2/2).

### **3.9. O fim da Guerra dos Quatro Reinos**

O percurso entre Luanda até as proximidades do Ambriz foi dificultado pelas inclemências do tempo e as tradicionais moléstias tropicais (Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2), após essa difícil jornada, reuniram-se as forças portuguesas remanescentes (PÉLISSIER, 1997, p. 133). Qual não foi a surpresa dos lusitanos ao chegarem na cidade de Quissembo e a encontrar esvaziada. Diante deste fato, o Governador Geral Coêlho do Amaral ordenou que a cidade fosse incendiada (PÉLISSIER, 1997, p. 133). Quando se botam em marcha para sair da cidade, os soldados de Álvaro XIII usam do fator surpresa e atacam as tropas portuguesas, criando o caos entre as hostes europeias que fogem rumo ao litoral (PÉLISSIER, 1997, p. 133). Os soldados feridos ou debilitados, que não conseguem prosseguir são deixados a sua própria sorte. As forças do rei litigante não fazem reféns, degolam a todos os soldados das forças coloniais que encontram pela estrada. (Memorando de 28/02/1860, AHI:238/2/2).

Quando no litoral próximo ao Quissembo, o governador geral recorre as feitorias britânicas e norte americanas ali existentes de modo a que estas dessem guarida aos feridos e as tropas sobreviventes (Memorando de 28/02/1860, AHI:238/2/2). Os responsáveis pelas feitorias, prevendo os desdobramentos do conflito que se conflagrava, solicitam auxílio de navios de guerra de suas pátrias de origem e passaram a adotar uma postura de imparcialidade no conflito (PÉLISSIER, 1997, p. 133).

Assim, após acaloradas discussões entre os comandantes destas feitorias e o governador geral, esses não permitem a aproximação dos soldados portugueses e lhe negam o auxílio. Aqueles que sobreviveram tomam a rota de volta a Luanda, os que não conseguem prosseguir são mortos e decapitados pelos congolezes às portas das feitorias americana e britânica (Memorando de 28/02/1860, AHI:238/2/2). A marcha de Dom Coêlho do Amaral e seus soldados maltrapilhos para o sul não seria uma fuga simples. Diante da notícia da fragorosa derrota das forças portuguesas no Quissembo, grupos situados na margem sul do rio Loge, fustigam as tropas portuguesas em fuga quase que até as proximidades de Luanda (PÉLISSIER, 1997, p. 133).

O Governo Geral, entendendo que a Província corria perigo crítico, pede auxílio a metrópole, que na primeira metade do ano de 1860 vivia convulsionada pela troca do gabinete (PÉLISSIER, 1997, p. 133). Enquanto não chegava uma solução definitiva, Lisboa envia um paliativo. A sorte dos portugueses na guerra contra o rei postulante ao trono de Mbanza Congo/São Salvador, Álvaro XIII, começa a mudar quando da chegada do Major português Teotônio Maria Coêlho Borges. Ele reorganiza as tropas existentes, arregimenta novos

soldados locais e lança um novo ataque para resgate do Ambriz em maio de 1860 e segue enfrentando, de aldeia em aldeia, as forças do rei postulante até chegar ao Bembe e suas minas (PÉLISSIER, 1997, p. 134). Assim, as forças militares de Álvaro XIII fogem ante a investida portuguesa e Coelho Borges instala uma força militar robusta no Bembe (PÉLISSIER, 1997, p. 134).

As forças expedicionárias vindas de Lisboa chegaram a Província de Angola em setembro de 1860 e eram compostas por cerca de 750 soldados. Os custos da expedição foram providenciados pela metrópole (PELISSIER, 1997, p. 135). A questão passou a ter tamanha importância para Portugal que mereceu ter entre seus oficiais o irmão do rei, Luís Felipe. A presença de Luís Felipe, o Duque do Porto, que viria a se tornar Dom Luís I de Portugal, demonstrava que o caso passou a ser considerado deveras importante para que um membro da família real fosse associado tão proximamente a ele (PELISSIER, 1997, p. 135).

Todas essas medidas denotavam a importância que a posse da cidade portuária de Ambriz e das margens da foz do Zaire tinham para a metrópole lusitana naquele período (PELISSIER, 1997, p. 135). Porém as tropas chegadas no segundo semestre de 1860 trouxeram outras novidades que vão além do apoio militar. O governador Geral Coelho do Amaral é destituído do cargo e Carlos Augusto Franco assume em seu lugar, apesar de governar por apenas um ano restabelece a ordem na colônia (PELISSIER, 1997, p. 135).

As forças expedicionárias recém-chegadas então marcham de Luanda no sentido de unir-se com as tropas estacionadas na região das minas de cobre. Sabendo do reforço das forças portuguesas os partidários de Álvaro XIII levantam o cerco da cidade de Mbanza Congo/São Salvador. As tropas se encontram com as forças que estavam estacionadas no distrito do Bembe e de lá tomam o caminho da capital para reunirem-se com as forças militares ali estacionadas e que garantiam a proteção de Dom Pedro V do Congo, assim como da capital, que permaneceu sitiado por todo o período do conflito (PELISSIER, 1997, p. 136).

Dois meses depois da chegada das tropas portuguesas, Álvaro XIII e seus partidários lançam um último ataque de grandes proporções à capital congoleza. As estimativas eram a de que eles conseguissem reunir aproximadamente dois mil combatentes. Apesar de seus esforços, foram derrotados pelos portugueses e os partidários do rei Dom Pedro V, aquartelados na cidade (PELISSIER, 1997, p. 136). Desmoralizado por esta grande derrota, e diante de uma população já exaurida pela guerra, o rei postulante Álvaro XIII é abandonado por grande parte de seus vassalos e se refugia em uma cidade próxima dali. Diante do esvaziamento de seu poder militar ele, por fim, é levado a firmar um acordo com seu primo

Dom Pedro e seus aliados portugueses. Álvaro Makadolo veio a falecer por volta de 1875 (PELISSIER, 1997, p. 135).

Apesar da unidade territorial fragmentada que caracterizava a política do Reino do Congo, naquilo que Broadhead (1979) chamava de “Síndrome Congo” a instituição monárquica prosseguiu existindo, mesmo após um conflito de tão grandes proporções que dividiu o grupo bacongo entre os partidários de Pedro V e Álvaro XIII. O mais fraco dos postulantes ao trono, tido como inábil e iletrado por seu primo Dom Nicolau de Água Rosada, na medida em que conquistou o apoio dos portugueses após a negativa do mesmo Dom Nicolau, fez com que o Governo Geral de Luanda combatesse seu principal opositor – Álvaro XIII – o que fortaleceu seu poder real. Assim o rei africano, manipulou em favor de seus interesses no jogo político da África Centro-Occidental (THORNTON, 2011).

A aproximação do manicongo Dom Pedro V e dos demais membros da nobreza congoleza renovam, por mais uma vez, seus vínculos com os portugueses, agora através de um acordo de vassalagem. Dá-se início a terceira e última, pactuação que terá seu termo com a incorporação formal do território do Reino do Congo a Província de Angola na ocasião da Conferência de Berlim, ocorrida entre 1884 a 1886. Assim, o poder régio no reino africano agora se assentaria sobre a garantia do auxílio militar lusitano e na comercialização dos chamados produtos lícitos, geralmente fruto do extrativismo mineral e da agricultura. Em contrapartida tiveram que tolerar o crescimento da presença portuguesa em seu território e a perda de sua agencia no cenário internacional.

Quanto a tentativa de contato entre o príncipe do Reino do Congo, Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia, e o imperador Pedro II do Brasil feita em 1859, aparentemente, estes não obtiveram sucesso. Até o momento, os despachos emitidos pela chancelaria imperial acerca das providências a serem tomadas sobre as questões relacionadas ao envolvimento do cônsul Saturnino de Sousa e Oliveira no assassinato do príncipe Nicolau de Água Rosada estão incógnitos.

Além do despacho no qual o secretário dos estrangeiros João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, futuro Visconde de Sinimbú, declara o recebimento da carta de solicitação do asilo do príncipe Dom Nicolau em outubro de 1859 (AHI:238/2/1) e das referências a missiva recebida pelo Doutor Saturnino, na qual ele informava que agiria conforme o solicitado pela chancelaria em uma correspondência anterior em março de 1860 (Memorando de 12/11/1860, AHI:238/2/4).

Dom Pedro II retorna de sua viagem em fevereiro de 1860. Contudo em nenhum dos

manuscritos deixados pelo monarca, existe a menção ao tema do pedido de asilo de Dom Nicolau de Água Rosada, nem mesmo nos relatórios do Conselho de Estado – ente responsável pelas decisões quanto à política externa e outros temas de relevância para o país – há aparente menção ao assunto. A carta de Dom Nicolau ao imperador Dom Pedro II encontra-se, ainda hoje, contígua ao encaminhamento enviado pelo cônsul Saturnino de Sousa e Oliveira. Caso tivesse sido encaminhada ao seu “Augusto Destino”, deveria estar fora do conjunto documental do acervo histórico do Ministério das Relações Exteriores; assim não seria um exagero crer que a secretaria dos Estrangeiros simplesmente nunca enviou o pedido de asilo ao imperador.

A forma como o governo imperial brasileiro atuou na administração da questão, em especial o próprio Secretário dos Negócios Estrangeiros do Império: o Visconde de Sinimbu, diante da acusação do envolvimento do cônsul brasileiro, em conluio com o Comissário britânico, foi conduzida pelo secretário dentro de uma lógica que buscava isolar a desinteligência entre a chancelaria brasileira e o Governo Geral da Província de Angola, e conseqüentemente, com o Império Ultramarino Português.

O Ministro dos Estrangeiros, Luís Maria Cansação de Sinimbú, fazia parte do gabinete chefiado pelo Barão de Uruguaiana, que perdurou de agosto de 1859 a março de 1861. Este período da política brasileira foi marcado pelo término do chamado “Gabinete da Conciliação”, com sua ideia de integração de conservadores e liberais, e a ascensão da chamada “Período Saquarema” onde os políticos conservadores passaram a chefiar a maior parte dos gabinetes que se seguiriam. Os “saquaremas” eram defensores do sistema produtivo escravista, da proteção aos interesses dos grandes proprietários de terras e do poder monárquico (CARVALHO, 2004).

Ao contrário dos liberais, que também eram chamados de “Luzias”, os membros do Partido Conservador defendiam uma política externa mais voltada para a atuação diplomática, onde as questões deveriam ser resolvidas através da negociação e mostravam aversão ao uso da força. O Visconde de Sinimbú foi um de seus mais ilustres representantes (CERVO & BUENO, 2008, p. 69). Assim seria pouco crível que a chancelaria imperial adotasse alguma medida de força contra os portugueses no sentido de defender o asilado Nicolau de Água Rosada ou mesmo comprometer-se na defesa de seu agente consular. O problema foi mantido em um nível que não comprometesse o todo das relações entre Brasil e Portugal.

O Império do Brasil, no fim da década de 1850, tinha sua agenda de política internacional voltada ainda a readaptar-se ante a nova realidade que consistia na



impossibilidade da importação de força de trabalho escravo. Neste longo processo ganhava força o incentivo a migração europeia (CERVO & BUENO, 2008, p. 83-85). No entanto, já em 1856, estourou uma revolta de migrantes teutônicos no interior da província de São Paulo – área de expansão da lavoura cafeeira (HEFLINGER, 2010). Em 1859, na Prússia e no mesmo ano o Governo de Berlim proíbe a migração para o Brasil (KOTHE, 93, p. 53). Porém a demanda por mão de obra se mantinha crescente e a chancelaria do Império retoma, pouco tempo depois, a publicidade incentivando a migração de famílias da Europa Central para o Brasil (SZMRECSÁNYI & LAPA, 1996), indispor-se com países europeus dispersores de população para a migração era, neste momento, desinteressante.

Além disso é importante lembrar os episódios que marcaram a expulsão do cônsul brasileiro Ruy Germarck Possolo em 1827 (COSTA E SILVA, 1989, p. 51) e as dificuldades enfrentadas para que se conseguisse reabrir a representação brasileira em Luanda (COSTA E SILVA, 1989). As relações entre o Governo do Rio de Janeiro e o Governo de Lisboa, apesar de oficialmente distantes, eram compensadas por relações comerciais e socioculturais. As instruções da Secretaria dos Estrangeiros do Império com a embaixada brasileira em Lisboa eram sutis e discretas, as correspondências para Luanda durante o período eram classificadas como reservadas, as descrições acerca das relações gerais com o Reino de Portugal delineadas nos Relatórios da Secretaria dos Estrangeiros buscavam retratar a mais completa normalidade. Em todos os documentos anteriores a questão do assassinato de Dom Nicolau, fica claro nas missivas trocadas entre o consulado geral e a sede da secretaria, que não há o interesse em criar constrangimentos entre as duas coroas nem eivar de alguma forma a autoridade metropolitana na África (Memorando de 12/11/1860, AHI:214/1/4).

Por outro lado, os interesses do Império Brasileiro quanto a recuperação dos espólios de seus súditos falecidos nas terras angolanas permanecia, assim como o empenho pelas atividades comerciais destes. Mesmo em meio à crise gerada pela investigação portuguesa que vinculava o cônsul à morte de Dom Nicolau, as instruções vindas do Rio de Janeiro seguiam pedindo empenho na recuperação das heranças deixadas pelos brasileiros na África assim como eram relatados, por parte do consulado, os efeitos dos conflitos entre portugueses e congolezes sobre as empresas de súditos do Império (Memorando de 29/03/1859, AHI:238/2/2). Depreende-se daí uma fina sintonia que vinculava a presença política do Império do Brasil na colônia portuguesa de Angola e os interesses dos negociantes brasileiros ali instalados.

Saturnino de Sousa e Oliveira envia um memorando em setembro de 1860, relatando a

chegada das tropas portuguesas vindas de Lisboa e a posse do novo governador geral (Memorando de 07/09/1860, AHI:238/2/2). Procurando diminuir o clima de mal-estar gerado pela questão do assassinato do príncipe congolês e provar a boa-vontade do Brasil diante do Império Colonial Português, Doutor Saturnino é removido do cargo de cônsul geral logo após a chegada do novo Governador Geral, e o cargo fica vago até o ano seguinte (RELATÓRIO DA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS EXTRANGEIROS, 1865, p.32).

Somente em 1861, chega a Luanda o novo cônsul geral do Império do Brasil: Manuel Sobral Pinto. Ele era um político abolicionista da Província de Alagoas e na época era deputado (Revista Illustrada de 11/08/1877). O periódico burlesco Revista Illustrada, do Rio de Janeiro, satiriza o Deputado Sobral Pinto e sua ida à Luanda como cônsul, ridicularizando-o por ter ido a Angola acreditando que por se tratar de uma “Província” portuguesa” seria próximo a Lisboa (Revista Illustrada de 11/08/1877)

Em 1861, o Comissário do Tribunal Misto Anglo-português para combate a escravidão, Edmund Gabriel também é removido de seu cargo. Ele é transferido para a colônia portuguesa de Moçambique, na África Oriental. Em 1863 é afligido por doenças tropicais e vem a falecer. O navio que leva seu corpo faz uma parada em Luanda e é recebido com reverencia pelo público e pelo Governador Geral (SPOTTISWOODE & MARKHAM, 1863, p. 135-136).

O médico brasileiro Saturnino de Sousa e Oliveira permaneceu em Luanda, assim como tantos outros brasileiros, inclusive seu antecessor no cargo de agente consular brasileiro em Luanda, Ignácio de Moraes (Memorando de 28/12/1859, AHI:238/2/2) e passou a atuar em diversas áreas como o magistério, epidemiologia e o comércio de vinhos, adquirindo alguma fortuna. Escreve ainda o “Relatório histórico da epidemia de varíola” que grassou em Luanda em 1864 e no mesmo ano fez publicar a obra “Elementos grammaticaes da lingua Bunda”, uma das primeiras sistematizações do vernáculo usado na região, o qual foi oferecido ao novo rei de Portugal, Luiz I. Veio a falecer em 1871 e foi sepultado em Angola (BLAKE, [1902], 1970).

As transformações causadas pelas mudanças econômicas, sociais e políticas geradas pela decadência do tráfico de almas e os interesses comerciais de outros povos, servem como ambiente para o desenrolar, tanto da Questão Sucessória ocorrida no Reino do Congo entre os anos de 1857 a 186,1 assim como a própria trajetória do príncipe Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia. As conjunturas próprias do continente africano na primeira metade do século XIX assim como as ações desempenhadas por agentes ou instituições estrangeiras

estabelecidas no Centro Oeste africano são aspectos fundamentais para a compreensão destes eventos. Estes aspectos serão melhor detalhados do capítulo 04 desta dissertação.

## **CAPÍTULO IV. O EMBATE DOS ESTRATEGOS: BRITÂNICOS, PORTUGUESES, BRASILEIROS E CONGOLESES NO CENTRO OESTE AFRICANO ENTRE 1850 A 1860.**

*Uma mudança deixa sempre patamares para uma nova mudança.  
O Príncipe, Maquiavel ([1532], 2011, p.8).*

A disputa pelo trono do Reino do Congo que ocorreu entre os anos de 1857 e 1861 e o envolvimento de portugueses, brasileiros, britânicos e franceses, mostram que um acontecimento tido, até então, como de interesse exclusivamente local, pode refletir uma série de interesses e intencionalidades que remetem ao próprio jogo de poderes no Atlântico Sul entre a primeira e a segunda metade do século XIX.

A expansão da colonização portuguesa no sentido da foz do Rio Zaire e a presença de negociantes brasileiros, franceses e de outras nacionalidades, assim como as oposições formais e informais do Governo de Londres e de Paris quanto a expansão do Estado Colonial português para as áreas ao norte de Luanda, não são fatos isolados e desprovidos de antecedentes importantes.

A ameaça – ainda que longínquas – de uma invasão brasileira às possessões portuguesas na África Centro Ocidental, assim como o estabelecimento britânico em pontos nas proximidades da foz do Zaire, assim como a aproximação dos revoltosos congoleses de negociantes franceses, servem de incentivo para que o Conselho Ultramarino português se mova no sentido de erradicar riscos e buscar consolidar sua presença na região, de modo definitivo, antecipando questões que serão importantes na partilha da África na Conferência de Berlim entre 1884-1885. Todas estas questões remontam aos primeiros anos do século XIX, assim como estão intrinsecamente ligados aos últimos momentos do tráfico transatlântico de almas, que tinha na região da desembocadura do grande rio seu principal ponto de embarque.

O quarto capítulo desta dissertação se volta, de modo mais amplo, a política internacional de portugueses, brasileiros, britânicos e franceses na região da África Centro Ocidental e as interações destes com o Reino do Congo. Entendendo, a política internacional como um conjunto de relações mútuas que vão muito além das entidades estatais, será analisada a última grande fase do tráfico internacional de escravos pelo Atlântico e as mudanças e efeitos dele.

Neste processo buscar-se-á descrever como o comércio de escravos e de outros bens,

em Angola e nas proximidades do Zaire, antes sob a hegemonia dos negociantes luso-brasileiros, vai cedendo lugar a comerciantes britânicos, franceses, dentre outros, com produtos manufaturados e industrializados. Em meio a isso ainda há o Estado Português, que saído de sua longa guerra civil, se lança à África com um novo vigor objetivando reconstruir seu poderio econômico, perdido após a emancipação de sua colônia na América e que precisa enfrentar tanto a oposição dos povos originários africanos assim como de franceses e britânicos.

A complexidade deste tema não reside, apenas, no elencar das oposições entre os países envolvidos, contudo, está no fato de que ao mesmo tempo em os portugueses, britânicos, franceses e brasileiros competem pela posse de posições estratégicas na África Centro Ocidental, cooperam - uns com os outros - no sentido de inibir a ação - uns dos outros. Assim, a colaboração entre os empreendedores brasileiros com o estado colonial portugueses em terras pertencentes ao Reino do Congo enfraqueceu o já parco poder político do rei dos congoleses; a aproximação do postulante de um dos litigantes ao trono do Congo, com os franceses buscava criar uma alternativa que livraria o Reino da ameaça direta lusitana; a oposição formal da chancelaria de Londres diante do avanço português e a busca por acordos de vassalagens com líderes africanos tencionava firmar a presença britânica e servir de barreira ao expansionismo português. Assim sendo, a hipótese provável é a de que a geopolítica na região se desenhava de modo a que o ganho de relevância política, econômica ou militar de qualquer um de seus *players*, naquele momento, significaria a perda de importância dos outros.

#### **4.1. Restauração após o Congresso de Viena de 1815 e a nova ordem conservadora**

A dinâmica dos países europeus na primeira metade do século XIX estava intrinsecamente relacionado aos eventos que convulsionavam o continente nas décadas anteriores. A Revolução Francesa (1789-1799) e posteriormente a chamada Era Napoleônica (1799-1815), geraram mal-estar nas monarquias absolutistas hegemônicas europeias como Prússia, Rússia, Império Austríaco e mesmo a Grã-Bretanha.

Para estas, a França agitada pelas revoluções, representava um corpo estranho no sistema europeu (BARBOSA, 2008, p.87) e fornecia a todos os revoltosos do mundo um “conjunto de modelos e padrões de sublevação” (HOBSBAWM [1977], 2009, p. 188). A derrota de Napoleão e seu conseqüente exílio permitem que os governos absolutistas das grandes potências europeias se reunissem de modo a restabelecer a ordem prévia a 1789 e

redesenhassem o sistema político e o equilíbrio europeu, convulsionado pelas invasões napoleônicas (BARBOSA, 2008, p.91).

A sociedade internacional europeia estabeleceu, no Congresso de Viena, um sistema de entendimento e de acordo entre os diversos estados europeus, tendo na Rússia, Prússia, Império Austríaco e Grã-Bretanha, e posteriormente pela própria França, já com a Casa Bourbon reinstalada, seus grandes formuladores. Com isso impossibilitava-se a injunção unilateral de uma potência sobre as demais, garantindo a harmonia e o equilíbrio no continente (CERVO, 2007, p.42). Não obstante, além das redefinições fronteiriças e a busca por um novo balanceamento do poder, o Congresso de Viena de 1815 arquitetou o arcabouço geopolítico da supremacia britânica do continente (BARBOSA, 2008, p.04).

Para que essa supremacia se consolidasse se fazia necessário a manutenção do equilíbrio de poder no continente. A restauração das casas reais depostas por revoluções ou pela invasão dos exércitos de Napoleão, assim como a reconstrução do sistema de poder baseado no consenso – aos moldes da Paz de Vestefália – garantiria o equilíbrio entre as potências continentais europeias e permitia que a Grã-Bretanha mantivesse sua política tradicional de não-interferência nos assuntos continentais e pudesse, mesmo assim, voltar-se a seu intento principal: comerciar produtos industrializados com o continente (BARBOSA, 2008, p.87) e poder agir com liberdade nos mares (BARBOSA, 2008, p.87-89).

A influência política da Grã-Bretanha não era assentada apenas na habilidade de seus ministros e em seu poder de persuasão, mas também nos efeitos econômicos gerados pela Revolução Industrial. Desde de antes da criação da máquina de fiar hidráulica, em 1764, a Grã-Bretanha já possuía uma poderosa marinha, que garantia o poder naval e que servia de sustento para a comunicação da metrópole com suas esparsas colônias em pontos da Ásia, da África e da América (FERNANDES, 2011, p. 65-91). Estas forneciam matérias primas e a possibilidade de comerciar em diversos pontos do mundo o que dava aos súditos do rei Jorge acesso a todas as partes de mundo conhecido à época (FERNANDES, 2011, p. 65-71).

Atuando no além-mar, intervinha pautando-se nos ditames do comércio livre, na luta pela erradicação do trabalho escravo e na propagação da “civilização” e da ciência. Na primeira metade do século XIX, os ingleses ainda mantinham suas colônias no extremo sul da África, no Caribe, em pontos do subcontinente indiano e na Oceania. (CERVO, 2007, p.67). Diante do ocorrido em suas colônias na América do Norte, quando da independência dos Estados Unidos, o Governo de Londres permitiu, a partir de então, a existência de governos representativos em suas possessões e buscou manter boas relações com os colonos locais,

ponto sob a égide do poder central apenas quanto a legislação comercial e a diplomacia (CERVO, 2007, p.67).

Dentro do movimento em prol da abolição do tráfico de escravos, entre as décadas de 1820 a 1860, os britânicos esforçaram-se por imprimir o comércio lícito na América do Sul (CERVO, 2007, p.64). A fixação de tratados desiguais com o Império Português sediado no Rio de Janeiro (1808-1821), e posteriormente com o Império do Brasil (1822-1889) buscava tanto a inibição do tráfico de escravos, assim como impor taxas alfandegarias baixíssimas para os produtos ingleses, obtendo vantagens e garantindo privilégios comerciais. Com isso, efetivava a dominação econômica sobre a região (CERVO, 2007, p.64). Outro foco de ação na América do Sul são os esforços por liberarem o Rio da Prata ao livre cambismo. Os atritos dos ingleses e franceses com as Províncias Unidas do Prata, que viriam futuramente a formar a República Argentina, visavam garantir que o intercâmbio de produtos industrializados e manufaturas europeus não necessariamente precisasse passar pela intermediação dos ricos comerciantes bonaerenses (CERVO, 2007, p.64).

Quanto a África Negra, os britânicos rejeitavam formalmente o estabelecimento de colônias, tidas até então como uma instituição corrupta e anacrônica, relacionada diretamente ao Antigo Regime e ao trabalho escravo (CERVO, 2007, p.70). Assim, os britânicos, assim como outros países europeus, procuraram incentivar o comércio de produtos lícitos, transformando o pequeno poder de compra de povos nativos e colonos europeus lá instalados, através da compra de produtos extrativistas como marfim, óleo de palma, ceras e da venda de produtos de luxo, manufaturas e industrializados (CERVO, 2007, p.68). Com isso a participação do continente africano no computo total do comércio internacional cresceu entre as décadas de 1820 a 1850 (CERVO, 2007, p.68).

Aos poucos, esse comportamento britânico vai se alterando. Em resposta a invasão napoleônica do Egito, em 1801, e buscando evitar a tomada de outros pontos estratégicos no continente, os britânicos dominam os holandeses residentes no extremo sul da África e criam a Colônia do Cabo, no extremo sul do continente. Já em meio a luta pelo abolicionismo os britânicos se apossam da cidade de Freetown – na atual Serra Leoa - para ali estabelecerem uma base de ação contra os negreiros na África Ocidental. Havia tropas britânicas permanentemente instaladas em outros pontos da África Ocidental - Costa do Marfim e Benim, onde tinham que conviver com estabelecimento de outros povos como holandeses, dinamarqueses, norte americanos e franceses – tais empreendimentos eram pautados pelo ardor missionário e pela busca ao comércio de produtos lícitos (WALLERSTEIN, 2010, p.

08).

Na década de 1840, os britânicos se lançam para o continente asiático. Após a Revolta dos Cipayos, entre 1857-1858, a administração colonial das terras indianas passa para os cuidados do governo central, que articula cuidadosamente a ocupação militar ou por meios diplomáticos sobre as diversas potestades locais. Com isso o subcontinente indiano tornou-se a base de ações britânicas no Oriente (CERVO, 2007, p.67). Na mesma década, ocorrem os primeiros atritos entre a dinastia que governava o Império Chinês e os britânicos, após a primeira Guerra do Ópio (1839-1842) arrancam a assinatura de um tratado desvantajoso para o governo chinês, e conjuntamente com os franceses, levam a um segundo conflito (1856-1859) que força, de modo definitivo, a abertura do Império ao comércio internacional (CERVO, 2007, p.67).

Esse sucesso no contexto extra europeu, contudo, veio a ser abalado na década de 1850. A Guerra da Crimeia, que ocorreu entre 1853 a 1856, veio a ser o conflito que rearranjará as forças políticas no continente europeu (CERVO, 2007, p.55-56). A conflagração entre o Império Russo e o Turco Otomano – cuja defesa de seus pontos estratégicos no Estreito de Bósforo eram garantidas pela armada britânica – colocou de lados opostos os interesses do Governo de São Petersburgo e as ambições de Londres e Paris (CERVO, 2007, p.55-56). Os baluartes da estabilidade no continente estavam agora de lados opostos.

Assim, o sistema internacional criado pelo Congresso de Viena de 1815, baseado no equilíbrio de poder garantido pela Santa Aliança e no consenso entre as potências europeias, apesar de não ser formalmente rejeitado, tornou-se obsoleto diante da estrutura real do poder político e econômico do período (HOBBSAWM [1977], 2009, p. 134-135). Esta obsolescência pode ser explicada tanto pela hegemonia britânica assim como o surgimento de um sistema internacional que possuía novos atores não-europeus que ampliariam a interação econômica, política e estratégica entre os Estados.

#### **4.2. O abolicionismo britânico e sua ação sobre a Europa e a América**

À primeira vista, esta exposição acerca dos desdobramentos do sistema internacional criado após 1815, pode dar a impressão de que a história do continente africano dentro deste período tenha sido apenas uma extensão do que ocorria na Europa ou na América. A realidade vivenciada pelos povos africanos entre 1800 a 1850 estava muito além do crescente interesse dos europeus e os fluxos do tráfico de escravos para a América (ADE AJAYI, 2010, p. 27-46).



O movimento nacionalista encabeçado por Muhammad Áli, entre 1805 a 1881, no Egito, contribuiu fortemente para a expulsão das tropas napoleônicas e, posteriormente, dos partidários de uma união com o Império Turco-Otomano, criando assim as bases para o surgimento do Egito moderno (ADE AJAYI, 2010, p. 23). Na África Ocidental, as *jihads* travadas pelos povos islâmicos do Sahel, apressaram o processo dispersivo pelo qual passava o antigo Império do Oyo -importante fornecedor de mão de obra escrava que através de Porto Novo, e Egba (ADE AJAYI, 2010, p. 26). Ao sul do continente, o Reino Imerina (Merina) conquista a maior parte do que hoje é Madagascar e associa-se aos comerciantes franceses residentes na região (ADE AJAYI, 2010, p. 03). Até mesmo, os conflitos entre britânicos e holandeses residentes na África Austral são fortemente influenciados pelos movimentos políticos e sociais movidos pela maior organização dos grupos zulus (ADE AJAYI, 2010, p. 23). Diante destes, e de outros fatos, a tentativa de mensurar a exata importância do aumento dos fluxos comerciais europeus junto aos povos africanos e da interferência que as mudanças de um capitalismo de viés fortemente marcado pelas características do Antigo Regime para o capitalismo próprio da fase industrial tiveram sobre esses povos deve ser compreendida em conjunto com as dinâmicas próprias do continente africano (ADE AJAYI, 2010, p. 27-46).

A proposta desta dissertação, contudo, é a de transcender a análise *coeteris paribus*<sup>44</sup> da realidade internacional que envolveu a Questão da Sucessão ao Trono do Congo entre 1859-1861, assim como, ampliar o debate acerca das interações entre congolezes, portugueses, brasileiros, britânicos e franceses nas décadas de 1850 e 1860. Mais importante que a compreensão isolada da dinâmica própria da expansão colonial portuguesa, os processos políticos próprios do Reino do Congo, a política externa do Império Brasileiro para a África e a ação abolicionista e colonial dos britânicos no Centro Oeste africano, está a busca pelas interações políticas e econômicas de cada um dos Estados envolvidos na busca por seus objetivos estratégicos. As interações entre populações tão distintas, antes de ser uma forma de análise que descaracterize cada uma delas, é uma maneira de reforçar que as opções históricas adotadas foram indelevelmente marcadas pelas interações entre eles. Estas opções por sua vez geraram mudanças que foram significativas por todo o restante do século XIX, e mesmo se estendendo até o século XX, deixando assim patamares para novas mudanças (MAQUIAVEL, [1532], 2011, p.8).

---

<sup>44</sup>Ceteris paribus, também grafado como coeteris paribus, é uma expressão da latina que pode ser traduzida por "todo o mais é constante" ou "mantidas inalteradas todas as outras coisas", "permanecendo constantes todas as demais variáveis". O termo é utilizado na economia como uma forma de se analisar um determinado elemento do mercado de modo a que não seja levada em conta outros fatores ou variáveis que incidam sobre ele (SANDRONI, 1999, p. 71)

Apesar do foco desta pesquisa não necessariamente ser a questão da escravidão – já amplamente debatido na Historiografia brasileira e estrangeira – o trabalho compulsório e a expatriação de homens e mulheres para servirem de força de trabalho é um tema recorrente e que está como pano de fundo de toda a questão envolvendo o processo sucessório no Reino do Congo e mesmo os últimos dias da trajetória de vida do príncipe Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia (BROADHEAD, 1979, p. 637). A aproximação dos comerciantes e traficantes de escravos franceses instalados nas adjacências da foz do rio Zaire e sua aliança com um dos príncipe beligerantes (WHEELER, 1968, p. 53), assim como a intenção de Dom Nicolau em angariar recursos, através da venda de escravos para estes mesmos traficantes franceses (WHEELER & PÉLISSIER, 2013, p. 141), mostram que apesar da interdição oficial da expatriação de africanos feita pelo governo colonial português em 1836 e pelo Império do Brasil em 1850, o comércio de almas ao norte de Luanda e nas proximidades da foz do grande rio ainda eram uma realidade entre as décadas de 1850 e 1860.

Este estado de coisas não era desconhecido pelos governos português e brasileiro. O combate ao nefasto comércio estava entre os motivos oficiais para as ações militares dos portugueses na cidade portuária de Ambriz em 1855 (BONTINICK, 1969, p. 106) assim como na justificativa para a instalação do empreendimento mineralógico no Distrito de Pedro V – Bembe – onde esta seria uma alternativa econômica aos lucros advindos do comércio de almas (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 386). O próprio Governo do Rio de Janeiro, através de seu consulado geral na capital angolana, procura deixar claro em todas as oportunidades possíveis, o comprometimento do governo brasileiro no esforço de combater ao tráfico negreiro e mesmo colaborar com as ações britânicas da Comissão Mista Anglo-lusitana, sediada em Luanda, para combate ao contrabando (Memorando de 23/07/1857, 01/08/1857, Instrução de 11/08/1857, Memorando de 18/19/1857, AHI:238/2/2). A preocupação política do governo colonial português de Angola, no momento, era a de se buscar alternativas econômicas viáveis diante do fim do tráfico.

No entanto, esta aceitação quase que tácita de portugueses e brasileiros, quanto a necessidade de se extinguir o tráfico de mulheres e homens para o trabalho escravo nem sempre foi tão consensual, assim como a aproximação de membros da nobreza congoleza do mercadejo de almas não era um fato inédito na história dos povos do Centro Oeste africano. Estes fatos, contudo, remontam à primeira metade do século XIX e as mudanças que ocorriam na dinâmica internacional do comércio de escravos (HERLIN, 2004, p. 265-266). Fatores como a campanha internacional promovida pelos britânicos no sentido de erradicar o tráfico

internacional de cativos e as soluções encontradas por seus agentes para prosseguirem em sua atividade foram determinantes para a configuração do ambiente encontrado entre 1850 e 1860.

O abolicionismo foi um movimento político e ideológico surgido no fim do século XVIII e que tinha como principal objetivo a abolição da escravatura (LOPES, 2011, p.25). Ele era resultado das reações dos próprios indivíduos em situação de escravidão (LOPES, 2011, p.25) assim como pelo avivamento de movimentos religiosos de cunho radical nas ilhas britânicas que postulavam que a escravidão seria um pecado grave e por isso indigno do cristianismo. Estes grupos religiosos se organizam, ainda no fim do século XVIII, em sociedades civis que passam a pressionar pelo fim do tráfico nas cidades portuárias de Liverpool e Bristol – insígnies pela armação de viagens de aprisionamento de africanos. Aos poucos foram recebendo a adesão de trabalhadores urbanos e tornando-se um movimento político poderoso que lentamente vai mudando o panorama jurídico inglês (DRESCHER, 2011, p.125-159). Esse conjunto de pressões sociais e jurídicas contribuiu decisivamente para o desmantelamento do edifício simbólico que legitimava o trabalho escravo. Assim em 1807 o Parlamento Britânico decreta a proibição da escravidão em seu Império (DRESCHER, 2011, p.291-341). Em 1808 a Câmara dos Comuns aprova projeto de lei que proibia qualquer navio britânico de se engajar no negócio negreiro. Daí veio, em 1834, a abolição da escravatura em todas as colônias britânicas, porém os ex-escravos permaneceriam sob a tutela de seus senhores num regime chamado de “aprendizagem”, o que também veio a ser abolido em 1838 (DRESCHER, 2011, p.345-376).

As motivações do abolicionismo britânico e a forma como foi imposto sobre os demais impérios coloniais europeus, os recém-criados países latino americanos e as populações da África, está longe de obter opiniões unânimes. Segundo Eric Williams, que analisa o fato dentro de um viés baseado no Materialismo Histórico, a abolição deve ser entendida dentro do contexto dos interesses econômicos britânicos durante da Revolução Industrial (WILLIAMS, [1944], 2012). Priorizando o campo das ideias e da cultura, Roger Anstey e Seymour Drescher buscam o mesmo processo como um movimento social, que contava com a adesão e o apoio de parcelas da sociedade britânica que não tinham nenhum interesse econômico na questão e que muitas das vezes, contrariava os próprios interesses econômicos e políticos do Império Britânico (DESCHER, 2011; ANSTEY, 1975). Antes de serem hermeticamente opostas, tais premissas talvez sejam mais complementares que discrepantes.

Os abolicionistas britânicos acreditavam que a extinção da escravidão de africanos se daria, a medida em que, houvesse a conversão das populações nativas ao cristianismo assim como sua inserção naquilo que os europeus entendiam como civilização (DAGET, 2010, p.79). Em termos mais concretos, significava um avanço das atividades missionários e o estabelecimento do comércio de outros produtos - que não fossem seres humanos - o que permitiria a abertura de novas possibilidades de geração de renda para população local (DAGET, 2010, p.79). A ideia intrínseca nestes idos do século XVIII e XIX era de que havia uma relação desigual entre europeus e africanos, esta desigualdade seria a da superioridade quanto a inferioridade, da evolução diante do atraso, enfim da “civilização” versus a “barbárie”, como ficará claro em diversos pontos das descrições acerca das relações entre portugueses e africanos.

Para conseguirem levar a bom termo seu intento, os partidários da abolição iniciaram a campanha em busca de convencer a opinião pública britânica e consequentemente os estados dos países, dito, civilizados<sup>45</sup> (DAGET, 2010, p.79). No entanto, tal missão não seria algo simples. Os britânicos expatriaram aproximadamente um milhão e seiscentos mil africanos e africanas através do tráfico entre a África e suas colônias na América durante todo o século XVIII (DAGET, 2010, p.79) e a lucratividade da atividade era crescente. Os movimentos de renovação evangélica, iniciados pelos Quacres<sup>46</sup> americanos e logo acolhidos pelos britânicos, deram o embasamento doutrinal e teológico que o abolicionismo necessitava para pressionar o parlamento (DAGET, 2010, p.79). Este movimento de eliminação da escravidão, contudo, não era uma exclusividade britânica. O movimento enciclopedista<sup>47</sup> francês, chefiado por Diderot, já postulava as desvantagens do trabalho escravo sobre o remunerado, ainda que o abolicionismo como princípio ficasse esquecido durante as revoluções na França entre 1789 a 1848 (DAGET, 2010, p.79).

O movimento abolicionista, até então restrito ao arquipélago britânico, passa a ser o

---

<sup>45</sup>No século XVIII, a palavra civilização ganha o sentido no qual era utilizado durante a primeira metade do século XIX. Esta seria o resultado de um processo de aperfeiçoamento de toda a humanidade, isto é, o processo que se traduz como o caminhar do progresso em direção à modernização tecnológica e à sofisticação dos hábitos, tendo como parâmetro os hábitos e costumes vigorantes na Europa ocidental. Essa ideia propalada pelos europeus partia da premissa de um processo coletivo ininterrupto com o qual a humanidade estaria comprometida desde suas origens, sendo que o ritmo de sua variação dependeria somente das diferentes épocas e lugares (STAROBINSKI, 2001, p. 13-20). Ver também Elias (1994)

<sup>46</sup>Quacre, ou Quaker, é o nome genérico dado a vários grupos religiosos, com origem comum num movimento protestante britânico do século XVII, em especial a Sociedade dos Amigos. Em oposição aos ditames religiosos da Igreja Anglicana, postulam a vivência da religiosidade cristão na observância rigorosa da humildade e do pacifismo. (WEBBER, 1992, p. 115)

<sup>47</sup>Movimento enciclopedista é um movimento filosófico-cultural originado na França do século XVIII e que buscava catalogar todo o conhecimento humano a partir dos novos princípios da razão (FORTES, 1985, p. 47-50)

motivador que levará a própria Grã-Bretanha a lançar-se a combater o tráfico de escravos. Neste primeiro momento, o intuito era fazer com que os estados europeus e seus impérios coloniais – demandantes principais dos fluxos de escravos expatriados da África – contivessem por meios institucionais e jurídicos este comércio (DAGET, 2010, p.79-80). Através de negociações bilaterais a chancelaria inglesa conseguiu a abolição do tráfico por parte dos dinamarqueses em 1802 e do governo de sua ex-colônia na América em 1807 (DAGET, 2010, p.79-80). A hegemonia durante o Congresso de Viena de 1815, somada ao desinteresse prussiano, russo e do Império Austríaco quanto ao tema, abriu caminho para que a representação britânica negociasse diretamente vantagens e concessões para assim conquistarem a anuência de holandeses e suecos na proibição do tráfico de escravos. (BARBOSA, 2008, p.113). Após isso vai de encontro a oposição rígida ao tema feita pelos representantes portugueses, espanhóis e franceses, contudo, a força política do Governo de Londres fez com que o tema faça parte do documento final do congresso (BARBOSA, 2008, p.113) que decretava a ilegalidade do tráfico de escravos ao norte do equador (ALEXANDRE, 1991, p. 294). Por outro lado, a França de Napoleão III, no sentido de reaproximar-se do Governo de Londres, adota também uma postura pró-abolicionismo e de repressão concreta ao tráfico de escravos (DAGET, 2010, p.83). Todavia, a impossibilidade da proibição total de tal comércio aos seus cidadãos e os efeitos acidentais da erradicação interfeririam na livre circulação de "mercadorias" e ainda causaria prejuízo ao comércio marítimo da França (JENNINGS, 1976). Para concretizar tais medidas, franceses e britânicos estabelecem bases de atuação na África Atlântica como Freetown na Serra Leoa britânica e Libreville na região do Gabão que logo depois se torna uma possessão francesa (DAGET, 2010, p.89).

A ação eficaz no sentido de contenção da demanda por mão de obra escrava, precisava necessariamente, intervir ante a um dos maiores consumidores da força de trabalho africano – o império colonial espanhol e português na América. Diante do auxílio britânico na libertação da Península Ibérica, a Espanha que até então orbitava na área de influência da França, é cooptada pela Grã-Bretanha. Assim, o Governo de Madrid cede aos esforços e coloca o tráfico na ilegalidade em 1817, porém diante da demanda crescente das lavouras na Ilha de Cuba, o fluxo de homens e mulheres africanos segue até por volta de 1866 (DAGET, 2010, p. 81). Esta mesma pressão recaía também sobre o Império Português que entre 1808 e 1820 tinha no Rio de Janeiro sua capital. O apoio militar e financeiro para o debilitado governo de Dom João VI era condicionado a assinatura de tratados bilaterais que cerceavam cada vez mais a

liberdade de ação dos traficantes. Em 1817, um acordo entre britânicos e portugueses concedeu a marinha inglesa o direito de vistoria a embarcações sob bandeira lusitana (ALEXANDRE, 1991, p.294). Apesar das longas tratativas, reduziu-se a legalidade do fluxo de cativos aos limites do próprio Império Português, isto é, as margens do litoral de Angola e Moçambique e as costas do Brasil (PARRON, 2011).

Com a secessão da parte americana do mundo colonial português e o surgimento do Império do Brasil, em 1822, os britânicos vinculam o reconhecimento da nova nacionalidade ao compromisso pela extinção do tráfico de almas (CERVO & BUENO, 2008, p. 24) e a chancelaria brasileira luta para manter as condições jurídicas que permitam a manutenção do comércio de cativos entre a África Centro Ocidental e os portos brasileiros (PARRON, 2011, p 50). Na década seguinte o Império decreta a primeira proibição do tráfico negreiro e institui a Comissão Mista Brasil - Grã-Bretanha para combate ao tráfico de escravos, porém diante do risco do fim definitivo do fornecimento da mão de obra os índices de importação cresceram exponencialmente entre as décadas de 1830 e 1850 (DAGET, 2010, p. 81). Em Portugal, por sua vez, o governo liberal chefiado pelo Ministro Sá Bandeira, decreta a proibição do tráfico transatlântico a partir das possessões portuguesas na África (ALEXANDRE, 1991, p.306) ao promulgá-lo, o governo procurava aliviar a pressão a que o Governo de Londres exercia submetendo o de Lisboa (ALEXANDRE, 1991, p.307). O governo de Lisboa, não conseguia se fazer obedecer pelas autoridades coloniais das possessões de África. O Decreto de Dezembro de 1836 não o efeito esperado e o embarque de cativos nas possessões portuguesas na África prosseguiram (ALEXANDRE, 1991, p.309) e contribuíam para os elevados números de exportações no período.

Enquanto isso, diante da inércia das autoridades brasileiras quanto ao combate ao comércio ilegal a armada britânica nas proximidades dos portos de Luanda e Benguela, e em outros pontos do Atlântico Sul, intensificavam a fiscalização aos navios negreiros interceptando-os até mesmo em águas territoriais brasileiras (FAUSTO, 2012, p.168), o temor de uma invasão britânica ganhava força. Somado a isso, a vontade política em livrar-se do poder econômico dos negreiros e ante aos riscos de uma rebelião generalizada de escravos – que representavam uma parcela considerável da população brasileira – levou o governo de Dom Pedro II a colocar o tráfico transatlântico de africanos na ilegalidade em 1850 (DAGET, 2010, p. 81).

### 4.3. Dinâmica do período final do tráfico negreiro

Essa aparente contradição entre uma maior repressão ao tráfico de escravos, incentivada pelos britânicos, a proibição formal por parte de Portugal, Espanha e Brasil, e o crescimento do número de mulheres e homens expatriados para o trabalho escravo demonstra que os agentes envolvidos encontraram alternativas para contornar os interditos legais e as fiscalizações da armada real britânica. Estas passavam pela pulverização dos pontos de distribuição de cativos pelo litoral da África Atlântica e a cooptação de rotas de escravos existentes no Oceano Índico para o Atlântico. Com isso a pujança e a lucratividade do comércio de almas após 1830 foi mantida até a década de 1850.

Com a proibição, pelo menos formal, do contrabando de cativos por parte do Império do Brasil em 1830 e a sua tipificação criminal por parte de Portugal em 1836, a marinha britânica pode atuar mais intensamente no combate ao tráfico. O estabelecimento do tribunal da Comissão Mista Anglo-Portuguesa em Luanda e a presença da esquadra inglesa nas proximidades dos portos de Luanda e Benguela força os contrabandistas brasileiros e portugueses, que permaneceram no empreendimento escravista, a migrarem suas atividades para as regiões fora dos domínios lusitanos ao norte de Luanda (em cidades portuárias como Ambriz, Quissembo), assim como as proximidades da foz do rio Zaire (portos fluviais de Noqui, Mboma, Mpimda e Sogno) e regiões ao sul da possessão francesa de Libreville no Gabão (Cabinda e Loango) (HERLIN, 2004, p.265-266).

Durante o século anterior, esta região ocupava um lugar secundário no computo geral do comércio internacional de escravos (HERLIN, 2004, p.266-271), contudo, o aumento da demanda por mão de obra por parte da colônia portuguesa na América, após 1808, e do Império do Brasil, após 1822, intensificou a inserção destas áreas no fluxo internacional de homens e mulheres para a escravidão (HERLIN, 2004, p. 266-271). Isso configura uma pulverização do tráfico que apesar das mudanças nos pontos de embarque seguia mantendo seus consumidores mais tradicionais, o Brasil, Cuba ou mesmo São Tomé e Príncipe (HERLIN, 2004, p.265-266).

Parte considerável deste comércio era mobilizada por comerciantes brasileiros. Negociantes fluminenses - antes estabelecidos nas praças de Luanda e Benguela - baianos e pernambucanos - expulsos do comércio das regiões do Golfo do Benim - encontram seus congêneres portugueses, luso-angolanos, espanhóis e mesmo norte-americanos atuando nestas regiões ao norte de Luanda e nas proximidades da foz do Rio Zaire nesta nova frente de expansão do comércio de almas (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 367-368. 371).

Estes contrabandistas brasileiros tinham como principais consumidores os agricultores brasileiros, cubanos e são-tomenses, e assim como no Brasil, atuavam em outros setores da economia como o fornecimento de serviços de transporte interligando cidades como Luanda, Ambriz e Benguela entre si e mesmo com o Rio de Janeiro e Lisboa, o comércio de produtos manufaturas e industrializados e mesmo atuando no mercado de crédito (HERLIN, 2004, p.266-271).

Diante do aumento da fiscalização no Atlântico Sul o tráfico nas costas do Oceano Índico cresceu. A presença colonial portuguesa no litoral do território, que hoje equivale a Moçambique, também era dispersa e, em certo grau, menos intensa que nas margens Atlânticas. A atuação lusitana na região se baseava no comércio de ouro e marfim e a região estava integrada, por sua vez, a dinâmica comercial do Índico que envolvia, também, franceses dos arquipélagos situados no sul do Oceano Índico, britânicos e portugueses instalados na Índia, assim como os muçulmanos do leste da África (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 582).

Até àquele momento o comércio intercontinental de homens e mulheres para o trabalho compulsório era algo residual e secundário nas possessões portuguesas da África Oriental e tinha como cliente as ilhas francesas da região (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 568). O clima de instabilidade política e social vivenciada pela *hinterland* da África Austral – em razão das secas que assolavam a região - somada à crescente demanda por mão de obra na América, levam os luso-brasileiros a buscarem nos portos de Ibo e Quelimane, nas costas de Moçambique, por novas fontes para o comércio de almas (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 568).

Após as Guerras Napoleônicas algumas das ilhas francesas do sul do Oceano Índico passam para às mãos dos britânicos e a demanda por escravo decaí (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 569). Contudo, após as proibições de tráfico ao norte da Linha do Equador e diante da lucratividade crescente da atividade, os comerciantes luso-brasileiros investem, mesmo diante da longa jornada e das dificuldades logísticas, nas rotas da África Oriental (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 569). Isto fez com que o comércio tradicional de marfim e ouro, estabelecido na região por séculos, fosse sendo substituído pelo tráfico de pessoas, e o estado colonial português iniciasse a tributação em pontos como Quelimane (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 569).

A desorganização e a dispersão do tráfico de escravos por vários territórios reivindicados pelos portugueses, passou a criar problemas na governabilidade destas por parte



da metrópole (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 573-574). Há a tentativa lusitana de se buscar uma maior organização do o tráfico, porém diante da pressão britânica e da ação dos cruzadores britânicos na costa moçambicana, após 1834, o comércio de almas é posto na ilegalidade (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 568). Porém, o fluxo de navios negreiros seguiu até a década de 1860 e os pontos de embarque, assim como na África Atlântica pulverizaram-se (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 593).

A estratégia da distribuição dos pontos de embarque de mulheres e homens nos navios negreiros mostrou-se eficaz nesta última fase do tráfico internacional de pessoas para o trabalho escravo e por isso disseminou-se em outras localidades do continente. Os pontos de vigilância de europeus e norte-americanos de combate ao tráfico na África Ocidental e Centro Ocidental não possuíam grande abrangência, restringindo-se apenas as suas limitadíssimas adjacências (DAGET, 2010, p.89). Segundo Serge Daget (2010, p. 89), o tráfico de escravos na África Ocidental se deu por um desaparecimento lento e progressivo movido por questões internas e não pela pressão externa.

Em áreas nas proximidades da cidade portuária de Freetown, na Serra Leoa dominada pela Grã-Bretanha, haviam feitorias espanholas que levavam escravos para a Ilha de Cuba, e o mesmo ocorria nas proximidades de Libreville no Gabão Francês (DAGET, 2010, p.89). Talvez o exemplo mais eloquente disto seja o caso da escuna *La Amistad*, que ficou famoso pelo relato de William A. Owens ([1953], 1997). Onde é descrito o caso do navio de bandeira espanhola, que levava homens e mulheres na situação de escravidão para a ilha de Cuba, então colônia espanhola e que foram embarcados em Serra Leoa, nas proximidades de Freetown – colônia britânica e sede do Tribunal Misto para Combate a Escravidão – e que após motim fora capturado pela marinha norte-americana.

Aparentemente atingida a primeira parte da estratégia britânica que consistia na inibição formal da demanda por escravos junto aos países europeus, aos impérios coloniais e aos novos países americanos, o Governo de Londres passou a atuar junto aos fornecedores de mão de obra para a escravidão: os povos tradicionais africanos (DAGET, 2010, p.87). Essa intervenção se daria através do contato diplomático com seus líderes, o estabelecimento de acordos internacionais com estes, assim como a ação proselitista e a intensificação dos contatos comerciais, porém em alguns casos, essa intervenção chegou as raias do conflito militar (DAGET, 2010, p.87). Buscava-se agora levar os chefes locais do litoral africano a assinarem tratados com a Grã-Bretanha, nos quais eles se comprometeriam a erradicar o tráfico de almas em seus territórios (DAGET, 2010, p. 87)

A crença de que a luta pela abolição do tráfico de escravos, e da própria escravidão, só seria alcançada pela introdução das populações residentes na África aos padrões culturais europeus, a que estes chamavam de “civilização” foi uma constante em todo o processo (CERVO, 2007, p.68). Estes princípios se fariam concretos através do estabelecimento de missões religiosas cristãs no continente assim como do avanço de atividades comerciais que criassem alternativas para o comércio de pessoas (DAGET, 2010, p.89).

Os britânicos criam uma missão religiosa em Abeokuta em 1846, impõe um novo governante pró-abolicionista à cidade de Lagos (GEBARA, 2008). Para protegê-lo instala tropas europeias na região e em meio a isso incentiva o comércio da Palma (GEBARA, 2008). Os franceses na década de 1850 oferece apoio a povos da região, como os Ketu, contra a dominação dos daomeanos e em troca pedem a abolição da escravidão em vários deles (SOUMONNI, 2001). Isso veio a influenciar, a política e economicamente, toda a região e se insere de modo decisivo no contexto conturbado das lutas internas entre os reinos de Daomé, Uidá, Oyo e a *Jihad* islâmica empreendida pelos sultanatos do Sahel (DAGET, 2010). No Centro Oeste africanos os britânicos tentam estabelecer acordos com chefes de cidades portuárias como Cabinda e Ponta da Banana, na foz do Zaire, em 1853 (CORDEIRO, 1883). Povos africanos eram introduzidos nos usos e costumes da política internacional europeia.

Porém houveram tentativas mais belicosas. A presença de comerciantes britânicos, e mesmo norte-americanos, nas regiões ao norte de Luanda era intensa e seu vínculo financeiro com as praças comerciais dos Estados Unidos e Grã-Bretanha era intensa (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p.358). Feitorias francesas da firma M. Régis estabelecem-se na década de 1850 em pontos como Ponta da Banana, Cabinda, Ponta da Lenha e Boma (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p.427). Os habitantes da cidade de Ambriz e os comerciantes britânicos entram em conflito na década de 1830 (BONTINCK, 1969, p. 107-108). Buscando inibir o tráfico de escravos na região o Governo de Londres busca estabelecer acordos formais ou votos de vassalagem com seus líderes, uma curiosa mescla de abolicionismo com a garantia de estabelecimento de feitorias e vantagens comerciais. Diante da negativa de alguns destes líderes ocorre a tentativas britânica de invasão a cidade de Cabinda entre os anos de 1853 e 1854 (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p.427). Esses últimos ocorriam nas franjas das possessões portuguesas na África Centro Ocidental e em terras reivindicadas por eles.

Diante destes fatos, os portugueses buscam atuar de modo mais intenso nas proximidades da foz do Zaire. Em 1853 e 1855 os lusos, também sob a motivação de erradicar o tráfico negreiro, intervém na Ponta da Banana e esforçam-se por obter votos de vassalagem

na região e para garantir sua presença deixa fundeada na região uma flotilha para defender as feitorias e os súditos portugueses ali instalados, assim como os de Ponta da Lenha e Boma (CORDEIRO, 1883, p. 05). Ainda em 1853 o Governo Geral de Luanda intervém em Cabinda de modo a reafirmar sua suserania (CORDEIRO, 1883, p. 05 e 61). A chancelaria britânica questiona as ações portuguesas na região e não reconhece as possessões como parte da Província de Angola, cuja sede era Luanda suserania (CORDEIRO, 1883, p. 05).

Neste contexto de maior atividade das forças coloniais lusas ao norte de Luanda se enquadram uma série de ações neste período. Podemos destacar as ações em Malemba (atual Kinshasa) em 1854, a cessão das minas do Bembe por parte do rei do Congo, a tomada do Ambriz em 1855, assim como o voto de vassalagem prestado por Pedro V em 1859 (CORDEIRO, 1883, p. 64-65). Porém, o ponto nevrálgico dos atritos entre britânicos e portugueses na região foi a que envolvia o Padrão Português instalado na foz do Zaire em 1859. O Padrão seria uma espécie de lápide ou coluna com inscrição e as armas reais lusitanas, erigido quando da chegada de Diogo Cão a foz do rio em 1482, destruída pelos holandeses no século XVII, e que dentro deste esforço em firmar posição na região é reconstruído pelo Governo Geral de Luanda em 1858 (CORDEIRO, 1883, p. 65). Diante dos questionamentos inglês, o referido padrão de pedra é destruído pela armada britânica em 1859 (Memorando de 23/03/1860, AHI:238/2/2). Eles argumentavam que o monumento fora colocado em um local diferente do original e que poderia servir de base para a construção de uma fortaleza portuguesa na desembocadura do rio – fato este que o Governo Londrino não admitiria (Memorando de 23/03/1860, AHI:238/2/2).

Na outra frente de atuação, as missões religiosas que serão importantes na segunda metade do século XIX, intensificam suas atividades entre 1850 e 1860. No início de 1800 somente três sociedades missionárias atuavam na África, em 1840 já eram mais de quinze e entre 1850 - 1870 mais de uma dezena de novas congregações de origem americana vieram engrossar esta lista (BOAHEN, 2010, p.52). Estas instituições missionárias tinham como principal objetivo o proselitismo religioso e a abertura de igrejas cristãs, e para tanto. Por outro lado, atuavam desenvolvendo a agricultura através de fazendas modelo, assim como criavam escolas ao modo ocidental, onde lecionavam desde as primeiras letras, passando pelos ofícios técnicos e mesmo o ensino secundário (BOAHEN, 2010, p.55-56). Ao mesmo tempo que estas medidas introduziram na cultura africana uma atenção especial à saúde ou novas fontes de renda, incorporando aspectos da cultura europeia contrários à sua cultura ancestral e enfraquecendo os vínculos internos desses grupos (BOAHEN, 2010, p.57).

O abolicionismo publicitado pelo Governo de Londres como uma campanha de amplitude internacional e sua estratégia e combate tanto aos demandantes de força de trabalho escravo, assim como aqueles que a ofertavam, antes de impactar na redução dos índices de embarque de africanos para o trabalho escravo conseguiram, no entanto, pulverizar os pontos de embarque, antes restritos a portos principais como Daomé, Porto Novo, Luanda e Benguela. O trabalho de convencimento e fiscalização feito junto aos europeus e americanos durante a primeira metade do XIX, assim como o esforço por levar aos países a tipificação jurídica do tráfico de escravos e a tomada de medidas institucionais no sentido de inibi-los, apesar de formalmente alcançado o objetivo que se propunha, não impediu – em concretude – que multidões fossem expatriadas.

#### **4.4. Mudanças na estrutura do tráfico e substituição pelo comércio lícito**

Dentre todos os fatores colocados anteriormente como sendo iniciativas europeias para a contenção do contrabando de pessoas para o trabalho escravo, nenhuma delas obteve resultado comparável ao papel que as mudanças comerciais empreendidas pela própria dinâmica dos povos africanos que tiveram na contenção do tráfico de almas um efeito muito mais eficaz que a repressão britânica. Assim como no caso específico do processo de ocupação do Centro Oeste Africano pelos portugueses entre 1850 e 1860, o comércio de produtos manufaturados, industrializados, agrícolas ou extrativistas além de representar uma alternativa econômica ao tráfico de pessoas, baseou-se nas estruturas logísticas deixadas por este mesmo tráfico e durante as décadas de 1830 a 1860 coexistiram em relativa harmonia (ADE AJAYI, 2010, p. 07-12).

Tão importante quanto a proibição jurídica do tráfico de escravos, e do estabelecimento das atividades de missionários, estava o comércio de outros produtos que não homens e mulheres submetidas a escravidão (DAGET, 2010, p.79). A crença nas vantagens e benefícios da troca de mercadorias que cada nação produz por aqueles que ela não poderia produzir (SMITH, [1776], 1996), movia o ímpeto comercial de europeus e americanos na África, e servia de denotativo de civilização. Porém, o comércio exterior destes produtos manufaturados ou industrializados não era significativo para a maior parte das populações que habitam o continente (ADE AJAYI, 2010, p. 07-12).

As populações da *hinterland* do centro oeste africano eram abastecidas por rotas comerciais internas que distribuía o excedente da produção agrícola de subsistência assim como os produtos manufaturados produzidos em diversas regiões da África Subsaariana ou

mesmo desta com as populações islamizadas do norte do continente (ADE AJAYI, 2010, p. 11). Esta produção ainda era a responsável pelo fornecimento de alimentos e víveres para as populações envolvidas com o tráfico de escravos no litoral e mesmo para os europeus ou americanos ali residentes (ADE AJAYI, 2010, p. 12-19).

Apesar de muito lento e gradual, o crescimento das populações no interior do continente, devido a diminuição dos fluxos de capturas para abastecer os mercados de escravos do litoral, levou a uma maior produtividade da agricultura em diversos pontos e isso possibilitou o crescimento e adensamento das redes internas de comércio (ADE AJAYI, 2010, p. 12-19). Por outro lado, estas mesmas redes ampliadas de comércio fazem com que os produtos industrializados e manufaturados europeus e americanos comercializados no litoral chegassem a regiões cada vez mais ao interior do continente (BOAHEN, 2010, p.74).

Este comércio de produtos sejam os manufaturados/industrializados sejam os agrícolas, já era existente – ainda que de forma acessória – dentro da estrutura do tráfico transatlântico de escravos. Na medida em que este diminuía, o segundo ganhava relevância (RODRIGUES, 1964, p. 203-211).

Os negociantes brasileiros, bastante atuantes no Centro Oeste africano, para além do comércio de almas, exportavam açúcar, cachaça e algumas manufaturas - como vidros (Instrução de 12/1857, AHI: 238/2/3) e ainda reexportavam produtos industrializados comprados da Grã-Bretanha em especial tecidos (Memorando de 07/02/1857, AHI:238/2/3). A intrincada e eficaz estrutura logística e financeira desenvolvida pelos traficantes de escravos, especialmente por estrangeiros, passou a ser utilizadas para comercialização de outros produtos (ADE AJAYI, 2010, p. 07-12) como marfim, urzela, ceras, óleos, goma arábica, mel dentre outros (Memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1).

As proximidades entre a forma de distribuição destes novos produtos, chamados de “lícitos” com as estruturas anteriores do antigo tráfico de escravos eram movidas pelo fato de que as sociedades africanas envolvidas em sua extração empregavam também, em abundância, a mão de obra cativa para obtê-lo, fazendo com que este novo sistema produtivo pouco ou nada se diferencia do próprio contrabando negreiro (ADE AJAYI, 2010, p. 10). Assim, as trocas comerciais entre os estrangeiros e africanos, nas décadas de 1850 a 1860, permaneceram estruturadas da mesma forma que nos séculos anteriores.

O comércio destes chamados “produtos lícitos” é evidenciada na documentação diplomática brasileira ao descrever a praça comercial de Luanda como sendo a porta de entrada de produtos lícitos para todo o interior da colônia que durante a década de 1850.

Havia grande quantidade de navios britânicos, franceses e norte-americanos, que permanecia ficavam fundeados nas proximidades do porto da cidade e tinham seus produtos admitidos em todas as aduanas do domínio português em pé de igualdade com os produtos metropolitanos (Memorando de 07/02/1858, AHI: 238/2/2).

Muitos destes produtos, anteriormente já eram introduzidos em Angola por meio da ação de comerciantes de escravos brasileiros (Instrução de 12/1857, AHI: 238/2/3). Contudo, com a “Viragem” do Império Português para a África na década de 1830 (ALEXANDRE, 1998, p. 68-85) e a abertura dos portos das possessões portuguesas na África para o comércio na década seguinte, o comércio exterior com o Império do Brasil passou a não usufruir das vantagens gozadas por britânicos, franceses e norte-americanos (Instrução de 12/1857, AHI 238/2/3).

Uma segunda consequência da diminuição do tráfico de pessoas é o crescimento da produção agrícola para exportação. Apesar de seu início lento, ele virá a se tornar o carro chefe da economia africana nos períodos seguintes. Culturas como a da palmeira, do algodão e do amendoim fez com que populações interioranas, até então alijadas das rendas advindas do tráfico de escravos, passassem a ter uma melhor participação na distribuição das riquezas (BOAHEN, 2010, p.73).

Essa crença na fertilidade das terras das possessões portuguesas em Angola, assim como de suas riquezas minerais, e a consciência da incúria metropolitana em explorá-la, frente ao tráfico humano, leva o governo liberal recém-elevado após a Guerra Civil, a criar um projeto em que o desenvolvimento agrícola em suas possessões seria a fórmula que reconstruiria Império Colonial Lusitano (ALEXANDRE& DIAS, 1998, p. 38-49).

Dentro deste viés de desenvolvimento agrícola, foi comum que antigos traficantes de escravos ou agentes nele envolvidos se empenhassem nestas novas atividades agrícolas. Exemplo disso é o do ex-traficante brasileiro Francisco Antonio Flores, que em parceria com os britânicos, inicia a produção de algodão; em terras próximas ao Ambriz. Essa parceria lhe conferia acesso a insumos, maquinário e mão obra especializada vindas da Grã-Bretanha (Memorando de 30/08/1858, AHI: 238/2/1).

Ainda segundo o consulado geral brasileiro em Luanda, com a diminuição drástica do tráfico de escravos no Atlântico, a produção agrícola na região de Angola crescia, sua produção seguia para a metrópole portuguesa e de lá era distribuída no mercado europeu e mesmo para o Império (Memorando de 07/02/1858, AHI:238/2/2). Apesar disso, o aumento do interesse por produtos agrícolas africanos não significou um aumento tecnológico que

permitisse o beneficiamento dos produtos e a conseqüente o aumento de seu valor agregado (BOAHEN, 2010, p.73-74).

Esta união entre o empreendedor brasileiro, seus parceiros britânicos e o Estado Colonial Português, ao mesmo tempo em que vinha em auxílio as dificuldades financeiras do Governo Geral de Angola, significava uma possibilidade de reposicionamento dos demais ex-trafficantes de escravos lusitanos e brasileiros com o fim do contrabando de cativos. A instalação das minas da *Western Africa Malachite Copper Company Limited*, da propriedade do ex-trafficante brasileiro, nas terras recém cedidas no Reino do Congo, assim como a própria invasão do Ambriz – ainda que em troca do apoio militar português à coroa de Henrique II – significava um ganho de relevância política, econômica e militar dos portugueses, e seus sócios brasileiros e britânicos, na região e a perda de relevância da soberania régia sobre partes importantes de seu reino.

#### **4.5. Efeitos das mudanças comerciais na estrutura tradicional de poder na África**

As mudanças ocorridas durante a lenta erradicação do tráfico de escravos levaram a transformações em diversos aspectos da vida social. Longe de adentrar nos estudos, complexos e profundos, acerca das características das sociedades africanas e seus usos da força de trabalho compulsória expressos por ilustres pesquisados como Lovejoy (2002) e Thornton (2004), e ainda passando ou ao largo dos debates sobre a inserção do elemento europeu dentro do sistema escravista pré-existente no continente africano, procurar-se-á debater neste trecho o como que as alterações no fluxo internacional de cativos, a ampliação de outros meios de produção e a intervenção cada vez mais intensiva de elementos não-africanos na dinâmica política e social das populações das proximidades do litoral, alteraram o balanço das forças políticas e de governo destes grupos.

Segundo Albert Adu Boahen (2010, p.47-75), a mudança de uma economia movida, determinantemente, pelo comércio de mulheres e homens para servirem ao trabalho escravo por um outro padrão voltado para o mercadejo de produtos extrativistas ou agrícolas – marfim, ceras, gomas, palma, o amendoim, café e outros – representariam uma mudança significativa para parcelas da sociedade envolvidas em todas estas atividades. A troca de uma economia baseada no tráfico de escravos para um outro modelo pautado no comércio de produtos primários significaria a alteração de um padrão produtivo excludente e que beneficiava apenas as camadas mais elevadas destas sociedades – líderes locais, militares e grandes comerciantes – para um modelo que beneficiaria a uma parcela maior de população,

em especial aos lavradores situados no interior, até então alijados do grosso das rendas originadas do tráfico negroiro.

Essa alteração, contudo, não foi repentina nem desprovida de resistências (WHEELER & PELISSIER, 2013, p.145-147). Os primeiros tempos do combate a erradicação do contrabando de escravos o comércio de novos produtos, em especial os extrativistas como marfim, urzela, ceras, óleos, goma arábica, mel dentre outros, dentro do chamado comércio lícito, eram realizados por agentes envolvidos no comércio de pessoas (Memorando de 07/02/1858, AHI:238/2/1), assim como financiados por eles. Além disso, era utilizada as mesmas estruturas de logística e distribuição utilizados pelos negreiros (ADE AJAYI, 2010, p. 07-12). Assim sendo, pouco ou nada mudou na estrutura de poder político das sociedades envolvidas neste primeiro momento nas sociedades do Centro Oeste da África.

Diversos grupos tinham no comércio de pessoas um aspecto importante de sua composição política e organizacional. No Centro Oeste Africano, em diversos outros pontos da África Atlântica, as classes sociais formadas por nobres que detinham o poder tradicional e outros privilégios, mantinham sua posição econômica e social sustentando-se na força militar, no mercadejo de pessoas para a escravidão e na proximidade com os negociantes europeus (ADE AJAYI, 2010, p. 07-12). Esta proximidade possibilitava o acesso comercial as armas de fogo, munição, pólvora, todas vindas do estrangeiro, o que reforçava ainda mais seu poder político e militar (ADE AJAYI, 2010, p. 26). Assim, líderes locais tentaram tirar proveito da crescente atividade dos europeus no litoral (ADE AJAYI, 2010, p. 25).

Com o tempo, estes contatos entre os europeus e povos africanos do litoral possibilitaram o intercâmbio de experiências e a assimilação de elementos do campo simbólico, tais como a escrita, elementos organizacionais e técnicos, que foram utilizados no sentido de reforçar esse mesmo poder político e militar dos mandatários destes grupos (SANTOS, 2006, p. 86).

Somado a isso, havia ainda a presença crescente de indivíduos de origem africana, educados e instruídos aos moldes ocidentais, que por sua vez eram integrados ao sistema político local e introduziam novas tecnologias e práticas que dariam ainda mais poder aos grupos dominantes (BOAHEN, 2010, p. 69).

Assim sendo, estes grupos políticos, de posse destes elementos práticos e simbólicos de poder, detinham a maior parte das rendas originadas do comércio de escravos, o que veio por sua vez a enriquecer principalmente as grandes cidades portuárias donde eram embarcados estas mulheres e homens em situação de escravidão (BOAHEN, 2010, p. 73).



Exemplos de sociedades com este perfil de estrutura política e econômica podem ser vislumbrada no antigo Reino do Oyo, Daomé e outros na África Ocidental (ADE AJAYI, 2010, p. 24-25). Ou mesmo no próprio Reino do Congo, onde os líderes locais eram intrinsecamente envolvidos com o tráfico de pessoas (BROADHEAD, 1947, p. 615). Essa nobreza vinculada ao Reino do Congo mantinham o monopólio das exportações assim como o controle das rotas comerciais através da cobrança de pedágios e a manutenção de milícias armadas e, se não fosse o suficiente, ainda eram os responsáveis pelo sustento dos padres católicos ali residentes e das igrejas e santuários de seus territórios (HERLIN, 2004, 271-274).

A atitude dos africanos, seja da África Ocidental, seja da África Centro Ocidental, ou mesmo no norte do continente, contudo não consistia na adoção ilimitada dos aspectos da cultura ocidental mais consistia em uma adaptação frente aos hábitos e costumes locais (BOAHEN, 2010, p. 70). Desde o Renascimento Egípcio na década de 1840, passando pelo *jihād* dos povos muçulmanos do Sahel, ou a instituição de uma Confederação na África Ocidental –a Confederação Fanti – que contava com uma Carta Constitucional (BOAHEN, 2010, p. 71-72), ou ainda *Egba United Board of Management* - Conselho Unido de Administração dos Egba, no antigo Reino do Oyo (BOAHEN, 2010, p. 71-72). Demonstram que no período entre o fim do tráfico de escravos e a Partilha da África, determinada pelos países europeus na Conferência de Berlim, entre 1884-1885, os povos residentes no continente não foram meros receptores das medidas impostas, externamente, por europeus, brasileiros e norte-americanos, mais desenvolvedores de métodos próprios de organização e governabilidade.

Longe de querer demonstrar uma África idílica e desprovida de contradições ou uma Europa onipresente e causadora única de todas as mazelas no que virá a se tornar o mundo subdesenvolvido, é necessário frisar, porém, que o crescente interesse dos estrangeiros, em especial europeus, no continente africano, estava ligado ao comércio e a exploração econômica de seus recursos (ADE AJAYI, 2010, p. 25-26), e que muitas das vezes teve no poder local um aliado.

Estrangeiros – missionários e comerciantes - ainda concentrados nas zonas litorâneas, mais que pouco a pouco entravam no interior; assim como exploradores que desbravavam para os europeus cada vez mais profundamente a *hinterland* do continente, passaram a interferir, cada vez mais intensamente, na política destas localidades (BOAHEN, 2010, p. 69). A presença destes atores alienígenas acabou por influir na disputa pelo poder dos diferentes partidos e facções das sociedades africanas em luta pelo controle político destas, assim como

pelo acesso aos recursos naturais exportáveis e o controle das rotas comerciais (ADE AJAYI, 2010, p. 26).

Essas interferências buscavam garantir a manutenção de seus interesses e a se utilizar de sua vantagem econômica, técnica ou mesmo militar para fazer valer seu posicionamento (ADE AJAYI, 2010, p. 25-26). Exemplo disto seria a intervenção francesa nas disputas entre o Reino do Oyo, Daomé e Porto Novo na década de 1840 (SOUMONNI, 2001), assim como a interferência portuguesa na Questão Sucessória no Reino do Congo entre 1857-1861. Esses reis que tinham no apoio dos europeus um fator determinante para a manutenção de seu poderio bélico ou econômico acabaram por ver seus projetos de hegemonia política frustrados diante do crescimento da presença europeia nas décadas seguintes (ADE AJAYI, 2010, p. 25), tornando-os vítimas do próprio estado de coisas a que ajudaram a criar.

#### **4.6. Efeitos das mudanças comerciais no Reino do Congo**

O Reino do Congo, sobre o qual esta dissertação se volta, era uma área habitada pela etnia bacongo, situado na África Centro Ocidental e que tinha seus limites entre o sul do rio Congo (ou Zaire), tendo seus limites à oeste o oceano Atlântico e ao sul o rio Cwanza. Pertencendo ao grande tronco Banto é composto pela etnia Quicongo que por sua vez é subdividida em outros seis grupos: Kishicongo-muxicongo, Sosso, Pombo, Sorongo e Zombo, todos falantes da língua Bacongo (LOPES, 2011, p.209). Os Kishicongo-muxicongo formavam a maior parte da população do Reino por volta do século XV, quando da chegada dos portugueses (WHEELER & PÉLISSIER, 2013, p. 48-49). A região de presença congoleza na África, em linhas gerais, ocupava partes das atuais Angola, República do Congo e República Democrática do Congo, oscilando para áreas ao norte do Rio Congo, mais ao sul de Angola e mais a leste para dentro do território da atual República Democrática do Congo.

Nesse período a região central da África já estava integrada às grandes redes mundiais de comércio, de modo especial quanto ao comércio de escravos. A desigualdade dos termos de troca entre o Reino do Congo e os estrangeiros – europeus e americanos - era patente. Dentro da divisão internacional do trabalho existente entre 1830 e 1850 cabia ao Reino africano fornecer grandes quantidades de pessoas como mão de obra escrava e, concomitantemente, alguns poucos produtos tropicais em troca de manufaturados ou industrializados vindos da América ou da Europa (VELLUT, 2010, p. 360-361). Por outro lado, ocorria um processo de crescente fragmentação política e social (BROADHEAD, 1979, p. 647).

Com a pressão britânica para a extinção do tráfico negreiro na primeira metade do

século XIX e a consequente pulverização da atividade pelo litoral africano (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 593), vários negreiros buscam refúgio nas áreas próximas a foz do rio Zaire, no litoral atlântico do Reino do Congo. Durante as décadas de 1830-1860, as áreas do litoral ao norte de Luanda e as próximas da foz do Zaire, que até então eram coadjuvantes dentro do cômputo total do tráfico de escravos, passaram a ser os principais pontos de embarque de escravos para a América (HERLIN, 2004, p. 266-266). Portos atlânticos como Ambriz, Cabinda, Loango e os portos fluviais de Sogno, Noqui e Mboma passam a concorrer diretamente com as tradicionais localidades de Luanda e Benguela (VANSINA, 2010b, p.671).

Talvez o mais notório exemplo dessa nova etapa do negócio escravagista tenha sido Ambriz era uma localidade situada fora das possessões portuguesas no centro oeste africano. Se tornou um dos principais pontos de embarque de cativos nesta fase de contrabando de escravos e a porta de entrada de produtos estrangeiros no interior do Reino do Congo, chegando a superar as atividades comerciais em Luanda (HERLIN, 2004, p. 271-274). O governante da localidade era o marquês de Mossul, vassalo rebelde do manicongo que coordenava os comerciantes estrangeiros europeias e americanos com feitorias na cidade (HERLIN, 2004, p. 271-274). Às vésperas da invasão portuguesa estavam estabelecidas feitorias ingleses, norte americanos, franceses e brasileiros (MARQUES, 2006, p. 145). Este mesmo nobre mantinha rotas de fornecimento de cativos para exportação, assim como para o fornecimento dos produtos vindos do interior e que se faziam necessárias para a armação das viagens dos navios negreiros (HERLIN, 2004, 271-274).

Esse ambiente de comércio, longe da fiscalização britânica e livre das tributações e da corrupção portuguesa, fez com que o Marquês de Mossul crescesse em importância e se fortaleceu quanto a sua insubordinação frente ao seu suserano Henrique II. Apesar do poder praticamente simbólico que o manicongo possuía, o pagamento de impostos não era apenas um modo de dominação, mas representava um meio de reconhecimento de sua suserania, e esseshá muito não eram mais pagos pelo referido marquês (HERLIN, 2004, 271-274). Essa situação logo levaria britânicos, portugueses e mesmo o próprio Governo de Mbanza Congo/São Salvador à ação.

Outros portos na desembocadura do Zaire, como Noqui, Mboma e Sogno, por sua vez, estavam vinculados aos seus votos de fidelidade ao poder central do Reino do Congo e eram utilizados principalmente por franceses, ingleses, norte-americanos, holandeses e até mesmo portugueses (HERLIN, 2004, 274-281), segundo as descrições de Cordeiro (1883, p. 05), em

1857, das 49 feitorias existentes na região, 25 seriam lusas.

Apesar da forte presença de negociantes estrangeiros como intermediários do negócio do tráfico no litoral, a captura, transporte e o fornecimento de homens e mulheres do interior para às margens do Atlântico era feito por agentes locais, principalmente ligados a nobreza congoleza envolvida no negócio dos escravos (HERLIN, 2004, p. 265-266). Com isso, os chefes locais aumentavam suas rendas e passavam a ter acesso a bens de valor simbólico necessários para dar-lhes distinção social (HERLIN, 2004, p. 266-271), o que aprofunda a desigualdade social no seio da sociedade congoleza (VANSINA, 2010b, p.672-680).

Esse comércio de escravos e de outros produtos com outros povos, além dos portugueses, acabaram criando um ambiente diferenciado do que havia nas cidades portuárias de Luanda, Benguela e Moçamedes. O multilateralismo da política comercial do Reino do Congo e de outros povos que habitavam ao redor da foz do rio Zaire, além de oferecerem uma maior vantagem competitiva ao comércio exterior – do que se eles estivessem ligados ao comércio único e exclusivo com os lusitanos - garantia a autonomia e conseqüente independência desses grupos (HERLIN, 2004, p. 279). Na década de 1840 e 1850, as regiões dos portos de Ambriz e Cabinda movimentavam mais recursos que as tradicionais cidades coloniais portuguesas de Luanda e Benguela (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 428).

O aumento da demanda por mão de obra escrava por parte de brasileiros e cubanos fizeram com que outros elementos alheios à nobreza congoleza passassem a atuar no mercado de fornecimento de escravos nesse período (HERLIN, 2004, 274-281). Apesar da oposição de parte dos traficantes, houve uma reorganização do sistema internacional de tráfico de pessoas, partindo agora das margens do Zaire e sob a hegemonia brasileira entre 1808 a 1850 (HERLIN, 2004, 265-266).

O comércio, até então controlado pelos franceses antes da Revolução de 1789, passou a ser dominado, posteriormente, pelos ingleses nos anos seguintes e com a abolição do tráfico pelo Parlamento Britânico em 1807,essesderam lugar aos traficantes brasileiros (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 367-376). Essa força dos negociantes brasílicos estava embasada no fato de que as lavouras da ex-colônia portuguesa tinham, desde o fim do século XVIII, demanda crescente de força de trabalho e do grande capital movimentado pelos negociantes de escravos (FLORENTINO, 1997, p. 10).

Com o fim da Guerra Civil portuguesa (1828-1834) e a hegemonia dos políticos liberais na chamado Período da Regeneração, o império colonial lusitano iniciou seu movimento de intensificar de sua atuação na África Centro Ocidental (ALEXANDRE &

DIAS, 1998, p. 38-49). Por outro lado, a armada britânica, estacionada no Atlântico Sul, e o Tribunal Misto Anglo-Português para o Combate a Escravidão, sediado em Luanda, voltam sua atenção ao comércio de escravos na região ao norte das possessões portuguesas (Memorando de 23/07/1857, AHI:238/2/2; Memorando de 01/08/1857, AHI:238/2/2; Memorando de 18/10/1857, AHI:238/2/2; Memorando de 17/01/1857, AHI:238/2/2; dentre outros). Essa ação dos britânicos, apesar de oficialmente serem medidas de combate ao contrabando de escravos, também serviam como meios de firmar sua presença nas áreas próximas à foz do Zaire e se antepor aos avanços portugueses nessas mesmas regiões (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 427). Em meio a todos estes interesses está o Reino do Congo.

O Reino Congo, governado por Henrique II, era naquele momento um país enfraquecido frente as rivalidades de seus líderes locais e, agora, ainda estava às voltas com o expansionismo português e a aproximação britânica no sentido de inibir o tráfico de escravos. Em 1853, ocorrem a intervenção britânica em Cabinda, Quissembo e mesmo em Ambriz (CORDEIRO, 1883, p. 60-61) na sequência, entre 1853 e 1854, houve a reafirmação da presença portuguesa na foz do grande rio, atacando grupos avessos às feitorias lusas nas proximidades (CORDEIRO, 1883, p. 60-61).

Importante lembrar que essa intervenção britânica nesses pontos e a busca pelo estabelecimento de acordos com seus chefes locais, apesar de seu motivo oficial, que era a inibição do tráfico de cativos, também serviria como uma tentativa de obstar a marcha portuguesa para as regiões ao norte de Luanda e a foz do rio Zaire. Nesses termos, as chancelarias de Londres e Paris eram unânimes: questionar, ou mesmo relativizar, as reivindicações lusitanas quanto a sua posse das regiões próximas à foz do grande rio. Assim, o ganho de relevância política ou militar dos britânicos nessas áreas significaria a perda de importância do Estado Colonial lusitano.

Se não fosse o suficiente, o rei dos congoleses ainda teria que enfrentar as ameaças internas, movidas pelo marquês de Mossul (HERLIN, 2004, 271-274) e já durante o conflito sucessório, as questões envolvendo o Padrão português na desembocadura do rio – o que antepôs frontalmente ingleses e portugueses (CORDEIRO, 1883, p.66). Todos esses eventos antepõe os interesses políticos, econômicos e culturais do Estado Colonial Português, das forças navais britânicas e dos grupos exportadores de escravos do Reino do Congo.

A lei de 1850, que proibia o tráfico de mulheres e homens para o trabalho escravo no Império do Brasil, foi um duro golpe a todo o sistema de contrabando de pessoas no Atlântico

Sul. Ao contrário da primeira vez, em 1831, o Estado brasileiro atuaria decisivamente para inibir o desembarque de homens e mulheres expatriados. Diante disso, alguns dos envolvidos nesse mercado seguiram a lógica de diversificação dos investimentos, abandonando as atividades do tráfico de escravos, enquanto que outros mantiveram-se no ramo ampliando suas atividades para outros pontos da América em que ainda era possível traficar, como em Cuba por exemplo, e comerciando com portugueses e ingleses no litoral africano (FLORENTINO, 1997, p.194-204).

Por outro lado, conforme expresso pelo chanceler visconde do Rio Branco, em 1857, era interessante para o Império do Brasil, prosseguir com o fluxo comercial dos chamados “produtos lícitos” (RODRIGUES, 1964, p. 206-207 e a Instrução de 12/1857, AHI: 238/2/3). O império deveria procurar reativar os fluxos comerciais existentes entre os dois lados do Atlântico Sul e retomar a posição de prestígio que os produtos brasileiros ocupavam na África Portuguesa entre 1808 a 1830 (Instrução de 12/1857, AHI: 238/2/3). Isso deveria se dar através do comércio de bens manufaturados como aguardente de cana, vidros, açúcar, tecidos produzidos pelo Império, enquanto esse deveria importar produtos como cera de abelha, marfim, goma arábica e azeite de dendê, cuja demanda era crescente no mercado europeu (Memorando de 08/09/1859, AHI: 238/2/1).

O comércio na região do Reino do Congo sofreu uma reviravolta quando o rei dos congoleses, Henrique II, e o Governo Geral de Angola aproximam-se, no sentido atuarem sobre a região de Ambriz. O acordo formado entre o Império colonial português e o Reino do Congo em 1845, determina que em troca do apoio militar luso, o manicongo cederia o marquesado de Mossul, e a cidade de Ambriz, assim como o direito de exploração das minas de cobre do interior (WHEELER, 1968. p. 42). Com isso o manicongo se livrava de seu vassalo infiel, afirmaria sua força diante dos demais chefes locais e o governo português alcançaria o cobiçado comércio do norte de Luanda.

Diante da diminuição da presença da marinha britânica no Atlântico Sul, graças à Guerra da Crimeia, as forças militares lusas tomam a cidade em 1855 e, no mesmo ano, tomaram posse das minas (MARQUES, 2006, p. 146). Ciosos de seu posicionamento estratégico, várias cidades dessa área não eram receptivas a fixação de grandes contingentes de europeus em suas terras, tolerando apenas feitorias e instalações comerciais (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 428). Mesmo Henrique II do Congo procurou contrabalançar a presença lusa no Bembe e no Ambriz permitindo a presença de feitorias de outros povos europeus em seu território (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 428).

A realidade política congoleza nas décadas de 1850 e 1860 era dominada, assim como outras áreas do continente, pelos efeitos das mudanças econômicas e sociais decorrentes da decadência do tráfico de escravos (BOAHEN, 2010,p. 47-75). As classes abastadas da sociedade congoleza, que tinham no livre comércio de homens e mulheres para a escravidão seu principal sustentáculo, foram severamente prejudicados com a diminuição dos índices de comércio graças as ações da marinha britânica na região da foz do Zaire, assim como da proibição jurídica para o comércio de cativos no Império Português e no Brasil (HERLIN, 2004, p. 274-281). Isso veio a possibilitar a introdução de novas atividades econômicas na região, como a agricultura e a mineração.

A nobreza congoleza reagiu a essas transformações conjugando um forte senso de independência com o desejo de manutenção do comércio de almas, primeiramente através da oposição política as reformas instituídas por Henrique II na década de 1840. Diante disso, os conflitos ocorridos em torno da Questão Sucessória podem ser entendidos como uma reação concreta a essas mudanças que vinham ocorrendo quanto a lento esmorecimento do tráfico de escravos e o repúdio radical da presença portuguesa na região, assim como a de seus aliados brasileiros e britânicos que financiavam e participavam efetivamente destas novas atividades. Isto pode ser evidenciado diante dos ataques descritos pelo cônsul Saturnino de Sousa e Oliveira no período da questão sucessória a feitorias brasileiras e as instalações das firmas de Francisco Antonio Flôres (Memorando de 23/09/1860, AHI:238/2/2) e do vilipêndio à bandeira e as instalações da feitoria inglesa quando da morte de Dom Nicolau (SARMENTO, 1886, p 69).

Os partidários da manutenção da independência, da manutenção do tráfico de escravos e, conseqüentemente, dos grupos de nobres congolezes que tinham nessa atividade sua fonte de poder político e social se organizam no grupo que apoiava a candidatura de Dom Álvaro Makadolo ao trono de Mbanza Congo/São Salvador. Eles defendiam a destruição completa dos empreendimentos anglo-brasileiro *da Western Africa Malachite Coppers* no Bembe, assim como a expulsão dos lusos da cidade portuária do Ambriz.

Para tanto, esses grupos favoráveis a manutenção do tráfico de almas se aproximam dos contrabandistas franceses instalados no litoral e nas proximidades da foz do Zaire. O Governo de Paris faz oposição formal às pretensões portuguesas de aproximar-se da foz do rio Zaire (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 427). Esta posição pode ser explicada pela constante presença de traficantes franceses no comércio de pessoas (JENNINGS, 1976, p.515-548), apesar das pressões britânicas na região. Isso fazia deles os aliados adequados às pretensões de

Álvaro XIII e de seus partidários escravagistas na luta contra os portugueses e seus sócios brasileiros e ingleses.

A aproximação dos grupos favoráveis à Makadolo dos comerciantes e traficantes de escravos franceses pode ser entendida como uma alternativa externa que poderia competir com a presença dos portugueses, britânicos e brasileiros nas regiões ao norte de Luanda e nas proximidades da foz do Zaire. Além do apoio bélico poderiam garantir o fornecimento de missionários dos quais o Reino do Congo tanto ansiava. A cooperação entre congoleses, do grupo de Álvaro XIII, e os traficantes franceses faria com que esses retomassem parte de sua autonomia política e militar o que significaria a perda de importância de portugueses, brasileiros e franceses na região.

Contudo, esse posicionamento político favorável ao tráfico de escravos e ao alinhamento com os franceses não foi o único posicionamento político existente na sociedade congolesa. Os partidários pela extinção ou diminuição do comércio de homens e mulheres para o exterior, e favoráveis ao incentivo do aumento das relações comerciais de outros produtos com os estrangeiros, se alinham com a causa da elevação ao trono de Pedro Lefula, que veio a se tornar Dom Pedro V do Congo. Apesar de ser o grupo minoritário no início do conflito, logo aproximou-se dos portugueses, se refugiando nas instalações da *Western Africa Malachite Coppers*. Essas demonstrações de apoio de Pedro Lefula ao empreendimento luso-angola-brasileiro e a busca pelo apoio do Governo Colonial português o colocou como uma alternativa pela qual os interesses lusitanos e de seus parceiros brasileiros e britânicos acerca dos territórios ao norte de Luanda e nas proximidades da foz do Zaire poderiam ser mantidos. Contudo, a longo prazo, significaria o prosseguimento do enfraquecimento do poder real no Reino do Congo.

Com o declínio do projeto de fazer Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia rei dos congoleses, Dom Pedro Lefula, o Marquês de Catende, conquistou o apoio do Estado Colonial Português e fez com o governo metropolitano combatesse seu principal opositor fortalecendo seu poder real manipulando o jogo político da África Centro-Ocidental a seu favor. Foi durante seu longo reinado (1859-1891) que houve a transição da economia que tinha no tráfico de homens e mulheres seu principal produto para uma economia agroexportadora (THORNTON, 2011, p. 114-115).

Como em outros pontos do continente, este estímulo a agricultura foi um fator determinante nos esforços de novas formas de uma maior integração da região do Reino do Congo a economia colonial portuguesa. O estabelecimento de propriedades agrícolas nas



proximidades das cidades portuárias, com o emprego de força de trabalho local e patrocínio de estrangeiros, foram entendidas à época como uma alternativa econômica para o desenvolvimento da região, já vinculada ao comércio internacional como produtor agrícola (HERLIN, 2004, p. 281) e vindo de encontro as novas diretrizes portuguesas para suas colônias na África.

Toda essa conjuntura de transformações causadas pelas mudanças econômicas, sociais e políticas geradas pela decadência do tráfico de escravos serviu como pano de fundo para o desenvolvimento da Questão Sucessória ocorrida no Reino do Congo entre os anos de 1857 a 1861 e, de forma mais específica, a própria trajetória do príncipe Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia. As ações desempenhadas por agentes ou instituições estrangeiras estabelecidas no Centro Oeste africano, antes de serem motivadores exclusivos dos eventos, se somaram a uma conjuntura própria do continente durante a primeira metade do século XIX. Desse modo, a política do Império do Brasil com a África nas décadas de 1850 e 1860 se inserem, também, nessa conjunção de elementos próprios daquele momento histórico: a situação política, econômica, social vivida pela região.

#### **4.7. O Império do Brasil e a tentativa de manter seus antigos laços com o continente africano entre 1850-1860**

A ascensão de Dom Pedro II como imperador do Brasil em 1840 e a prescrição dos tratados desiguais assinados entre o Império e a Grã-Bretanha motivaram o Brasil a adotar uma política externa que buscava ampliar sua presença internacional (CERVO & BUENO, [1992], 2008, p. 65-71), ainda que se mantendo dentro da dinâmica da dependência estrutural face ao capitalismo britânico (SILVA, 2009, p. 23). Após o fim da vigência dos tratados desiguais, cessou a sangria das finanças públicas causada pelas taxas alfandegárias extremamente baixas a que os produtos ingleses e de outros países gozavam. Considerando que essas tributações relativas à importação constituíam uma das mais importantes fontes de receita do Estado Imperial, seu término significou um alívio nas contas públicas da Monarquia (CERVO & BUENO, [1992], 2008, p. 65-71). A partir daí a preservação da autonomia alfandegária e a resistência a pressões externas por novos tratados desvantajosos ao país se tornaram princípios que foram seguidos pelo resto de todo o II Reinado (CERVO & BUENO, [1992], 2008, p. 72). Sem romper as amarras da dependência econômica que tinha da Grã-Bretanha, o Império Brasileiro se voltou para a recuperação de sua economia.

Essa nova conjuntura permitiu que a monarquia mudasse sua política externa, vigente

desde o Primeiro Reinado (1822-1831). Houve o estabelecimento de relações internacionais mais pragmáticas e vantajosas para as finanças do Estado Imperial (CERVO & BUENO, [1992], 2008, p. 65-71). A hegemonia de políticos conservadores, e sua visão de política internacional, levam o país adotar uma postura contrária aos tratados bilaterais e a uma defesa enérgica dos interesses nacionais, de modo intervencionista, como o que ocorria nas intervenções na Bacia Platina entre 1840 a 1870 (CERVO & BUENO, [1992], 2008, p. 65-71).

No período antes da ascensão da cafeicultura e da primazia desse na cesta de exportações do país, os grupos políticos influentes na determinação da política comercial trabalhavam no sentido de diversificar as fontes de receita do Estado Imperial. Isso se dava através da promoção de outras atividades econômicas com intuito de incentivar a produção de manufaturados e o estímulo a criação de indústrias (CERVO & BUENO, [1992], 2008, p. 73). A busca pela ampliação de mercado consumidor para a oferta dos produtos brasileiros passou a ser uma meta da diplomacia imperial, conforme instruções do Secretário dos Negócios Estrangeiros Visconde do Rio Branco (Instrução de 12/1857, AHI:238/2/1).

Com o fim do contrabando de pessoas, houve uma significativa diminuição do fluxo comercial de produtos manufaturados produzidos no Brasil para a África e de bens industrializados revendidos pelos negociantes brasileiros (Instrução de 12/1857, AHI:238/2/1; RODRIGUES, 1964, p. 207). Segundo a descrição do próprio Secretário dos Negócios Estrangeiros do Império, Visconde do Rio Branco:

“Do segundo período para cá [após a primeira proibição do Tráfico em 1831] os nossos produtos começaram a ser repelidos e a reexportação que fazíamos de gêneros estrangeiros cessou inteiramente (...) Desde 1837 nossas importações em África decresceram sensivelmente até chegarem ao estado atual” (Instrução de 12/1857, AHI:238/2/1; RODRIGUES, 1964, p. 207).

Essa interpretação configurou uma compreensão por parte da autoridade brasileira do quanto o comércio de produtos tidos como “lícitos”, produzidos ou reexportados pelo Império, estava intrinsecamente vinculado ao contrabando de escravos e o quanto esse era determinante nas linhas gerais das relações entre o Brasil e a África.

No entanto, o movimento da política externa de busca de novos mercados teve na África, em especial na colônia portuguesa de Angola, um público alvo potencial para os estadistas do Império. Ainda nos utilizando das palavras do Secretário José Maria da Silva Paranhos

“Ao Brasil convém assegurar esse comércio. Além dos lucros imediatos que dele nos resulta, devemos ter em vista, introduzindo os nossos gêneros na África com abundância e barateza (...) temos elementos para se manter com prosperidade o comércio entre o Império e o distrito de seu consulado [Luanda] (...)” (Instrução de 12/1857, AHI:238/2/1; RODRIGUES, 1964, p. 207).

Com isso, o governo imperial reafirmava seu interesse em manter sua presença comercial em Angola, sob novos termos e completamente desvinculados do contrabando de escravos vigorante até então.

O interesse da chancelaria brasileira em voltar a intensificar os fluxos de comércio com a colônia portuguesa pode ser justificado diante dos fortes vínculos políticos, econômicos e sociais ainda existentes entre os dois lados do Atlântico Sul. As ligações criadas ainda dentro do contexto da colonização portuguesa não foram repentinamente rompidas com a secessão da parte americana do Império Português (FERREIRA, 2006, p.36). Contatos sociais marcados por conexões familiares, estabelecimentos comerciais com atividades nos dois lados do Atlântico, ou mesmo contatos de cunho religioso, contribuíram para manter esta ligação ativa ((FERREIRA, 2006, p.36). Havia ainda a memória do alinhamento político existente entre partes das autoridades coloniais portuguesas em Luanda e Benguela, e dos negociantes residentes nas possessões portuguesas nas primeiras décadas, após a emancipação do Brasil, no sentido de buscar a unificação com o novo Governo do Rio de Janeiro e que só foi debelada – em definitivo – após o Tratado de 1825 (CERVO & BUENO, [1992], 2008, p. 34).

Em um sentido mais pragmático existia ainda toda a estrutura logística e financeira deixada pelo tráfico de escravos, o que representaria uma possibilidade a ser aproveitada por um Estado ávido em aumentar suas rendas. Uma estrutura logística já montada pelo contrabando de almas somada a lucrativa intermediação comercial desempenhada pelos negreiros, com a revenda das manufaturas e produtos industrializados da Europa ou dos Estados Unidos para Angola, criava um ambiente de negócios demasiadamente promissor para simplesmente ser abandonado. Ainda havia a presença de súditos do Império, envolvidos em diversas atividades da vida econômica da colônia portuguesa e o clima favorável nas relações comerciais entre o Brasil e a metrópole portuguesa - ainda que sem o mesmo entrosamento entre as cortes de Lisboa e do Rio de Janeiro (CERVO, 2000, p. 135).

Essa vontade política de se reaproximar das colônias portuguesas foi objetivada com a busca pela reabertura da representação imperial em Luanda, que após várias negativas, conseguiu autorização para se instalar em 1854 e um consulado geral foi ali instalado no ano seguinte (RODRIGUES, 1964, p. 205). Sua missão era a de retomar a pujança do comércio

pretérito entre Brasil e Angola através da implementação de melhorias de infraestrutura que favorecessem a retomada do comércio e acompanhasse, de perto, os comerciantes brasileiros, geralmente ex-trafficantes, residentes em Angola e o capital deixado por eles (Instrução de 12/1857, AHI:238/2/1). Para garantir a lisura das intenções do Império em renovar suas credenciais como uma nação civilizada e livre, buscou ajudar no esforço abolicionista britânico em Luanda e ainda manter uma boa relação com o Governo Geral Português de modo a garantir a boa-fé das intenções do Império do Brasil (Memorando de 17/06/1857, 01/08/1857, 18/10/1857, 17/01/1858, 07/02/1858, AHI:238/2/2).

De modo a levar a cabo a reativação comercial proposta pela chancelaria imperial, o consulado geral brasileiro, a partir de 1858, passou a atuar no sentido de reativar o comércio. Isto se deu através da tentativa de criação de uma Companhia de Navegação composta por paquetes à vapor sob bandeira brasileira, assim como através da coordenação de comerciantes brasileiros – geralmente ex-trafficantes – pelo próprio consulado geral. Ambas não obtiveram êxito. Este fracasso aparente se deveu ao alto custo dos investimentos envolvidos na criação de uma companhia com estas características e da forte presença de negociantes de outras nacionalidades que naquela altura dominavam o mercado de Luanda (Memorando de 07/02/1858, AHI 238/2/1). Se a ação política do consulado não conseguiu deflagrar uma retomada dos negócios entre os dois lados do Atlântico Sul, outras interações não-formais tiveram melhor sorte.

O término do fluxo de cativos, e a respectiva oferta monetária gerada pela liberação do capital aplicado no comércio de almas, levou a um aumento do crédito e ao surgimento de sociedades anônimas (VITORINO, 2008, p.470). Os negociantes envolvidos então buscaram diversificar suas atividades em Angola (FERREIRA, 2011, p.09) ampliando sua atuação comercial de produtos tidos como lícios (Memorando de 30/04/1858, AHI: 238/2/1) e no mercado de crédito, especialmente com o Estado Colonial (PORTUGAL, 1868).

O mais notável deles foi Francisco Antonio Flôres, que conseguiu em 1855 a concessão de exploração das minas de cobre e malaquita no Bembe, no Reino do Congo. As instalações da firma acabaram, por se tornar um enclave militar português, financiado por um ex-trafficante de escravos brasileiro que contava com a participação britânica e força de trabalho local. Situada numa rota comercial importante dentro do Reino do Congo, o empreendimento de Francisco Antonio Flôres era um projeto ambicioso, arriscado e que vinculava visceralmente os interesses do negociante brasileiro com os do Governo Geral. Toda essa pujança de investimentos privados, enquanto em funcionamento, não aufeririam

rendas que pudessem ser revestidas para o Brasil enquanto seus agentes estivessem vivos. Mesmo após falecidos, tal missão era, entretanto, obstada pelo Governo Geral de Luanda (Memorando de 21/02/1858, AHI: 238/2/2).

Diante deste conjunto de dificuldades políticas e comerciais e ainda tendo como meta a busca por incentivar os fluxos financeiros com África, especialmente no Centro Oeste Africano, o consulado Imperial em Luanda se aproximou do príncipe congolês Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia, de modo a criar uma nova alternativa, uma oportunidade de obter contatos comerciais diretos entre o Brasil e o Reino do Congo, contornando assim as dificuldades conjunturais e estruturais vigentes nas relações entre os dois lados do Atlântico Sul entre as décadas de 1850 e 1860.

Conforme o memorando de 08 de setembro de 1859, o cônsul brasileiro afirma "(...) poderá ser de alguma utilidade para o Brasil, se o governo imperial pretender estreitar relações comerciais com o Congo, e exercer ali sua influência civilizadora" (Memorando de 08/09/1859, AHI:238/2/1). O mercado africano era descrito como um ávido consumidor de produtos que poderiam ser fornecidos pelo Brasil e ponto de acesso às riquezas do interior do continente como marfim, urzelas, gomas e outras, que poderiam gerar margens de lucro interessantes se revendidos pelos súditos de Pedro II (Memorando de 07/02/1858, AHI:238/2/1).

Graças a essa aproximação, o Estado Imperial brasileiro, através de seu consulado geral em Luanda interviu, ainda que indiretamente, na Questão Sucessória que se abateu sobre o Reino do Congo entre 1857 a 1861, apoiando inicialmente a candidatura do mesmo Dom Nicolau de Água Rosada, para que assumisse o trono em disputa. Em seguida, consentiu com suas manifestações de protesto contra o expansionismo português sobre o reino africano – sabendo previamente deles sem comunicar as autoridades brasileiras nem portuguesas e dando refúgio a seu autor nas dependências do próprio consulado geral mesmo diante das repercussões negativas criadas pelo ato de insubordinação – e por fim articulando sua fuga, juntamente com os agentes britânicos de Luanda – buscando um asilo junto ao Imperador do Brasil e contribuindo para a organização da saída do referido príncipe das possessões portuguesas (Memorando de 28/02/1860, AHI:238/2/1).

A morte prematura do príncipe de Água Rosada em 1859 foi o fracasso do plano brasileiro e, em alguns aspectos, do próprio plano britânico levado à cabo pelo Comissário Edmund Gabriel, pois colocou à mostra a estreita relação existente entre o consulado brasileiro, a representação britânica e o vínculo deles nos atos de insubordinação de Dom

Nicolau contra o Estado Colonial Português. Em meio ao clima conflagrado pelas derrotas portuguesas ante aos congolese rebeldes, o Governo Geral promove uma devassa nos consulados e representações estrangeiras de Luanda (Memorando de 28/2/1860, AHI:238/2/1).

Com isso não se busca retirar a agência do Príncipe de Água Rosada de todo o processo, nem o apresentar como um joguete dos interesses internacionais sobre a região de Angola, porém afirmar que o fato de ter o apoio desses agentes consulares dava-lhe uma possibilidade de segurança para agir, e estes poderiam enxergar em Dom Nicolau uma possibilidade vantajosa para os interesses de seus países. Apesar de que à primeira vista, todo este envolvimento entre o agente consular brasileiro e o régulo africano ser descrito nos documentos oficiais como sendo uma relação de foro pessoal, ou mesmo filantrópica. O auxílio brasileiro, especialmente o refúgio no consulado geral brasileiro e o posterior asilo, seria o termo de troca utilizado para que o referido príncipe se utilizasse de seus contatos e sua posição para viabilizar o acesso comercial às riquezas da *hinterland* da África Centro Ocidental que eram controladas pelas rotas comerciais e portos do Reino do Congo.

A descoberta da proximidade do cônsul brasileiro, o médico Saturnino de Sousa e Oliveira, com o príncipe morto remete, direta ou indiretamente, aos problemas criados quarenta anos antes pelo cônsul Germarck Possolo e que desencadearam sua expulsão e o fechamento da representação (COSTA E SILVA, 1989). Indiretamente, a ameaça de uma intervenção brasileira sobre Angola e Moçambique que tanto ocupou o imaginário português nos anos que se seguiram a independência do Brasil ainda parecia ser algo presente.

Diante das suspeitas por parte do Governo de Lisboa, a chancelaria imperial passou a atuar no sentido de isolar os motivos de desentendimentos entre as cortes e Lisboa e do Rio de Janeiro em um nível que não comprometesse o todo das relações entre Brasil e Portugal. Os contatos entre os dois governos, apesar de oficialmente distantes, eram compensadas por relações comerciais prolíficas e socioculturais intensas – graças ao crescente número de migrantes lusitanos que vinham para o Brasil (CERVO, 2000, p. 135). A Secretaria dos Negócios Estrangeiros atuou ante a suspeição portuguesa quanto suas intenções com as possessões africanas, de modo a demonstrar a normalidade e a manter nas sombras suas reais intenções. As instruções da Secretaria dos Estrangeiros do Império com a embaixada brasileira em Lisboa eram sutis e discretas, os despachos para o consulado geral em Luanda seguiam tratando dos assuntos corriqueiros da administração (Instrução de 12/11/1860, AHI:214/1/4 e de 15/02/1861, AHI:238/2/3). Finda a Guerra de Sucessão ao trono do Reino

do Congo e apaziguados os ânimos do Governo Geral em Luanda após a chegada do novo Governador Geral, Saturnino de Sousa e Oliveira foi removido do posto e o cargo fica vago até o ano seguinte (RELATÓRIO DA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS EXTRANGEIROS, 1865, p.32).

Até o presente momento não temos menção do envio do pedido de asilo de Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia para o imperador Pedro II, assim como também não foram encontradas nos fundos documentais relativos ao tema, as instruções enviadas ao cônsul geral em Luanda acerca dos procedimentos a serem tomados quanto as suspeitas portuguesas. Tais fatos, além das conjunturas próprias da gestão dos documentos de arquivo, denotam mais uma vez aquilo que Soares (2014) chamou de “A diplomacia do silêncio régio”, na qual através da troca de presentes, envio de cartas e a ação de intermediadores oficiais mantinham-se as alianças e os votos de amizade entre a monarquia portuguesa instalada no Brasil e os reinos da África Ocidental, garantindo com isso o tráfico de escravos sem deixar transparecer a figura do soberano, que se mantinha à sombra, distante dos acontecimentos, encobrindo suas opiniões quanto aos rumos do comércio de escravos e da fiscalização onipresente do abolicionismo britânico (SOARES, 2014, p. 161-163).

A política internacional do Segundo Reinado era mais complexa que a desenvolvida durante o período joanino, porém, no caso do envolvimento da representação brasileira em Luanda com a Questão Sucessória no Reino do Congo fez valer esses parâmetros que caracterizaram a chamada “diplomacia do silêncio régio”. Menções a cartas classificadas como “secretas” entre a chancelaria no Rio de Janeiro e a Corte de Lisboa foram feitas por memorandos enviados pela embaixada brasileira na capital lusa assim como o envio de outras correspondências também assim classificadas para o consulado geral de Luanda (Memorando de 12/11/1860, AHI:214/1/4 e Memorando de 15/2/1861, AHI: 238/2/3). Em seguida o cônsul imperial foi destituído de seu cargo (RELATÓRIO DA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS EXTRANGEIROS, 1865, p.32) e nos documentos do período de atuação do novo cônsul geral são claras as menções ao fato de que a monarquia brasileira não possuía quaisquer interesses em criar constrangimentos entre as duas coroas nem eivar de alguma forma a autoridade metropolitana na África (Memorando de 02/09/1862, AHI:238/2/2). Com isso, resguardavam-se as intenções do próprio Conselho de Estado, que gerenciava a política externa do Império, assim como em última instância a do próprio imperador, isolando-o de qualquer envolvimento quanto a todo o episódio.

#### **4.8. As iniciativas brasileiras e os interesses na região congo-angolana**

As iniciativas brasileiras em manter seus antigos laços com o continente africano entre as décadas de 1850 e 1860, longe de serem iniciativas isoladas em um ambiente inalterado, coexistiram com outras iniciativas desenvolvidas por outros países, europeus ou mesmo africanos, no Centro Oeste do Continente. Esta ação brasileira se fez sentir junto ao próprio Reino do Congo, assim como com britânicos, franceses e portugueses instalados no Centro Oeste africano. De modo sumário, foi exposta como as ações tomadas pelo consulado geral brasileiro ou mesmo os comerciantes brasileiros ali instalados influíram no imbricado jogo de interesses políticos e econômicos na região.

O posicionamento do consulado brasileiro ao lado de Dom Nicolau representou um alinhamento com as forças abolicionistas britânicas e lusitanas, de modo ainda mais intenso do que aquela representada por Pedro Lefula e seus partidários. Contudo, a posição de Nicolau como um “assimilado”, a forte vinculação dele com os britânicos e mesmo com o Império do Brasil levou a sua candidatura a ter pouca aderência junto às populações congolezas assim como para o governo português, que após proposta formal e a sua recusa, voltou-se para Lefula, o marquês de Catende. Essa postura pode ser entendida como uma das principais causas para seu assassinato por seus próprios compatriotas e o fracasso da ação diplomática brasileira na questão.

Já a Grã-Bretanha, em meio à sua cruzada antiescravista ao redor do mundo, teve nas margens das possessões portuguesas de Luanda e Benguela, postos de vigilância e, após a migração da atividade do contrabando para as águas além dos domínios portugueses, passou a atuar também no litoral ao norte de Luanda e nas proximidades da foz do Zaire, costas atlânticas do Reino do Congo (VANSINA, 2010b, p.667). O Império do Brasil, de modo a firmar-se como uma nação civilizada e livre procura, através de seu consulado geral, colaborar com as iniciativas britânicas neste processo de fiscalização, ainda que mantendo a escravidão interna no Império (CORRESPONDENCE WITH THE BRITISH COMMISSIONNERS [...], 1860).

Concomitante à busca pela extinção completa do tráfico de homens e mulheres para o trabalho escravo, os súditos da rainha Vitória lutavam para garantir o comércio livre nos litorais do Centro Oeste Africano e para isso, precisavam conter o expansionismo português que tinha na conquista dessas áreas uma meta (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 23-27). Assim sendo, o acesso ao rio Zaire nas décadas de 1850 e 1860 era o principal ponto de acesso aos produtos do interior da África Centro Ocidental e porta de entrada para os produtos



manufaturados e industrializados consumidos na região. Garantir o livre fluxo em sua foz se mostrou uma garantia de livre comércio e foi a chave para uma nova forma de ocupação do continente. Assim, eventos como a conquista do Ambriz pelos lusos em 1855 e a questão relativa a Ponta do Padrão, na foz do Zaire na década seguinte, geravam atritos como os ocorridos entre as chancelarias de Londres e de Lisboa. A conquista dessa vasta área pelas forças coloniais portuguesas representava a introdução da taxa alfandegária sobre os produtos estrangeiros e um empecilho ao comércio livre dos produtos vindos do interior do continente, o que era indesejado pelo liberalismo inglês.

Assim sendo, ainda sob o ponto de vista britânico, além dos incômodos gerados pela tributação portuguesa, havia ainda a presença dos negociantes brasileiros, que insistiam com o tráfico de escravos para Cuba, arquipélago de São Tomé e Príncipe ou mesmo para o Brasil (FERREIRA, 2006, p.25). Estes mesmos elementos muitas das vezes atuavam no comércio dos chamados produtos lícitos, em especial vendendo ou mesmo revendendo manufaturas ou industrializados para Angola (Minuta da instrução de 12/1857, AHI:238/2/3). Com o tráfico colocado na ilegalidade pelo Governo o Rio de Janeiro essa atuação dos súditos do Império do Brasil se voltou, em parte, para o comércio dos chamados produtos lícitos em Angola e em outros pontos do litoral africano, onde já havia a presença mercantil britânica.

A posição das autoridades e dos comerciantes britânicos instalados em Angola frente a esta readequação comercial dos ex-traficantes de escravos brasileiros era ambivalente. Vezes consistia na eliminação da presença dos comerciantes brasileiros na região, seja no mercado angolano seja nas proximidades na foz do Zaire, taxando-os como agentes do tráfico, conforme denúncias feitas por Edmund Gabriel (Memorandos de 23/07, 01/08, 11/08 e 18/10 de 1857, AHI:238/2/2) vezes buscava se associar a esses mesmos empreendedores no sentido de consorciar-se a eles no financiamento as campanhas e projetos de colonização portuguesa sobre o Reino do Congo, como no caso da anglo-brasileira *Western Africa Malachite Cooper* (Memorando de 30/04/1858, AHI:238/2/1; PORTUGAL, 1868)..

Quanto a questão sucessória no Reino do Congo entre 1859-1861, a atuação do comissário Edmund Gabriel foi o de associar-se ao agente consular brasileiro no apoio a Dom Nicolau de Água Rosada, que, por sua vez, questionava o direito português sobre as terras do Reino do Congo. Após sua morte, o mesmo comissário evitou intervir diretamente na disputa pelo trono entre os dois principais postulantes. Essa neutralidade aparente foi manifestada, de maneira evidente, como sendo prejudicial aos interesses portugueses. A negativa dos dirigentes das feitorias britânicas situadas no litoral do Quissembo diante do pedido de auxílio

feita pelo governador geral Coêlho do Amaral, ao sofrer a derrota nas campanhas contra as tropas de Makadolo, foi crítica diante do massacre das forças coloniais portuguesas (Anexo ao Memorando de 29/03/1860, AHI:238/2/2) e demonstrou a busca das autoridades náuticas e da chefia das feitorias britânicas em se desvincular dos interesses portugueses na região.

Apesar da intensa interação entre brasileiros e britânicos no Centro Oeste africano, sobre nenhum outro grupo as iniciativas brasileiras tiveram maior impacto do que os colonos portugueses. O posicionamento formal emitido pela chancelaria imperial, assim como pelo consulado geral em Luanda é unânime em declarar seu incondicional apoio a colonização lusa nas áreas tradicionalmente ocupadas como Luanda, Benguela ou mesmo Moçamedes, assim como as reivindicações sobre as terras ao norte, nas proximidades da foz do Zaire (Memorando de 07/02/1858 e de 30/04/1858, AHI:238/2/2). No entanto, esse reconhecimento formal da soberania portuguesa sobre essas áreas não necessariamente significaria a ausência de interesses comerciais e econômicos nessas mesmas áreas e suas adjacências (Minuta da instrução de 12/1857, AHI 238/2/1).

A década de 1850, nas possessões portuguesas na África foi um período no qual o governo central de Lisboa se esforçava por implantar um novo modelo colonial mais afinado com os ditames liberais dos grupos que assumiram o poder em Portugal após a Guerra de 1836. Todo esse movimento foi encabeçado pelo ministro Sá de Bandeira e tinha como uma de suas principais metas implantar um modelo econômico nas colônias que viesse a diminuir os prejuízos decorrentes da emancipação do Brasil (PÉLLISSIER, 1997, p.28; ALEXANDRE, 2004, p.53-60). Elas deveriam gerar lucros de modo que sustentassem por si mesmas os custos necessários para sua manutenção e, assim, aliviassem aos gastos da combatida metrópole portuguesa (PÉLLISSIER, [1986] 1997, p.28).

Nesta busca por novos produtos a mineração passou a ter um papel de destaque. Os portugueses tinham conhecimento da produção de malaquita e cobre nas terras próximas à foz do rio Zaire desde o século XV (CORDEIRO, 1883, p.59-60), e da extração de ferro, sal, enxofre e cobre na região de Benguela desde o século XVII (HERBERT, 1984, p. 127). Com isso, o Reino Português que sempre fora dependente do comércio internacional de cobre, enxergava nas jazidas situadas no Reino do Congo uma oportunidade de deixar de ser um importador e vislumbrava a possibilidade de passar a ser um exportador do metal (BIRMINGHAM, 2003, p, 65).

Em 1838, a metrópole publicou um decreto que autorizava o Governo Geral de Angola a lavrar por conta própria as minas existentes na região. No entanto, diante da debilidade

econômica do governo local foi editado em 1852 um novo ordenamento jurídico que permitiria a concessão de licenças para exploração das jazidas por terceiros (SILVA, 2008, p.76). A partir daí o governo central passou a insistir junto ao Governo Geral por maior rapidez e efetividade na produção mineral da colônia de Angola (SILVA, 2008, p.76). Nesse ambiente a embaixada enviada pelo governador geral ao Reino do Congo, em julho de 1856, narrado anteriormente, ganhou um sentido mais amplo e estratégico.

Atendendo a essas propostas, tanto de ocupação das áreas comerciais entre o norte de Luanda e a foz do Zaire, assim como a de ocupar e explorar economicamente a região das jazidas no interior do Reino do Congo, o Estado Colonial português empreendeu a conquista do porto de Ambriz ao norte e fez sentir sua presença política e economicamente sobre os reinos situados fora das áreas de presença lusitana, estimulando a produção de outros produtos que não a escravização humana (WHEELER & PELISSIER, 2012, p. 135-138). Isso significou uma profunda mudança no cenário da costa centro ocidental da África. A colônia de Angola, que sofrera por séculos da falta de investimentos e que tinha como lógica de ocupação possibilitar a deportação cada vez em maiores quantidades de escravos como força de trabalho para a América Portuguesa passou a ser o centro das atenções metropolitanas (WHEELER & PELISSIER, 2012, p. 135-138).

A necessidade de investimentos para a região de Angola contrastava com a incapacidade portuguesa em fazê-lo. Portugal, na metade do século XIX, estava à margem do processo de industrialização e arrastou suas colônias a mesma situação de ostracismo (ALEXANDRE, 2004, p.961). A emancipação política do Brasil e a Guerra Civil entre absolutistas e liberais desorganizaram o sistema financeiro metropolitano – extremamente dependente da antiga Colônia Americana (TENGARRINHA, 2001, p.187-216). Sem indústrias, sentindo a ausência de empresas privadas capazes de mobilizar recursos suficientes para promover a exploração econômica da colônia sem indústrias e, conseqüentemente, sem demanda por matérias primas, as possessões coloniais perdiam sua razão de ser.

Diante das limitações impostas até então, e frente à pouca repressão por parte do governo português, o tráfico de almas se mantinha sendo o principal item do comércio angolano durante a primeira década do século XIX (HERLIN, 2004, p.274). No entanto, a pressão britânica no litoral, atuando contra o tráfico de pessoas para a escravidão, dificultava a obtenção de rendimentos por parte dos colonos envolvidos neste vultoso empreendimento (ALEXANDRE, 2004, p.53-60). Mudar esse estado de coisas significava desenvolver novas formas de produção de riqueza que não fossem o comércio de almas. Para isso, dependia-se

de recursos, até então inexistentes na metrópole. Assim sendo, dever-se-ia lançar mão de alternativas.

Ao mesmo tempo, diante da crise do tráfico atlântico de mulheres e homens para o trabalho escravo, os negreiros com capital investido em Angola buscavam diversificar seus investimentos ou procuravam encontrar formas de não perder por completo o capital já investido. Assim eles passam atuar em outros setores da economia. Negociantes como Arsênio Pompílio Pompeu de Carpo, Francisco Teixeira de Miranda (MARQUES, 2001, p. 616) e Francisco Antonio Flôres (FERREIRA, 2011, p.09) mesclavam o tráfico de escravos com atividades comerciais tidas por lícitas: investindo na produção agrícola para a exportação, no mercado de crédito e no financiamento do próprio Estado colonial Português em expansão na região (ÍNDICE DO BOLETIM OFFICIAL, 1864); Isso vem de encontro com o postulado de Florentino (2010, p.227), no sentido de identificar a permanência desses súditos brasileiros em Angola e o prosseguimento dos contatos comerciais com os portugueses no litoral africano.

Não obstante, o Conselho Ultramarino em Lisboa, entendendo o poder econômico e político desempenhado pelos traficantes de escravos brasileiros nas suas colônias em Angola e porquê não dizer que também de Moçambique tomou uma série de medidas no período posterior a 1836 de modo a eliminar a força política desta presença brasileira (ALEXANDRE & DIAS, 1998), sem necessariamente afastar seus investimentos privados. Esse temor na esfera política pode ser explicado, pela crença na ameaça, real ou imaginária, de uma anexação das colônias áfricas ao Império do Brasil. O governo central português cria que as colônias na África – que tinham no tráfico de pessoas sua mais rentável atividade econômica – tendessem a vincular-se mais proximamente ao colosso escravagista da América do que a precária economia lusitana. Assim sendo, a extinção do tráfico de escravos para o Brasil, e conseqüentemente a superação da lógica escravista, em última análise, seria o modo como o Império Colonial Português desvincularia suas colônias na África da órbita da economia brasileira (ALEXANDRE, 2004, p.53-60).

Assim como seria necessário desligar as possessões africanas da economia escravista brasileira, seria preciso também desatar um dos efeitos complementares desta dinâmica comercial: a venda de produtos tidos como lícitos que, porventura, também pudessem ser negociados por esses mesmos negociantes brasileiros. O próprio agente consular brasileiro, Saturnino de Sousa e Oliveira, era pródigo em descrever as dificuldades relacionadas a aspectos de infraestrutura, tributação e mesmo de concorrência que os produtos brasileiros

sofriam nas praças comerciais de Angola nos idos de 1857 (Memorando de 07/02/1858, AHI:238/2/1). Essa concorrência era atribuída, seja a crescente intermediação dos negociantes portugueses no comércio entre África e o Império do Brasil, seja pela forte presença comercial de outros países como Grã-Bretanha, França e mesmo Estados Unidos (Memorando de 07/02/1858, AHI:238/2/1) e

A tarefa de tornar os produtos brasileiros competitivos nesse mercado exigiria medidas estruturais, jurídicas e políticas mais amplas do que imaginadas pela chancelaria nas instruções dadas pelo Visconde do Rio Branco em 1857 (Memorando de 10/08/1858, AHI:238/2/1). Dentre as medidas estudadas estava a criação de interconexões regulares entre Benguela, Luanda e o litoral brasileiro através de navios à vapor (Memorando de 07/02/1858, AHI:238/2/01), a maior comunicação entre os negociantes das praças comerciais de Recife, Salvador e Rio de Janeiro com seus congêneres em cidades como Luanda e Benguela (Memorando de 07/02/1858, AHI:238/2/01), ou mesmo o esforço em celebrar um tratado comercial entre o Brasil Império e Portugal (Memorando de 07/02/1858, AHI:238/2/01). Estas medidas, debatidas entre o cônsul brasileiro Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira e o Visconde do Rio Branco entre 1857-1858 foram praticamente esquecidas nas chancelarias seguintes<sup>48</sup>.

Bem outra foi a sorte dos ex-trafficantes de gente que escolheram residir nas cidades da colônia portuguesa no Centro Oeste africano, em especial Francisco Antonio Flôres. Enquanto a presença comercial brasileira era rechaçada nas décadas de 1850 e 1860 pelo Governo Colonial, investidores como Flôres obtinham incentivos jurídicos e fiscais para expandir suas atividades. Ele consegue através do decreto de 7 de novembro de 1855 a concessão de exploração das minas de cobre e malaquita no Bembe, no Reino do Congo (PORTUGAL, 1913). O Governo-Geral de Luanda, em 1857, aprova um empréstimo ao Sr. Flores para capitalizar lhe diante dos custos da expedição de ocupação das minas concedidas (PORTUGAL,1913). Em 1859 recebe autorização para atuar na região em parceria com investidores britânicos (PORTUGAL,1913). Se já não fosse o suficiente, ele ainda recebe autorização para estabelecer fazendas de algodão nas proximidades a recém-conquistada Ambriz (Memorando de 30/04/1859, AHI:238/2/2). Mesmo após a destruição de parte de seus empreendimentos pelas convulsões sociais ocorridas na região pela Questão Sucessória entre 1857-1860, ele recebe como indenização outras jazidas de cobre e malaquita nas proximidades de Benguela e Moçamedes (ÍNDICE DO BOLETIM OFFICAL DA

---

<sup>48</sup> Visconde de Maranguape, cuja gestão durou de maio de 1857 a dezembro de 1858 e o Visconde de Sinimbu entre agosto de 1859 a março de 1861.

PROVÍNCIA D'ANGOLA, 1864). O que demonstra uma clara intenção do Governo Colonial português de imobilizar o capital de investidores, como Francisco Antonio Flôres na região.

A morte do príncipe Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia e a descoberta da proximidade do agente brasileiro no evento, assim como do britânico, acabou por levar o temor de uma ação conjunta de dois dos mais tradicionais oponentes da expansão lusitana nas costas da África. Essa junção de fatores, longe de ser algo episódico pontual, foi entendido pelo Governo Geral e, posteriormente, pelo Governo Metropolitano, como um risco eminente à soberania portuguesa na região e uma ameaça que exigia uma defesa firme da coroa portuguesa. Essa ameaça internacional, somada as rebeliões recorrentes nas áreas nas quais os portugueses estendiam suas fronteiras, criava entre as décadas de 1850 e 1860, a impressão de um cenário de risco iminente, que deveria ser radicalmente extirpado.

Assim sendo, as iniciativas brasileiras em manter seus antigos vínculos com a Angola, chocavam-se com as intenções lusitanas na região, o que somado as investidas abolicionistas/intervencionistas britânicas e aos conflitos internos do próprio Reino do Congo em sua dinâmica pós-tráfico de escravos, faziam daquela área o ponto nevrálgico do Império Português no período. Isto posto, é oportuno afirmar que o Centro Oeste africano, em especial a colônia portuguesa de Angola, foi um espaço em que diversos interesses confluíam. Os interesses explícitos ou tácitos de brasileiros, congolezes, britânicos e portugueses gerava uma interação econômica, política e social entre eles isso fazia com que dependessem uns dos outros no sentido de obterem seus objetivos estratégicos, mesmo que estes não o reconhecessem. Assim, aqueles que conseguiram se adaptar a essas circunstâncias obtiveram melhores patamares para as novas mudanças que estavam por vir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da trajetória de vida do príncipe congolês Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia, podem-se realizar algumas considerações sobre os aspectos mais relevantes ocorridos durante esta pesquisa. Não se pretende, com isso, a produção de uma conclusão – no sentido estrito do termo – pois o tema desta dissertação aborda um estudo de caso que ajuda a refletir acerca do ambiente político, econômico e social existente entre o Império do Brasil e as colônias portuguesas na África Centro Ocidental nas duas décadas seguintes à proibição do tráfico de escravos. Logo, esta não possibilita uma conclusão de caráter mais geral, ou abrangente, acerca do todo das relações entre estes dois lados do Atlântico Sul para o período entre 1850 a 1884 (início da Conferência de Berlim e da divisão territorial do continente africano entre os países europeus). Diante disto, opta-se por destacar os pontos de maior relevância ocorridos durante as décadas de 1850 e 1860.

Assim sendo, os vínculos entre o Império do Brasil e as possessões portuguesas na África Centro Ocidental ainda eram intensos durante as décadas de 1850 e 1860. Os negociantes e negreiros brasileiros, residentes nessas localidades, ainda gozavam de relevância na economia, na política e na sociedade nas regiões de Moçamedes, Benguela, Luanda, Ambriz, áreas próximas à foz do rio Zaire e Cabinda. Os colonizadores luso-angolanos, assim como grupos tradicionais africanos, mantinham contatos, as vezes oficiais assim como extraoficiais, com agentes oriundos no Brasil.

Esses contatos formais ou não-formais entre brasileiros e africanos durante o período Imperial não eram exclusivamente voltados ao fluxo transatlântico de homens e mulheres como força de trabalho. Desde o Período Colonial, concomitantemente com o comércio de almas, havia a comercialização de diversos outros produtos. Na década de 1850, negociantes brasileiros exportavam aguardente, açúcar e algumas manufaturas, como vidros (Minuta da instrução de 12/1857, AHI:238/2/3), e ainda reexportavam bens industrializados vindos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos (MARQUES, 2001, p. 616). Por outro lado, importavam da África Centro Ocidental elementos como o óleo de palma, tecidos, objetos de adorno, cerâmicas e algumas espécies de moluscos (PEREIRA, 2015, p. 02)

Com o aumento da fiscalização britânica contra o tráfico transatlântico de mulheres e homens para o trabalho escravo e a proibição dessa prática pelo governo português em 1836 e pelo Brasil em 1831 e 1850, essa atividade sofreu um significativo decréscimo. Diante disso, os negreiros com capital investido em Angola buscavam diversificar seus investimentos, ampliando sua atuação comercial para os chamados produtos lícitos, investindo na agricultura

para a exportação e no mercado de crédito, chegando a se tornarem credores do próprio Governo Geral instalado em Luanda e mesmo da representação consular brasileira alojada nessa mesma cidade (Memorando de 10/08/1858, AHI: 238/2/1).

Por outro lado, o governo colonial português na África Centro Ocidental, sofria as consequências da Guerra Civil Portuguesa (1826-1834) e dos séculos da quase que total exclusividade de suas atividades econômicas para o fornecimento de força de trabalho escravo e de falta de investimentos (ALEXANDRE, 2004, p.61). Com o fim do conflito na metrópole, e a ascensão de governos formados principalmente por liberais, o Império Colonial Português se lançou no sentido de buscar otimizar o aproveitamento econômico das colônias na África, em especial a região de Angola (ALEXANDRE, 1998, p. 61).

Essa nova política para a colônia defendia que elas deixassem de ser uma fonte de gastos para a metrópole e passassem a gerar lucros, de modo que subsidiassem – elas próprias – os investimentos necessários. Isso se daria com o aumento do número de portos e uma intensificação das atividades do fisco sobre esses. A expansão do domínio português na costa ocidental do continente objetivava a dominação, até então apenas nominal, sobre margens do rio Zaire, ao norte, e para além de Benguela, ao sul (PÉLLISSIER, 1997, p.30-32). Para que esses objetivos fossem alcançados, ainda se faziam necessários investimentos por parte da metrópole. Essa necessidade de emprego de capital contrastava com a incapacidade portuguesa em fazê-lo. Portugal, na metade do século XIX, estava à margem do processo de industrialização e arrastou suas colônias a mesma situação (ALEXANDRE, 2004, p. 961).

Essa necessidade de recursos para se investir na região, somada à falta de condições da metrópole em fazê-lo, vinha de encontro com a necessidade dos brasileiros envolvidos no tráfico de escravos quanto a diversificação de seus investimentos. Alguns desses migraram suas atividades para regiões ainda descobertas da fiscalização britânica e fora dos limites formais do Império Português – como as proximidades da foz do Zaire– ou transferiram seu capital para atividades como a agricultura, o comércio ou mesmo a atividades de crédito (FLORENTINO, 1997, p. 194-204). Estes últimos, muitas vezes, tornaram-se financiadores das atividades do próprio Governo Geral, atuando como fornecedores de alimentos, armas, semoventes, o que veio a contribuir para a expansão do domínio português para outras regiões, ao sul de Benguela e no sentido do rio Zaire (FERREIRA, 2011, p. 09). Em contrapartida, o Governo Colonial concedia a investidores brasileiros permissões de exploração de minerais em áreas recém conquistadas, autorização para abertura de fazendas para agroexportação em lugares estratégicos e empréstimos em condições vantajosas



(PORTUGAL, 1868).

O governo imperial brasileiro – logo após a proibição do tráfico de escravos e dentro da lógica de buscar ampliar mercados para seus produtos, que até aquele momento não tinham no café sua opção prioritária – tenciona por diversificar suas fontes de receita através da promoção, de atividades econômicas como as indústrias e as manufaturas (CERVO & BUENO, 2008, p. 71-79). Assim, o Império desenvolve uma série de ações que buscavam manter sua presença no continente africano, em especial nas colônias portuguesas, diversificando sua cesta de exportações para a região (Minuta da instrução de 12/1857, AHI: 238/2/3).

No campo político, o Império do Brasil se esforçou por estabelecer representações consulares no continente. Em 1847, criou o consulado em Freetown, colônia britânica de Serra Leoa (COSTA E SILVA, 1989, p. 50-51). Em 1848, foi aberto o consulado em Monróvia, capital da Libéria (Memorando de 12/05/1853, AHI: 221/2/7). Com o tráfico negreiro colocado na ilegalidade, ocorreu a abertura de representação brasileira na colônia inglesa na Ilha de Santa Helena, em 1851 (HARING, 1865, p. 68; COSTA E SILVA, 1989, p. 51). Por fim o grande intento da política externa imperial para a África foi conquistado. Em 1854, o Governo de Lisboa, após diversas tentativas da chancelaria imperial, autorizou o estabelecimento de representações brasileiras em todos os portos africanos abertos ao comércio internacional.

Para muitos dos estadistas do Império, e seus parlamentares, a costa africana seria uma "província" perfeita: gerava lucros, sem demandar investimentos do Estado. Muitas regiões como Goiás, Mato Grosso e Piauí, ao contrário, não conseguiam obter receitas que superassem suas despesas e eram tidas como estorvos para o Império (PARRON, 2012, p. 270). Com isso, o dinamismo comercial vivenciado entre o Brasil e as colônias lusas na África, entre o período colonial e as primeiras décadas do século XIX, será tido como um modelo pela própria diplomacia brasileira no período posterior a 1850 e que deveria ser perseguida pelos cônsules a partir de então (Minuta da instrução de 12/1857, AHI:238/2/3).

O Brasil estabeleceu em 1855 um consulado geral em Luanda, que tinha dentre seus objetivos zelar pelos interesses do Estado Imperial brasileiro e cuidar das necessidades de seus súditos, fiscalizando, ao mesmo tempo, qualquer iniciativa quanto a retomada do tráfico de escravos (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1850, p. 05). Na instrução enviada ao segundo cônsul geral, o médico Saturnino de Sousa e Oliveira, o chanceler do Império, o Visconde do Rio Branco, determinou dentre as atribuições do agente

diplomático a busca por formas de reaquecer o comércio de produtos tidos como lícitos e incentivando o comércio de aguardente, açúcar, tabaco e ainda recuperando os espólios dos ricos súditos brasileiros falecidos em Angola (Minuta de Instrução de 12/1857, AHI: 238/2/3).

Contudo, esse empenho por reaquecer os fluxos comerciais entre os dois lados do Atlântico Sul, tencionado pelo governo imperial brasileiro, não seria assim tão bem recebido pelas autoridades portuguesas. A presença das embarcações e de negociantes lusos intermediando esse comércio entre Angola e o Brasil, assim como a quantidade cada vez menor de embarcações vindas das cidades brasileiras depois de 1850, contribuiriam decisivamente para que esses produtos perdessem competitividade no mercado angolano (Memorando de 07/02/1858, AHI:238/2/1).

A partir daí algumas poucas manufaturas antes importadas do Brasil, ou mesmo produtos industrializados reexportados pelas cidades costeiras brasileiras para as possessões portuguesas na África Centro Ocidental, foram sendo gradativamente substituídas por outras comercializadas diretamente por países industrializados como a Grã-Bretanha, França ou Estados Unidos, ou revendidas pela metrópole portuguesa (Memorando de 07/02/1858, AHI:238/2/2).

Diante desses impasses, o consulado geral do Brasil buscou organizar os negociantes brasileiros residentes em Luanda para a criação de uma companhia de navegação, convencendo as autoridades coloniais quanto os benefícios de um acordo entre a metrópole portuguesa e o Império incentivando o consumo de produtos vindos do Brasil e ainda buscando a recuperação dos espólios dos súditos brasileiros (Memorando de 07/02/1858, AHI:238/2/2). Porém, os negociantes brasileiros de Luanda não aderiram à ideia do cônsul argumentando o alto custo dos investimentos necessários (Memorando de 30/04/1858, AHI: 238/2/1) e a chancelaria do Rio de Janeiro não mostrou empenho em alinhar um acordo com Portugal acerca do comércio em Angola. Os produtos manufaturados que o Império procurava exportar já eram comercializados por outros países em condições mais vantajosas (Memorando de 07/02/1858, AHI:238/2/2) e a recuperação dos espólios eram constantemente obstadas pelo Governo Geral (Memorando de 30/04/1858, AHI:238/2/2).

Assim sendo, diante deste conjunto de dificuldades políticas e comerciais pelas quais o comércio entre o Império do Brasil e as colônias portuguesas na África Centro Ocidental passavam, sem perder de vista a meta de buscar incentivar o aumento desses fluxos, o cônsul Dr. Saturnino de Sousa e Oliveira se aproximou do príncipe do Reino do Congo, Dom Nicolau de Água Rosada e Sardônia. O dito reino se situava fora dos domínios portugueses na

África Centro Ocidental, porém estava integrado ao comércio Atlântico de escravos e outras mercadorias (HERLIN, 2004) e era uma área reivindicada por Portugal. Mesmo diante disto, o acesso ao comércio da *hinterland* da África através do Reino do Congo, poderia significar uma alternativa, uma oportunidade de se obter contatos comerciais diretos entre o Império brasileiro, ávido em expandir seus mercados consumidores, e o Reino do Congo, que buscava escapar às investidas econômicas e militares portuguesas. Com isso, seriam contornadas as dificuldades conjunturais e estruturais vigentes nas relações entre os dois lados do Atlântico Sul.

Ainda no sentido de contornar as dificuldades nas relações comerciais entre o Brasil e as colônias portuguesas na África Centro Ocidental, o governo imperial brasileiro, através de seu cônsul geral, atuou conjuntamente com Edmund Gabriel – comissário do Tribunal Misto Grã-Bretanha – Portugal para o Combate ao Tráfico de Escravos – nos protestos do príncipe Dom Nicolau de Água Rosada contra o Estado Colonial Português na região Congo-Angola. O auxílio brasileiro se mostrou, ainda mais uma vez, no apoio à causa da aclamação do Príncipe Dom Nicolau como rei do Congo (Memorando de 29/03/1860, AHI: 238/2/2) e, posteriormente, nas ações relacionadas ao: encaminhamento do pedido de asilo ao Imperador Pedro II, seu refúgio nas dependências do prédio do consulado geral e a participação em seu plano de fuga (Memorando 28/02/1860, AHI:238/2/2). Esse auxílio teria sido usado para que o nobre africano se utilizasse de sua posição e de sua influência na África Centro Ocidental para viabilizar o acesso comercial às riquezas da *hinterland* africana, que era controlada pelas rotas comerciais e portos do Reino do Congo.

A reação do governo colonial português a constatação da participação do agente consular brasileiro no episódio da insubordinação do príncipe D. Nicolau de Água Rosada, assim como seu assassinato, logo em seguida, reacenderam os temores lusitanos quanto a uma maior aproximação do Império do Brasil com as colônias portuguesas na no Centro Oeste africano. A descoberta dessa proximidade remete, direta ou indiretamente, aos problemas criados quarenta anos antes pelo cônsul Germarck Possolo e que desencadearam sua expulsão e o fechamento da representação brasileira em Luanda (COSTA E SILVA, 1989).

Diante das suspeitas por parte do Governo Português, a chancelaria imperial passou a atuar no sentido de isolar os motivos de desentendimento entre as cortes de Lisboa e do Rio de Janeiro em um nível que não comprometesse o todo das relações entre os dois países. No caso do envolvimento do cônsul brasileiro, a chancelaria imperial atuou em todo o episódio sem deixar transparecer as intenções do próprio Conselho de Estado– que gerenciava a

política externa do Império – assim como em última instância, a do próprio imperador, isolando-o de qualquer envolvimento quanto ao ocorrido, mantendo-o à sombra, distante dos acontecimentos.

Para diminuir o clima de mal-estar gerado pela questão e como demonstração da boa-vontade do Império do Brasil diante do Império Colonial Português na África, a soberania lusitana sobre pontos como Moçamedes, Benguela, Luanda e as regiões próximas à foz do rio Zaire é reconhecida (Memorando de 15/02/1861, AHI:238/02/03) e Saturnino de Sousa e Oliveira é removido do cargo de cônsul geral, logo após a chegada do novo Governador Geral de Angola: Carlos Augusto Franco. O consulado brasileiro ficou vago até 1862 quando o Deputado Sobral Pinto o assumiu (RELATÓRIO DA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS EXTRANGEIROS, 1865, p.32).

Diante de tudo isso, fica demonstrado a participação do governo imperial brasileiro, através de seu consulado geral em Luanda, mais especificamente na pessoa do cônsul Saturnino de Sousa e Oliveira, na questão sucessória no Reino do Congo, a medida em que, confidencialmente, apoiou a candidatura do Príncipe Nicolau como rei do Congo no lugar de seu pai Henrique II (Memorando de 29/03/1860, AHI: 238/2/2). Ainda tomou conhecimento dos protestos escritos por ele em ataque ao Governo Colonial Português em Angola sem ter comunicado às autoridades competentes (Memorando de 29/03/1860, AHI: 238/2/2), assim como através da participação na elaboração e na execução de um plano de fuga à medida em que encaminhou ao Imperador do Brasil um pedido de exílio sem esclarecer as circunstâncias nas quais essa se dava (induzindo-o ao erro) e, posteriormente, quando concedeu refúgio a ele nas dependências do prédio do consulado (Memorando 28/02/1860, AHI:238/2/2).

Apesar desses aspectos de cunho pessoal, esta dissertação buscou evidenciar aspectos das relações internacionais entre o Brasil do II Reinado e povos originários africanos, assim como colonos portugueses, agentes diplomáticos e comerciantes britânicos e franceses instalados na região congo-angolana no período imediatamente após a proibição do tráfico de escravos. A trajetória de vida de Dom Nicolau de Água Rosada e seu envolvimento com comerciantes e agentes diplomáticos brasileiros demonstram que a atuação do Brasil na política, na economia e nas sociedades do Centro Oeste africano não sofreu uma brusca interrupção, mas um lento ocaso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes:

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY: 214/1/4.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY: 221/2/7

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY: 238/2/1

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY: 238/2/1.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY: 238/2/2

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY: 238/2/3

ASTLEY, Thomas. A New General Collection of Voyages and Travels: consisting of the most esteemed relations, which have been hitherto published in any language: comprehending every thing remarkable in this kind, in Europe, Asia, Africa and America (...). Vol. III. Londres: 1746.

CARVALHO, A. P.; MOTTA, I. F. Silveira da; PAGANINO, Rodrigo. *Arquivo Universal. Revista Hebdomadaria*. Vol. 2. Lisboa: Typografia Universal. 1859. p. 365-367.

CASTRO, José Ferreira Borges de (Org.). *Collecção de Tratados, Convenções, Contratos e Atos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as demais potencias desde 1640 até o presente*. Tomo IV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857.

CHAMBERLAIN, Henry [carta] 02 abr.1823, Rio de Janeiro [para] CANNING, George, Londres. s/f. Secreto. In: WEBSTER, C. K. *Britain and the Independence of Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 1938, p. 222.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO BRAZIL [1808-1889]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>>. Acesso em 17 de Jan. de 2015.

COLLECÇÃO OFFICIAL DA LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA REDIGIDA POR JOSÉ MAXIMO DE CASTRO NETTO LEITE E VASCONCELLOS. Anno de 1859. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

CONGO ET ANGOLA. Afrique no. 41. Dresse par Ph. Vandermaelen, lithographie par H. Ode. Troisieme partie. - Afrique. Bruxelles. 1827.

CORDEIRO, Luciano. Portugal and the Congo: a statement. Prepared by tge African Committee of the Lisbon Geographical Society Londres: Edward Stanford, 1883.

Correspondence with the British Commissionners at Sierra Leone, Havana, the Cape of Good Hope, and Loanda and reports from British Vice-Admiralty Courts, and from British Naval Officers related to the slave trade. Harrison and sons. Londres, 1860.

DAPPER, Olfert. African boat building, engraving from Description of Africa, Amsterdam, 1686.

DARWIN, Charles. *The correspondence of Charles Darwin. Volume 11. 1863.* Londres: Cambridge University Press. 1999.

DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil. Séjour d'un Artiste Français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, époques de l'Avenement et de l'Abdication de S. M. D. Pedro 1er, fondateur de l'Empire brésilien. Dédié à l'Académie des Beaux-Arts de l'Institut de France, par J. B. Debret.* 3 v. Paris: Firmin Didot Frères, 1839.

FARINHA, Augusto Romano Sanches de Baena e de; BAENA, Almeida Sanches de. Dicionario aristocratico, que contém todos os alvarás de foros de fidalgos da Casa Real, medicos, reposteiros e porteiros da Real Camara , títulos e cartas do conselho; desde 1808 até Setembro de 1822. Lisboa: Typ. do Panorama, 1867.

FOREIGN OFFICE, 63/1114. Carta do côsul Edmund Gabriel para o Lord Russell de 28 de setembro de 1859.

GALTON, F.; SPOTTISWOODE, W.; MARKHAM, Clements R. Proceedings of the Royal Geographical Society. Session 1862-1863. Vol. VII. Nº I to V. Whitehall Place. London: 1863.

GRÃ-BRETANHA. Correspondence with the British Commissioners at Sierra Leone, Havana, The Cape Of Good Hope and Luanda; (...) relative to the slave trade. Presented to both Houses of Parliament by Comand of Her Majesty, 1860. London: Harrison and sons. 1860.

HARING, Carlos Guilherme. Almanak administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro para o anno de 1865. Rio de Janeiro: Casa Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.

LAEMMERT, Eduardo. Almanak administrativo mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro para o ano de 1851. Rio de Janeiro: Casa Eduardo & Henrique Laemmert, 1851.

LOWNDES, William Thomas. "Voyages and travels". In: BOHN, Henry G. Bibliographer's Manual of English Literatures. Bill and Daldy. London: 1869.

MONTEIRO, Joachim John. Angola and the River Congo. Vol. 1. Londres: Macmillan and Co. 1875.

MURCHISON, Roderick. *Adress to the Royal Geographical Society of London.* London: W. Clowes and Sons, 1863.

PAIVA MANSO, Levy Maria Jordão. História do Congo. Obra Póstuma do Visconde de Paiva Manso. Typographia da Academia. Lisboa, 1877.

PANORAMA. Lisboa, 1837- 1868.

PEREIRA, José Fontes. "A republica a crear raízes em Angola". Pharol do Povo n.º 36. Angola, 27 de out. de 1883.

PINTO, Antonio Pereira. Apontamentos para o direito internacional, ou, Collecção completa dos tratados celebrados pelo Brazil com differentes nações estrangeiras, acompanhada de uma noticia historica, e documentada sobre as convenções mais importantes. Rio de Janeiro: F.L. Pinto & C.<sup>a</sup> Livreiros-Editores, 1864.

PORTUGAL. Boletim do Conselho Ultramarino Legislação novíssima. Volume III. 1857 a 1862. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

PORTUGAL. Código de Direito Commercial Portuguez, 1833.

PORTUGAL. Les droits du Portugal au Congo. Lisbonne: Imprimerie Nationale. 1884.

RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLEIA GERAL LEGISLATIVA NA TERCEIRA SESSÃO DA DÉCIMA LEGISLATURA, PELO MINISTRO E SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA MARINHA, O SR. VISCONDE DE ABAETÉ. Rio de Janeiro: [s.n.], 1859.

RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS APRESENTADO A ASSEMBLEIA GERAL LEGISLATIVA, NA PRIMEIRA SESSÃO DA OITAVA LEGISLATURA, PELO RESPECTIVO MINISTRO E SECRETARIO DE ESTADO PAULINO JOSÉ SOARES DE SOUZA. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp., 1850.

RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS APRESENTADO A ASSEMBLEIA GERAL LEGISLATIVA NA TERCEIRA SESSÃO DA NONA LEGISLATURA PELO RESPECTIVO MINISTRO E SECRETARIO DE ESTADO VISCONDE DE ABAETÉ. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1855.

RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS APRESENTADO A ASSEMBLEIA GERAL LEGISLATIVA (...). Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1856.

RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS APRESENTADO A ASSEMBLEIA GERAL LEGISLATIVA (...). Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1857.

SARMENTO, Alfredo. Os sertões d'Africa (apontamentos de viagem). Lisboa: Editora de Francisco Arthur da Silva, 1880.

SOARES, Sebastião Ferreira. Elementos de estatistica comprehendendo a theoria da sciencia e a sua applicação à estatistica commercial do Brasil. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, Tomos I e II, 18.

SPOTTISWOODE, W.; GALTON, F.; MARKHAM, Clements R. Proceedings of the Royal Geographical Society. Vol. III, nº I-V. Session 1862-1863. Whitehall Place. Londres: 1863.

## Livros, revistas e publicações:

ACCIOLI, Nilma Teixeira. *José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira*. Disponível em <[http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/nilma\\_accioli\\_pnap.pdf](http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/nilma_accioli_pnap.pdf)>. Acesso em: 20 de jul., 2012.

AGUALUSA, José Eduardo. *D. Nicolau Água-Rosada e outras estórias verdadeiras e inverossímeis*. Lisboa: D. Quixote, 1996.

AJAYI, J. F. Ade. "África no início do século XIX: problemas e perspectivas". In: AJAYI, J. F. Ade (org.). *História Geral da África VI. África do XIX à década de 1880*. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 01-27.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. "A viragem para a África". In: BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. (Dir.). *História da expansão portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores, 1998a, p. 68-85.

ALEXANDRE, Valentim. DIAS, Jill. "O Império português (1825-1890): ideologia e economia". In: *Análise social*. Lisboa, vol. XXXVIII (169), 2004, p. 959-979.

ALEXANDRE, Valentim. "Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-51)". In: *Análise Social*, vol. XXVI (111), 1991, p. 293-333.

ALEXANDRE, Valentim. "Situações coloniais: I – A lenta erosão do Antigo Regime (1851-1890)" In: BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. (Dir.). *História da Expansão Portuguesa*. 1998b, p.143-181.

AMARAL, Ilídio do. "Relações externas congolosas na primeira década do século XVII, em tempos de D. Álvaro II: a Embaixada de D. Garcia Baptista e D. António Manuel". In: *Finisterra*. N. 32. V. 63. Lisboa, 1997, p. 115-131.

ANDREUCCI, Ana Claudia Pompeu Torezan; BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins (Org.). *Mulher, sociedade e direitos humanos*. São Paulo: Riedel. 2010.

ANGOLA. Primeiro Relatório Nacional para a Conferência das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica. União Nacional para a Conservação da Natureza – UICN. Luanda, 2006.

ANGOLA. *Primeiro Relatório Nacional para a Conferência das partes da Convenção da Diversidade Biológica*. Luanda, Ministério do Urbanismo e Ambiente: 2006. Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/world/ao/ao-nr-03-pt.pdf>>. Acesso em 01 de Out. de 2014.

ANSTEY, Roger. *The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1760–1810*. Londres: Humanities Press, 1975.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. "O novo imperialismo britânico e fenômeno Brasil". In: *Revista USP*, nº 79, São Paulo: USP, 2008, p. 23-33.



AZZI, Riolando. "A Instituição Eclesiástica durante a Primeira Época Colonial". In: HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. TOMO II, 1. Petrópolis: Vozes, 1983, s/p.

BALANDIER, Georges; MAQUET, Jacques. *Dictionnaire des civilisations africaines*. Paris: Ferdinand Hazan Editeur, 1968.

BARATA, Maria do Rosário Themudo. "Portugal e a Europa na Época moderna". In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p.107-123.

BARBOSA, Elaine Senise. "Conferência de Berlim (1884-1885)" In: MAGNOLI, Demétrio. *História da Paz*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 153-176.

BARMAN, Roderick J. *Imperador cidadão e a construção do Brasil*. São Paulo: UNESP, [2010] 2012.

BARRIO, César de Oliveira Lima, *O intervencionismo do Império brasileiro no rio da Prata: da ação contra Rosas e Oribe à Tríplice Aliança*. 260 f. Tese (Doutorado em História). Departamento de História. UNB, 2011.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e Negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspecto da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 4. ed. rev. São Paulo: Global, [1955] 2008.

BATISÍKAMA, Patrício Cipriano. *O Reino do Kôngo e sua origem meridional*. Luanda: Editora Universidade, 2011.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. "Fronteiras indenitárias e Pós-colonialismo". In *Revista Estudos Feministas*, 10 (1), 2002, p. 244-246.

BENTIVOGLIO, Júlio César. "A Facção Áulica e vida política no início do Segundo Reinado (1840-1850)". In: *Anais do XVII Encontro Regional de História– O lugar da História*. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004, p. 01-13.

BERGER, K. G; MARTIN, S. M. "Palm Oil". In: KIPLER, Kenneth K; ORNELAS, Kriemhild Coneè (Orgs). *The Cambridge World History of Food*, volume 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 388-396.

BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos*. Brasília/DF: Senado Federal, 2002.

BIRMINGHAM, David. *História concisa de Portugal*. São Paulo: EDIPRO, 2015.

BLAKE, Sacramento. *Diccionario Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, [1902], 1970.

BLAKE, Sacramento. *Diccionario Biográfico*. 7º Vol. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, [1902] 1970.

BOAHEN, Albert Adu. "Tendências e processos novos na África do século XIX". In: AJAYI,

J. F. Ade (Org.). *História Geral da África VI. África do XIX à década de 1880*. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 47-76.

BOBBIO, Norberto. MATEUCCI, Nicolla. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BOLEY, G. E. Saigbe. *Liberia: The Rise and Fall of the First Republic*. New York: MacMillan Publishers, 1983.

BONTINCK, F. “Notes complémentaires sur Dom Nicolau Agua Rosada e Sardonia”. In: *African Historical Studies*. Vol. 2. Boston: Boston University African Studies Center, 1969, p. 101-119.

BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BOURDIEU, Pierre. “A Ilusão Biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006, p. 183-191.

BOXER, C. R. *Relações raciais no Império Colonial Português 1415-1825*. Porto: Afrontamento, 1988.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo. Mediterrâneo na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

BROADHEAD, Susan H. “Beyond Decline: The Kingdom of the Kongo in the Eighteenth and Nineteenth Centuries”. In: *The International Journal of African Historical Studies*. Vol. 12, Nº. 4, 1979, pp. 615- 650

BURKE. Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: SP/EDUSC, 2004.

CABRAL, Dilma. *Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=3972>>. Acesso em 09 fev. de 2015.

CACCIATORE, Olga Gudolle. *Dicionário de Cultos Afro-Brasileiros*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. São Paulo: Ateliê Editorial, [1552], 2008.

CARNEIRO, Edison. *Religiões negras e Negros bantos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

CARVALHO, Flávia Maria de. *Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII*. 217 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Platão Eugênio de. *Neocolonialismo - a expansão imperialista no século XIX*.

São Paulo: Brasiliense, 1994.

CASARÕES, Guilherme. O novo “Périplo Africano”: a África de volta ao radar da política externa? In: *Revista Sapientia*. 23 Edição, Ano 04. Maio e junho 2015, p. 23-26.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Maria d a Fonte*. Lisboa: Ulmeiro, 1986.

CERVO, Amado Luís. “Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871)”. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. Saraiva, São Paulo: 2007, p.41-76

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

CHANTAL Luís da Silva. “Jogos e interesses de poder nos reinos do Congo e de Angola nos séculos 16 a 18”. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: FCSH/UNL, 2005.

CORRADO, Jacopo. "The rise of a new consciousness: early euro-african voices of dissent in colonial Angola". In: *e-JPH*, 5 (2), Winter 2007. pp. 01-14.

CORREA, Arlindo. *O reino do Congo*. Disponível em: <<http://arlindo-correia.com/180807.html>>. Acesso em 30 de Set. de 2014.

COSTA E SILVA, Alberto da. *O vício da África e outros vícios*. Lisboa: João Sá da Costa, 1989.

\_\_\_\_\_. *Um Rio Chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

COSTA E SILVA. "Cartas de um embaixador de Onim". In: *Cadernos do CHDD*. Ano IV, nº 06. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005, p. 195-206.

\_\_\_\_\_. *Das mãos do oleiro: aproximações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CVRD. *A mineração no Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce*. Rio de Janeiro: CV Design e Projetos, 1992.

DAGET, Serge. “A abolição do tráfico de escravos”. In: ADE AJAYI, J. F. (Ed.) *História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*. Brasília, Unesco, 2010, p. 77-104.

DEAS, Malcolm. "A Venezuela, a Colômbia e o Equador: o primeiro meio século de independência". In BETHEL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da independência até 1870*. Brasília/DF: Fundação Alexandra Gusmão. 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DIENER, Pablo. COSTA, Maria de Fátima. *Rugendas e o Brasil: Obras Completas*. São Paulo: Capivara, 2012.

DINIZ, José Nilo Bezerra; OLIVEIRA, Antônio José Alves. "Carregadores, guias e caçadores: trabalho e resistência na expedição portuguesa no interior da África (1884-1885)". In: *Anais da IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste*. Fortaleza, 2013, p. 2-22.

DRESCHER, Seymour. *Abolição – Uma história da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo: UNESP, 2011.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Vol. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELLIS, Myrian; FILHO José R. de Araújo; LUZ, Nícia Vilela; HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr. *O Brasil Monárquico: declínio e queda do império*. Vol. 06. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ELTIS, David. "Atlantic History in Global Perspective". In: *Itinerario*, 23 (2), 1999. p. 01-02.  
ENCICLOPÉDIA ESCOLAR BRITANNICA, 2015. Disponível em: <<http://escola.britannica.com.br/article/482313/quacre>>. Acesso em: 29 de jul. de 2015.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do Patronato Político Brasileiro - Nº 1*. Rio de Janeiro: Globo, [1958] 1979.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FEBVRE, Lucien. *Philippe II et Le Franche-Comté*. Paris: Champion, [1911], 1912.

FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. São Paulo: Companhia das Letras, [1942], 2009.

FERNANDES, Daniel Costa. *A política externa da Inglaterra: análise histórica e orientações perenes*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

FERRAZ, Paula Ribeiro. "O Gabinete da Conciliação: algumas considerações". In: *Anais do XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro, 2010, p. 01-11.

FERREIRA, Frederico Antonio. "Investimentos privados de brasileiros na África Portuguesa: o caso da Western Africa Malachite Copper Minas Company" In: *Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12º Conferência Internacional de História de Empresas*. Vitória: ABPHE, 2015, p. 1-26.

FERREIRA, Roquinaldo “*O Significado e os Métodos do Tráfico Ilegal de Africanos na Costa Ocidental da África, 1830-1860*”. In: *Caderno Liphis*, 2, 1995. p. 55-70.

FERREIRA, Roquinaldo. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola 1830-1860*. 262 f. Dissertação (mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. “Dinâmica do comércio intracolonial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 223-378.

\_\_\_\_\_. “Biografia, mobilidade e cultura atlântica: a micro-escala do tráfico de escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX”. In: *Tempo*. 10 (20), 2006, p. 23-49.

\_\_\_\_\_. "The Suppression of the Slave Trade and Slave Departures from Angola, 1830s-1860s." In: ELTIS, David; RICHARDSON, David (Eds.) *Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*. New Haven: Yale University Press, 2008a, pp. 313-34.

\_\_\_\_\_. "Terra de oportunidades: Nos tempos da independência, vários brasileiros fizeram fama e fortuna do outro lado do oceano". In: *Revista de História*. Nº 39. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, dezembro de 2008b.

\_\_\_\_\_. "The suppression of the slave trade and slave departures from Angola, 1830s-1860s". In: *História Unisinos*, São Leopoldo, 15 (1), Janeiro/Abril 2011, p.03-13.

\_\_\_\_\_. "Biografia como história social: o clã Ferreira Gomes e os mundos da escravização no Atlântico Sul". In: *Varia História*, 29 (51), 2013, p. 679-719.

\_\_\_\_\_. *Na rota do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. 2. ed. Vitória: EDUFES, 2014.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FORTES, Luiz Roberto S. *O iluminismo e os reis filósofos*. 3.ed. Brasiliense, São Paulo:1985.

FOUQUET, Carlos. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil 1808-1824-1974*. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. “Mercados e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do Império Português (Séculos XVII e XIX)”. In: *História: Questões & Debates*, n. 36, Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 99-127.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Olanda: Johan Maurits van Nassau e a circulação de objetos e saberes no Atlântico holandês (século XVII)*. 281 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2009.

FREITAS, Iohana Brito de. *Cores e olhares no Brasil oitocentista: os tipos negros de Rugendas e Debret*. 143 f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2009.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, [1959] 2007.

GALVÃO, Henrique. *Outras Terras, Outras Gentes*. Volume 1. Porto: Empresa do Jornal de Notícias, 1945.

GARCIA, Eugênia Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. 2 ed. Brasília: FUNAG, 2005.

GEBARA, Alexsander "Imagens inglesas e portuguesas sobre a África no século XIX: Projetos políticos e representações". In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011, p. 01-14.

GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. "Duas cidades Ioruba no contexto do final do tráfico Atlântico: Lagos e Abeokuta e a interferência britânica". In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 2008, p. 1-12.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: 34, 2001.

GOUVEIA, Jorge Augusto da Cunha; MONCADA, Pedro Cabral de; MONTEIRO, José Frederico Aguilar; NETO, Manuel Gregório Nunes Mascarenhas. "Riquezas Minerais de Angola". In: *Revista agrícola*. Ano I, nº 9, Lisboa: Instituto para a cooperação económica, 1993, p. 17-20.

GRADEN, Dale T. "O envolvimento dos estados unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858". In: *Afro-ásia*. Salvador, nº 35, 2007, p. 09-35.

GRAY, Richard. "The papacy and the Atlantic slave trade: Lourenco da Silva, the capuchins and the decisions of the Holy Office" In: *Past and Present*. Nº 115. V. 115. Londres, 1987, pp.52-68.

GREEN, Toby. *The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Wessern Africa, 1300–1589*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

GREENBERG, Joseph H. "Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements". In: *Universals of Language*. Cambridge: MIT Press, 1963. p.1-42.

GUIZELIN, Gilberto da Silva. *Comércio de almas e política externa: a diretriz atlântico-africana da diplomacia imperial brasileira*. Londinha: EDUEL, 2013.

GURAN, Milton. *Os Agudás, os brasileiros do Benim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GUTHRIE, Malcolm. *The Classification of the Bantu Language*. London: Oxford University

Press, 1948.

HEFLINGER, José Eduardo. *A Revolta dos Parceiros na Ibicaba*. São Paulo: Unigráfica, 2010.

HERLIN, Susan J. "Brazil and the commercialization of Kongo, 1840-1870". In: CURTO, José C.; LOVERJOY, Paul E. *Enslaving connections: changing cultures of Africa and Brazil during the era of Slavery*. Amherst, NY: Humanit Books, 2004, pp. 265-287.

HEYWOOD, Linda M. *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, formas e poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Claret Martin, [1651], 2008.

HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital. 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

\_\_\_\_\_. *A era dos impérios. 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

\_\_\_\_\_. *Nações e Nacionalismo - Desde 1780. Programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

HOHLFELDT, Antonio; CARVALHO, Caroline Corso. "A imprensa angolana no âmbito da histórica da imprensa colonial de expressão portuguesa". In: *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Recife: UNICAP, 2011, p. 01-11.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "O Pássaro e a Sombra". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, Tomo II, vol. 5, 1972, p. 59-104.

ISAACMAN, Allen F. "Os países da bacia do Zambeze". In: AJAYI, J. F. Ade (Org.). *História Geral da África VI. África do XIX à década de 1880*. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 211-247.

JENNINGS, Lawrence C. "French policy towards trading with african and brazilian slave merchants, 1840-1853". In: *The Journal of African History*. - Vol. XVII, nº 4, 1976, pp. 515-528.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *A diplomacia do Império. Política e religião na Partilha da África (1820-1890)*. Lisboa: Edições 70, 2012.

KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Nova Fronteira, 1987.

KIMAMBO, Isaria N. "O litoral e o interior da África Oriental de 1845 a 1880". In: AJAYI, J. F. Ade (org.). *História Geral da África VI. África do XIX à década de 1880*. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 275-316.

KLEIN, Herbert S. "As origens africanas dos escravos brasileiros". In: PENA, Sérgio D. J. (Org.). *Homo brasilis: aspectos genéticos, linguísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro*. Ribeirão Preto/SP: FUNPEC-RP, 2002, p. 93-112.

\_\_\_\_\_. "Migração Internacional na História das Américas". In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. p. 13-31.

KODAMA, Kaori. "Os debates pelo fim do tráfico no periódico O Philantropo (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão". In: *Revista Brasileira de História*. 28 (56), São Paulo, 2008. p. 407-430.

KOTHE, Mercedes Gassen. Organizações ligadas à emigração alemã para o Brasil. In: *Revista de História*, UnB. Brasília: 1993, p. 53-109.

LACERDA, Carlos. *O quilombo de Manoel Congo*. Rio de Janeiro: R.A, 1935.

LAMY, Philippe. "África no século XIX. O fim do tráfico e o início do colonialismo". In: *Textos para debate*. N. 15. mimeo, sem data.

LIMA, Oliveira. D. *João VI no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, [1909] 1996.

LIMA, Tania Andrade. "De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do XIX (estudo de identidade e mobilidade social)". In: *Anais do Museu Paulista*. Vol. 2. São Paulo: Edusp, jan.-dez., 1994. p. 87-150.

LIMA, Tania Andrade; BRUNO, Maria Cristina O.; FONSECA, Marta P. R. da. "A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro". In: *Dédalo*. São Paulo: publicação avulsa, 1989. p. 205-230.

LIMA, Tania Andrade; BRUNO, Maria Cristina O.; FONSECA, Marta P. R. da. "Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, Séc. XIX: fazenda São Fernando, Vassouras, RJ Exploração arqueológica e museológica". In: *Anais do Museu Paulista*. vol.1, n.1, 1993. p. 179-206.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da Diáspora africana*. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Selo Negro, 2011.

LOPES, Nei. *Bantos, malês e identidade negra*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Record, São Paulo: 2002.

LUCA, Tania Regina. *Fontes Impressas*. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. 2. Vol. Salvador: Edufba, 2008.

MAGALHÃES, Gildo. "Ciência e técnica no Brasil durante a monarquia (1808-09)". In: *Revista de História*, nº 148. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2003. p 125-126.

MAMIGONIAN, Beatriz G. "Em nome da liberdade: abolição do tráfico de escravos, o direito e o ramo brasileiro do recrutamento de africanos (Brasil – Caribe britânico, 1830-



1850)". In: *Revista Mundos do Trabalho*. 3 (6), julho-dezembro de 2011, p. 67-92.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. "Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart: um balanço historiográfico". In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1 (42), 1999, p.30-61.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Porto Alegre: L&PM, [1532], 2011.

MARCONDES, Renato Leite. *Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870*. São Paulo: FUNPEC, 2009.

MARQUES, João Pedro. "A ocupação do Ambriz (1855): Geografia e diplomacia de uma derrota inglesa". In: *Africana Studia*. Nº 09. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2006, p. 145-158.

\_\_\_\_\_. "Tráfico e supressão no século XIX: o caso do brigue Veloz". In: *Africana Studia*. N.5. 2002, p. 155-179.

MARQUES, Leonardo. "A participação Norte-Americana no tráfico transatlântico de escravos para os Estados Unidos, Cuba e Brasil". In: *História: Questões & Debates*, n. 52, Curitiba: Editora UFP, 2010. p. 87-113.

MATTOS, Ilmar Roholoff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MAZZOLA, Pier Maria. *Giorni d'Africa. Personaggi, eventi, ricorrenze*. Roma: Emi, 2006.

MORAES, Lauro Escorel de. "O conceito interesse nacional e a responsabilidade de diplomacia brasileira". In: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. Vol. 81. Editora da USP, 1986, p. 151-1961

MURDOCK, George Peter, *Africa: its people and their Culture History*. New York, Mcgraw Hill Book Co.,1959.

MUTSAERS, Marieke; BLITTERSWIJK, Henk van; LEVEN, KERKVLIJT, Leen van Jaap;

WAERDT, Jan van de. *Produtos apícolas: propriedades, processamentos e comercialização*. Wageningen: Fundação Agromisa, 2006.

NAMAN, Guilherme Miranda. "O abolicionismo nas décadas de 1850 e 1860: a sociedade contra o tráfico de africanos e o Philantropo". In: MAMIGONIAN, Beatriz Galloti (Org.). *Relatório Final PIBIC (2009/2010): Os direitos dos africanos na era da abolição: diplomacia, política e o impacto social da proibição do tráfico de escravos (1850-1869)*. Florianópolis: Departamento de História, 2010, p. 06-24.

NIANE, Djibril Tamsir (ed.). *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010.

OLIVEIRA, José Carlos de. "Os Kongo, os Últimos Reis e o Residente Faria Leal (I Parte)", In: *Revista Militar*, nº. 2553, Lisboa, 2012.

OLIVEIRA, Marcelo Rodrigues de. "Divisão Naval do Leste: a Marinha Imperial na Costa da África". In: *Navigator*. 6 (11). Rio de Janeiro, 2010, p. 102-117.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

OUTHWAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

OWENS, William A. *Black Mutiny: the revolt on the Schooner Amistad*. Baltimor: Black Classic Press, 1997.

PANTOJA, Selma. "O litoral angolano até as vésperas da independência do Brasil". In: *Textos de História*. 11 (1/2). Universidade de Brasília. Brasília, 2003, p. 187-205.

PARÉS, Luís Nicolau. "Cartas do Daomé: uma introdução". In: *Afro-Asia*, nº 47. Salvador,

PARREIRA, Adriano. *Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola. Séculos XV-XVIII*. Lisboa: Editora Stampa, 1990.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PAULA, João Antônio de. "O processo econômico". In: CARVALHO, José Murilo de (Coor.). *A constituição nacional*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 179-223.

PÉLISSIER, René. *História das Campanhas de Angola: Resistência e Revoltas, 1845-1941*. Vol. 1. 2 ed. Lisboa: Estampa, 1997.

PEREIRA, Daniel A. *Das relações históricas Cabo Verde-Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

PEREIRA, Rodrigo "Nas margens do Atlântico: O comércio de produtos entre a África e o Brasil e sua relação com o Candomblé". In: *Anais do XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. 2015, p. 1-28.

PEREIRA, Walter Luiz C de M. "Tráfico ilegal de africanos e conexões interprovinciais". In: *I Jornada Fluminense de História*, Museu Histórico do Estado do Rio de Janeiro (Museu do Ingá). Niterói, 2010.

PERSON, Yves. "Estados e povos da Senegâmbia e da Alta Guiné" In: AJAYI, J. F. Ade (org.). *História Geral da África VI. África do XIX à década de 1880*. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p.741-769

PESSOA, Ana. "De caixeiro a barão: a trajetória de um comerciante português no Rio de Janeiro oitocentista". In: *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. V. 05. 2011, p. 97-112.

PINTO, Françoise Latour da Veiga; CARREIRA, A. "Portuguese participation in the slave trade: opposing forces, trends of opinion within Portuguese society: effects on Portugal's

socio-economic development". In: *The african slave trade from the fifteenth to the nineteenth century*. Vol. 02. UNESCO. Paris: 1979, pp. 119-147.

PIRES, Marcos Cordeiro. *Economia brasileira: da colônia ao governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, [1945] 1980.

PRANCE, Ghilleen (ed.). *The cultural history of plants*. Nova York: Taylor & Francis e-Library, 2005.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PUNTONI, Pedro. *A Miserável Sorte: a escravidão africana no Brasil Holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999.

RAFAEL, Gina Guedes. "Jornais, romance-folhetim e a leitura feminina no século XIX: influências transatlânticas. In: *IRIS –Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco*. 1 (1), 2012. p. 32-42.

RAMOS, Arthur. *As culturas negras no novo mundo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1946.

RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Vassouras: Fundação 1º de Maio, 1935.

REGINALDO, Luciene. *O rosário dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RÉMOND, René. *O século XIX, 1815-1914: uma introdução a história de nosso tempo*. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S. *Uma história diplomática do Brasil (1531-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, [1933], 1977.

ROMERO, Jose Luis. *Breve Historia de la Argentina*. Buenos Aires: Tierra Firme. 2001.

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.

- RUGENDAS, Johann Moritz. *Das Merkwürdigst e aus der malerische Reise in Brasilien*. Augsburg: Wissner, 1836
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1981] 2004.
- \_\_\_\_\_. *Cultura na prática*. 2 ed. UFRJ. Rio de Janeiro: 2007.
- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.
- SANTOS, Catarina Madeira. “Escrever o poder. Os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu”. In: *Revista de História*, nº 155. Universidade de São Paulo São Paulo: 2006, p. 81-95.
- SAPEDE, Tiago Clemêncio. “Agência ritual africana e a africanização do catolicismo no reino do Congo pós-restauração. 1769-1795”. In: *Temporalidades— Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*. 5 (1), Jan/Abr. 2013, p. 167-185.
- SCHNERB, Robert. *O século XIX: o apogeu da civilização europeia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SILVA, C., *Jogos e interesses de poder nos reinos do Congo e de Angola nos séculos XVI a XVIII*. Lisboa: Instituto Camões, 2008.
- SILVA, Fábio Carlos da. *Barões do ouro e aventureiros britânicos no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012.
- SILVA, José Luíz Werneck; GONÇALVES, Williams. *Relações exteriores do Brasil I (1808-1830): a política externa do sistema agro-exportador*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.
- SILVA, Juliana Ribeiro da. *Homens de ferro: os ferreiros na África Central no século XIX*. 149 f. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SILVA, Ricardo Tadeu Caires. “O fim do tráfico atlântico de escravos e a política de Alforrias no Brasil”. In: *Anais do VI Seminário do Trabalho, Economia e Educação no século XXI*. Marília, 2008, p.01-15.
- SILVA, Rubens Alves. "Chico Rei Congo do Brasil". In: SILVA, Vagner Gonçalves da (Org). *Imaginário, cotidiano e poder*. São Paulo: Selo Negro. 2007, p 43-86.
- SINGLETON, T.; SOUZA, M. A. T. de. "Archaeologies of African Diaspora: Brazil, Cuba, and United States". In: MAJEWSKI, T.; GAIMSTER, D. (Eds.). *International Handbook of Historical Archaeology*. New York: Springer, 2009, p. 449-469.
- SLENES, Robert. "Malungu, Ngoma vem!": África coberta e descoberta no Brasil". In: *Revista USP*, n. 12 (dez./jan./fev., 1991-1992). 2. ed. *Cadernos do Museu de Escravatura*. N.1 ano 1, Luanda, 1995.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição. Os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Zungu: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Prêmio Memória Fluminense, Arquivo Estadual do Rio de Janeiro, 1988.

SOARES, Mariza de Carvalho. "Trocando galanterias: a diplomacia do comércio de escravos, Brasil-Daomé, 1810-1811". In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. (Org.). *Dimensões e fronteiras do Estado Brasileiro no 1800*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2014, p. 137-163.

SOUMONNI, Elisée. *Daomé e o mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Sepsis – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

SOUTO, Cíntia Vieira. *A diplomacia do interesse nacional: A política externa do governo Médiçi*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SOUZA, Fabíola Amaral Tomé de. "A presença do negro no pensamento social brasileiro". In: *Revista Educação Pública, um espaço de reflexão e interação de educadores*. Fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/historia/0110.html>>. Acesso em 06 de Jul. de 2014, s/p.

SOUZA, Mônica Lima e. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil 1830-1870*. 106 f. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

STRUCK, Ernest. *Mittelpunktsiedlungen in Brasilien - Entwicklung und Struktur in drei Siedlungen Espírito Santo*. Passau: Passavia Universitaetsverlag, 1992.

SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral (Org.) *História econômica da Independência e do Império*. Vol. 2. São Paulo: FAPESP, 1996.

TAMMONE, Natália. "Do nexo feliz ao Novo Brasil: Portugal e a reconfiguração do Império (c. 1808 – c. 1850)". In *Anais do VII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & e 5ª Conferência Internacional de História Econômica*. Rio de Janeiro: 2014, p. 01-10.

THORNTON, John K. *The Kingdom of Kongo: Civil War and Transition 1641-1718*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1983.

\_\_\_\_\_. "The Art of War in Angola, 1575-1680. In: *Comparative Studies in Society and History*, 30 (2), 1988b.

\_\_\_\_\_. "I Am the Subject of the King of Congo": African Political Ideology and the Haitian Revolution". In: *Journal of World History*, 4 (2), Honolulu: University of Hawaii Press, 1993.

- \_\_\_\_\_. *Warfare in Atlantic Africa*. Londres: University College of London Press, 1998a.
- \_\_\_\_\_. *The kongolese Saint Anthony Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Moviment, 1648-1706*. Londres: Cambridge University Press, 1998c.
- \_\_\_\_\_. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro: Campus/Elsivier, 2004.
- \_\_\_\_\_. "Master or Dupe? The Reign of Pedro V of Kongo". In: *Portuguese Studies Review*. 19 (1-2), 2011, pp. 115-132.
- UNDATA. A WORLD OF INFORMATION, 2014. Disponível em: <<http://data.un.org/>>. Acesso em 11 de Out. de 2014.
- VAINFAS, Ronaldo. SOUZA, Marina de Mello e. "Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII". In: *Tempo*, nº 6. Niterói: Editora UFF, 1999, s/p. Disponível em:< [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg6-7.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-7.pdf)>. Acessado em: 05 jan.2014.
- VANSINA, Jan. "A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados". In: NIANE, Djibril Tamsir (Org.). *História Geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010a, p. 623-654.
- \_\_\_\_\_. "O Reino do Congo e seus vizinhos". In: OGOT, Bethwell Allan (Org.) *História Geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010b, p. 647-694.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1974.
- VELLUT, Jean-Luc. "A Bacia do Congo e Angola". In: ADE AJAYI, J. F. (Org.). *História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII ao XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Ewé: o uso das plantas na sociedade iorubá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- VIEIRA, Padre Antônio. *História do Futuro*. Brasília: Universidade de Brasília, [1718] 2005.
- VILLELA, André. "Império esquecido pelo tempo: sobre como escrever uma história do Império Ultramarino Português, 1822-1975". In: BOXER, Charles Ralph, SCHWARTZ, Stuart B., MYRUP, Erik. *O Brasil no Império Marítimo Português*. Bauru: EDUSC, 2009, p. 545-559.
- VILLELA, André. "Política tarifária no II Reinado: evolução e impactos, 1850-1889". In: *Nova Economia*. Vol. 15, Belo Horizonte: UFMG. Jan-abr, 2005, p. 35-68.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. "A África e a economia-mundo". In: AJAYI, J. F. Ade (org.). *História Geral da África VI. África do XIX à década de 1880*. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 27-46.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 6ª Ed. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, [1905], 1992.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília [1922], 1999.

WHEELER, Douglas L. "Nineteenth-Century African Protest in Angola: Prince Nicolas of Kongo (1830?-1860)". In: *African Historical Studies*. 1 (1), Boston, 1968, pp. 40-59.

WHEELER, Douglas. PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2013.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. Companhia das Letras. São Paulo, [1944], 2012.

XEXÉO, Pedro Martins Caldas; ABREU, Laura Maria Neves de; DIAS, Mariza Guimarães. *A missão artística francesa: coleção Museu Nacional de Belas Artes*. São Paulo: Pinacoteca. 2007.